



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI SUP. "A" AO Nº 11 QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL



BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 09D150AE0012BF62.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacombo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)

4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rocha

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER-CMCVM

Ata da 4ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 4

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

Ata da 4ª Reunião, realizada em 13 de abril de 2016..... 21

Ata da 5ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2016..... 45

Ata da 6ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2016..... 65

Ata da 7ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2016..... 84

Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 94



ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2016, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Luizianne Lins, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy, Regina Sousa, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Fátima Bezerra; das Deputadas Conceição Sampaio, Tia Eron, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Raquel Muniz, Soraya Santos, Dâmina Pereira, Maria do Rosário e Keiko Ota; e dos Deputados Darcísio Perondi e Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017); à audiência pública para debater a situação da Violência Contra a Mulher no Campo e na Floresta; e à apreciação de requerimentos. Na primeira parte da Reunião, a Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017), apresentadas no âmbito desta Comissão. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatora das Emendas na Comissão: Deputada Carmen Zanotto. A Presidência concede a palavra à Coordenadora, Deputada Carmen Zanotto, que comunica terem sido apresentadas 27 (vinte e sete) propostas de Emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito desta Comissão, e procede à leitura de seu Relatório, que conclui pela apresentação de 3 (três) Emendas de Metas e Prioridades e 4 (quatro) emendas de texto e ao encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para inclusão, na peça orçamentária, de Ação Orçamentária específica para a ‘Construção de Casas da Mulher Brasileira – Nacional’. Em discussão o Relatório, usam da palavra as Deputadas Soraya Santos e Maria do Rosário. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Parecer é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Parecer é aprovado. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, (PLDO) a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMCVM - EMENTA: C Mulher-Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ACRÉSCIMO DA META: 400; INICIATIVA: Senadora Lídice da Mata; Emenda nº 6-CMCVM - EMENTA: Casa da mulher brasileira; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; ACRÉSCIMO DA META:54; INICIATIVA:Senadora Regina Sousa (renumerada como Emenda nº 2-CMCVM); Emenda nº 15-CMCVM - EMENTA: CMCVM - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; ACRÉSCIMO DA META:629; INICIATIVA:Senadora Lúcia Vânia (renumerada como Emenda nº 3-CMCVM); Emenda nº 3-CMCVM - EMENTA: MULHER - CDH - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇÕES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 6-CMCVM); Emenda nº 7-CMCVM - EMENTA: CMCVM - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇÕES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 4-CMCVM); Emenda nº 4-CMCVM - EMENTA: MULHER - CDH - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: XXVI - ao Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 7-CMCVM); Emenda nº 8-CMCVM - EMENTA: CMVCM - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Texto proposto: XXVI - ao Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 5-CMCVM). Na segunda parte da Reunião a Presidência convida para assento à mesa as seguintes participantes: Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ; Carliene dos Santos Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Socorro Prado, Representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, Representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial Mulheres; e Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional dos Seringueiros. Fazem uso da palavra as seguintes Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Deputada Carmen Zanotto e Senadora Regi-



na Sousa. Na terceira parte da Reunião a Presidente procede à leitura do Requerimento nº 7, de 2016, de sua autoria. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidente procede à leitura do Requerimento nº 13, de 2016, de sua autoria. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião. Colocada em votação na Câmara dos Deputados, a ata é aprovada. Colocada em votação no Senado Federal, a ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Luizianne Lins, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada LUIZIANNE LINS
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas no âmbito desta Comissão, à realização de audiência pública sobre a violência contra as mulheres no campo e na floresta e à apreciação de requerimentos.

A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 22 de junho e 1º de julho.

Esgotado o prazo, foram apresentadas 27 sugestões que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Concedo a palavra à Deputada Carmem Zanotto, na condição de coordenadora das emendas orçamentárias, para proceder à leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

A SRª CARMEM ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada. Nobre Deputada Luizianne Lins, quero agradecer a confiança na minha pessoa para relatar aqui na nossa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher as propostas que foram apresentadas, propostas de Comissão.

Vou passar a ler o meu parecer, o Parecer nº 01, de 2016, da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Relatório.

Submetemos à análise deste Colegiado o relatório sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, PLDO 2016, objeto do PLN nº 2, de 2016.

Assumimos o encargo de relatar a matéria com a disposição de darmos um melhor encaminhamento às importantes questões relativas ao tema da violência contra a mulher, objeto de amplas e profundas discussões no âmbito desta Comissão Mista.

A tradução das medidas de políticas públicas para as mulheres, nos instrumentos orçamentários dos quais a LDO é parte disciplinadora, configura condição essencial para dar materialidade ao tipo de sociedade que almejamos.

Com esse intuito, foram apresentadas 27 emendas, sendo 20 proposições de metas e prioridades e sete proposições de texto, todas de mérito inequívoco.

Tendo em vista as limitações que nos condicionam a apresentar não mais do que três emendas de metas e prioridades, é forçoso adotarmos algum critério de seleção. Nessa oportunidade, proponho que emprestemos apoio aos princípios da continuidade, da coerência e da especificidade, escolhendo, para avançar no processo legislativo da LDO, as propostas que já tenham sido inseridas nos orçamentos e não tenham tido o seu objeto realizado ou exaurido, a exemplo da implantação da Casa da Mulher Brasileira, que não integrem políticas transversais, cuja viabilização possa se valer de outras frentes de atuação neste Congresso, a exemplo das ações pertinentes ao SUS e que constem de maior número de emendas, dentre aquelas apresentadas.

Verificamos que as emendas apresentadas às ações: 210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres; 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca atendem aos três critérios propostos, integrando metade das emendas de metas e prioridades apresentadas pelos membros desta Comissão.



Por esta razão, propomos a sua aprovação por este Colegiado, deixando, contudo, consignado, neste documento, o entendimento de que as demais proposições de metas e prioridades figuram em tudo meritórias.

Quanto às emendas de texto, não sendo elas objeto de qualquer restrição quanto à quantidade a ser referendada por esta Comissão, propomos que sejam acolhidas com alguns qualificativos: as Emendas de nºs 9 e 24 propõem que o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres figure entre os temas ressaltados da limitação do empenho para fins de cumprimentos de metas fiscais, que é o contingenciamento; fazem-no, contudo, apontando equivocadamente para o dispositivo do texto da lei que não trata da matéria, quando deveriam apontar para o Anexo III do PLN 02, de 2016.

Outras emendas com o mesmo teor foram apresentadas de forma adequada, garantindo que a intenção das Emendas 09 e 24 seja acolhida.

Da mesma forma, a construção da Casa da Mulher Brasileira foi proposta pelas Emendas 10 e 26, mas essas o fizeram sob a forma de emenda de texto, equivocadamente. Também neste caso, a intenção das emendas fica acolhida, com aprovação de outras do mesmo teor.

O nosso voto do que acima se expôs propõe encaminhar como emendas desta Comissão Mista ao PLN nº 02, de 2016, a Emenda de metas e prioridades nº 1 Ação 210-B; Emenda nº 6, Ação 14XS e Emenda nº 15, Ação 210-A, que contempla o teor das Emendas nºs 2, 5, 11, 12, 17, 19 e 21, bem como aprovar as Emendas de texto nºs 3 e 7, que ressaltam, da limitação de empenho, o enfrentamento da violência contra as mulheres; as Emendas nºs 4 e 8, que determinam a discriminação, em categorias de programação específica, das dotações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2016.

Eu não sei se os colegas Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores têm cópia da listagem das emendas.

Então, para expor um pouco mais, o critério que adotamos junto com a nossa assessoria técnica é buscar atender ao conjunto das proposições apresentadas com essas prioridades: o atendimento das mulheres em situação de violência, a promoção de políticas de igualdade e direito das mulheres e a construção da Casa da Mulher Brasileira e centros de atendimento às mulheres, nas regiões de fronteira seca. Ressaltando que aqui temos uma dúvida, que a consultoria continua levantando, que é se neste item aqui está a construção das Casas da Mulher Brasileira em todos os Estados da Federação, porque na peça orçamentária não veio isso discriminado, veio junto. Então, gostaríamos de propor que se efetivamente não estiver contemplada a construção das Casas da Mulher Brasileira nos demais Estados, que aprovássemos aqui, nobre Relatora da nossa Comissão, Deputada Luizianne, e que fizéssemos um indicativo – e vou ler, já estão preparando o indicativo – para o Governo mandar na peça orçamentária, garantindo a continuidade desta ação.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto.

Alguém para discutir?

Deputada Soraya.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Srª Presidente, primeiro queria parabenizar o relatório da nobre Deputada. Queria fazer essa ressalva em relação à abrangência de todo o território, porque estando na peça orçamentária, podemos fazer a questão da extensão. E queria fazer também um registro.

A Casa da Mulher Brasileira... Muitas vezes estamos preocupados com o combate. Hoje estávamos discutindo, pela manhã, por exemplo, a aquisição de unidades móveis que fazem parte do próprio programa; chamar atenção para a questão da capacitação no atendimento. Então, precisamos, Deputada Carmen, muito embora esteja no programa da Casa Mulher Brasileira esse guarda-chuva, é chamar atenção desses programas que são tão necessários, não só da construção, mas também da implementação, que se faz necessária, da manutenção do próprio projeto.

Então, fico muito preocupada quando vemos que no tratamento, no combate à violência contra a mulher, esquecemos muitas vezes de dar um destaque na formação da mão de obra, na qualificação do profissional ligado a essa área, onde vemos um grau enorme de denúncias, muito embora quero destacar que já está acoplado nessa mesma peça orçamentária. Apenas queria fazer esse registro.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada Soraya, extremamente pertinente. Eu iria me permitir a inclusão nesse texto, se for consenso dos colegas. Indicação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher ao Poder Executivo.

Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, reunidos na data de 5 de julho de 2016, resolvem indicar ao Chefe do Poder Executivo, Presidente interino Michel Temer, alocação de ação orçamentária específica para construção da Casa da Mulher Brasileira, nacional. Aí poderíamos colocar uma vírgula, bem como a garantia do custeio das mesmas.



A presente indicação pretende que a ação orçamentária solicitada seja inserida já no Projeto de Lei Orçamentária de 2017.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2016.

Acho que reafirmaria a importância não só da obra, mas do custeio dela.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Deputada Carmen Zanotto, gostaria de fazer uma ressalva nessa indicação, porque está se referindo diretamente ao Presidente interino.

Como a LDO vai ser objeto de 2017, devemos nos referir “ao Chefe do Poder Executivo”, porque vai que a Presidente volta e o Governo interino cai, e não estaríamos nos dirigindo a nenhum especificamente, mas ao Chefe do Poder Executivo.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Acolhida, sem necessidade de debate sobre o mérito do seu pedido.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O.K. Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto, com a indicação sugerida.

Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação no Senado Federal.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Portanto, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª poderia então, apenas para registro, repetir exatamente quais são as que ficaram?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Você recebeu o relatório?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Recebi. Está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom, no final, Deputada Maria do Rosário, onde tem voto...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – ...do que acima se expôs...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Que conclui, nos termos do voto da Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Exatamente, exatamente aí há um resumozinho, né? A Comissão Mista...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Quer algum esclarecimento?

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Deputada Maria do Rosário, reforçamos, pelo critério de apresentação, a promoção de políticas de igualdade e dos direitos da mulher, o atendimento às mulheres em situação de violência e a construção da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O.k.?

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – E as de texto. Isso.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom, terminada essa primeira etapa, vamos passar à audiência pública...

Pois não.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Quero agradecer às nobres Senadoras, nossos colegas Deputados, na pessoa do Deputado Jean Wyllys, nossas colegas Deputadas, mais uma vez, pela indicação do meu nome para relatar essa matéria, assim como pela aprovação.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Parabéns, Deputada Carmen Zanotto, como sempre competente e comprometida com as mulheres. Parabéns pelo relatório.

Vamos dar início a nossa audiência pública para debater a situação da violência contra a mulher no campo e na floresta, em atendimento ao Requerimento nº 30, de minha autoria, de 2015.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Convido para assento à Mesa a Srª Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.



Gostaria também de chamar a Sr^a Carliene dos Santos Oliveira, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Obrigada pela presença.

A Sr^a Socorro Prado, que é representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. (*Palmas.*)

A Sr^a Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres. (*Palmas.*)

E a Sr^a Ângela Mendes, que é Secretária de Mulheres do Conselho Nacional dos Seringueiros, agora, Extrativismo, com a substituição.

Seja muito bem-vinda e muito obrigada pela presença.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas:

A convidada fará sua exposição por cinco minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sr^{as} e pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Portanto, vamos dar início. Marcamos os cinco minutos e vamos avisando, quando concluírem, passamos ao seguinte.

Concedo a palavra à Sr^a Sônia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

A SR^a SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Bom, primeiramente, fora Temer. (*Palmas.*)

Boa tarde. Agradeço, aqui, à Luizianne, à Mesa, por poder conversar sobre este tema em tão breve tempo.

Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, fazemos parte também da Marcha das Margaridas. E, neste momento, estamos muito preocupadas com esse tema da violência contra a mulher, especialmente a violência no campo, na floresta e nas águas, que tem sido um tema bastante debatido no âmbito da Marcha das Margaridas e do trabalho que vimos desenvolvendo com as mulheres no campo. É sabido, pelo Mapa da Violência 2015, que principalmente nos Municípios de pequeno porte têm havido as mais altas taxas de homicídios, de assassinatos, feminicídios. Então, essa é uma preocupação nossa.

A nossa preocupação também é com este momento grave que vivemos, que estamos chamando de cultura da violência, principalmente, no interior do País, no campo, na floresta, onde as mulheres estão mais desprotegidas, seja pela falta de equipamento, seja pelo pouco empenho, muitas vezes, da justiça, nessas regiões. A situação não é só com a questão da violência doméstica que as mulheres que sofrem na casa, mas a violência no agronegócio, a perseguição à liderança das mulheres, a violência que as mulheres indígenas têm sofrido no Mato Grosso e em várias partes. Inclusive, acho que seria bom esta Comissão Permanente olhar por que em Roraima, que é um Estado com tantas indígenas, tem crescido tanto o assassinato de mulheres, no último período. A nossa preocupação é também com as políticas que estavam em curso e o Governo golpista pode estar desmantelando.

Então, no âmbito da Marcha das Margaridas, temos a questão das unidades móveis. Na última reunião nossa, do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Campo, na Floresta e nas Águas, foi falado que há, pelo menos, 50 unidades móveis já distribuídas nos Estados, e estávamos acompanhando via SPM, porque, mesmo naquele momento, havia muita dificuldade de os Estados assumirem, porque isso é uma realidade.

Os Estados e os Municípios brasileiros pouco se preocupam em investir em equipamentos para fazer o combate, o enfrentamento à violência contra a mulher, tanto na cidade como no campo, isso é uma preocupação, e essas unidades móveis são os equipamentos que podem chegar aos mais distantes rincões deste País, onde não vai haver um equipamento funcionando.

Outra preocupação nossa e que estava na discussão, também, da Marcha das Margaridas era a questão das unidades móveis de saúde...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – ...desculpe, móveis não, mas de que o SUS, as unidades de saúde pudessem ser uma porta de entrada importante para as mulheres, no campo e na floresta.

Bom, enfim, meu tempo...

A SR^a PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode continuar até terminar.

A SR^a SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Eu ainda queria falar mais...

A SR^a PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pode terminar.



A SRª SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – ...sobre algumas questões que acho muito importantes.

A questão do Programa Mulher, Viver sem Violência, que já foi falado aqui, está sendo discutido e acho importante que seja mantido, embora a Casa da Mulher Brasileira vá se formar nas capitais, mas também sabemos que é muito importante hoje, para o combate à violência, a capacitação das mulheres. Havia uma discussão da formação de mulheres no campo, para que estas pudessem se fortalecer e ser multiplicadoras na luta contra a violência no campo. Essa também foi uma discussão importante nossa e que depende de política de apoio do Governo para que isso se mantenha no campo, que acho que é muito importante.

Outra preocupação que colocamos são as políticas em relação ao Ministério que foi extinto, o MDA, porque todo mundo sabe que as políticas ali executadas e elaboradas por aquele Ministério tinham impacto muito diretamente em construir autonomia econômica para as mulheres, porque isso é muito importante no combate... não é a única coisa, mas é importantíssimo no combate à violência contra a mulher, seja o trabalho até de extensão rural, seja os programas de apoio produtivo, seja o plano nacional de agroecologia e tantas outras políticas que o MDA desenvolvia com trabalhadoras no campo e temos certeza de que era um apoio fundamental para o enfrentamento à violência e que receamos possam estar sendo desmontadas neste momento.

Quero terminar dizendo da nossa profunda indignação de estar aqui, discutindo hoje, nesta Comissão, a violência no campo e na floresta, e sabemos da violência na cidade. Mas quero também deixar aqui registrada a grande violência que sofreu a Presidenta Dilma neste processo de *impeachment* que chamamos de misóginio e patriarcal.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada a Sônia Maria Coelho Gomes Orellana, que é representante da Coordenação Nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

Bem, só lembrando aqui, quando apresentamos esse requerimento, no ano passado, não tínhamos ainda este quadro dos últimos meses, que foi este surto brutal, inclusive, envolvendo a questão do estupro coletivo aqui, no Brasil. E estava lembrando que, se esta violência urbana, porque é eminentemente urbana, em geral, aconteceu, e deixou o mundo inteiro chocado, o que dirá essa violência, que é muito mais silenciosa, que acontece no campo e na floresta.

Então, além da nossa solidariedade, é importante que saíamos daqui com algumas medidas efetivas, concretas, para buscarmos, inclusive, tudo o que a Sônia levantou sobre quem vai abrigar esses programas, e, a partir de agora, como terão continuidade nesta conjuntura em que, por exemplo, estruturas fundamentais que abrigavam os projetos se foram.

Então, acho que vamos levar essa preocupação, de forma muito concreta, porque, no final das contas, quem vai pagar o preço são as mulheres, em especial do campo e da floresta.

Passamos, agora, a palavra a Socorro Prado, Representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. Cinco minutos, inicialmente.

A SRª SOCORRO PRADO – Boa tarde a todas e a todos que estão aqui, aos companheiros que também estão aqui acompanhando a audiência.

Primeiramente, fora Temer. Acho que a nossa bandeira, para que a gente possa reconstruir a política para as mulheres hoje, passa por essa pauta da democracia, porque a partir do que a Sônia já falou, a gente também quer reforçar que quanto às políticas públicas voltadas para as mulheres do campo e da floresta, já tínhamos um avanço, e isso se deu através das políticas com os ministérios, principalmente o MDA, o Ministério da Saúde e outros ministérios. Todos fazem parte e a gente também não reuniu...

O Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que reuniu a sociedade civil mais as representações dos Ministérios, foi onde a gente discutiu as políticas para essas mulheres que estão no extrativismo, na pesca, nas áreas costeiras do Brasil, totalmente escondidas, sem acesso às políticas públicas. E nós que estamos na área urbana... para quem está na área urbana, essa política já se dá de forma muito difícil. Por exemplo, em Manaus, tem uma Delegacia da Mulher, para uma população de quase três milhões de habitantes. Então, foi o que conquistamos.

Com essa situação que vivemos hoje, além de toda essa cultura da violência, que é crescente nas cidades, ela também vai para o campo pela disputa de terras, então, quando a gente fez... Porque a gente faz parte da coordenação da Marcha das Margaridas e, em 2015, aconteceu a Marcha das Margaridas com quase cem mil mulheres, aqui em Brasília, reivindicando políticas, denunciando a violência. E lá, no dia 12, foi sequestrada a Dora Priante, uma liderança comunitária, de uma comunidade, em Iranduba, um Município em que atravessado o Rio Negro, pela ponte você já está em Iranduba. É um Município próximo de Manaus, quer dizer, dá para ir por terra, porque os outros tem que ir de barco, pois são muito distantes e tem que ser por via fluvial.



Então, houve a valorização da terra no Município de Iranduba, Manacapuru, e foram muitos grileiros para lá vender terras. E teve esse conflito muito forte de terras ali em Iranduba, e a Dora já vinha fazendo várias denúncias, inclusive na Assembleia Legislativa, pedindo proteção, porque eles faziam ameaças. E, com isso, eles conseguiram ainda colocar cinco capangas, que a sequestraram, torturaram, ela levou um tiro na coxa antes de ser assassinada, fizeram requintes mesmo perversos contra a companheira.

E aí, no outro dia, no dia 13, ela foi encontrada. E até achar o mandante, e o mandante era realmente a pessoa que ela tinha denunciado, todo mundo já achava que era, e para que ele fosse preso também... Eles têm a certeza da impunidade, quando eles cometem os crimes. Ela já tinha feito n denúncias e nada acontecia.

Então, na certeza da impunidade, ele cometeu o crime. A gente está lá, recorremos aos Parlamentares. No outro dia, para que ele fosse preso, houve manifestações da população, nós mulheres tivemos que ir para as ruas, para que ele não fosse solto.

(Soa a campanha.)

A SRª SOCORRO PRADO – Então, também o julgamento dele está para júri popular. Só que ele está em Manacapuru, um Município que não dá segurança da garantia da permanência dele lá, que ele pode estar saindo. Então, temos que estar vigilantes, porque ele tem todas as regalias. Ele foi para lá com um ex-delegado, Nonato Lopes, que foi delegado de Manaus. Aí, com muitas denúncias, ele migrou para outro Município, onde ele ainda foi prefeito.

Então, esses caciques continuam. Outros casos de violência a gente também tem no sul do Amazonas, a CPT fez um levantamento, e também por causa de conflitos de terras.

É superimportante que essas políticas de valorização das mulheres, onde elas estiverem, que cheguem lá. Existem as unidades móveis, só que elas só chegam por terra. Tinha todo um trabalho para que tivessem as unidades fluviais. Somos 64... só no Amazonas e no Pará são enormes.

Foram feitas também experiências para algumas no Pará, e no Amazonas ainda não estão tão definidas. Então, a gente fica com essa preocupação diante desse desmonte das políticas públicas, porque os organismos de políticas para as mulheres também são afetados. As Secretarias de Política para as Mulheres, tanto a estadual quanto a dos Municípios, também são desfeitas, acabam. Então, há um desmonte e cai tudo de uma vez em cima das mulheres.

A gente quer pedir, estamos com o número do processo para que possamos acompanhar esse processo do Tribunal do Júri, lá em Manacapuru; ele está em segredo de justiça. O nome dele é Adson Dias da Silva, mas, como ele é grandão, chamam ele de “Pinguelão”, o assassino, o mandante do assassino.

Então, é um pouco isso que queremos trazer aqui para a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Socorro Prado, muito obrigada pela fala e pela denúncia, que representa o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia.

A gente vai passar agora a palavra para Carliene dos Santos Oliveira, que é representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura.

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Como eu disse, meu nome é Carliene, estou aqui representando a companheira Alessandra Lunas, nossa Secretária Nacional. Sou Secretária de Mulheres da Federação aqui do Estado, umas das 27 federações ligadas à Contag.

Quando se trata do tema da violência, esse é um tema que mexe muito conosco, mulheres trabalhadoras rurais. Inclusive em todos os lemas da Marcha das Margaridas, desde a primeira marcha até a quinta marcha, um dos nossos lemas é o tema da violência, porque nós mulheres, trabalhadoras rurais, sofremos muito todos os tipos de violências, desde o psicológico, da questão do patriarcado lá atrás, que mulher tem que ficar dentro de casa, não tem que se meter, é lavando, é passando, é cozinhando, principalmente para nós rurais esse sempre foi o conceito.

E, graças a Deus, hoje, a gente está num processo de libertação, nós mulheres trabalhadoras rurais. É um processo em que a gente vem trabalhando ao longo desses anos.

E aí, quando se trata de mulheres trabalhadoras rurais e lideranças, a situação se complica ainda mais, e principalmente quando a luta é a luta pela reforma agrária. Eu vi, no caso da companheira do Amazonas, relatando o assassinato da companheira Dora; a gente vê isso acontecendo cotidianamente. As mulheres que estão à frente, que são lideranças, quando o processo é a reforma agrária, sempre são perseguidas.

Recentemente, há dez dias, perdemos outra companheira, que foi brutalmente assassinada, lá no Estado do Piauí, uma jovem liderança. Mais uma vez foi ceifada uma vida, como Margarida Alves, porque a Marcha das Margaridas tem um grande significado pela nossa dirigente sindical, que foi brutalmente assassinada por defender o direito dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, e que também fez a luta pela reforma agrária.



E até fiz aqui um texto, mas, nesse momento, queria parabenizá-la, viu Deputada Luizianne, por essa iniciativa de estarmos discutindo essa questão da violência.

Eu moro aqui no Distrito Federal, não nasci aqui, mas moro aqui desde meus 15 dias de nascimento. E aqui, na Capital do País, não é diferente a vida e a luta das mulheres trabalhadoras rurais. Digo isso porque eu sofri dois atentados, sou a prova da questão da violência quando se trata da luta. Sofri dois atentados, liderança jovem, num acampamento de trabalhadores rurais, porque fui acampada por 19 anos – não tenho vergonha nenhuma em dizer isso, nenhuma – e, nesse processo, sofri dois atentados contra minha vida, e eu estava grávida do meu filho, que hoje tem três anos. E consegui e estou aqui para contar minha história, que não foi fácil não. E hoje estou com um ano de assentada, graças a um governo que teve o compromisso com a política de reforma agrária no Distrito Federal, que foi o governo Agnelo Queiroz. Só tivemos reforma agrária duas vezes, na Capital do País, com o governo de esquerda, que tinha o compromisso com essa política, que é uma política que não é só o acesso à terra, é uma política que traz qualidade de vida.

E hoje a gente está vendo o que está acontecendo. Com a extinção do MDA, quem sofre com isso são as mulheres, só as mulheres que sofrem com esse governo – me desculpem aqui – golpista...

(Soa a campanha.)

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Terminou meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

A SRª CARLIENE DOS SANTOS OLIVEIRA – Com esse governo golpista, que o primeiro ponto foi extinguir a Secretaria de Política para as Mulheres. Por quê? Logo em seguida, o MDA. Por quê? Porque as políticas para as mulheres, para os jovens, para os negros, para a população mais carente deste País estavam sendo trabalhadas por esses Ministérios.

E, aí, é muito difícil falarmos de violência e não vemos o que essa mídia golpista está fazendo. Alguns blogues aí... Não tem como falar de violência e não falar da nossa Presidenta Dilma; ela e cada uma de nós estamos sendo duplamente violentados por pessoas, por homens... Fico até meio triste quando eu vejo alguns comentários de algumas mulheres também, incentivando a violência, porque, quando se fala uma palavra que diminui uma mulher, está-me diminuindo também; principalmente uma mulher como Dilma, a nossa Presidenta, que nos representa, que me representa. Sou trabalhadora rural, e ela me representa.

Então, fico muito triste, muito triste mesmo quando acontecem essas coisas. A violência está nos nossos atos, nos nossos gestos. Eu acho que temos que trabalhar isso, temos que ir para a rua, temos que defender o fim da violência. Nós, mulheres, temos que viver sem violência; é um direito de todas nós, tanto nós, mulheres trabalhadoras rurais, como as companheiras que estão aí nas cidades.

Vou finalizar a minha fala, dizendo da nossa luta. Vamos continuar em luta até que todas as mulheres não sofram mais violência e até que todas as mulheres estejam livres do machismo que essa violência toda impele no País.

Meu muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Carliene.

Vamos ouvir a Srª Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Gostaria de destacar algumas informações sem as quais eu estava anteriormente.

Como eu falei, a Sonia representa a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas.

A Socorro Prado, que falou anteriormente, é feminista, Cientista Social especialista em gestão em etno-desenvolvimento; fundadora da Articulação de Mulheres Brasileiras e Articulação de Mulheres do Amazonas; representante do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, no Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas; fundadora do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Amazonas e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Manaus.

Tivemos também, aqui, a fala da Carliene, que, como bem colocou, é agricultora familiar, assentada, Diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno.

Vamos ouvir a Ângela Mendes, que é Tecnóloga em gestão ambiental, especialista em auditoria, perícia e gestão ambiental; Coordenadora do Comitê Chico Mendes, entidade de divulgação do legado e da memória do líder seringueiro Chico Mendes do Rio Branco, Acre. Filha dele, é sócia e Diretora do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, entidade que trabalha com as populações tradicionais na Amazônia; Diretora de Política para as Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Com a palavra, a Srª Ângela Mendes.

A SRª ÂNGELA MENDES – Boa tarde, companheiras e companheiros.

Primeiramente, quero entoar o mantra das outras companheiras: “Fora, Temer”. *(Palmas.)*



Pouco antes, eu tinha comentado com a Carla. Falei: Carla, rola um “Fora, Temer”, sem eu correr o risco de ser sequestrada pela Polícia daqui, porque eu viajo de volta, hoje, então eu não podia perder a passagem.

Quero agradecer o convite da Deputada Luizianne para estar aqui, ao mesmo tempo em que saúdo a Deputada Maria do Rosário, que, junto com a nossa Presidenta Dilma, têm sido vítimas desse machismo e do conservadorismo que têm tomado conta do nosso Parlamento. Infelizmente, vivemos um momento em que ser mulher também parece que virou um problema.

Eu estou na Secretaria de Políticas para as Mulheres do CNS, antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Mudou o nome porque ampliou o número de pessoas e comunidades atendidas. Hoje, não existe somente a seringa como produto da floresta; temos outros produtos, outros meios de cultura.

Eu resido no Acre. O Acre, no mapa da violência, é o quinto Estado em que há mais violência contra a mulher – considerando-se que esse mapa logicamente não mostra a nossa realidade, porque falar de Amazônia é falar de especificidades. Temos uma região extremamente ainda coberta por áreas vegetais, por floresta, e uma população totalmente dispersa.

Na Amazônia, alguns Estados são diferentes entre eles mesmos. Nós temos Estados onde essa população se concentra. Nós temos Estados, que é o caso do Acre, cuja população está muito espacializada dentro da floresta e de cujo acesso de políticas públicas, de informação, nós temos um problema grande, o que tem, sobretudo, dificultado o nosso trabalho e tem também dificultado a vida dessas mulheres, que não têm como acessar as políticas, tanto de saúde como de segurança e até de educação, na floresta.

É fato que conseguimos trabalhar muito, nesses últimos anos, por conta da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Foi criado todo um aparelhamento para que pudéssemos levar segurança para essas mulheres e trabalhar a questão de gênero. Só conseguimos isso devido a um governo progressista, um governo de esquerda e que entende uma sociedade como um todo.

Regionalmente, no nosso Estado, estamos também sob um governo progressista, do PT, que está lá há 20 anos governando o Estado, que veio desse movimento, que entende o movimento, que entende a importância do movimento e a importância da mulher também na articulação e na organização desses movimentos dentro da floresta.

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA MENDES – Entender a luta das mulheres da Amazônia é isto, é entender a questão da territorialidade, a questão do acesso, embora muito se tenha que avançar.

E hoje vemos com esse retrocesso grande, porque acredito que tínhamos muito ainda que dialogar, muito que construir e isso foi um baque para nós, que trabalhamos e que tentamos nos fortalecer como um setor produtivo, como um setor independente, como mulheres empoderadas. Sentimos muito esse retrocesso que aconteceu.

No Acre, por exemplo, hoje, não há grandes conflitos, mas isso não é uma realidade em toda a Amazônia. Temos a região de fronteira ali, que envolve Amazonas, Acre e Rondônia, em que ainda existem muitos conflitos por terra. Esse parece ter sido um dos principais fatores de assassinato de mulheres de liderança.

As mulheres, quando resolvem se empoderar, resolvem assumir suas organizações, resolvem enfrentar o agronegócio, os grandes projetos de desenvolvimento, acabam assassinadas. Então, melhor seria que elas estivessem em suas comunidades, fazendo o papel de mulher, de produtora, sem serem reconhecidas, porque, no interior da floresta, a mulher ainda cria os filhos, cuida da casa, ajuda na produção, vai para o roçado com o marido, mas não tem o reconhecimento disso.

Muitas mulheres, hoje, além de sofrerem violência física, sofrem uma discriminação muito grande, inclusive por parte dos companheiros. Se há uma coisa comum à violência contra a mulher da cidade e a do campo, da floresta, é isto: a violência que vem de quem está próximo, que vem de dentro da casa, que vem dos amigos, que vem dos companheiros. E elas sofrem, além dessa violência física, discriminação. Há mulher que resolve se arrumar, se apresentar, passar um batom, passar um perfume, arrumar o cabelo, mas cujo marido, quando ela chega em frente a ele, não percebe nada. Tanta é a vida que eles levam juntos, em que a mulher produz como ele, trabalha como ele, está par a par com ele, que, para o homem, ela já passa a ser um companheiro de luta; não é mais a mulher dele. Isso é uma violência tremenda contra a autoestima da mulher.

Em relação à saúde, a mulher não conseguir hoje sair para acessar os serviços públicos de saúde. Às vezes, ela vai até o Município, chega lá, o agendamento é para daqui a não sei quantos dias, não sei quantas semanas, e ela volta para a comunidade, porque, muitas vezes, ela não tem como se manter ali no local onde ela procurar o atendimento. Então, é difícil, é complicado, e eu acho que temos que avançar.



Hoje, no Amazonas, temos quatro lideranças ameaçadas de morte, três delas mulheres. Uma é a nossa suplente da Secretaria de Mulheres, Sílvia Helena. Este aqui é o ofício que destinamos ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, falando dessas ameaças no Manicoré, no Amazonas, uma região em que estão sendo implementadas Unidades de Conservação e que, portanto, bate de frente com o agronegócio. E aí a solução para eles é esta: ameaçar até chegar às vias de fato.

Então, não podemos compactuar com essa situação atual, não podemos concordar com isso, temos que gritar, porque não nos resta outra alternativa: é gritar para o mundo, é gritar para quem pode ouvir e para quem pode ajudar essas mulheres. E estamos aqui para contribuir com o que puder e com o que nossa força deixar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Agradeço à Ângela Mendes, Secretária de Mulheres do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Por fim, vamos ouvir agora à Srª Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A SRª BEATRIZ CRUZ DA SILVA – Boa tarde a todas e todos! Agradeço o convite e parabênço, em nome da Deputada Luizianne Lins, a Comissão e as demais Deputadas em especial, pela importância deste tema em um momento como o que temos vivenciado.

Estamos atravessando, como sociedade, tempos bastantes difíceis, em que a cultura da violência, do assédio e do estupro tem dado provas, mais do que suficientes, de que esse assunto está presente e premente na nossa sociedade.

Entretanto, temos também vivenciado tempos de resistência, luta e empoderamento das mulheres, em torno dos temas mais importantes para o País, assim como do enfrentamento e do combate à violência contra todas as mulheres.

Infelizmente, nascer mulher no Brasil e no mundo, pelo menos em boa parte dos países do mundo todo, em especial da América Latina, ainda é um importante fator de risco para a violência e para a criminalidade na qualidade de vítimas.

Temos também uma questão central, que Simone de Beauvoir nos lembrava, de que basta qualquer crise econômica ou social para que os primeiros direitos a retrocederem sejam os das mulheres; por isso, a importância de se discutir, em um momento como este, esse tema do enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

Vivenciamos, nos últimos anos, um avanço bastante significativo nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tínhamos Aparecida Gonçalves. Gostaria até de fazer uma referência à minha companheira e colega Cida, que, junto com toda a equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinha garantindo, em torno do Estado e do Governo brasileiro, que se pautasse esse tema do enfrentamento à violência contra as mulheres, com um olhar especial para a questão das mulheres com mais dificuldade de acesso, que são as mulheres do campo e da floresta.

Também vivenciamos ainda uma época em que é necessária a garantia do acesso. Temos uma situação das regiões metropolitanas e das capitais, em que, hoje, já existe uma rede bastante estruturada para atendimento das mulheres vítimas de violência, seja na saúde e na assistência social, seja na segurança pública, em especial com a Casa da Mulher Brasileira, onde elas já existem.

Ainda temos uma grande dificuldade: garantir que esses serviços sejam acessíveis a todas as mulheres. Aí, nesse sentido, as mulheres que vivem nessas áreas mais afastadas, na zona rural, as mulheres do campo e da floresta, ainda vivenciavam um momento de início de acesso aos serviços, que precisamos, neste momento, garantir e tentar dar continuidade aos mesmos.

Além da questão da cultura da violência em geral e do assédio às mulheres, nós, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, realizamos uma pesquisa, junto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, atestando, por exemplo, que as mulheres policiais também são vítimas de violência dentro das suas instituições, em especial quanto a assédio moral e sexual.

Setenta e cinco por cento das mulheres policiais afirmaram que já foram vítimas de assédio. Desse percentual, 25%, assédio sexual; e, dessas mulheres policiais, que foram vítimas do assédio sexual, 85% por superior hierárquico.

Então, ainda temos um contexto em que, mesmo as mulheres que trabalham no braço do Estado, o braço armado, a Polícia, para a garantia e proteção das demais mulheres, ainda têm necessidade de terem garantidos os seus direitos mínimos e sofrem violências exclusivamente por serem mulheres.

Sabemos que a questão do assédio, em especial do assédio moral, é muito presente na vida e no cotidiano de todos os profissionais da segurança pública; entretanto, a pesquisa se destinava a trabalhar a ques-



tão do assédio por ser mulher, em razão da sua condição e do seu gênero, que nos trouxe esses dados todos bastante alarmantes.

Além desse tipo de violência, temos vivenciado – aí, talvez, porque tivemos alguns casos mais emblemáticos – a questão da violência sexual, que é utilizada, inclusive, mundialmente contra as mulheres, como arma de guerra e forma de subjugação.

No caso específico da violência sexual, temos um agravante, no sentido de que o Estado – e, aí, falo de todos os Estados federados, do Governo Federal –, ao prestar os seus serviços de proteção e de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, é também violador, na medida em que temos procedimentos e fluxos que impõem à mulher uma dupla vitimização.

Além da violência sexual, ao procurar a rede de atendimento, a mulher ainda passa por situações de constrangimento e de violação. Em média, uma mulher vítima de violência sexual é ouvida seis vezes sobre o mesmo fato por atores diferentes desse sistema.

Sou estudante de mestrado da Universidade de Brasília (UnB), da área de direitos humanos e cidadania, e o tema da minha dissertação é sobre isto: a forma como o Estado atende as vítimas de violência sexual, em especial na área de segurança pública e saúde, nesses dois serviços. Defendo a minha dissertação agora no final de julho. Para mim, ficou muito premente a grande dificuldade da integração dos serviços com vistas a diminuir essa revitimização.

Tivemos uma experiência no Governo Federal nos últimos anos, no âmbito do Programa Mulher, Viver sem Violência, que, no Eixo 3 deste programa, que era de atenção humanizada, de procurar unificar os serviços da saúde e da segurança pública, em especial com relação à perícia.

Foi um projeto que durou praticamente três anos, e tivemos muita dificuldade de criar protocolos e procedimentos, mesmo contando com profissionais absolutamente sensíveis à temática da violência, que compreendem esse processo do atendimento das mulheres como violador, o que nos mostra que temos desafios gigantescos nessa área.

Mesmo para aqueles que reconhecem que a forma como o Estado vem atendendo é violador, temos dificuldade de avançar na construção de protocolos e diretrizes, na implementação, na verdade, destes, porque começamos a realizar vários cursos de capacitação de médicos do SUS e peritos, para garantir que, na segurança pública, nós tivéssemos um olhar de atendimento mais humanizado...

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Concluindo.

A SRª BEATRIZ CRUZ DA SILVA – Já estou finalizando. De atendimento mais humanizado, mas também que na saúde nós tivéssemos uma preocupação com a coleta dos vestígios, a garantia da cadeia de custódia para a produção da prova. Claro que nunca foi o objetivo passar para a saúde a obrigação de realização de perícia, mas a gente tem vários casos em que a porta de entrada na rede da mulher é a porta da saúde, em que ela ainda não registrou ocorrência e que, por vezes, por falta de preparo ou de sensibilização do profissional, o médico ou o profissional da saúde coleta o vestígio e acaba descartando ou não tem o cuidado necessário com a produção da prova.

Eu estou trazendo esse dado da violência sexual porque, ao pesquisar esse tema, trabalhei com o conceito da Hannah Arendt, o conceito de Banalidade do Mal. É um conceito que ela utilizou no julgamento de Eichmann para dizer do quanto alguns processos desumanizam. Na verdade, a automatização, na atuação profissional, pode desumanizar e tirar a capacidade de um julgamento crítico. Então, ela quer dizer com isso que o mal é muito mais banal do que a gente imagina. É claro que ela trabalhava esse tema para tentar entender o que levou tantos profissionais, tantas pessoas, durante o nazismo, a aderirem, a cometerem atos bárbaros durante o holocausto sob o fundamento de que estavam cumprindo ordens.

Eu trouxe esse tema para o trabalho do meu mestrado porque está muito presente no discurso de que “assim é o sistema”, “eu só estou fazendo o que está dentro da minha obrigação”, “o sistema é desse jeito”, “reconheço que não está certo”, “eu gostaria que fosse diferente, mas eu não tenho essa capacidade, esse juízo crítico”. Então, estou trazendo também esses temas porque acho que a gente precisa neste momento atentar em especial para esses dois pontos: a questão da violência sexual e a questão do acesso às mulheres do campo da floresta ao serviço, porque, infelizmente, nem as políticas que o Governo Federal, nos últimos anos, implementou, foram capazes de alcançar, na sua integralidade, na sua totalidade, essas mulheres.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Beatriz, que é assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Encerrada a Mesa, vimos que foram falas extremamente valiosas, cada um trouxe uma parte desse debate, foram informações extremamente importantes.



Queria passar para a Comissão o nome integral da companheira: Maria das Dores Priante, a Dora Salvador, que, na verdade, era uma liderança rural do Amazonas, que denunciava a venda ilegal de terras na comunidade em que vivia e lutava pelo direito à terra, à moradia de qualidade, à segurança, à saúde e à educação. A Dora, antes de ter sido assassinada, já havia registrado mais de vinte boletins de ocorrência sobre as ameaças que sofria. Já tinha ido à polícia pedir proteção até à própria Assembleia Legislativa do Estado.

Eu vou agora, então, passar a palavra às inscritas: a nossa companheira, Deputada Federal Maria do Rosário, que já foi nossa Ministra de Direitos Humanos. Logo em seguida, Deputada Carmen Zanotto.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu e a Carmen pedimos desculpas a vocês porque são muitas audiências concomitantes. Na verdade, esta audiência pública é extremamente importante, Deputada Luizianne Lins, por isso que nós priorizamos aqui, com a Senadora Regina e a senhora, que coordena esse trabalho.

Eu quero fazer uma saudação aos integrantes desta Mesa, dizer que anotei uma série de questões que vão ficar muito presentes no desdobramento dela. Entre essas questões, eu destacaria a preocupação que grande parte da Mesa apresentou, senão todas, de manutenção e ampliação das estruturas de proteção às mulheres vítimas de violência, de como é preciso ter um olhar sobre a violência que atinge as mulheres, percebendo que elas são diferenciadas em cada região. Enfim, as mulheres da floresta, as mulheres do campo, estão dizendo a especificidade das suas vidas. Foi extremamente relevante ouvir das participantes desta Mesa esta realidade de tantas jornadas, de tantas violações presentes em meio a tanta força, a tanta luta que essas mulheres demonstram.

O que me ficou muito presente é que esta nossa Comissão, Deputada Luizianne Lins, deve perguntar ao Governo interino, que está exercendo o Governo, o que está sendo realizado, por exemplo, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no Plano Nacional, nos recursos. Neste momento, preocupo-me sobremaneira com o Programa Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, porque essas pessoas ameaçadas por defenderem suas comunidades, outras por falarem sobre a realidade da mulher, por lutarem pela terra, pela reforma agrária ou pela floresta, como Dorothy Stang, como fez Maria do Espírito Santo, e poderíamos lembrar tantas outras mulheres, como Margarida Alves. Cito três que foram assassinadas pelo latifúndio em diferentes momentos da nossa história recente. Quantas outras, hoje, sentem-se ameaçadas? E a Ângela Mendes, filha de Chico Mendes, aqui presente, trouxe-nos isso. Ela trouxe o nome de cinco mulheres.

A SRª ÂNGELA MENDES – Três mulheres, quatro lideranças.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Quatro lideranças e três mulheres que estão ameaçadas. Penso que a nossa Comissão tem de pegar o nome dessas três mulheres e verificar se elas já participam de algum programa. O Programa Nacional à Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, certamente, tinha muitos limites no Governo da Presidente Dilma. Eu digo isso como uma pessoa que foi responsável também por esse programa, mas programas que possam ter muitos limites têm de ser melhorados, não podem ser desfeitos. Nós temos de andar para a frente, Senadora Regina, não podemos desatender...

Hoje mesmo nós aprovamos aqui, entre as medidas para serem tomadas como prioridade, queridas Deputadas e Senadoras, no relatório da Deputada Carmen Zanotto, que nos representa no seu relatório sobre a LDO, nós aprovamos a Casa da Mulher Brasileira, porque consideramos importante essa política vinda daquele período do governo da Presidente Dilma. Nós queremos que essas políticas sejam mantidas e ampliadas, nós não queremos que as políticas sejam desfeitas. Sabemos que é difícil, mas não queremos. Eu diria que, talvez, a maior dificuldade que nós estamos tendo com as mulheres neste momento é a dúvida e a ameaça que pairam no âmbito da reforma da Previdência, sobre as mulheres.

Eu ouvi mulheres do campo me dizerem que a autonomia delas, que está vinculada a ter uma renda, a ter políticas que a observem também como parte e dona daquela terra e, no momento da aposentadoria, que é uma grande conquista das mulheres, estender o prazo para a aposentadoria das mulheres e dos homens também, mas sobretudo para as mulheres do campo, vai significar que a aposentadoria não vai chegar a muitas pessoas. Em muitos Estados, a média de vida é inferior ao tempo que se está pensando, e que nós vimos o Governo Temer pensando para propor a reforma da Previdência.

E as mulheres, se têm uma dupla ou tripla jornada, nós aqui vamos ter que pensar sobre isso, porque muitas dizem que o momento da sua autonomia é quando elas alcançam a sua aposentadoria. É triste ver isso, mas é. Então, se elas não tiverem esse direito mais, isso será terrível.

E por último, eu ainda situaria que nós temos que estar atentos a esses programas. Já me posiciono contra a reforma da Previdência. Acho que não é uma igualdade quando se está buscando uma idade igual e permanente a dupla, tripla ou quatro vezes a jornada para a mulher, como aqui foi dito, sobretudo no campo, onde a vida é dura, onde a vida é difícil, onde os recursos não estão disponíveis para as mulheres, onde não existem políticas públicas acessíveis próximas, para a sua saúde ou para o enfrentamento à violência.



E aí eu ouvi de uma companheira – peço licença para dizer – no âmbito da Fetraf-Sul, um dia, que muitas mulheres no campo querem que suas filhas estudem e não permaneçam no campo, porque o campo é difícil para as mulheres. Em todo lugar é difícil para as mulheres, mas as mulheres têm uma percepção, quando criam suas filhas, de que ficar no campo muitas vezes significa uma vida de privações. E ao ouvir, isso me doeu profundamente, porque a gente fala em políticas que mantenham a pessoa no campo, que mantenham no extrativismo, que mantenham na floresta, que mantenham nas comunidades indígenas, mas a gente não vê também que, se isso significa privações e violências adicionais àquelas que as mulheres têm nas cidades – porque existem certamente nas cidades violências muito grandes –, nós devemos pensar que isso tem que ser resolvido com políticas públicas.

Então, queria fazer essa saudação a vocês e pedir desculpas por não permanecer, inclusive à Deputada Carmen, mas dizer que todas estamos numa mesma jornada, numa mesma caminhada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer essa indagação, pela Comissão, sobre essa questão da continuidade dos programas existentes, inclusive do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher.

Vou passar à Deputada Carmen Zanotto, só fazendo aqui a ressalva de que nós recebemos uma contribuição pelo e-Cidadania:

Anna Flávia Schmitt: “Parabenizo a iniciativa da pauta, mas as mulheres das pequenas cidades do litoral também devem ser incluídas, pois no litoral, no campo e na floresta, os abusos a que a mulher está exposta são a violência familiar no trabalho e também contra o seu direito de propriedade.”

Obrigada, Anna Flávia, pela sua observação, pelo seu carinho.

Vamos, agora, à palavra da Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, nobre Relatora da nossa Comissão, Deputada – o seu nome, eu sempre tenho que cuidar para não pronunciar errado – Luizianne Lins.

Eu quero saudá-la, saudar a Senadora Regina, a Deputada Maria do Rosário, as nossas expositoras, e pedir duplamente desculpas. Desculpa por divergir numa parte da fala das senhoras e desculpa porque eu sou obrigada a sair, porque eu tinha uma audiência que já começou às 16h.

Eu quero afirmar aqui que, para mim, como Parlamentar do PPS, a política de combate à violência contra as mulheres deve ser uma política de Estado, e não apenas de um governo instalado. As posições político-partidárias não vão nos unir para o processo do combate à violência contra a mulher. Eu digo isso com muita tranquilidade, porque as nobres Deputadas e Senadoras que estão ainda aqui conosco conhecem o meu perfil. Então eu me sinto na liberdade de poder também dizer isso.

Nós não vamos avançar, até porque nós não sabemos o que pode acontecer no processo de julgamento. Se o julgamento for pelo não afastamento definitivo, cabe a todos nós acolher o processo democrático constitucional desse processo de votação. Agora, se for o contrário, nós vamos parar de lutar por políticas públicas que fortaleçam e que reduzam a violência contra a mulheres? Em especial – em que pesem as mulheres litorâneas, das pequenas cidades e dos grandes centros, porque a violência contra a mulher está atingindo a todos –, a violência contra a mulher do campo e da floresta é maior, porque esse conjunto de mulheres não tem acesso às ações e aos serviços de saúde, por exemplo, como as mulheres que estão mais próximas de uma unidade de saúde têm. Basta a gente ver um parto de uma mulher no campo, a assistência do pré-natal dessa mulher longe dos serviços de saúde.

Então eu queria fazer esse apelo: que a gente lutasse por aquilo que nos une a todas, que é efetivamente, em todas as esferas de governo, porque eu tomei todo cuidado na relatoria das emendas de buscarmos contemplar o conjunto das políticas públicas, porque a própria Casa da Mulher Brasileira, quantas estão instaladas? Quantas efetivamente estão no seu devido funcionamento por causa do custeio? O meu Estado de Santa Catarina, que poderíamos considerar um Estado privilegiado dentro da questão econômica nacional que estamos vivendo, está pedindo para devolver as unidades móveis. Por quê? Por causa do custeio.

Então, eu acho que nós precisamos todas nos abraçar e todas, independente das posições políticas, termos uma leitura. Quando é que nós vamos ter neste País, porque a gente viu o episódio da semana passada, isso não atinge só a mulher do campo, a mulher da floresta, a mulher do litoral, a mulher das cidades menores. A gente viu uma grande mulher brasileira, que é um ícone para nós, sendo violentada, e não foi por alguém que não tinha formação nem estrutura. Então a violência está em todas as esferas, e com certeza – não tenho medo do que vou dizer aqui – a mulher do campo e da floresta sofre muito mais, e não precisa ser necessariamente a violência física, mas é a violência da dificuldade de acesso às políticas públicas.

E eu digo isso porque fui gestora municipal e sei – eu sou da cidade que tem o maior interior no Estado Santa Catarina, o Município de Lages – o quanto é difícil a gente chegar, até para fazer a vacina, quando a gente não tem as estradas cascalhadas ou patroladas para garantir esse acesso.



Então me perdoem duplamente, porque eu gostaria muito de ouvir a opinião das senhoras, mas se eu não chegar à audiência, porque sou da área da saúde, e a gente está com uma grande preocupação no nosso Estado com relação aos credenciamentos de alta complexidade em especial, mas a nossa equipe está aqui e vai ouvir. E se as senhoras até discordarem dessa minha posição, eu gostaria de ouvir; mas eu precisava registrar essa minha preocupação de que a gente não se divida numa política fundamental e importantíssima para o coletivo das mulheres brasileiras, independente de raça, cor, credo e posição geográfica em que elas residam.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. Deputada Carmen, permita-me fazer a seguinte observação: talvez, nós divirjamos em relação à questão de como entender esse processo político que está posto, mas penso que até as colegas da Mesa aqui também querem, como eu quero, que seja uma política de Estado sempre, que não seja uma política de um governo ou de outro. Acho que temos essa compreensão como mulheres, e isso nos une mesmo.

Mas posso atestar o compromisso da Deputada Carmen Zanotto com essa luta. Ela é extremamente presente e bastante batalhadora nessa questão. Mas, talvez, tenhamos visões e posturas diferenciadas sobre o processo político no País, pois nós consideramos o Governo ilegítimo, do ponto de vista da nossa compreensão política. Digo não necessariamente dessa política específica.

Então – e daí vem a preocupação da Deputada Maria do Rosário –, o encaminhamento desta audiência será exatamente o de procurar o Governo interino para perguntar sobre todos os desdobramentos relativos à questão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

A Senadora Regina está com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Eu também fiz algumas anotações no sentido de ajudar. Acho que a questão da violência contra a mulher é uma pauta de todos nós e da sociedade, não só das mulheres. A gente precisa avançar para discutir isso em todos os lugares, em todos os ambientes, principalmente na educação. Pauto demais essa política, repito muito isso. O poeta Salgado Maranhão disse, na semana passada, quando eu o encontrei no Salão do Livro: “Há de se educar para não se querer violentar, para não se pensar em violentar.” Então, é a educação.

Os adultos já estão com a cabeça construída. De vez em quando, mesmo a gente se pega dizendo uma besteira ou pensando em dizer e corrige, porque isso está aqui dentro, construído. Desconstruir isso não é fácil. Agora, educar para a não violência é muito mais simples. Isso tem de ser feito no ambiente familiar e no ambiente da escola, embora o fundamentalismo esteja contra a discussão de gênero na escola. Mas isso tem de ser tratado, porque vai haver uma geração com a cabeça mais saudável.

Num dia desses, num programa de televisão, colocaram um menino para ler algumas frases olhando para uma negra. E a criança chorou e disse: “Não tenho coragem de dizer isto para ela.” Ele não tem aquilo na cabeça, não tem o racismo na cabeça. Isso se constrói, se deixar crescê-lo ouvindo essas coisas, vendo o pai bater na mulher. Ou ele mesmo pode bater na irmãzinha, porque ele pode, porque ele é maior e mais velho e tem de tomar conta da irmã. Aí ele dá algumas palmadinhas na irmã, quando ela faz qualquer coisa, porque ele acha que tem poder sobre ela.

Então, se não se educar para tirar isso, essa concepção, estaremos, daqui a 20 anos, discutindo as mesmas coisas com a nova geração. Então, é importante dizer isso.

Por exemplo, quanto ao que foi dito aqui sobre a questão da floresta, do campo e da floresta, sobre a questão do acesso à porta do SUS, é preciso que esta Comissão tome isso para si como uma tarefa, como plano de trabalho. Realmente, a mulher do campo tem de ir à cidade para marcar uma consulta para daqui a não sei quanto tempo. Às vezes, ela chega lá, e nem há vaga. Então, deve haver um jeito de fazer com que o atendimento seja feito no local, na comunidade. Os agentes de saúde, do Saúde da Família, têm de fazer isso, para que ela vá à cidade só no dia da consulta, porque é um deslocamento doloroso, às vezes. Então, essa tem de ser uma política que a gente debata, discuta e assuma, para poder ajudar lá.

Outra questão que acho que também é desta Comissão é o acompanhamento do desfecho dos processos. Tudo bem, a Lei Maria da Penha nos ampara. Então, prende-se, mas, depois, o processo se arrasta por muito tempo, por muitos anos. Já há alguns tribunais criando as Coordenadorias da Mulher. No Piauí, o Tribunal de Justiça de lá a criou. Esta é uma coisa para cobramos também, para que haja um setor no tribunal que cuide só disso, desses processos de violência contra a mulher.

Quanto às mulheres ameaçadas, é preciso que nós da Comissão tenhamos esse cadastro, até para darmos força também. A mulher denunciou 20 vezes e foi assassinada. Se há uma comissão de Senadores e deadoras que se volta para isso, que está preocupada com isso, que tenha esse cadastro, que exija a proteção, e se reforça mais. Então, é preciso que seja tarefa desta Comissão o cuidado com essas mulheres ameaçadas.



das, que são muitas. O Governo não acredita, ninguém acredita, e aí acontece. Então, precisamos trazer isso também para a nossa pauta.

Não sei se foi a Ângela que falou que a Amazônia precisa de um olhar diferente por conta da dispersão da população. Se o campo, de um modo geral, já precisa desse olhar, a Amazônia precisa disso bem mais, porque as distâncias são imensas. Acho que ela tem toda a razão.

Agora, a questão da violência doméstica ocorre no campo e na cidade. No caso dos estupros, às vezes, os que os praticam não são conhecidos da pessoa, como nos últimos casos. Mas, em geral, é um familiar, o ex-namorado, o ex-marido ou alguém da relação que o pratica, tanto no campo como na cidade. No Piauí, tem acontecido isso demais. Lá já instalamos a Delegacia de Feminicídio. O que há de vantagem no Piauí é que, em todos os casos, o pessoal está preso. Não há ninguém impune. O menor foi recolhido para a Casa Abrigo.

Mas está acontecendo demais essa história de estupro. Agora, há o estupro coletivo. É como se fosse um recado para nós. Estamos nesta luta toda de combate à violência, e aí vem o recado: nós podemos mais, os homens podem mais. Isso é sério. Considero que esse é o nosso maior desafio no momento. Se não para essa onda de estupro coletivo, não sei onde é que vamos parar. Não vamos ter condição de cuidar das outras políticas, porque essa vai dominar nossas energias, vai absorver todas as nossas energias, para discutirmos isso, para debatermos isso, para acabarmos com isso.

Quanto à questão de ser uma política de governo ou de Estado... Embora fosse uma política de governo, se o outro Governo que entrou, o interino, tivesse continuado, não estávamos aqui cobrando dele. O problema é que ele dispersou, ele destruiu o Ministério dos Direitos Humanos, onde a gente se enxergava, onde o indígena se enxergava, onde o quilombola se enxergava, bem como as mulheres, a juventude, os negros. A gente não sabe a quem se dirigir. Um pedaço está no Ministério da Justiça, outro está na Presidência da República. Juro que não sei para onde é que me dirijo, para saber como anda a Casa da Mulher Brasileira lá no meu Estado. Ainda não sei a quem devo me dirigir.

Um dia desses, eu o vi transferindo o orçamento da Secretaria de Combate ao Racismo para a Presidência da República. Vai fazer o quê? Quem é que cuida disso? Então, é ele que está dando demonstração de que não gosta muito dessas coisas em que o povo se vê. Aliás, falando dessa questão de povo, lembro que, ainda agora, houve um tumulto ali, porque o Ministro da Saúde estava aqui e não aguentou as manifestações.

Todos os Ministros vinham aqui. Os Ministros da Dilma vinham aqui duas vezes na semana, recebiam desaforo nos corredores, mas nunca se negaram a vir aqui. Aí o Ministro da Saúde, na primeira vez que veio ao Senado, foi embora. Além de mandar prender o pessoal que estava se manifestando, foi embora, não falou. Arranjou uma bela desculpa para não falar.

Então, somos contra esse Governo, nós o achamos ilegítimo, mas o que for feito para o bem queremos que ele faça, porque essa não é mais do que sua obrigação. O Orçamento já previa a Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, mas não está andando nada. A gente não sabe o que fazer.

Então, é claro que deve haver política de Estado mesmo. Mas a política de governo deve ser seguida, porque ela está prevista. Qual é o problema de continuar? Há a Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas ela ainda não se manifestou também. A gente até a convidou para vir aqui. Nem foi convocada para vir aqui, mas ela ainda não agendou. Essa questão da relação com o povo é complicada nesse Governo, e todo mundo percebe isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Senadora Regina.

Antes de finalizarmos – há duas companheiras da Mesa que vão ter de viajar, e vamos encerrar a Mesa –, vamos dar prosseguimento a três requerimentos. Vamos encaminhar um requerimento diretamente à Presidência da República, para sabermos exatamente onde se encontram os programas de enfrentamento à violência contra a mulher. Também vamos enviar à própria Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o mesmo requerimento.

Eu também gostaria de dizer para a Socorro que vamos pedir informações à Secretaria de Segurança Pública sobre a investigação do caso da Dora Priante. Inclusive, temos aqui o número do processo.

Também quero dizer à Ângela que vamos, a partir da Comissão, requerer informações sobre as quatro pessoas, entre elas três mulheres... Elas já estão no programa de proteção?

A SRª ÂNGELA MENDES (*Fora do microfone.*) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Não estão no programa, mas estão requerendo isso. Não so?

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – É que, no Amazonas...



A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Então, vamos também pedir informações sobre o desdobramento disso e dizer que tomamos conhecimento aqui na Comissão dessa situação, para que possamos acompanhar isso de perto.

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – Está em segredo de justiça.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – O do homicídio qualificado da Dora Priante, não é?

A SRª SOCORRO PRADO (*Fora do microfone.*) – É.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois bem, então, eu gostaria de agradecer a presença de vocês todas aqui. Foi uma Mesa belíssima do ponto de vista das informações, da informação que cada uma deu. Agradeço à Beatriz Cruz, à Carlene dos Santos Oliveira, à Socorro Prado, à Sonia Maria Orellana, à Ângela Mendes, a todas vocês. Nós encerramos, então, a Mesa, agradecendo-lhes.

Encerramos a nossa audiência pública.

Vamos agora para a apreciação de dois requerimentos que devem ser aprovados.

Vocês podem ficar à vontade.

Muito obrigada pela presença de todas. (*Palmas.*)

Vamos dar desdobramento e, depois, vamos dizer a vocês sobre as nossas informações.

Vou dar continuidade, pedindo um minutinho à Senadora Regina, para que possamos, Senadora, aprovar aqui um requerimento de minha autoria que solicita a aprovação do plano de trabalho da Comissão.

Item 1:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 7, DE 2016 - Não terminativo -

Requer a aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para o ano de 2016.

Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Esse plano já foi divulgado amplamente para a maioria das pessoas pertencentes à Comissão, para os Deputados e para as Deputadas, para os Senadores e para as Senadoras.

Basicamente, é o seguinte. São objetivos da Comissão investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, apurando denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projeto de lei sobre a garantia dos direitos das mulheres; fomentar debates e discussões sobre o enfrentamento e o combate à violência contra a mulher.

Estas são as ações: realizar audiências públicas nos Estados que, segundo o Mapa da Violência de 2015, apresentaram maior crescimento no índice da violência contra a mulher no período de 2003 a 2013; realizar intercâmbio de experiências de enfrentamento da violência contra a mulher em nível internacional; realizar concurso de produção audiovisual com foco nas histórias de superação da violência contra a mulher; estruturar o Observatório da Violência contra a Mulher; realizar pesquisas junto as mulheres vítimas de violência sobre atendimento policial, procedimentos jurídicos e prioridade do atendimento nas varas criminais; dar continuidade às oitivas de mulheres vítimas de violência, movimentos de mulheres, autoridades públicas e instituições da sociedade civil; convidar mulheres para apresentarem relatos de suas experiências e formas de superação da violência; convidar organizações e instituições para apresentarem experiências relevantes, em âmbito nacional, no enfrentamento da violência contra a mulher; solicitar informações a Estados e autoridades sobre as recomendações realizadas no relatório final da CPML da Violência contra a Mulher, aprovado em junho de 2013; requerer esclarecimentos e informações das autoridades sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher; fiscalizar a implementação do Programa Mulher Viver sem Violência; acompanhar a criação de juizados especiais e das equipes de atendimento multidisciplinar e levantar informações acerca do atendimento policial dos procedimentos jurídicos da prioridade prestada aos casos de violência doméstica nas varas criminais; apoiar as iniciativas e realizações de capacitações para as mulheres estimulando a discussão e a defesa de igualdade de salário entre homens e mulheres; ampliar a discussão sobre os elementos de discriminação racial no contexto da violência contra a mulher.

Metodologia.

O caminho percorrido para chegar a essas ações apresentadas se iniciou a partir do diálogo com o Plano Nacional de Ação da Comissão, construído em 2015, e as demandas surgidas no cenário de denúncias acerca de violência. As ações são fundantes para dar continuidade ao trabalho já iniciado e contam com as propostas



sugeridas e apresentadas por toda a Comissão. Utilizaremos os seguintes instrumentos: requerimentos, oitivas, solicitação de documentos, visita às autoridades, diligências, relatórios, pesquisas e estudos.

Concluindo, a Comissão realizou um trabalho importante em 2015, cujos resultados estão apresentados na revista lançada na primeira reunião do corrente ano. Em 2016, temos as ações apresentadas para construir, em que gostaríamos de ressaltar a importância do observatório como um instrumento fundamental para o mapeamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

É o relatório e a proposta de plano de trabalho.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Sem mais quem queira discutir, passamos à votação.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Há o segundo requerimento, também de minha autoria, que requer a realização de concurso de vídeo por celular, curta-metragem relacionado à temática da mulher e a superação da violência.

Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 13, de 2016 - Não terminativo -

Requer a realização de concurso de vídeo por celular, curta metragem relacionado à temática da Mulher e a superação da violência.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Eu gostaria de explicar essa ideia, Senadora Regina. Eu gostaria que a nossa Comissão pudesse fazer uma iniciativa simples, porém, com largo alcance. Para isso, até pedi a ajuda do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de podermos utilizar a TV Câmara e a TV Senado como divulgação.

Seriam vídeos simples realizados até por celular – hoje há uma série de aplicativos que permite isso – onde, num vídeo de, por exemplo, até cinco minutos, você pudesse contar histórias de superação da violência contra a mulher. Que possamos ter como referência um concurso nacional, em que podemos movimentar a Comissão em torno desse concurso, o que seria exatamente o objeto do requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Muito boa ideia, Deputada. Parabéns! Vai ser uma coisa muito boa, inclusive para as TVs regionais, se conseguirmos que as TVs regionais nos Estados também possam utilizar esses vídeos nos seus espaços. Muito boa ideia. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Senadora Regina.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Sem mais quem queira discutir, passamos à votação.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Antes de encerrarmos os trabalhos proponho a aprovação da Ata desta Reunião.

As Srs. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

A Ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos vocês e agradecendo também as assessoras da nossa Comissão que realizaram aqui essa reunião junto conosco.

(Iniciada às 15 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)



ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Daniel Vilela, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Fernando Bezerra Coelho e Douglas Cintra; e dos Deputados Sergio Souza, Jony Marcos, Angelim, Leonardo Monteiro, Ricardo Tripoli, Antonio Carlos Mendes Thames. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater os desafios na INDC brasileira no setor florestal: constitucionalidade e implantação do Código Florestal. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Gustavo Mozzer, Pesquisador da Embrapa e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Tiago Reis, Representante do Observatório do Código Florestal. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. A Presidência passa a palavra para o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para suas considerações. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Donizeti Nogueira, Deputado Sergio Souza, Deputado Leonardo Monteiro e Deputado Ricardo Tripoli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Carolina Freitas Mendonça Mariano, Secretária da Comissão Adjunta, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Daniel Vilela, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DANIEL VILELA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para debater os desafios na INDC brasileira no setor florestal: constitucionalidade e implantação do Código Florestal.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Sr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Gustavo Mozzer, Pesquisador da Embrapa e Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Tiago Reis, representante do Observatório do Código Florestal. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao primeiro convidado – vamos seguir essa ordem de convidados aqui –, o Sr. José Domingos Gonzalez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Nós concedemos dez minutos para exposição, mas é lógico que há uma tolerância para a apresentação do senhor. Fique à vontade. Seja bem-vindo, mais uma vez.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Primeiro, obrigado pelo convite.

Eu vou falar mais sobre os resultados da COP21 e a INDC brasileira.

Eu sou o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Bom, a COP21, como os senhores sabem, foi a que teve o maior número de participantes na história da Convenção sobre Mudança do Clima, com mais de 30 mil pessoas, sendo 19 mil delas de governo, 2 mil de organizações internacionais e governamentais, mais de 6 mil de organizações não governamentais e quase 3 mil pessoas da mídia, e teve o maior número de chefes de Estado. Diferentemente de Copenhague, o que eles fizeram foi chamar os chefes de Estado antes da Conferência das Partes. Essa foi uma das razões do sucesso. Então, a estratégia francesa, de engajamento de alto nível no início, foi muito boa.

Antes de começar a Conferência das Partes, os países apresentaram o que seria a INDC, que é a Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida. Cada país determinou a sua. Elas foram apresentadas até 1º outubro, ou seja, antes da Conferência das Partes começar, que começou em dezembro. A condução pela



presidência francesa foi transparente. Eles tiveram um cronograma denso, mas eficiente, e a liderança do Presidente da COP, que foi o Chanceler Laurent Fabius, foi muito firme.

O Acordo de Paris tem natureza juridicamente vinculante. Nós vamos ter que submeter à ratificação pelo Congresso. O objetivo global é manter o aumento de temperatura até o fim do século em abaixo de 2°C, com vistas a limitar esse aumento até 1,5°C, e a implementação da comunicação dos esforços de emissão por todos os países, reconhecendo a diferença dos países em desenvolvimento, que estão em outro estágio de desenvolvimento.

Então, houve o reconhecimento de uma proposta brasileira sobre diferenciação de que os países, ao longo do tempo, devem tender a todos terem compromissos mais absolutos e *economy-wide*, ou seja, abrangendo toda a economia.

Todos os países, quase todos, 187 – são 195 países na convenção, o que representa quase 95% do globo –, apresentaram INDC. A ideia é que, a cada cinco anos, a partir de 2030, os países apresentem uma INDC que seja uma progressão em relação à anterior. Por que foi a partir de 2030? Porque alguns países apresentaram a INDC em 2025 e outros países apresentaram em 2030.

Sobre REDD, foram confirmadas as decisões anteriores, de Varsóvia, da convenção. Foi criado um mecanismo de mercado, que é o art. 6º, que é uma extensão, até uma ampliação do mecanismo do desenvolvimento limpo do protocolo de Quioto. Foi criado um sistema de comércio de emissões no âmbito dos países e foi criada uma novidade com uma abordagem não no mercado, também no art. 6º.

Falou-se sobre adaptação – eu vou passar correndo por isso –, sobre transparência, sobre como se reporta ou se relata o que o país está fazendo e o que o país está emitindo ao longo do tempo.

Vai haver um processo, a cada cinco anos, de avaliação de como está, periodicamente, esse cumprimento coletivo do Acordo de Paris. O primeiro será em 2023. Essa avaliação, essa parada para avaliação tem como objetivo comparar com o que a ciência está falando e fortalecer os próximos passos a cada cinco anos.

Para entrar em vigor o Acordo de Paris, existem duas cláusulas. A primeira é que 55 países sejam parte, representando 55% das emissões totais globais. As emissões totais, na verdade, não são a soma das emissões do mundo, porque é o último relatório que foi apresentado na convenção do clima. Então, vocês veem lá que o último relatório do Afeganistão é de 2005, tem países que fizeram seu último relatório em 2000, em 2013. Então, nessa soma, que não representa o total mundial – o Brasil apresentou o último relatório em 2010 –, nós representamos 2,48% desse total, que é a soma de diferentes épocas de emissões. Essa tabela só vale para entrada em vigor.

A dificuldade é essa cláusula de 55% do total das emissões globais, porque 55 países é fácil de atingir, porque as pequenas ilhas, principalmente as ilhas do Pacífico, representam... Ali, a gente pode ver... Deixa eu ver se tem alguma ilha ali. Bahamas, por exemplo. Você vê que a emissão delas é de zero por cento. Eu mostrei aqui três pequenas ilhas que já ratificaram, Fiji, Palau e Marshall Islands, que somam uma emissão de 0,01%. Fiji tem 0,01% e as outras duas têm 0,00%. A maioria das pequenas ilhas emite 0,00%. Então, você chega a 55 partes muito rapidamente, porque essas pequenas ilhas, como estão ameaçadas de sumir pelo aumento do nível do mar, vão ratificar muito rapidamente, só que o total que vai representar essa ratificação das 55 vai ser algo menor, da ordem de 7%. Ou seja, a gente vai precisar que mais países grandes emissores entrem para completar a segunda cláusula, que é a mais complicada.

Aqui está só mostrando o que foi a participação. A Presidente esteve presente no início. A Ministra do Meio Ambiente, Ministra Izabella, foi convidada pela presidência francesa para ser uma das facilitadoras. O Embaixador Marcondes foi o chefe da Delegação Brasileira dos Negociadores e a Ministra Izabella ficou responsável pela definição dos critérios de diferenciação, que poderia ser o ponto mais difícil de chegar a um acordo.

Aqui são os negociadores.

Aqui eu passo para a INDC.

Nós fizemos um diálogo muito grande. Começou por uma consulta pública do MRE do que seria a forma e o conteúdo da INDC, da possível INDC de diversas modalidades que a gente poderia apresentar. Houve um diálogo adicional específico para cada segmento, houve um diálogo com o setor governo, com o setor privado, com o setor academia e com o setor ONG. Nós fizemos esse processo, basicamente, durante 2014 e 2015, com os atores relevantes.

A INDC brasileira segue o padrão que foi definido na COP de Lima, no Peru, a COP que antecedeu Paris. Então, o que a gente fez foi simplesmente seguir o padrão que era definido. Mitigação de emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, o ponto de referência é 2005. O que foi proposto é redução, em 2025, de 37%. E nós fizemos uma contribuição indicativa de que a gente ampliaria essa redução em 2030. A princípio, não foi pedido, depois, pelo Acordo de Paris. É simplesmente uma contribuição indicativa para sinalizar que a gente vai propor uma trajetória decrescente.



O tipo é meta absoluta em relação a um ano-base, abrangência em todo o Território nacional, incluindo todos os gases de efeito estufa que eram controlados no primeiro período do Protocolo de Quioto. E a métrica usada foi o potencial de aquecimento global de 100 anos, do 5º Relatório de Avaliação do IPCC.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Mês de implementação. Não condicionamos a apoio internacional e fizemos a ideia que ações adicionais poderiam agilizar a implementação da INDC e propusemos, inclusive, que o Brasil poderia ajudar em iniciativas sul-sul.

Depois, finalmente, a gente apresenta, ilustrativamente, na INDC, o que seriam maneiras de atender essa meta, que a gente estudou durante o ano de 2015 inteiro. O Brasil, como os senhores sabem, reduziu muito a taxa de desmatamento, na ordem de 79%. O ano de 2005, ano que a gente pegou como referência, não é o de mais desmatamento, mas nós estamos com nível de desmatamento mais baixo do que o do ano de 2005.

Nós já temos reduzido, de 2005 a 2012, 41%. As pessoas falam que, então, 43% para 2030 não é um esforço adicional. É um esforço adicional, porque o Brasil de 2030 será um país muito maior. A expectativa do IBGE, por exemplo, para crescimento da população é de 230 milhões de pessoas. Quer dizer, você vai ter mais 30 milhões de pessoas. Isso, só para a gente ter uma ideia, é cerca de dez vezes o tamanho do Uruguai. Com isso, a gente vai ter mais consumo, mais gente, mais consumo de energia, mais equipamentos, mais atividade humana, mais emissões. Então, é um esforço grande.

Basicamente, a ideia é fortalecer, no caso da energia, a contribuição da bioenergia, em particular com biocombustíveis, que seria aumentado para 18%, fortalecer o cumprimento do Código Florestal, o objetivo é o desmatamento ilegal zero até 2030... É óbvio que a gente está falando 2030 como o prazo da INDC, mas o objetivo é fazer essa redução do desmatamento ilegal o mais rápido possível.

Claro que desmatamento ilegal é crime, está indo contra a legislação, mas o que a gente está falando é em aumentar a coerção para evitar o desmatamento ilegal. Há desmatamentos autorizados pelos Estados. Então, a ideia é que a gente compense as emissões desse desmatamento autorizado através de restauração de florestas e reforestamentos adicionais no total de 12 milhões de hectares até 2030. Isso compensaria, de alguma maneira, a parte do desmatamento que é autorizado, que é legal.

Então, na parte de energia, especificamente, a ideia – hoje, nós estamos na ordem de 39%, entre 39 e 40%, dependendo do regime hídrico – é que, até 2030, a gente chegue a 45% de energia renovável na matriz energética, basicamente expandindo o uso de fontes renováveis, que não hidrelétricas. Além das hidrelétricas e da expansão prevista para hidrelétricas, a gente propôs que expandisse, basicamente, a eólica, a biomassa e a solar, a participação de fontes não hidrelétricas, para aumentar a segurança do sistema renovável e alcançar a maior eficiência de energia no setor elétrico.

Em adição, a gente propôs medidas também para o setor agropecuário, basicamente a melhoria de pastagens degradadas, porque a grande emissão do setor agropecuário é a emissão de metano pelo gado bovino através da ruminação. O rúmen é um pré-estômago, e o bovino acaba emitindo metano pela boca e pelo nariz. Então, é difícil você ter medidas de mitigação para emissão de metano do gado. O que a gente tentou fazer, junto com o MAPA, foi tentar aumentar maneiras que permitissem maior digestibilidade da pecuária. Com isso, as duas ações primárias seriam aumentar a qualidade das pastagens e aumentar os sistemas que integram lavoura, pecuária e floresta.

No setor industrial, o que a gente fala é de aumentar a eficiência e aumentar o uso de inovação e tecnologias mais limpas. E em transporte, fala-se em aumentar a eficiência e modalidades de transporte que sejam mais eficientes.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Professor José Domingos, se a campanha tocar, não se preocupe, pode continuar.

Eu vi que o Professor José Domingos deu uma acelerada, mas nós temos toda a disposição.

Concedo a palavra agora ao Dr. Gustavo Mozzer, pesquisador da Embrapa e Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. GUSTAVO BARBOSA MOZZER – Obrigado, Deputado Daniel, Senador Fernando.

Eu venho aqui em nome do Presidente da Embrapa, Dr. Maurício, e falo depois do Miguez, que é sempre muito eloquente, como de costume.

A minha exposição aqui vai ter foco no papel de como a agricultura tem se posicionado em relação à questão do Código Florestal e, em especial, em relação às INDCs.



O Miguez já pintou um panorama extremamente claro das repercussões que Paris irá trazer em relação à implementação desse esforço e, fundamentalmente, para nós, do esforço que tem sido feito pelo Brasil, um esforço muito grande, em termos de implementação dessas ações em âmbito nacional.

Eu vou apenas dar um pulinho um pouco mais atrás e chegar a época de Copenhague, porque lá também aconteceram repercussões muito importantes que desdobraram-se na implementação dos chamados NAMAs, que são as ações nacionalmente apropriadas de mitigação, que foram implementadas naquela época e, para nós do setor agrícola, foram muito importantes no sentido de impulsionar ações estruturantes focadas na questão da sustentabilidade.

Na época, foi desenvolvido o que nós chamamos de projeto Plano ABC, um sistema de agricultura de baixa emissão de carbono, que tem como objetivo a promoção de ações que resultem na manutenção da renda da atividade agrícola. Então, foram definidas tecnologias que pudessem assegurar a manutenção da renda. E tem como objetivo também, em segundo lugar, a construção de sistemas resilientes, ou seja, sistemas capazes de responder positivamente aos estresses climáticos, ao aumento da vulnerabilidade potencial causada por eventos climáticos, como aumento de frequência de geadas, chuvas ou intempéries, tipo oscilações na temperatura e seca. Quer dizer, então, era fundamental, naquela época, que nós tivéssemos estruturas que pudessem responder nesse sentido. E, por último, tem como objetivo aprimorar o estoque de carbono nos solos.

Por que eu estou falando isto? Por que a conjuntura, que foi, enfim, muito claramente definida pelo Miguez, caminha no sentido de, cada vez mais, focarmos em um aumento da sustentabilidade nos sistemas produtivos brasileiros, e o sistema agrícola, um sistema extremamente vulnerável às intempéries da mudança do clima, precisa incorporar essas tecnologias que possam assegurar maior nível de robustez e sustentabilidade. Como o Miguez bem disse, nossa realidade atual é de que as INDCs e as políticas implementadas pelo Brasil não toleram mais um aumento do desmatamento. Significa, então, por outro lado, que os sistemas produtivos precisam trabalhar de maneira eficiente e sustentável para produzirem, e produzirem melhor, na área de que já se dispõe, e não há nenhuma outra maneira conhecida que não seja fazendo a agricultura sustentável incorporando, nesse sentido, os sistemas florestais.

Na semana passada, foi apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente o REDD, a política brasileira de REDD. São instrumentos extremamente importantes que também caminham no mesmo sentido de promover a sustentabilidade. É, a meu ver, um instrumento muito positivo que poderá, de maneira transversal, apoiar iniciativas na área florestal e na atividade agrícola que demonstrem como o exercício da atividade agrícola feita no contexto da implementação do Plano ABC, com sustentabilidade, é, na verdade, promotor da incorporação florestal, *drivers* positivos da incorporação de florestas.

A meu ver, o REDD, por exemplo, pode ser um instrumento muito relevante para fomentar, por exemplo, a gestão da paisagem. Nós temos nosso código ambiental, que define a incorporação, por exemplo, de corredores ambientais. Ora, muito interessante! Quais instrumentos podem viabilizar a incorporação desses corredores florestais? O REDD é um exemplo interessante, a meu ver, que poderia favorecer uma gestão integrada da paisagem promovendo a incorporação de florestas de sistemas produtivos, junto, por exemplo, com um outro instrumento que estamos trabalhando de maneira muito forte, que é o Cadastro Ambiental Rural, que é fundamental para estabelecer de maneira coesa a gestão da paisagem. Mas somente o cadastro é insuficiente.

O ABC, por outro lado, caminha em paralelo, trazendo a tecnologia necessária para que a incorporação dos sistemas agrícolas sustentáveis incorporem a tecnologia, assegurem a manutenção da resiliência e sustentabilidade dos sistemas produtivos e, com isso, também tragam consigo, como um *driver* positivo, os sistemas florestais, que são importantíssimos para a manutenção de serviços ambientais de extrema relevância para uma propriedade produtiva que quer se manter resiliente e sustentável por longos períodos de tempo, porque é apenas com a manutenção da estrutura necessária para a melhoria da resiliência e da sustentabilidade que um agricultor que não tenha possibilidade de expandir para novas áreas permanecerá ativo, funcional e eficiente por longos períodos de tempo.

Esses modelos existem em outros países e a gente precisa de que esses modelos sustentáveis sejam a base do tipo de agricultura que nós queremos no Brasil. É possível, é viável, nós temos a tecnologia, e hoje, com o ABC, com o Cadastro Ambiental Rural, com o REDD, com o Código Florestal, nós temos também as legislações adequadas para que isso seja feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O.k., Dr. Gustavo.

Eu também tenho algumas interpelações em relação ao CAR que, posteriormente à fala do Tiago, nós iremos encaminhar.

Concedo a palavra ao Tiago Reis, representante do Observatório do Código Florestal.

O SR. TIAGO REIS – Boa tarde a todos!



Obrigado, Deputado e Senador, pela oportunidade da exposição.

Sou Tiago Reis, pesquisador de política ambiental do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, um dos fundadores deste coletivo chamado Observatório do Código Florestal, que foi criado em 2013 para monitorar e apoiar a implementação efetiva do Código.

Hoje, vou trazer aqui algumas problematizações do setor florestal na INDC brasileira, mas também apresentar várias oportunidades. Não estou aqui só para problematizar.

Quais são as questões que eu trago hoje aqui para reflexão do grupo, dos Deputados e Senadores? Qual é o papel do Código Florestal na redução das emissões brasileiras? Quais as oportunidades para implementação do Código Florestal? Qual é o tamanho desse desafio? E quais são os incentivos presentes na mesa para enfrentar esses desafios?

Só retomando, relembrando algo que o Miguez já apresentou anteriormente, quais são as medidas previstas para mitigar as emissões provenientes do setor de uso do solo, mais claramente o setor florestal? Só relembrando, então, é fortalecer o cumprimento do Código, fortalecer políticas para atingir desmatamento ilegal zero, compensar as emissões provenientes do desmatamento legal – eu vou mostrar o quanto isto é relevante –, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares e ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas.

Aqui, eu trago, graficamente, o que é a meta brasileira apresentada na INDC. O objetivo de trazer esse gráfico é demonstrar visualmente o que aqueles números presentes na INDC significam. Então, a meta de redução é chegar a 1,3 bilhão de toneladas de carbono emitidas em 2025 e 1,2 bilhão no ano de 2030, nessa trajetória. Só que isso, efetivamente, se a gente considerar as emissões líquidas de 2014, significa um aumento residual, como o Miguez explicou. De fato, é um esforço adicional, embora a gente esteja falando de um aumento. Enquanto parece que há uma redução... Aliás, há uma redução, de fato, do nível de emissão de 2005, mas, se você olhar as emissões de 2014, nós temos um pequeno incremento ainda.

Aqui, um parêntese. Eu não vou me aprofundar nisso, que é uma questão que eu acho relevante, que precisa ser levantada, mas, depois, os Deputados ou Senadores podem convocar um painel de especialistas para debater e esgotar esse tema, mas vou fazer apenas um parêntese sobre as emissões líquidas e as emissões brutas.

A meta brasileira é definida com base nas emissões líquidas. O que isso significa? Significa que o Brasil contabiliza as remoções de carbono que ocorrem por conta de você proteger algumas áreas florestais. O que são elas? Unidades de conservação e terras indígenas.

Então, o cálculo da emissão brasileira considera que, naturalmente, as florestas, ao estarem protegidas, enquadram-se lá na rubrica do IPCC, que é o painel científico da ONU, como floresta manejada, e, por isso, ela remove. Só que há um porém: se você considera a remoção natural dessas áreas protegidas, a gente tem que considerar também as emissões naturais, porque, de fato, a gente já vive em um contexto de clima alterado, as florestas já estão sendo impactadas pelas mudanças climáticas, e isso está causando um aumento na intensidade das secas, um aumento na intensidade do fogo. Então, existe um balanço de emissões provenientes dessas florestas protegidas que o Brasil contabiliza como remoção, mas que não é, necessariamente, uma remoção.

Então, feito esse parêntese, tudo o que eu vou apresentar aqui agora vai tratar de emissões brutas. A gente não vai mostrar mais emissões líquidas.

Considerando emissões brutas, se a gente atingir a meta proposta na INDC brasileira, nós teremos, na verdade, uma redução de 44% das emissões, com base em 2005, que não é de 2,1, mas de 2,32 toneladas de carbono, e de 48% em 2030. E a emissão bruta do último ano, estimada, que é de 2014, está em 1,56. E aí, de fato, a gente tem uma redução de 17% e 23%, considerando-se a emissão de hoje.

Aí, em seguida, a gente fez alguns cenários, algumas projeções de como o desmatamento ilegal zero contribui para o Brasil atingir a sua meta. Então, aquelas barras verdes ali são as emissões do setor florestal, de desmatamento. A barra marrom, embaixo, são as emissões de todos os outros setores agregadas. Projetando um cenário em que a gente atinja desmatamento ilegal zero em 2030 e considerando que a gente vai ter um resíduo de desmatamento, que é o legal, que a gente está estimando em 10% do desmatamento de hoje, do nível de 2015, vocês podem ver que a meta ali, de 1,2, ainda está abaixo do que a gente vai emitir. Essas projeções dos outros setores consideram projeções feitas pelo Professor Roberto Schaeffer no setor de energia e projeções do SEEG, que é um instrumento de estimativa de emissões do Observatório do Clima para os outros setores.

Aqui, eu vou colocar um pouquinho mais de dados, um pouquinho mais de detalhes nesse gráfico. Como vocês podem ver, se a gente reduzir em 60% o desmatamento dos níveis atuais, a gente ainda estará fora da meta de 2025, e reduzindo 90% ainda estará fora da meta de 2030.

E ali eu coloquei só essa linha. A linha tracejada ali representa as emissões líquidas, a forma como as emissões são calculadas oficialmente. Nesse cenário, a gente até atingiria a meta.



Aqui, um gráfico que serve para representar também quanto de remoção de carbono nós vamos retirar da atmosfera ao implementar a meta da INDC de restaurar 12 milhões de hectares de floresta degradada. Na verdade, aqui a gente aplicou uma restauração somente para a Amazônia, considerando o passivo da Amazônia, que está em torno de 8 milhões de hectares. Então, até 2030, se a gente tiver de fato 8,10 milhões de hectares no bioma Amazônia em restauração, a gente vai estar sequestrando cerca de 1,72 bilhão de toneladas de carbono, que é um pouco mais do que a emissão bruta de 2014, que é de 1,56. Falo isto só para se ter essa dimensão.

Então, agora, entrando mais especificamente no Código Florestal – antes, eu estava falando mais do desmatamento ilegal zero, daquela meta –, o que ele significa para o clima e por que a sua implementação efetiva é fundamental?

Este mapa aqui é muito famoso na academia. Ele foi produzido pelo Prof. Britaldo Soares Filho, da UFMG, e por outros pesquisadores e foi publicado na revista *Science*, em 2014. Eles fizeram o quê? Eles estimaram a quantidade de passivo, de reserva legal e de área de preservação permanente, que são critérios do Código Florestal, e a quantidade de ativo.

Então, só para se ter um panorama geral do porquê de o Código Florestal ser tão importante para o clima, ele regula, aproximadamente, 281 milhões de hectares de vegetação nativa remanescente em imóveis rurais brasileiros. A gente está falando de imóveis privados e públicos, mas, principalmente, no caso de públicos, de imóveis que fazem utilização produtiva, como, por exemplo, assentamentos. Isso não está considerando unidades de conservação e terras indígenas. Sessenta e nove por cento dessa área está protegida em forma de reserva legal, o que estoca, aproximadamente, 87 bilhões de toneladas de CO₂. Então, só para se ter um paralelo, a gente teve, em 2014, 1,56 bilhão de toneladas de CO₂ sendo emitidas. Em reserva legal, nós temos um estoque de 87 bilhões de toneladas. Trinta e um por cento desses 281 milhões de hectares são excedentes de reserva legal, ou seja, áreas que podem ser legalmente desmatadas. Isso representa um estoque de carbono de, aproximadamente, 18 bilhões de toneladas de dióxido de carbono quando for para a atmosfera. Essa é a equivalência de valor. O que significa isso? Significa que, se o Brasil, a partir de 2016, hoje, começar a realizar todo o seu desmatamento legal, nós teremos emitido 1,2 bilhão de toneladas ao ano até 2030. Quer dizer, a gente praticamente dobra o nível de emissão atual. Isso compromete totalmente a meta brasileira, e é desmatamento legal.

A área a ser restaurada, que foi estimada nesse mesmo artigo, gira em torno de 20 a 24 milhões de hectares em reserva legal e áreas de preservação permanente. Isso quer dizer que a meta brasileira de restaurar 12 milhões de hectares é bastante tímida, tendo em vista o potencial de restauração que você tem.

Pois não.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Você poderia explicar para a gente ali, no mapa, o que são aquelas cores, verde, vermelho, amarelo.

O SR. TIAGO REIS – Isso é o nível de... A cor vermelha representa passivo, descumprimento do Código Florestal. Então, onde você vê mais vermelho é onde há mais propriedades, onde há mais imóveis rurais com déficit de vegetação nativa. E onde está mais verde é onde você tem mais ativo, onde há mais cumprimento do Código Florestal.

Essa apresentação vai estar disponível, meu contato está aqui... Vocês podem ficar à vontade para entrar em contato comigo para esclarecer.

Então, agora vou falar um pouco de oportunidades na implementação do Código.

Este aqui é um gráfico bastante interessante porque mostra como se pode aumentar a produção agropecuária brasileira e reduzir o desmatamento ao mesmo tempo.

Estes aqui são dados do Estado do Mato Grosso, um estudo de caso para o Mato Grosso. Então, a gente mostra ali desmatamento na Amazônia, que é a barra verde, desmatamento no Cerrado, que é a barra laranja, produção de soja, produção de carne e o rebanho bovino. Enquanto todas as produções vão subindo, o desmatamento vai caindo. Quer dizer, isso se deve a um processo de intensificação produtiva e mostra que é perfeitamente possível.

Este aqui é um mapa que mostra um pouco a lotação bovina no Estado de Mato Grosso também. Esses Municípios em vermelho, com destaque em vermelho, são Municípios com baixíssima lotação bovina, quer dizer, são Municípios que têm um enorme potencial de intensificar a produção pecuária e evitar que novas áreas sejam desmatadas para isso.

Outra oportunidade é o reconhecimento do mercado. O mercado internacional de *commodities* agrícolas já reconhece a importância do desmatamento zero. Há muito mais empresas que essas que eu coloquei nas essas já têm compromissos de desmatamento zero, pelo menos até 2020, nas suas cadeias produtivas. Então, o que falta aí? Incorporar critérios do Código Florestal também.



Desafios. Aqui é um outro estudo de caso que a gente fez com propriedades de soja no Mato Grosso mostrando justamente como propriedades de soja cumprem o requisito de desmatamento zero, mas não cumprem o Código Florestal. Não sei se vocês sabem que no Brasil existe a moratória da soja, que é um acordo entre empresas compradoras de soja no Brasil pelo qual elas se comprometem a não comprar soja produzida em área desmatada após julho de 2008.

Então, a gente pegou uma amostra de propriedades de soja no Mato Grosso. De 3.291 propriedades amostradas, 2.686 não desmataram de fato após julho de 2008 e estão conformes com a moratória. Porém, 65% dessas propriedades têm passivo de reserva legal, ou seja, não cumprem o Código Florestal. Isso quer dizer que ter desmatamento zero não é suficiente.

Então, a mensagem aqui é que a gente precisa engajar o mercado para demandar cumprimento do Código e restaurar esses passivos, ou compensar, ou fazer adequação, como é previsto no Código.

Outra pesquisa interessante, realizada por pesquisadores da UFMG, que a gente trouxe aqui é a da perspectiva do produtor para se regularizar. Foi perguntado para cem produtores que não cumprem o Código Florestal, que têm passivo de reserva legal ou de APP, qual a tendência deles de buscar a regularização. Foram apresentados alguns cenários para eles. No cenário atual, *business as usual*, sem nenhuma mudança, apenas 11% desses produtores se declararam interessados em se regularizar. Se houvesse um aumento da coerção do governo, um fortalecimento das políticas públicas de punição, 16% dos produtores disseram que estariam interessados em se regularizar. Se houvesse restrições de mercado, como é o caso da moratória da soja, 75% dos produtores disseram que se interessariam em se regularizar. E, se houvesse aumento da coerção governamental e mercado, 81% dos produtores disseram que se interessariam na regularização.

Agora, vamos falar um pouco dos incentivos lembrando aqueles 18 bilhões de toneladas de CO₂ que nós temos estocados em ativos florestais, que são áreas que podem ser legalmente desmatadas.

Para essas áreas não serem legalmente desmatadas, precisamos ter os incentivos econômicos previstos no Código Florestal implementados. A lei florestal já cria, já estabelece, já prevê vários desses incentivos econômicos e um instrumento de mercado muito interessante, que é a cota de reserva ambiental. São medidas justamente para preservar esse excedente, essa área que poderia ser legalmente desmatada. Porém, nenhum desses mecanismos está em prática, nenhum desses mecanismos está sendo implementado atualmente. Então, essa é uma grande preocupação que temos e um problema que compromete a implementação da meta brasileira de redução de gases do efeito estufa.

Então, por exemplo, o art. 41 do Código Florestal fala só sobre instrumentos econômicos, o art. 44 cria o mecanismo de mercado chamado cota de reserva ambiental, outras políticas e instrumentos tributários já existentes que ainda não incorporam nenhum critério do Código Florestal poderiam ser facilmente ajustados, reformados, tanto aqui, no Legislativo, como na implementação pelo Executivo.

Eu trouxe aqui alguns estudos. Temos um estudo sobre o ITR e sobre outros tributos com os quais, com pequenas mudanças, já se pode fazer essa transição produtiva. Quem quiser ler, ele está disponível aqui e está no site do Ipam também: www.ipam.org.br.

Outro ponto é o crédito agrícola no Brasil.

Hoje, nós temos quase R\$200 bilhões sendo direcionados para financiar a produção agropecuária no Brasil e nada disso exige cumprimento do Código. Apenas a lei exige que instituições financeiras, após maio de 2017, não concedam mais crédito a quem não tiver o Cadastro Ambiental Rural.

Esse é só o primeiro passo. É importante ter não só o Cadastro Ambiental Rural, mas também adesão ao PRA, restauração dos seus passivos e todos os critérios. Isso tem que ser condicionado à concessão de crédito. É uma oportunidade e um desafio.

Aqui, mostro um pouco as engrenagens, qual a nossa visão, qual a visão do Observatório do Código Florestal para que o Código seja efetivamente implementado.

Então, temos ali uma separação de papéis. Qual é o papel do setor privado, mais especificamente empresas compradoras e bancos financiadores? Demandar. As empresas têm que demandar dos seus fornecedores o cumprimento do Código, os bancos têm que demandar dos seus clientes o cumprimento do Código. Isso é a lei.

Qual é o papel do terceiro setor, que somos nós, organizações não governamentais, institutos de pesquisa, observatório, etc.? Fazer monitoramento, avaliação e participação, que é o que temos feito.

Qual o papel do setor público? Operacionalizar a implementação do Código. Regulamentar. Os Estados têm que avançar na regulamentação de seus programas de regularização ambiental. Hoje, são poucos os Estados que já têm decreto ou lei aprovada ou minuta em discussão. A maioria ainda não sabe nem como fazer isso.

Inclusive, fazendo uma propaganda, o Observatório do Código Florestal vai lançar, no mês que vem, um a orientando os Estados a regulamentar o Código Florestal nos seus Estados.



Então, se tivermos tudo isso funcionando, cada setor cumprindo o seu papel, teremos o Código Florestal implementado, zeramos o desmatamento ilegal e evitamos ou compensamos o desmatamento legal, que compromete a meta brasileira.

Concluindo, o cumprimento do Código Florestal é essencial – não há como escapar da discussão para atingir o compromisso climático do Brasil –, o desmatamento legal deve entrar no radar, deve haver meta para ele também, porque, como mostrei, são 18 bilhões de toneladas que podem ser emitidas legalmente, o mercado deve ser um grande demandador do Código Florestal, mas os governos têm que agir também, têm que dar transparência de dados, têm que dar confiança para os mercados, têm que fortalecer os mecanismos, para que o mercado verifique a legalidade de suas cadeias e exija cumprimento entre seus fornecedores, e os incentivos públicos, além dos previstos no Código Florestal, como instrumentos tributários e de crédito, devem ser ajustados para incorporar critérios do Código Florestal.

Agora, só falando um pouco do que o Observatório do Código faz, quero dizer que apoiamos Estados, fazemos pesquisa.

Acho que meu tempo já se esgotou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bom, Tiago. Agradeço a você por sua participação, assim como agradeço ao Dr. Gustavo e ao Dr. Miguez.

Quero passar a palavra ao Relator da Comissão, Senador Fernando Bezerra, para que ele possa fazer suas manifestações. Posteriormente, seguiremos com os demais Parlamentares, e já agradeço pela participação ao Deputado Sergio Souza, ao Senador Donizeti, ao Deputado Leonardo Monteiro e ao Deputado Antonio Carlos Thame.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu queria, de início, cumprimentar os nossos expositores, os nossos ilustres convidados, iniciando pelo Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o nosso companheiro Miguez, queria cumprimentar também o Gustavo Mozzer, que representa aqui a nossa querida Embrapa, e cumprimentar, pela sua exposição, o Tiago Reis, que falou aqui em nome do Observatório do Código Florestal.

Eu queria encaminhar três indagações, que poderiam ser respondidas por um dos três ou pelos três expositores, mas quero dizer que o grande desafio desta Comissão, Sr. Presidente, durante este ano, será reunir as sugestões, as contribuições para que a gente possa ter um instrumento eficaz em nível da legislação brasileira para que a gente possa acompanhar a implementação dessas metas com que o Governo brasileiro se comprometeu durante a Conferência do Clima em Paris.

Eu acho que, embora a gente ainda vá assistir a algum debate sobre quão ambiciosas foram as metas apresentadas pelo Governo brasileiro, é importante que aqui eu possa dar um testemunho que dou sempre que tenho a oportunidade de fazê-lo. Esta Comissão e diversos outros Parlamentares tiveram a oportunidade de participar da COP21 em Paris, e eu ouvi testemunhos de praticamente todas as delegações com que tivemos contato durante os dias da COP21 de Paris sobre a proposta ousada do Governo brasileiro.

A gente sabe que aqui, no nosso País, algumas instituições, algumas organizações não governamentais gostariam que a meta fosse ainda mais ousada, mais ambiciosa. Nós mesmos, desta Comissão, lutamos para que os percentuais na matriz energética para o ano de 2030 e no horizonte de 2050 pudessem ter uma participação mais expressiva das energias eólicas e solar, mas eu quero dar aqui o testemunho de que existe um reconhecimento internacional quase unânime, porque talvez fosse exagero dizer que o reconhecimento é unânime, entre os que tiveram assento em Paris, entre todos que tiveram a participação direta em Paris, de que o Governo brasileiro, de fato, foi um dos que protagonizaram a cena estimulante para a consecução desse acordo, contribuindo, de forma prática, de forma efetiva, com metas que estimularam e empurraram as nações que lá se fizeram representar para que a gente chegasse a esse acordo que hoje todo o mundo celebra.

Então, eu queria apenas dizer que, até pelo testemunho que acabamos de ouvir aqui do representante do Observatório, talvez seja mais importante do que as metas que já foram colocadas saber como acompanhar, como traduzir isso em instrumentos legislativos que possam permitir uma fiscalização efetiva por parte do Congresso Nacional, para saber se a gente está caminhando para o alcance dessas metas.

Aqui, há pouco, a gente ouviu falar-se sobre o Código Florestal, que foi um grande avanço na criação desse desenvolvimento sustentável que todos nós desejamos. Houve aqui um depoimento dizendo que o Código Florestal precisa ser implementado. Há uma série de políticas públicas que precisam ser traduzidas no sentido de se oferecer o devido e o adequado engajamento, sobretudo do setor produtivo, para que a gente possa, de fato, alcançar os objetivos que estão colocados no Código Florestal.



Por outro lado, temos ameaças. Estamos com ações diretas de inconstitucionalidade pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Esta Comissão vai estar, na próxima semana, com o Ministro Luiz Fux para manifestar a posição da Comissão, a preocupação do Congresso Nacional. Nós gostaríamos de ouvir – seria uma das minhas perguntas – o que acontecerá se essas ADINs forem aceitas. O que isso representa do ponto de vista da desfiguração do Código Florestal? O que nisso implica? Qual é a ameaça que nós estamos vivendo? Para que a gente possa, rapidamente, colocar o Congresso como instrumento de pressão para que o Supremo Tribunal Federal possa entender da necessidade de a gente ter uma definição rápida. Para alguns, se essas ADINs forem aceitas, isso vai ter implicações diretas nas próprias metas colocadas pelo Governo brasileiro durante a Conferência do Clima em Paris.

Então, eu gostaria de saber se houve, por parte da Embrapa, por parte do Observatório, por parte do Ministério do Meio Ambiente, alguma avaliação sobre se tivemos alguma surpresa em função da apreciação dessas ADINs em relação ao Código Florestal.

Voltando para o instrumento mais adequado de como acompanharmos essas metas compromissadas pelo Governo brasileiro, que deverão ser ratificadas agora, em abril.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dia 22 de abril será a assinatura. Depois, o Congresso fará o processo de ratificação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Então, o Governo brasileiro será...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Lá em Nova York, nas Nações Unidas, agora, dia 22.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estão esperando cerca de 120 países assinando no dia 22 de abril.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Então, a minha pergunta seria: já há uma reflexão dentro do Governo Federal? Porque o Ministério do Meio Ambiente, como foi aqui colocado, junto com o Ministério de Relações Exteriores, de fato, promoveu um amplo debate com a sociedade brasileira para a construção dessas metas que foram assumidas pelo Governo brasileiro.

Mas como metrificar? Qual é a métrica para a gente poder chegar a essas metas? Como traduzir isso para a nossa legislação? Já existem algumas iniciativas de Parlamentares, na Câmara e no Senado, procurando pegar as metas da INDC e trazê-las para a legislação, mas já existem algumas preocupações de que isso não seja o melhor passo a ser dado. As metas podem ser ajustadas ao longo do tempo. Então, nós deveríamos ter, possivelmente, um aprimoramento da nossa própria política nacional de mudança de clima. Quais seriam, digamos assim, os instrumentos, no marco legal, que deveriam ser alterados, para que a gente tivesse as condições e os instrumentos legais para podermos acompanhar a implementação dessas metas?

Essa é uma pergunta que também deixo em aberto, porque acho que, para este ano, Presidente, a grande contribuição que esta Comissão pode oferecer é chegarmos até o final do ano com uma proposta debatida pelo Governo, pelo Congresso e pela sociedade civil organizada que nos permita ter um instrumento eficaz para, de fato, acompanharmos ao longo dos próximos 10 ou 15 anos se estamos nos empenhando, nos esforçando para o atingimento desses objetivos compromissados pelo Governo central.

Finalmente, uma pergunta que eu acho que está mais voltada para o nosso companheiro da Embrapa, eu gostaria de saber se há algum custo já levantado para a recuperação dessas pastagens e para a restauração florestal em relação às metas que foram oferecidas pelo Governo brasileiro. Aqui, nós acabamos de ver que ainda existe debate sobre se as metas são ousadas ou não e de que talvez seja pouco aquilo que o Governo brasileiro se comprometeu a recuperar e a restaurar em termos de áreas degradadas. E pergunto como instituir instrumentos econômicos, como, por exemplo, o pagamento por serviços ambientais, se seria essa uma medida eficiente para o alcance das metas desse setor. Sabemos que isso já está previsto no Código Florestal, mas é preciso aprimorar os dispositivos que estão lá no Código Florestal? Como fazer, já que a gente acabou de perceber que mais vale um estímulo de mercado do que a própria coerção ou punição ou introdução de multas para que, de fato, esses instrumentos legais possam ser efetivos?

Então, são essas as três considerações que deixo para que os nossos palestrantes, os nossos convidados, possam aqui trazer contribuições que, certamente, serão muito importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Como falei, há pouco, com o nosso Presidente, terei de participar de uma reunião, na Presidência do Senado Federal, sobre matérias que estão na Ordem do Dia e que deverão ser votadas ainda hoje. Então, peço ao nosso sempre Presidente, sempre Relator, Deputado e Senador Sérgio Souza que possa ficar aqui no meu lugar, tomando assento aqui, nesta mesa. Na sequência, ele poderá fazer as indagações, mas acho que ele poderia representar aqui, já que vou ter de retirar-me para participar de outra reunião na Presidência do Senado.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra, pela deferência.



Daqui mesmo, terei o maior prazer de dar continuidade aos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Indago ao Senador Donizeti se gostaria de fazer os questionamentos antes das respostas em relação ao Relator.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Então, concedo a palavra ao Senador Donizeti e, posteriormente, ao Deputado Sérgio Souza.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados, Dr. Tiago, Dr. Gustavo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, na aprovação do nosso plano de trabalho, um dos primeiros questionamentos que levantei, que o Senador Fernando Bezerra também mencionou, foi sobre as ADINs. Do pouco que já estudei, as ADINs podem, se acatadas, destruir basicamente o Código Florestal. Para o atingimento das metas estabelecidas na nossa INDC, essas ADINs também são devoradoras, vão inviabilizar esse processo. Posso estar enganado, mas sinto que elas são uma ameaça realmente violenta para todo esse processo. Então, a gente gostaria de ouvi-los sobre o que, da parte do Governo, sobretudo do Ministério do Meio Ambiente, está sendo feito, o que está sendo dialogado com o Ministério Público, com o STF, nesse sentido? Sinto que é um efeito muito significativo, que pode inviabilizar inclusive o cumprimento das nossas metas.

Participei, há alguns dias, de uma audiência pública para discutir o CAR na Comissão de Agricultura. Foi dito a nós que já conseguimos... E há de se perceber que estará vencendo o prazo do CAR agora em maio. A constatação é de que nós precisamos fazer um adiamento da questão do Cadastro Ambiental Rural para concluir essa etapa. Mas cerca de 70% já foi realizado, o que é um resultado, do meu ponto de vista – eu disse isto naquele –, que considero extraordinário. Ali também se percebeu que algumas coisas que precisam ser mais bem detalhadas no Código Florestal.

Com relação ao nosso tema de hoje, a minha indagação principal é essa das ADINs. Estou muito preocupado, mas acho que não podemos ficar só na preocupação. Precisamos de uma ação efetiva. A Comissão já vai fazer uma reunião com o Relator. Caso contrário, não cumprimos as metas, porque vai desarranjar o processo que já todo em andamento, seja do Cadastro Ambiental Rural, seja da questão do Planaveg, que o Governo já pensou. Eu tive a oportunidade de fazer uma audiência pública da Comissão de Agricultura lá no Estado do Tocantins. Nós vamos ter uma situação seriíssima, um corte, uma interrupção, a ruptura de um processo que está em andamento. Então, a sociedade brasileira precisa tomar conhecimento, e nós precisamos fazer esse debate.

Do ponto de vista da exposição, considero-me bastante contemplado.

Sobre uma das respostas, por exemplo, nós nos reunimos em Paris com o Parlamento Europeu. Uma das indagações foi: “Como vocês vão continuar produzindo e fazendo crescer a produção de alimentos querendo cumprir suas metas?”

A resposta está aí. Nós podemos duplicar a produção de alimentos sem ter que continuar desmatando. Quinze milhões de hectares de pastagens degradadas podem ser recuperados, o que pode ser feito no Plano ABC. Recuperando as passagens pode-se produzir cereais, pode-se produzir proteína, por meio da carne de boi e outros, e podemos produzir floresta.

Nós tivemos um dia de campo, sobre o Plano ABC, em Almas, no Estado do Tocantins, na fazenda do produtor Neixon, realizado pela Ruraltins, que é igual à Emater lá no nosso Estado, e a Embrapa. E lá está a prova: ele triplicou a produção de boi por hectare com o Plano ABC, e está lá o eucalipto crescendo...

Aí vem aquela pergunta: quanto vai custar para recuperar os 15 milhões de pastagens degradadas? Praticamente zero. Você recupera a pastagem com um vigor extraordinário e não tem um custo, porque, com a produção que vem decorrente do processo da implantação do Plano ABC lá na propriedade, você não tem custo e tem, inclusive, um retorno de médio e longo prazos. O de curto prazo você já impactou, como o de curtíssimo prazo, em um ano. E a médio prazo você tem um retorno muito grande.

Eu penso que nós estamos em um ótimo caminho. E nós dizíamos, como dissemos para o Parlamento alemão e para o Parlamento Europeu, que nós podemos fazer isso sem ter que continuar desmatando.

Os 12 milhões de recuperação de vegetação nativa, em que você pode fazer uma articulação de vegetação nativa e – faltou-me o nome – a floresta industrial, para fazer essa articulação, você terá um custo barato, porque essa floresta industrial ajuda a financiar a floresta nativa. Então, nós temos um bom caminho.

Agora estou muito preocupado, precisamos agir com rapidez. Eu gostaria de ouvi-lo sobre as ADINs. São as ADINs nºs 4.901, 4.902, 4.903 e 4.937. São essas as que me relacionaram e todas pegam um conjunto grande de parágrafos, artigos e incisos do Código Florestal e que, se acatadas, são uma ameaça para o País, inclusive.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Souza, a fazer as suas indagações.



O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, meu caro colega Deputado Daniel Vilela, Tiago, do Observatório do Código Florestal...

Há quanto tempo existe esse observatório?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Depois da aprovação.

Gustavo, da Embrapa, do nosso querido Ministério da Agricultura, Miguez, do MMA, caros colegas Deputados Trípoli, Mendes Thames e demais colegas.

Presidente, primeiro, eu queria entender o seguinte: é muito comum esta meta do Governo brasileiro de redução de desmatamento ilegal. Então, eu gostaria de entender o que que é desmatamento ilegal. Acho isto importante que o nosso público, que aqueles que nos acompanham entendam, assim como a própria assessoria das nossas equipes, o que é desmatamento ilegal. Que parte é ilegal e que parte é ilegal? Porque tem-se a impressão de que, no Brasil, não se pode desmatar nada. Na verdade, pode-se. Agora, o que você pode fazer? Em que momento?

Uma segunda questão diz respeito às matas ciliares.

Eu vi que você, Tiago – não tive oportunidade de ouvir o Mozzer e o Miguez porque cheguei um tanto atrasado, por outros compromissos –, colocou nas metas, quando vem para a mitigação, áreas de reservas, indígenas e também áreas de preservação e não coloca reserva legal e preservação. Não coloca mata ciliares, não coloca APP, Área de Preservação Permanente... Você coloca?

(Intervenção fora do microfone.)

Certo.

Quero entender o tamanho disso. E eu queria entender – e acho que a Embrapa pode nos ajudar – porque o Brasil é um país de dimensões continentais. É fantástico o nosso País! Ele tem quase 12% da água de superfície do Planeta, e, no entanto, teve um problema climático complicadíssimo, principalmente na região de São Paulo e do Rio Janeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Teve um problema hídrico e teve problemas climáticos no Nordeste a ponto de inviabilizar até é a agricultura em alguns momentos.

Mas há algumas regiões com clima bem definido e com solos, inclusive, com uma qualidade muito maior, voltada à produtividade, à produção.

Então, se nós, por exemplo, garantirmos a conservação – como é a nossa vontade, como é da vontade do povo brasileiro e do mundo todo – a preservação da Amazônia... Eu que essa é a nossa galinha dos ovos de ouro.

Em algumas regiões, temos que garantir a produção de alimentos. Eu acho que o Brasil realmente tem uma condição de aumentar a sua produtividade enormemente somente com a melhoria da qualidade da terra, das pastagens e assim por diante.

E, aproveitando um pouquinho do que o Senador Donizeti manifestou, temos a preocupação com o CAR. O Cadastro Ambiental Rural traz limitações, como a limitação de financiamento, a partir do próximo ano, e, para alguns compradores de produtos agrícolas que venham de propriedades não regularizadas, traz algum veto na venda dos alimentos.

No entanto, nós sabemos que foi, de fato, um grande desafio brasileiro a implementação do Código Florestal Brasileiro. Eu estava aqui no momento e fiz parte de todas as comissões que tratavam do Código Florestal que tramitaram nesta Casa, inclusive da medida provisória, e debati intensamente. O meu gabinete era uma embaixada dos paranaenses. Ali estavam todos os setores e era ali que nós debatíamos o Código naquele momento.

Percebo que já tivemos um grande avanço. O prazo era um ano, prorrogável por mais um, e já está vencendo agora. Acho que faltam uns 30 dias para vencer o prazo. E a prorrogação é necessária, porque aqueles que já fizeram já estão prontos. É a grande maioria. O Paraná já está com mais de 90%. É a grande maioria. Mas aqueles que não fizeram não fizeram por alguma razão. Não deixaram de fazer porque querem continuar prejudicando o meio ambiente, mas porque não tiveram condição financeira, porque não chegou até ele a orientação técnica necessária. Às vezes, a vontade política local... O Governo Federal tem feito o seu esforço, mas, às vezes, ele criou um canal de interlocução com o Estado, com o Município, com o sindicato. Há toda uma situação.

Então, acho que essa prorrogação é necessária, mas quero ouvi-lo um pouco sobre isso, assim como gostaria de ouvir também o MMA sobre esse assunto.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Deputado

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Apenas uma informação.

Na Comissão de Agricultura, na audiência que nós fizemos, parece-me que ficou encaminhado fazer uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Agricultura para ver a possibilidade de edição de uma medida provisória para poder resolver isso, porque vai vencer e vai se criar um vácuo para resolver a questão.

Esse encaminhamento já deve ter acontecido na reunião – eu vou atrás –, mas ficou de vir uma medida provisória para resolver, de imediato, essa questão da prorrogação.

Por outro lado, há a interpretação de alguns de que não vai vencer, porque o Ministério expediu, colocou à disposição ferramentas de dois anos e ainda vai vencer em outubro.

Estou colocando isto sobretudo para que o Ministério do Meio Ambiente possa responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

Eu iria interromper aqui para que pudessem ser respondidos mais alguns questionamentos, mas, como só há o Deputado Leonardo Monteiro para fazer suas indagações, sugiro que possamos ouvi-lo e, posteriormente, abrir as respostas em relação a esses questionamentos.

Deputado Leonardo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quero cumprimentar o Deputado Daniel Vilela e, na pessoa dele, todos os nossos colegas Deputados e também todos os Senadores presentes à reunião, quero cumprimentar a Mesa... Vou evitar citar o nome de cada um, até para ser mais econômico.

Eu queria, rapidamente, fazer uma saudação e dizer também da minha preocupação. Quando eu cheguei já estava na última palestra, basicamente, sobre essa questão do Código Florestal. A minha preocupação é com a implementação do Código Florestal, uma legislação que foi muito discutida aqui, na Casa, muito debatida com o Governo. A princípio, havia um antagonismo muito grande entre os agricultores e os ambientalistas, como se o Código Florestal fosse algo que iria prejudicar alguém. Mas, depois de muito debate, nós conseguimos chegar, enfim, a esse Código Florestal que está aí. Há algumas coisas inovadoras como a questão do CAR, que vai possibilitar conhecermos este País, ter o Cadastro Ambiental Rural de todas as propriedades do nosso País.

Então, acho que foi uma conquista importante, como outros artigos que eu vou evitar comentar aqui, mas vejo também minha preocupação em relação às ADINs, porque podem descaracterizar completamente o Código Florestal que foi construído depois de muito debate.

Então, eu também gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre isso.

A outra coisa é essa questão da recuperação das áreas degradadas, que articula com o pagamento de serviços ambientais.

O pagamento de serviços ambientais é novo para muita gente. Nós, talvez por estarmos aqui, porque estamos debatendo, ouvimos falar a respeito, mas, para a sociedade em geral, esse é um tema novo. Como nós podemos também estar trabalhando essa questão dos pagamentos dos serviços ambientais no sentido de aplicar o próprio Código Florestal a recuperação das áreas degradadas?

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Deputado Leonardo Monteiro.

Eu queria, antes, apenas dizer aos nossos palestrantes e convidados que estava previsto que esta audiência pública ocorresse no segundo semestre ou no final do primeiro, não me lembro exatamente quando, mas, com essa questão do prazo final do CAR e também com a iminência de julgamento dessas ações de inconstitucionalidades por parte do Supremo, nós entendemos, até por uma sugestão do Senador Donizeti e nossa também, que seria melhor anteciparmos essa discussão para o dia de hoje. Por isso que há muitas colocações referentes ao CAR, muitos dos questionamentos colocados aqui e também, de uma forma maior, no Código Florestal.

Eu tenho alguns questionamentos, mas a grande maioria deles já foi feita pelos demais Parlamentares que me antecederam. Então, eu sugiro passar a palavra agora para que, posteriormente, se houver algum outro questionamento que não tenha sido respondido, possamos avançar.

Temos também aqui algumas contribuições, através do portal e-Cidadania, as que também vou apresentar aqui.

Quero passar a palavra ao Dr. Miguez, para que possa responder como integrante e representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Bom, primeiro, tenho que frisar que a grande preocupação dos senhores é em relação Código Florestal, que é uma peça importante dentro do cumprimento da INDC, mas não foi o foco da INDC.

Quer dizer: qual foi a lógica na parte florestal da INDC?



Nós temos hoje da ordem de cinco mil quilômetros quadrados, cinco mil e oitocentos ou seis mil, digamos esse nível de patamar de desmatamento. Parte disso é legal, parte disso é ilegal, o que o Deputado Sérgio Souza tinha falado.

Sem entrar no mérito disso, o que foi o foco da INDC? E aí eu concordo plenamente com o Senador Fernando Bezerra: a repercussão da nossa INDC foi extremamente positiva. Por quê? O objetivo da INDC foi sair de uma lógica que temos hoje, de desmatamento – sobre qual é o grande indicador que o ministério apresenta e quantos quilômetros quadrados foram desmatados anualmente –, para uma lógica completamente diferente: de restauração, de reflorestamento, de recomposição de florestas.

Então, a ideia é não só levar o desmatamento legal a zero, como também reverter: em vez de o Brasil ser um emissor líquido, pelo setor florestal, passar a ser um absorvedor líquido de CO₂ da atmosfera. A lógica foi essa e foi feita em cima de emissão.

O que o Tiago fala, por exemplo, de comparar 2014 a 2025, ele está comparando em termos de emissão, mas, na verdade, é preciso ver a economia do Brasil e a população do Brasil. O que é o Brasil de 2014? O que é o Brasil de 2025? São dois países completamente diferentes. Nós temos um país muito mais populacional em 2025, a população muito maior do que em 2014. Teremos mais atividade econômica, mais consumo de energia, mais atividade. Como eu falei, em 2030, nós vamos ter mais 30 milhões de pessoas, e será necessário construir escolas para 30 milhões de pessoas, hospitais para 30 milhões de pessoas adicionais. São dez uruguais! Estradas. Haverá um impacto na economia desse crescimento. A renda vai subir. A renda subindo, há mais equipamentos e mais consumo de energia.

Então, a gente não pode comparar a emissão de 2014 com a emissão de 2025 ou de 2030. E, quando a gente fala que é muito ambiciosa, é ambiciosa nesse sentido, porque a gente está fazendo uma redução muito forte em cima de um país que está crescendo. A hipótese é de que o País cresce.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Inclusive, uma das contribuições aqui do Portal e-Cidadania é exatamente nesse sentido. O senhor já respondeu à pergunta aqui do Mário Cardoso:

Dos 12 milhões de hectares de florestas, segundo o MMA, 7 milhões são para reflorestamento. Esse valor é quase a área total que o país possui hoje em florestas plantadas. Existe a expectativa de que a indústria que utiliza o eucalipto cresça nessa proporção até 2030?

Essa estimativa já é imaginando o crescimento de utilização.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Exatamente.

Quer dizer, para essa meta, como foi dito aqui, nós fizemos uma consulta extensa a todos os setores. Não foi um número que nós inventamos.

No caso de floresta plantada, nós tivemos reuniões seguidas com o Instituto Brasileiro de Árvores, que engloba a indústria de papel celulose, engloba a indústria de siderúrgica a carvão vegetal, que tem florestas plantadas também, e engloba o setor moveleiro. Quer dizer, nós conversamos com eles.

Eles apresentaram três cenários: um cenário muito tímido, de 1,5 milhão de hectares como meta; um cenário extremamente ambicioso, que era de 20 milhões de hectares... Eles propuseram.

Claro, vem a sua pergunta, Senador Donizeti: qual o custo disso?

Nós optamos por um cenário que eles achavam factível, que o setor acha factível, que seriam 7 milhões de hectares. Quando falamos em 7 milhões de hectares, na verdade, isso é uma proposta do próprio setor, que eles acham factível.

Eu queria voltar a um pouquinho antes. O que é Paris? Paris é um acordo. Como eu falei, vai ser assinado agora no dia 22 de abril pelos executivos. Depois, entra um processo pelos legislativos, de ratificação desse processo. A nossa experiência com Quioto é que Quioto demorou em média cinco anos para entrar em vigor, porque o processo legislativo foi de cinco anos.

Como eu falei, a primeira condição de 55 países é facilmente atingida, porque as pequenas ilhas, principalmente as do Pacífico contribuem com 0,00, mas contam como um país. Então, em 55 países é fácil, só que a gente não chega aos 55% das emissões. Para chegar a 55% das emissões, a gente não tem quanto tempo os Estados Unidos vão, porque não eram de Quioto, levar para ratificar, ou aprovar, ou aceder.

Dependendo, se os Estados Unidos forem rápidos, a minha estimativa, da ordem de 90 países, é de que a gente chegue aos 55% das emissões em cinco anos. Se os Estados Unidos demorarem a aceder, a aprovar ou a ratificar, a gente vai precisar de 100 países, porque os Estados Unidos, nessa conta de entrada em vigor, pesam 20%, e a China pesa 17%. Então, China e Estados Unidos são determinantes. Os dois somados dão 37%, mas eles não são os países que viabilizam a entrada em vigor do Acordo de Paris. São necessários 89 países, ou 97 adicionais, ou 98 adicionais. Então, é um processo que deve demorar cinco anos.

O Acordo de Paris já está regulamentado? Não. O Acordo de Paris são princípios gerais. Os senhores têm mesmo problema aqui, é exatamente a mesma coisa. A Constituição prevê coisas gerais e, depois, precisa



de um processo legislativo. No Acordo de Paris, a mesma coisa. Há vários artigos. Por exemplo, o art. 6, de que falei, que cria os mecanismos de mercado, vai precisar de uma regulamentação. A gente começa um processo provavelmente no final deste ano de 2016 em Marrakech, e normalmente, na prática da ONU, este processo demora dois anos. Quer dizer, é previsto terminar por volta de 2018.

Eu estou falando que, da adoção em 2015 até a ratificação, a gente está falando em cinco anos, pelo menos, pelo processo legislativo. Sobre a regulamentação, a gente está falando em algo até 2018, só que a diferença do Acordo de Paris é que as metas são nacionalmente determinadas. Diferente do Protocolo de Quioto, que era de cima para baixo, um rateio do objetivo, que era reduzir 5% das emissões, no Acordo de Paris, não, as metas foram feitas antes e foram determinadas individualmente pelos países de maneira voluntária. Então, a gente não precisa esperar esse processo do Acordo de Paris, nem de ratificação, nem de regulamentação, porque ela é nacionalmente determinada, e eu posso começar a implementar imediatamente. A nossa ideia é começar neste ano o planejamento de como a gente vai fazer a implementação da INDC.

O Tiago falou dos oito milhões de hectares que tem de restauração da Amazônia. Na meta que falamos de 12 milhões de hectares, de novo, nós estamos pegando o cenário conservador do Ibá (Indústria Brasileira de Árvores) e estamos pegando um cenário conservador na restauração em que não colocamos a restauração na Amazônia. Reconhecemos um potencial enorme de restauração na Amazônia, o que estamos medindo, mas nós calculamos toda a política baseada em restauração principalmente de áreas permanentes, de preservação permanente, no Cerrado e na Mata Atlântica.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Então, nos 12 milhões, não está incluída a Amazônia?

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Não está incluída a Amazônia. Quer dizer, isso é outro modo de dizer que nós estamos sendo mais conservadores ainda.

Apesar de ser ambiciosa, como foi dito pelo Senador Fernando Bezerra, reconhecidamente ambiciosa – é a meta maior em termos absolutos de todos os países da convenção –, a nossa meta é factível e extremamente sensata, no sentido que nós ouvimos todo mundo e pegamos os números factíveis e conservadores.

Então, conservadoramente, nós não consideramos esses oito milhões de hectares. Fizemos basicamente a proposta que vai ser... Caro que, agora, vamos entrar numa fase como eu estou falando... Temos esse prazo até 2020, esperando a ratificação até 2018, esperando a regulamentação do Acordo de Paris, mas podemos sair fazendo as ações internamente, as propostas, como o senhor estava falando. Na verdade, podemos fazer isso muito rapidamente e, neste ano ainda, tentar já ter uma primeira visão. E estamos falando com os setores como detalhamos a implementação da INDC brasileira.

De novo, a INDC brasileira foi abrangente nos três setores, que são os grandes emissores brasileiros. Antigamente, era o desmatamento o grande emissor brasileiro. Com a queda do desmatamento para esse nível dos cinco mil quilômetros quadrados, quem são os grandes emissores brasileiros? É o setor de energia E agropecuária, mais ou menos com o mesmo valor de emissão.

Qual foi a ideia da INDC? Foi aprofundar na matriz energética a participação de energia renovável. E, no setor agropecuário, como o Mozzer falou, aprofundar o Plano ABC. Está de uma maneira de novo conservadora tentando fazer o máximo possível, mas que tenha sentido.

No caso da agropecuária, o senhor colocou o problema do curso. E o senhor depois respondeu. A agropecuária é um caso à parte, porque o Plano Safra tem muito recurso. Quer dizer, é muito mais como a gente redireciona os recursos que existem na agricultura para incentivar o Plano ABC. A ideia é essa.

É um pouco diferente o setor agrícola do setor energético.

No setor energético, há uma dificuldade maior com o preço base do petróleo, mas temos de criar incentivos a fontes renováveis, o que já está acontecendo no caso da energia eólica, que é extremamente positivo.

No caso do energético, as pessoas reclamam que nós frisamos sempre excluindo a energia hidrelétrica. Não excluimos energia hidrelétrica porque somos contra a energia hidrelétrica – alguns falaram isso. Eu estive na CNI com o pessoal do FMASE (Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico) no setor elétrico. Nós não somos contra a hidrelétrica. Muito pelo contrário, somos a favor de hidrelétrica, mas é preciso se pensar que, num cenário de aumento de aquecimento global, nós estamos chegando a um nível de saturação em que vai ser cada vez mais difícil ter novas hidrelétricas com reservatório.

Então, tentamos avaliar, como o senhor frisou, o cenário de aquecimento global, em que há menos certezas. Nós fizemos um estudo detalhado com a PSR, do Dr. Mario Veiga, através do Banco Mundial, durante a INDC, para ver o regime hídrico – o pior caso e o melhor caso até 2030 –, porque havia uma grande preocupação: sem hidrelétrica, é preciso colocar térmica. Então, como fazer uma meta ambiciosa se está brigando para ter mais térmica? E, surpreendentemente, o resultado dos nossos estudos com a PSR mostra o contrário; mostra que estamos numa situação bastante tranquila até 2030, porque, basicamente, a demanda no curto prazo caiu e há novas ofertas no curto prazo. Então, o que houve no passado recente, nesse futuro próximo, não haverá



o mesmo nível de dificuldade. E, com o planejamento e as entradas previstas nos leilões, nós vamos ter uma folga diferente do que aconteceu no passado.

Então, o cenário hidrelétrico não prejudicaria a elaboração da INDC. Além do cenário hidrelétrico, se a gente acrescenta mais fontes renováveis, via eólica, solar e biomassa, cria-se uma folga adicional do setor elétrico, que tende a melhorar o comportamento da matriz.

Outra questão é de combustíveis líquidos. Temos de aumentar a participação de etanol e biodiesel, etanol de segunda geração. Nós não comprometemos meta, isso é outra coisa importante frisar. A INDC brasileira, que foi apresentada, propõe que a meta é em toda a economia. Não há metas setoriais. Explicamos quais seriam as possíveis maneiras de atender a meta que nós conversamos na sociedade brasileira, com todos os setores. Mas a meta do Brasil é *economy-wide*.

O senhor está preocupado com as ADINs. Se tivermos algum problema com as ADINs, a ideia é que haja colchões de folga para compensar em outro lugar. Por exemplo, não consideramos restauração na Amazônia.

Isso seria uma forma. Não consideramos a ampliação das hidrelétricas. Quer dizer, na verdade, qual seria a maneira mais conservadora de atender a meta da INDC sem susto? Na verdade, foi isso.

Então, temos tempo de fazer esse planejamento, e há diversas estratégias que podemos usar. Como eu falei, por exemplo, sobre restauração: tentamos calcular qual seria a quantidade de hectares suficiente para compensar o desmatamento legal nos biomas Cerrado e Mata Atlântica, basicamente recuperando áreas de proteção permanente. Quer dizer, focamos em alguns objetivos, que seriam esses focos principais, o que não impede tenhamos medidas que evitem a perda de reserva adicional – e a CRA (Cota de Reserva Ambiental) é uma maneira de fazer isso, porque hoje há um excedente da parte que não é reserva legal de floresta. Temos de evitar esse desmatamento e temos de pensar maneiras para isso.

Primeiro, essa floresta está lá, e a ideia da CRA é criar mecanismos econômicos que mantenham essa floresta lá. Quer dizer, esse cenário de que eu vou liberar 18 bilhões de toneladas para a atmosfera até 2030 é um cenário meio catastrófico. Se até hoje não foi feito isso, por que será feito até 2030? Na verdade, podem-se criar mecanismos ainda que criem um incentivo a esses produtores que já não desmataram, para que eles permaneçam com algum tipo de, como o senhor falou, pagamentos por serviços ambientais ou algum sistema de créditos via CRA que lhe permitam manter essa área com floresta ainda.

Mas essa é a fase em que a gente está entrando agora. A gente tem esses próximos anos para fazer o detalhamento dessas medidas e desses incentivos. Claro que o Congresso vai ter um papel importantíssimo em criar legislação e evitar que haja legislação no sentido contrário – de aumentar as emissões. A gente conta com isso. Toda a sociedade brasileira está engajada nesse cumprimento.

Se houve esse reconhecimento internacional, houve o reconhecimento nacional também. A gente tem conversado com vários setores. Outro dia, a Ministra Izabella recebeu a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), que é uma empresa extremamente engajada em energia renovável, e avaliação deles é de que a INDC brasileira é brilhante. Quer dizer, eles são engajados em energia renovável e consideram que a INDC brasileira é brilhante, depoimento vindo do setor privado; não é a gente que está falando.

Então, eu tenho uma visão de que a gente, primeiro, foi extremamente conservador em termos de tentar fazer algo factível e viável e, ao mesmo tempo, ambicioso, mas sem tirar o pé do chão. A gente não teve nenhuma ambição desmedida, que fosse irracional, imaginária ou um sonho longe.

Agora, não é fácil de atingir. Com isso eu estou plenamente de acordo. Agora, o que a gente não pode é comparar a emissão de 2014 com a emissão de 2025, 2030. São países diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Barbosa Mozzer) – O.k. Obrigado, doutor.

Passo a palavra ao Mozzer, representando aqui o MAPA e a Embrapa.

O SR. GUSTAVO BARBOSA MOZZER – Obrigado, Daniel.

O Miguez praticamente exauriu os tópicos, como era de se esperar, mas eu gostaria de pegar algumas questões e pontuar.

Com relação às colocações levantadas pelo Senador Fernando Bezerra, eu acho que ele, de fato, atacou uma questão crucial. Quer dizer, não há sucesso em política pública que não seja resultado de uma forte e robusta implementação, como o Miguez descreveu brilhantemente, mas também que não seja objeto de um processo profundo, robusto e bem estruturado de monitoramento. Eu acho que essa é uma questão crucial, central, e nós precisamos, de fato, olhar isso com muita atenção.

Todavia, eu acho também que a condição que existe, a conjuntura mínima estruturada, com relação às discussões que ocorreram em Paris e ao desenvolvimento de todos os... Enfim, a lógica, como o Miguez também colocou, no início da fala dele, da própria evolução que se espera que os países possam ter, com revisões a cada cinco anos dos seus níveis de ambições; a lógica de transparência, acordada já também no âmbito do Acordo de Paris, isso tudo são instrumentos que, de uma forma ou de outra, impulsionam, de maneira positiva,



não só o Brasil, mas todos os países, numa direção de maior nível de conhecimento, de avaliação da *performance* de suas políticas públicas. No Brasil, enfim, já é realidade discutida e em fase de implementação. Eu falo, por exemplo, no caso específico da agricultura: nós construímos um laboratório, um prédio, com o apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente, para o monitoramento do que é o Plano ABC implementado.

E, agora, nesse sentido, eu acho que já há uma maturidade na compreensão da sociedade brasileira e das nossas instituições de que nós precisamos monitorar. Entretanto, eu acho que é conveniente a discussão, porque, apesar de reconhecer a importância de toda a estrutura da métrica que nós adotamos na política de mudança do clima, que é a métrica em carbono, a meu ver... E os expositores aqui também, os Deputados e os Senadores, levantando a questão, por exemplo, de pagamento por serviços ambientais e outras preocupações, demonstram – com clareza e de maneira evidente – que a agenda de mudança do clima não é dissonante de outras agendas que existem no Brasil, no campo ambiental. Quer dizer, ela precisa ser consonante, ela precisa trabalhar de maneira harmônica. E, do ponto de vista da própria discussão da agenda de mudança do clima, nós havemos de convir que é necessário também incorporar métricas que possam nos apresentar – de maneira clara, evidente, sem sombra de dúvidas, para a sociedade, para os gestores, na forma de instrumentos para tomadores de decisão e para a própria revisão dos processos –, métricas que possam avaliar a *performance* das nossas ações, no que tange à adaptação.

Eu acho que as duas questões juntas formam um coeso; quer dizer, são lados de uma mesma moeda. Caso se pense em mitigação, se estamos pensando em abatimento de carbono, brilhante, ótimo, vamos fazer, interessantíssimo. Agora, na prática, as pessoas no campo, na área agrícola, por exemplo, estão preocupadas com serviços ambientais? O que elas estão olhando? Elas estão olhando justamente como a atividade, o desenvolvimento daquela atividade, pode resultar em benefícios ou em outros valores agregados que são importantes para o próprio exercício da atividade. Quer dizer, serviços ambientais são para a sociedade? É óbvio que sim. Mas também são para o exercício da atividade em si. Por que a agricultura funciona sem água? Se você preservar a água, você está preservando a água para a sociedade, você está gerando água para a sociedade e está gerando água para os sistemas produtivos também. Quer dizer, é óbvio que há uma coesão positiva de interesses que precisam ser discutidos.

A meu ver, é um momento oportuno e de maturidade da nossa sociedade, de olhar para esse conjunto de desafios e pensarmos: “Ora, podemos pensar em métricas que façam sentido, que possam ser monitoradas, objeto de avaliação e que possam, nesse contexto, voltar para a sociedade, com indicativos de *performance* e de onde uma determinada ação deve ser melhorada, ou pode ser revista, ou deve ser implementada de maneira diferente”.

O ABC é um exemplo disso. O ABC é um caso de sucesso. O Senador Donizeti mencionou o caso de Tocantins, bastante conhecido – o pessoal da Embrapa tem trabalhado de maneira muito forte –, e, no Brasil inteiro, a coisa está acontecendo da mesma maneira.

Definimos um conjunto de tecnologias que, obviamente, como eu mencionei no início, era um tripé. Ora, deveria haver benefícios econômicos e também benefícios de longo prazo. O componente de adaptação está aí, e o componente de mitigação, também.

E a viabilidade da tecnologia já era economicamente testada. Então, obviamente, faz sentido para o agricultor implementá-la. Agora, do ponto de vista prático, da exequibilidade, o que nós temos observado, com algumas análises e pesquisas, é que, em muitos casos, dependendo do nível de compreensão do agricultor em relação àquela tecnologia e da forma como, por exemplo, os instrumentos de financiamento abordam etc., ele não consegue perceber o conjunto dos três benefícios. Às vezes o agricultor fica ali preocupado, obviamente, com o primeiro, e os outros dois ficam como coisas meio etéreas. Eu acho que, para que haja esse desenvolvimento, é também responsabilidade nossa avançarmos e construirmos, materializarmos esses benefícios na forma de métricas, na forma de instrumentos de monitoramento, demonstrando... Ora, se você implementa tecnologia, por exemplo, no caso, de recuperação de pastagens degradadas, você vai gerar benefícios de longo prazo, com relação à capacidade adaptativa dos seus sistemas produtivos. Isso é dinheiro, gente. Isso é dinheiro. Não está monetarizado, porque as pessoas não estão conseguindo identificar e quantificar a importância, em termos monetários, disso, mas obviamente está lá. Cabe a nós termos instrumentos para isso.

O que nós temos, hoje, em termos de avaliação da política de mudança do clima, restringe-se tão somente à questão do carbono. Isso é importante, com relação à seara internacional, com relação ao que nós precisamos apresentar nos nossos relatórios bianuais. Então, está tudo certo. Agora, do ponto de vista interno, com respeito a que tipo de informação nós precisamos gerar, que são fundamentais para a nossa gestão pública, e principalmente para que as pessoas que estão implementando essas tecnologias consigam dimensionar, materializar, tocar, ter uma noção da grandeza e da importância daquela ação, em termos monetários, nós precisamos de métricas. Métricas que sejam mais abrangentes que tão somente o carbono. E eu acho que a



ideia de pensarmos um pouco a discussão da adaptação passa por aí. E eu enxergo a questão dos pagamentos por serviços ambientais como algo inerente a essa discussão. Eu acho que faz parte e que é um processo de amadurecimento que nós temos de discutir. É um processo de revisão da própria política nacional que deve estar em curso, a revisão do próprio Plano ABC. Eu acho que faz todo sentido nós discutirmos, de uma maneira estruturada, que tipo de métricas precisamos, para que a dimensão global dos benefícios associados às ações que nós já estamos implementando possa ser mais bem materializada.

Enfim, com relação à ambição, o Miguez já abordou isso de maneira bastante objetiva. Eu acho que, no setor de agricultura, o que nós apresentamos para a INDC, também na questão de florestas, como o Miguez mencionou, foi extremamente discutido, é extremamente ambicioso e, ao mesmo tempo, factível e realista, porque, na implementação desse tipo de agenda, nós precisamos também dimensionar qual será o impacto das ações que estamos fazendo sobre o mercado. Quer dizer, o mercado está disposto ou é capaz de absorver isso? Qual é o limite de capacidade produtiva? Isso tem que estar bem dimensionado, em termos do esforço que se vai gerar, para implementar, para compreender que volume de capacidade produtiva vai estar disponível no mercado, em cinco anos, em dez anos, em vinte anos.

Então, o que nós temos implementado no ABC é extremamente conservador, do ponto de vista do aumento da capacidade de suporte dos sistemas produtivos. Nós estamos, inicialmente, sugerindo o aumento da média da capacidade instalada no Brasil, da ordem de 0,5 ou 0,8 animais por hectare, para até 1,5, dependendo das condições. Quer dizer, isso é um aumento extremamente factível. Mas poderíamos, em alguns casos, como o senhor deve ter visto lá, ter uma capacidade de um suporte superior a isso, chegando a dois, três... É factível? Claro que sim, mas não é isso que nós estamos propondo neste momento, porque é uma questão paulatina.

Agora, o que nós queremos é que as pessoas consigam perceber os benefícios associados à implementação dessa tecnologia, mesmo de maneira ainda inicial. Eles vão ter, dependendo do seu nível de engajamento e de capacidade de tecnificação, capacidade para ir além, para sair de 1,5 animal por hectare para dois ou três animais por hectare. Acima de quatro animais, a coisa começa a ficar complicada, como é, por exemplo, o caso neozelandês, que está em seis, sete, oito animais. Mas aí já está baseado em *inputs* de nutrientes muito fortes, que resultam num balanço negativo em termos de carbono no sistema. Quer dizer, economicamente, isso é complicado.

Não precisamos ir para uma situação tão extremada, mas poderíamos, a longo prazo, imaginar um ABC expandindo em dimensão sem expansão de área, só com a intensificação do que já foi intensificado. Nós temos capacidade e, digamos, margem de manobra para expandir o ABC, mesmo sem incluir outra propriedade supostamente dentro do sistema, o que não é o caso. A nossa ideia ainda é a de expandir bastante em termos de oportunidades no Brasil. Esse é o grande desafio. Acho que, no momento, quanto mais pessoas entrarem para o ABC, mais produtores, mais gente conseguirá perceber a dimensão dos benefícios associados, dos três benefícios: não só o referente ao carbono, mas também à capacidade adaptativa e à melhoria na renda. Essa é a nossa missão em termos de desafios.

No setor de florestas, ocorre a mesma coisa. A meu ver, como eu disse, tendo o Ministério do Meio Ambiente, além do Cadastro Ambiental, o REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), há também uma grande oportunidade para que a gente mostre, apresente de maneira clara que essas ações que estão sendo feitas com o ABC colocam essa agricultura bem-feita, com qualidade, como um *driver*, como um vetor positivo da incorporação de florestas nos sistemas agrícolas. Isso é realidade. Isso tem de ser monitorado, mensurado, quantificado, porque é um benefício que está aí e que precisa ser tangível para a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Mozzer, eu queria apenas que você pudesse se manifestar rapidamente em relação ao CAR. Qual é o posicionamento do MAPA? Ele tem defendido essa prorrogação?

E também gostaria que se manifestasse sobre as ações de Inconstitucionalidade e também sobre os prazos. Existem alguns Estados, como, salvo engano, até o Estado de São Paulo – talvez, o Deputado Tripoli possa nos auxiliar –, que ainda não implementaram isso. O que o MAPA tem feito nesse sentido, para que possamos alcançar a plenitude do CAR em todas as propriedades?

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, eu queria aditar algo à solicitação que V. Exª faz.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – É claro!

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Eu não tive oportunidade de assistir às três palestras, mas vejo que o debate já avançou.

Duas preocupações me restam aqui, até porque participei da COP-21 em Paris, e acho que estamos ainda aquém do processo. O Brasil ainda está longe, distante, na minha opinião. Mas duas coisas me chamaram a



atenção. A primeira delas é a questão de uma política clara de energias alternativas. O Brasil ainda não a apresentou, embora a gente saiba da existência dos parques eólicos, dos parques na linha das fotovoltaicas, da energia solar. Essa é uma questão.

Agora, acho que há algo que antecede tudo que foi debatido aqui, que é a questão da regularização fundiária, que ainda não foi feita no Brasil. Enquanto não tivermos uma regularização fundiária, vamos trabalhar com a chamada nuvem na questão da internet; ou seja, não há ainda condições de se quantificar. Se não há uma regularização fundiária no Brasil, não há como, dentro da linha estabelecida pelo Tratado de Paris, conseguirmos caminhar. Como vamos caminhar? Não há uma regularização fundiária; ou seja, não temos uma regularização mínima do solo brasileiro.

Então, acho que a regularização fundiária deveria anteceder este debate, para que, depois, pudéssemos adentrar novamente nessas questões, que acho que ainda não são muito factíveis. Não conseguimos percebê-las de perto. E acho que é isso que a sociedade pede hoje.

Então, eu gostaria de ouvir um pouco dos palestrantes sobre esta questão da regularização fundiária. Como vamos enfrentar este grande dilema, que é a questão da regularização fundiária? Na minha opinião, seria o arcabouço para que pudéssemos alavancar um grande projeto, não só o CAR, mas também a junção da questão da sustentabilidade acoplada ao desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Deputado.

Eu vou passar a palavra para os nossos convidados aqui, para que aquele que se sentir mais confortável para responder em relação à regularização fundiária possa responder ao Deputado Ricardo Tripoli.

Em relação às energias renováveis, Deputado, apenas para ambientar o senhor. Nós tivemos uma reunião da Comissão na semana passada, e o Senador Fernando Bezerra apresentou um plano de trabalho; e, dentro desse plano de trabalho, nós teremos outras audiências públicas que vão tratar especificamente de energias renováveis aqui no âmbito desta Comissão.

Eu gostaria da resposta do Mozzer em relação ao seu questionamento e ao nosso também.

O SR. GUSTAVO BARBOSA MOZZER – Bom, infelizmente, eu não teria condições de responder com profundidade os detalhes do que o Ministério da Agricultura pensa em relação a prazos, etc.

Com relação ao CAR, a percepção nossa, pelo menos da Embrapa e do Ministério da Agricultura, com certeza das interações que nós temos, claramente é um instrumento vital para a implementação da boa agricultura que estamos perseguindo com o Plano ABC; e, com certeza, é um instrumento crucial para a implementação do Código Florestal.

Nós temos, inclusive, feito esforços muito grandes. Um exemplo concreto foi um investimento chamado FIP (Forest Investment Program), que era, inicialmente, uma agenda focada, proposta pelo Banco Mundial, em relação à qual nós fizemos grande esforço, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, em coordenação com o Ministério da Agricultura, para que o Cadastro Ambiental Rural e o FIP pudessem ser implementados como uma espécie de piloto, uma espécie de exercício nesse sentido, demonstrando o benefício que seria a execução do Cadastro Ambiental Rural em consonância com a implementação do Plano ABC, porque, a nosso ver, o Cadastro Ambiental, e ele vai trabalhar na direção de buscar a regularização fundiária...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Acredito nele, inclusive, como instrumento fundamental para facilitar a regularização fundiária.

O SR. GUSTAVO BARBOSA MOZZER – É claro! Exato! Está ali, preocupado com o dimensionamento das propriedades, indo além da regulamentação fundiária, definindo as áreas onde investir a proteção e outros tipos de áreas.

Aí, nós temos outros instrumentos importantes, como, por exemplo, o zoneamento econômico das propriedades, enfim, apoiando a implementação de recursos, mas o ABC, a nosso ver, complementa o CAR, porque, à medida em que se define o plano de utilização da propriedade, trazendo-se em conjunto o pacote de soluções tecnológicas e vendendo aquele pacote junto, está aqui: “Vamos regularizar, você vai sair de uma condição de degradação e vamos levá-lo para uma condição de efetiva rentabilidade na sua propriedade, agora regularizada, com as questões ambientais, com a questão fundiária, produtiva e sustentável”. Vejam quantos benefícios associados à implementação de pacotes sinérgicos de ações de Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura somam-se para formar um conjunto, um coeso de atividade econômica coerente e razoável no sentido de expansão da atividade econômica com recuperação dos ativos ambientais, com inclusão desses ativos da matriz econômica, redução de emissões de carbono e melhoria de resiliência dos sistemas.

Desculpem-me eu não ter toda a instrumentalização para responder à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Sem problema.

O Dr. Miguez quer responder ao questionamento do Deputado Ricardo Tripoli.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Vai, sim. Só o Miguez, que disse que gostaria de fazer uma intervenção. Depois eu vou passar a palavra ao Tiago, para que possa manifestar-se também.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Dentro da linha do Mozzer, primeiro, hoje, o nível de Cadastro Ambiental Rural já está em 67% do Brasil. Quando se tem, por exemplo, os instrumentos do Inpe, por exemplo, o DT: quando se sabe que está havendo um desmatamento nessa área, vê-se no CAR qual é aquela área, qual é a propriedade, e podem-se ter meios de checar se há um plano de manejo autorizado ou não.

Com o sistema legal criado pelo Código Florestal e pelo CAR, junto com o Sistema de Controle de Monitoramento e Desmatamento do Inpe, a gente consegue ter uma política de controle muito grande do que está acontecendo. É óbvio que a gente ainda está com 67%. A Ministra Izabella, quanto à discussão do prazo, diz que não existe um prazo para o CAR, que existe um prazo para pedir os benefícios, mas não para o CAR.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Secretário, do jeito que está na lei, isso não é passivo, porque a lei diz prazo, diz que encerra o CAR...

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Para benefício, mas não para o cadastro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Para o cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Não existe punição. É isso que o senhor está querendo dizer?

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – A interpretação é de que não precisa prorrogar, porque não existe prazo.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O proprietário deixaria de ter os benefícios.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Exatamente isso. Ele tem prazo para os benefícios, não para o cadastro.

Eu me esqueci de falar sobre outra coisa. Como é que se faz um instrumento eficaz – o Senador Fernando Bezerra tinha falado disso – para o cumprimento das metas?

O Mozzer acabou de falar que temos um processo internacional em que temos de apresentar a comunicação nacional a cada quatro anos. Temos de apresentar um relatório de atualização, que é uma coisa mais simples que fazer a comunicação nacional, a cada dois anos. Primeiro, a comunicação nacional; depois, a cada dois anos, o relatório de atualização; no quarto ano, outra comunicação nacional e assim periodicamente. Então, a cada dois anos, vamos ter qual vai ser o cumprimento das metas; vamos ter a métrica de emissão, na medida em que se faz a comunicação nacional e o relatório de avaliação. Então, vamos ter isso em toneladas de CO₂ equivalentes que o Brasil está emitindo e vamos poder acompanhar a trajetória do Brasil em termos de emissão, para o cumprimento da meta, INDC.

O que o Mozzer está falando é algo ampliado. Se a gente tiver um plano de implementação da INDC, ter indicadores de cada objetivo que a gente colocar nesse plano de implementação da INDC.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Passo a palavra agora ao Tiago, para que possa manifestar-se quanto aos questionamentos.

O SR. TIAGO REIS – Obrigado, Deputado.

Primeiramente, acho que todos os questionamentos são muito pertinentes, muito interessantes. Eu até tive que controlar minha ansiedade, porque quero falar sobre tudo. Mas prometo que vou ser breve e conciso, passando pelos pontos rapidamente.

Vou começar pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), que foi a última questão aqui. O CAR é constante e dinâmico, é um cadastro que tem de estar aberto o tempo todo, porque as pessoas morrem, as pessoas vendem fazendas. Isso é a fala do Deusdará, do Serviço Florestal Brasileiro, mas efetivamente é assim. O CAR está sujeito a ser cancelado, a ser refeito. Como cadastro, ele permanece, não tem como acabar; não vai ser feito depois de 5 de maio.

Quanto à questão dos benefícios, a gente concorda exatamente com o Ministério do Meio Ambiente: o que se perde é a possibilidade de acessar os benefícios.

Como o Deputado lembrou: “E os produtores mais vulneráveis, os produtores que não tiveram condição de fazer?”. Vejam bem que o cadastro já está funcionando há tempo suficiente para ser feito. Todo mundo teve a oportunidade de fazer isso. Por isso, o Observatório se posiciona a favor da manutenção do prazo do cadastro. Depois que se esgotar o prazo, podem ser discutidos uma solução e um encaminhamento para esses casos especiais.

Hoje, na verdade, foi atualizada a nota do Serviço Florestal Brasileiro, que já aponta 70,3% de área cadastrada. Então, o CAR é um instrumento formidável...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Nesse final, segundo o que temos acompanhado, ele deve ser razoavelmente, porque tem muita coisa cadastrada que não foi...



O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – É típico da cultura brasileira deixar para a última hora, não é, Senador?

O SR. TIAGO REIS – Exatamente. Então, o CAR é um instrumento formidável. São poucos os países que têm um instrumento como esse. Além de formidável, é estratégico para a regularização fundiária, indiretamente, porque ele é um instrumento de regularização ambiental, mas, indiretamente, ele vai servir para isso.

Ele é um instrumento de diagnóstico, de compreensão do uso do solo no País. Como vai ficar essa mensagem para quem fez o cadastro no prazo, para quem respeitou a lei, para quem respeitou o prazo?

Então, prorrogar, legislativamente, esse prazo parece-me que é um grande desserviço à segurança jurídica, à implementação do cadastro, que é fundamental para a implementação do Código Florestal brasileiro.

Agora, voltando...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Permita-me só, porque está no CAR: infelizmente ou felizmente, eu não tenho concordância com você, Tiago. É o seguinte: nós temos de comemorar os 70%, os 75%, até os 80% que nós vamos conquistar no encerramento, entendeu? Em comemorando, nós criamos um novo prazo vai fazer com que cheguemos próximo aos 100%.

Então, eu penso que, com essa questão de um ano e a prorrogação por mais um ano – e nós podermos prorrogar por mais um período –, nós vamos fazer isso avançar. Porque não é pouco. O sistema que o Deusdará apresentou para nós, na Comissão de Agricultura, permite inclusive que, se o camarada estiver desmatando, pelo sistema, vai ser possível saber se ele tem até o direito de desmatar. Pode ser que ele esteja desmatando sem a licença lá, e serão encaminhadas as punições, mas já se sabe se ele pode desmatar ou não.

Outra coisa: pode-se criar um balanço, uma conta corrente com ele e dizer: “À medida que você recuperar as matas ciliares que você tem aqui, eu posso liberar mais um pedaço para você daquela reserva que você já tem”.

Aí, eu penso que nós deveríamos prorrogar por mais um período, que seria um ganho, e não um prejuízo.

O SR. TIAGO REIS – Não, tudo bem. São opiniões que divergem, mas que se complementam, porque o cadastro continua. Eu acho que ele vai continuar, ele deve continuar a ser feito. É só a possibilidade de demandar os benefícios previstos lá como disposições transitórias no Código Florestal.

Enfim, voltando ao ponto sobre o nível de ambição das metas brasileiras, de fato, a comunidade internacional reconhece que as metas são ambiciosas. E, de fato, elas são ambiciosas, se comparadas com as metas da China, dos Estados Unidos. Mas há uma coisa que nós temos de ter em mente: é muito mais fácil e barato para o Brasil reduzir as suas emissões do que para a China, para os Estados Unidos, e para os países da União Europeia, porque, nesses países, o principal setor de emissões é o de energia. E é muito caro e demorado fazer a transição de um setor energético.

No Brasil, o grosso das emissões são florestas e agropecuária. Cada vez mais energia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TIAGO REIS – É, agora não, cada vez menos. Mas depende da conta também. Há vários poréns aí.

Mas, enfim, não quero entrar nesse debate. Concordo que a meta seja ambiciosa. Eu só mostrei ali a emissão de 2014 para nós termos um parâmetro mais próximo da atualidade.

A pergunta do Senador Fernando Bezerra foi sobre como traduzir as metas da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) e trazê-las para a legislação. Como o Miguez explicou, há todo um processo legislativo escalado que vai sendo feito. Agora, pensando mais em implementação, que é o momento que nós estamos vivendo agora – nós devemos focar nisso, em como implementar –, por exemplo, existe toda uma estrutura tributária no Brasil que é perversa para a sustentabilidade e para a mitigação de gases do efeito estufa. Eu trouxe uns estudos aqui, porque nós trabalhamos, nós exploramos esses temas. Eu até gostaria de pegar o endereço do senhor para depois mandar estas publicações.

Por exemplo, uma medida simples que poderia já ajudar a mitigar emissões: o Imposto Territorial Rural (ITR). Hoje o ITR é calculado de acordo com o ADA (Ato Declaratório Ambiental). O produtor declara o que ele tem de reserva legal e é isento de pagar ITR sobre a reserva legal. Por que nós não vinculamos, por que nós não paramos de usar esse ADA e vinculamos o cálculo do ITR ao CAR, por exemplo? Digo isso porque, a partir do momento em que o CAR estiver validado, estiver analisado pelos Estados, e estiver tudo certinho, ele é um instrumento muito mais fiel de representação da reserva legal do produtor. Ele permite, eventualmente, até aumento na arrecadação, porque nós não temos nem como estimar se há fraude ou não nesses ADAs; o CAR vai ser mais transparente.

Enfim, é com pequenas mudanças assim no sistema tributário brasileiro que se reduzem emissões, de fato.

Outra proposta que está aqui, numa publicação que nós trouxemos, é sobre a Cide-Carbono (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Quer dizer, é um instrumento tributário que não tem objetivo de arrecadação para o Governo, mas de induzir o comportamento. Então, uma proposta que nós fazemos é de



criar essa Cide-Carbono. Você pode começar a taxar o carbono, por exemplo, no abate tardio de bovinos. O Dr. Gustavo Mozzer aqui pode falar melhor sobre isso. Se o gado é abatido após os 24 meses, há uma emissão de metano muito maior. Então, por exemplo, se for cobrado um imposto, uma taxa de carbono sobre esse abate tardio, induz-se um comportamento e reduzem-se emissões. É um comportamento mais eficiente, do ponto de vista produtivo, que pode gerar alguma receita para o Governo, e que, ao mesmo tempo, abate emissões.

Então, são só alguns exemplos. Eu posso enviar estas publicações. Há vários exemplos aí que nós analisamos nelas.

Sobre as ADIs, que é outro tema muito importante, muito relevante, eu vou ter de tirar o chapéu de Observatório do Código Florestal. Enfim, o Observatório do Código Florestal é uma rede de instituições composta por 23 organizações, e não houve um posicionamento consensual; ou seja, eu não posso falar como Observatório. Sobre o CAR, nós tivemos um posicionamento, e eu apresentei aqui. Sobre as ADIs, nós não temos. Eu posso falar como Ipam e como pesquisador de política ambiental. Então, aqui quem está falando é Tiago Reis, pesquisador de política ambiental do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

As ADIs têm um mérito muito importante do ponto de vista ecológico, do ponto de vista de conservação. Elas questionam mudanças no Código Florestal que permitem, por exemplo, ter-se uma APP de mata ciliar de 5 metros. Do ponto de vista ecológico e de conservação, essa APP não cumpre sua função plenamente.

Há outra ADI, por exemplo, que se direciona à questão da conversão de multas. Há um mérito. Não vou aprofundar, todos aqui devem estar cientes já do conteúdo, do teor dessas ADIs. Porém, é muito importante nós percebermos que a implantação do Código Florestal é um desafio enorme, e hoje já está, de fato, envolvendo vários setores da sociedade: o mercado, as empresas estão olhando para isso, estão preocupadas com isso, estão inserindo esses critérios, estão discutindo como inserir esses critérios em suas políticas de compra; instituições financeiras estão olhando para isso, a sociedade civil inteira está participando desse processo, um grupo representativo apoia a efetiva implementação do Código Florestal.

Ou seja, o Código Florestal aprovado em maio de 2012 no Parlamento brasileiro, de fato, não agrada totalmente nenhum lado: nem ao lado conservacionista, nem ao lado dos produtores rurais. Mas é o possível, é a síntese do possível. Houve um acordo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Mas essa é a importância, porque foi possível construir uma média que, ao final, de certa forma, foi consensual. E agora, se isso for implementado, haverá um ganho...

O SR. TIAGO REIS – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – ...e, se continuar na briga, vai continuar parado, não vai resolver o problema.

Então, eu acho que o ganho do Código Florestal – que eu não estava aqui para debater, mas que eu tenho discutido – é ter construído uma média que, se implementada, todos vão sair ganhando. Embora o Código não tenha contemplado a percepção de cada lado naquele exato momento, eu acho que, no resultado, todos vão sair ganhando, e o País sobretudo.

O SR. TIAGO REIS – Exatamente.

Quer dizer, o CAR está avançando, os processos, os instrumentos... Há vários problemas no Código Florestal. Não é uma maravilha. O CAR tem vários problemas. Vai vir agora uma próxima etapa de validação, em que pode surgir de tudo. Todo tipo de problema pode aparecer. Mas, de fato, está sendo feito um esforço enorme para implementação dessa legislação.

Então, eu sou a favor da segurança jurídica. Eu acredito que o Código Florestal tem de ser implementado como está. Todas essas medidas geram insegurança jurídica, causam confusão para o produtor. O produtor está no esforço de aprender, de entender o Código, de depurar.

Há muitos produtores fazendo regularização ambiental, buscando isso, cobrando até dos seus Estados que tenham os seus PRAs, para eles poderem aderir e recuperar os seus passivos. Então, mudar a regra do jogo agora, quando se está num estágio, digamos assim, médio de implementação, não é interessante para o Brasil.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Precisamos ver como é importante. Segundo o Deusdará, parece que 56% dos cadastrados do CAR estão aderindo voluntariamente à regularização da situação ambiental deles. Então, isso já é muito significativo.

O SR. TIAGO REIS – Exatamente.

Agora, passando um pouco aqui sobre... Houve uma pergunta do Deputado Sérgio Souza, que já saiu, sobre diferenciação de desmatamento legal e ilegal. Não sei se vale a pena cobrir.

Desmatamento ilegal, primeiro, é todo desmatamento que ocorre sem licença do órgão ambiental estadual; segundo, é o desmatamento que ocorre em APP (Área de Preservação Permanente), porque não se pode is desmatar em APP ou em reserva legal. Então, o excedente de reserva legal é o que pode ser desmatado



mediante autorização do órgão ambiental estadual. Então, qualquer desmatamento que não siga esse fluxo é ilegal.

Quando eu falei que 18 bilhões de toneladas estão em ativos florestais, eu não quis dizer que isso vai ser emitido. Eu quis dizer que isso pode ser emitido se os Estados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TIAGO REIS – De maneira alguma. É fundamental.

Por isso, eu disse que é fundamental haver a CRA (Cota de Reserva Ambiental), por exemplo – eu até trouxe uma publicação que explica, passo a passo, o que é a CRA, como ela deve funcionar –, outros incentivos econômicos, pagamentos para os serviços ambientais. Esses são todos instrumentos que podem evitar esse desmatamento legal e que devem ser implementados. Porém, hoje eles ainda não estão funcionando.

O Código cria esse instrumento, a Cota de Reserva Ambiental, mas ele ainda não está regulamentado. Ele não funciona. Esse mercado não existe. Existe uma projeção de mercado, existem mercados futuros, feitos pela BVRio, a Bolsa Verde do Rio de Janeiro, mas é tudo simulação, é tudo teste, vamos dizer assim. Então, é fundamental avançarmos na implantação desses mecanismos, como a CRA, o pagamento de serviços ambientais. Existem alguns projetos de lei tramitando no Congresso. Então, isso tem de avançar urgentemente para evitar que isso seja desmatado.

Sobre a meta de restauração de 12 milhões de hectares que apresentaram, eu não sabia, de fato, eu não tinha ciência de que era só para a Mata Atlântica e Cerrado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TIAGO REIS – Não está dito. Então, perfeito. Acho isso formidável, até porque, na Amazônia, você não precisa, de fato, investir muito em recuperação induzida. É possível recuperar os passivos por regeneração natural. A Amazônia tem esse poder, tem esse potencial ecológico de se regenerar naturalmente, ainda. Ainda.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Como eu falei, a conta foi feita em termos de emissão. Não foi feita em termos de Código Florestal ou de área. Foi feita em termos de emissão. Nós fizemos um cálculo conservador dos 5 milhões de hectares, no Cerrado e na Mata Atlântica, claro com a taxa de restauração desses dois biomas e com áreas que eram razoáveis, segundo o Ministério do Meio Ambiente, em cada um desses biomas. Nós tentamos não envolver a Amazônia para ficar com uma espécie de *buffer* no caso de algo não funcionar. Mas foi exatamente essa linha.

O SR. TIAGO REIS – Certo.

Só para concluir, eu gostaria de fechar assim: novamente qual é o papel do Congresso nesse esforço de implementação do Código Florestal e das metas da INDC? O que o Congresso deve fazer como ente legislativo do País?

Uma sugestão muito clara e muito importante é começar a olhar essa estrutura tributária do País. Nós temos um sistema tributário perverso, que incentiva a emissão e pune quem quer reduzir a emissão. Isso ocorre, *grosso modo*, em todos os setores de emissão: agropecuária, florestas e energia nos principais setores de emissão. Acho que é um esforço que demanda uma atenção do Legislativo como ajustar esse sistema tributário que gera esse desequilíbrio ambiental até, não só econômico, mas também ambiental.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Presidente, só para registrar: com relação ao ADA, nós já apresentamos um projeto de lei aqui para substituir o ADA pelo CAR, que já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente. Está em tramitação aqui. Na medida em que há o CAR, elimina-se a necessidade desse ADA. Não vamos ter mais necessidade dele, uma vez que temos o Cadastro Ambiental Rural.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O Dr. Miguez quer fazer uma conclusão?

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Eu queria, primeiro, concordar com quase toda a fala do Tiago. Eu partilho, em grande parte, do que foi dito. Inclusive, no caso em que ele está falando do sistema tributário, o exemplo de automóvel é claríssimo. Damos isenção de IPVA para os carros mais velhos, que emitem muito, e damos uma punição total aos carros mais novos, que são extremamente eficientes na linha deles. Essa é uma coisa.

Outra coisa é o carro 1.0. Pelo tamanho do cilindro, você dá um incentivo. Aquele carro pode emitir muito mais que o carro 1.6 ou 2.0, e você não olha para isso. Então, concordo plenamente com o que o Tiago está falando. Se formos a todos os setores, vamos ter mais exemplos disso.

Eu só discordo do que ele falou quanto a ser mais fácil para o Brasil cumprir a meta do que para a China Índia. A matriz da China e da Índia é extremamente ineficiente, porque são térmicas a carvão, antigas, penhas, de eficiência da ordem de 25% ou menos. Eles estão fazendo um esforço enorme.



Eu estive, na semana passada, na Índia, na reunião do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). Temos um grupo que troca experiências na negociação de mudanças do clima. Nós tivemos a 22ª reunião, na semana passada, em Nova Delhi. O *premier*, o Ministro do Meio Ambiente da Índia falou que, naquele dia, eles estavam fazendo um leilão de 175 gigawatts de solar. Isso é muito mais que a capacidade brasileira. Então, para eles, é muito mais fácil, porque se compara com térmicas a carvão extremamente ineficientes. Se você está preocupado em cumprir a INDC deles, é muito mais fácil para eles do que para a gente.

Eles estão com programas ambiciosos de eólica. A quantidade de eólica que tanto China quanto Índia instalaram, nos últimos cinco anos, é uma quantidade imensa. Para nós, não. Para nós, é o contrário. Como temos uma matriz extremamente renovável energeticamente, estamos no nível de 40%, chegar a 45% é um esforço enorme, porque já estamos com um custo marginal altíssimo e rendimento decrescente. Quer dizer, começamos, por exemplo, com o petróleo a US\$30 o barril, US\$40 o barril. As fontes renováveis são muito mais caras. Quer dizer, você começa a inviabilizar a fonte.

O nosso esforço – é o único ponto em que eu discordei do Tiago; no resto todo, eu concordo com ele – é muito maior. É mais difícil implementar, porque o nosso custo marginal é muito mais alto e porque nós já somos muito renováveis. Para os senhores terem ideia, o Brasil está com 40% da matriz renovável, o mundo tem 13%, e os países envolvidos têm 8% de energia renovável na matriz. Quer dizer, quem tem de aumentar a energia renovável não é o Brasil, passar de 40% para 45%. Isso é extremamente ambicioso. Quem tem de aumentar são os países desenvolvidos: passar de 8% para 20%, para 30%, para 40%.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Há que se considerar que essa adesão e esse consenso, em Paris, por parte de alguns países, estão muito mais em função de aumentar a energia renovável nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, porque quem domina a tecnologia são eles. E eles querem repassar a tecnologia e ganhar dinheiro com isso. Isso não é ruim, mas, do lado deles, eles não vão conseguir avançar muita coisa. Ele agora quer vender a tecnologia. Então, é bom para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Sem dúvida.

Como eu concedi a palavra ao Dr. Miguez, o Dr. Mozzer e o Tiago também gostariam de fazer uma conclusão aqui. Só peço para serem bem objetivos, porque as duas Casas vão iniciar a Ordem do Dia. Nós precisamos liberar o nosso Senador, e eu também, para continuar o nosso trabalho.

O SR. GUSTAVO BARBOSA MOZZER – Muito brevemente, concordando com o Miguez e com o Tiago, temos o programa do álcool, que é outro exemplo fantástico de energia renovável.

Eu queria só fazer o comentário que o Tiago pediu, em relação à questão das emissões, em relação ao tempo dos animais em pasto. Isso está associado diretamente à qualidade do pasto. Quer dizer, pastos degradados exigem que o animal permaneça ali por mais tempo. Menos eficiência significa mais emissões. O ABC novamente corrige de maneira completa essa questão, porque o ABC, com a recuperação de pasto degradado, está incentivando o sistema de pastos recuperados e eficientes. Pastos recuperados e eficientes são o quê? Pastos com mais fertilidade, fertilidade do solo via recuperação. É da conservação do solo que nós estamos falando. Então, conservar o solo saudável por meio de todo um conjunto de ações de agricultura conservacionista vai resultar numa estada muito menor daquele gado no pasto. Em menos meses ele terá porte e tamanho para ser abatido. Enfim, esse é um sistema mais eficiente. São menos emissões.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Tiago.

O SR. TIAGO REIS – E pode haver tributos induzindo a isso, contribuindo com o esforço do plano ABC, por exemplo.

Vai haver uma audiência focada no setor de energia também. Será na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Não foi agendada ainda.

O SR. TIAGO REIS – Quero só fazer uma sugestão: chamar o Ricardo Baitelo, do Greenpeace, que está bastante debruçado sobre esse setor de energias renováveis e tem muito a contribuir.

Então, fica a sugestão de convite para ele.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Nós acabamos de aprovar e a Presidenta sancionou. Provavelmente em um ano, se nós quisermos, poderemos elevar a adição do biodiesel ao diesel em 10% para os veículos normais. Para transporte de carga e ônibus pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Já é implementação. Foi aprovado e já é lei, por sinal da nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Que bom, não é? Quero, em nome da Comissão, agradecer aos nossos convidados.



Tivemos um debate extremamente produtivo para esta Comissão, mais de duas horas de debate. E teremos outras oportunidades. Sintam-se convidados para participar conosco dos momentos que haveremos de ter aqui na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.)



ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Daniel Vilela, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves; e dos Deputados Eros Biondini, Sergio Souza, Jony Marcos, Leônidas Cristino, Leonardo Monteiro, Carlos Henrique Gaguim, e Rômulo Gouveia. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, Deputado João Fernando Coutinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater a implementação da INDC brasileira: políticas públicas e legislação. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: José Domingos Miguez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Henrique Lian, Superintendente de Políticas Públicas e Relações Externas do WWF-Brasil; Alfredo Sirkis, Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima; e Everton Frask Lucero. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. A Presidência passa a palavra para o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para suas considerações. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Sergio Souza, Deputado Leonardo Monteiro e Deputado Eros Biondini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Daniel Vilela, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DANIEL VILELA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a implementação da INDC brasileira: políticas públicas e legislação.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para o assento à mesa os seguintes convidados: o Sr. José Domingos Miguez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Everton Frask Lucero; o nosso querido ex-Deputado e Presidente desta Comissão, Sr. Alfredo Sirkis, Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima; Sr. Henrique Lian, Superintendente de Políticas Públicas e Relações Externas do WWF Brasil.

Agradeço a presença do nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, e quero aqui dizer aos nossos convidados expositores que o nosso Relator, Senador Fernando Bezerra, já se encontra aqui no Senado, participando de uma reunião, mas brevemente estará aqui também participando desta nossa audiência.

Concedo a palavra ao primeiro convidado, Sr. José Domingos Miguez, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Boa tarde a todos.

O tema sobre a INDC brasileira – implementação da INDC: políticas públicas e legislação – é bem abrangente.

Eu vou começar apenas colocando a implementação da INDC dentro de um contexto maior, que é, primeiro, a regulamentação do Acordo de Paris no processo internacional da Convenção sobre Mudança do Clima e depois a necessidade de ratificação pelos congressos dos diversos países do Acordo de Paris para sua entrada em vigor.

Então, basicamente, o roteiro vai este: regulamentação e ratificação do Acordo de Paris, a INDC do Brasil, esclarecimentos adicionais à INDC, submetida à UNFCCC como fins ilustrativos, e, finalmente, observações finais. Esse vai ser o roteiro da apresentação.



O Acordo de Paris tem, na verdade, diretrizes muito gerais, e alguns dos artigos precisam ser regulamentados. Normalmente o que se faz é, na COP seguinte à adoção do acordo, criar-se um processo na ONU de dois anos, normalmente, e deve ser adotado esse processo de regulamentação na próxima COP, que deverá ser em novembro em Marrakesh, no Marrocos.

Em Marrakesh, no final deste ano, vamos ter esse processo, que deve demorar até 2018, com vistas à finalização da regulamentação. Não quer dizer que termine em 2018 – tem que haver consenso –, mas o que se espera, nesse processo, é que seja terminada a regulamentação em 2018.

Por outro lado, a entrada em vigor do Acordo de Paris exige duas condições. A primeira é que 55 países ratifiquem o Acordo de Paris – 17 países já ratificaram. Na nossa avaliação, não deve ser difícil chegar a esse número de 55 países. A condição que é mais restritiva é que, dos países que ratificarem, tem que haver, pelo menos, 55% das emissões de acordo com uma tabela que está anexa ao Acordo de Paris. Nessa tabela, os países têm a última informação oficial sobre as emissões dos países que comunicaram à Convenção sobre Mudança do Clima na ONU, então cada país informou. A soma dessas emissões não quer dizer nada, porque a data de submissão de cada país é diferente – há informação de 1990, 1994, 2000, 2009, 2013 até. No caso do Brasil, foi utilizada a atualização do Segundo Inventário (Biennial Update Report).

Essa que seria a informação mais atualizada do Brasil, que são os dados de 2010. Na tabela, somada, a participação do Brasil é de 2,48%, que vou mostrar a seguir.

No processo, normalmente os países assinam que estão de acordo com o que foi adotado em Paris – hoje esse número já está em 177 países, vejam que é praticamente universal –, depois há o processo de ratificação pelos congressos de cada país, dependendo da situação do país.

Como falei, hoje 17 países já ratificaram. Na maioria, são pequenas ilhas, tanto do Caribe, quanto do Pacífico.

O que eu mostro a seguir: a soma desses 17 países representa 0,04% do total das emissões, quer dizer, precisamos de 55% das emissões dessa tabela, e a soma desses 17 primeiros países é 0,04%. Então, é muito pequeno em termos da segunda condição para a entrada em vigor.

Basicamente, como eu mostro aqui, a maioria das pequenas ilhas não tem emissão. A emissão é muito pequena. Você vê Tuvalu, zero; Maldivas, zero; Palau, zero. Esses já são alguns que ratificaram. Então, eles não somam na tabela dos 55%.

Na estimativa que fizemos baseada na entrada em vigor do Protocolo de Quioto, para somar os 55%, segundo a velocidade que cada Legislativo em cada país teve, precisaríamos de algo da ordem de 98 países, mesmo incluindo Estados Unidos e China. Estados Unidos e China, somados, são 37%. Estão no canto da tabela: Estados Unidos com 17% – como não ratificou Quioto, então não tinha –; eu somei com China, que são 20,09%. Os dois somados são 37%, mas, ainda, para somar 55% das emissões, mesmo havendo a ratificação de China e Estados Unidos, precisa-se de 96 países, além de China e Estados Unidos, para entrada em vigor.

A INDC do Brasil foi basicamente um documento que tem duas partes. A parte formal, que é o documento previsto pela Conferência de Lima, pela COP de Lima, que determinou como seria o formato da INDC, e basicamente detalha o que é pedido nessa decisão da COP de Lima, COP 19. O que o Governo do Brasil fez foi um diálogo com os segmentos tanto do Governo Federal, quanto atores relevantes. Começou em 2014 com uma consulta via internet; depois, em 2015, em particular, com determinados encontros até no Itamaraty, com o Governo, setor privado, academia, ONGs. Então, foi feita essa ampla consulta durante 2014 e 2015.

Aqui é a parte formal que foi pedida na COP 19. A mitigação seria de emissões de gases de efeito estufa. O ponto de referência é 2005, baseado no Segundo Inventário Brasileiro, que era o documento que tinha sido submetido formalmente ao UNFCCC, no final de setembro, que foi a época em que submetemos a INDC. A redução que estimamos, baseados em 2005, seria de 37% em 2025.

Como nessa época, em setembro, não havia sido adotado o Acordo de Paris, pleiteávamos, no Acordo de Paris, que houvesse dois valores: um valor que seria a nossa contribuição firme para 2025 e uma contribuição indicativa para 2030, para dar uma trajetória e uma indicação ao setor privado principalmente de que haveria um progresso em termos de redução de emissão de gases de efeito estufa.

A meta que o Brasil propôs seria meta absoluta em relação ao ano base de 2005, quer dizer, foi a primeira vez que um país em desenvolvimento de economia grande tinha apresentado uma meta absoluta de redução de gases de efeito estufa, como se fosse um país desenvolvido. Abrangência: todo o Território nacional. Economia: toda a economia. Inclui os gases principais, os gases e as famílias de gases, do Protocolo de Quioto no primeiro período. Copiamos, seguimos a trajetória que já seguíamos do Protocolo de Quioto de ter esses quatro gases mais duas famílias de gases, que são fluorcarbonos e hidrofluorcarbonos incluídos na INDC. A métrica usada foi a mais usada, que seria o GWP-100 do 5º Relatório de Avaliação do IPCC, mas também fizemos todas as contas em termos de potencial de aquecimento global em temperatura.



Sobre os meios de implementação, o Brasil não condicionou a execução, a implementação da INDC a apoio internacional, mas obviamente, se tivermos apoio internacional, podemos fazer mais ações e mais rapidamente. Então, o Brasil indica que está aberto ao apoio de países desenvolvidos.

Ações adicionais, como eu falei, vão permitir maior fluxo de investimentos, desenvolvimento, emprego, difusão e transferência de tecnologia, o que é positivo.

A implementação de REDD+ e a permanência dos resultados obtidos requerem provisão contínua de pagamentos por resultados. Nisso adotamos a estratégia de que estamos de acordo com as decisões de REDD+, que foram adotadas na COP 19, de Varsóvia. Isso está fora do Acordo de Paris.

O Brasil ainda propôs que o Brasil participasse de iniciativas Sul-Sul. Com isso, se houver apoio internacional, podemos ajudar os países, em especial os países menos desenvolvidos que o Brasil, em especial os países de língua portuguesa, mas não exclusivamente países de língua portuguesa. Temos, por exemplo, ações de apoio em mudanças do clima a Botsuana, ao Haiti e a diversos países de língua portuguesa: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau principalmente.

A segunda parte da INDC foi um documento para fins de esclarecimento.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Na verdade, a INDC do Brasil, que foi submetida, em setembro, à ONU, na Assembleia Geral, tem quatro páginas, que seriam essa parte formal, que acabei de mostrar, e mais cinco páginas, que seriam esclarecimentos para dar um panorama, o contexto em que foi concebida. A decisão da COP 19 pedia que provássemos, ou esclarecêssemos como víamos que a INDC atendia em equidade e ambição.

Então, basicamente o que o Brasil mostra é que o Brasil já havia feito um grande esforço de redução dos desmatamentos.

Vocês podem ver que a taxa maior de desmatamento não é 2005, é de 1995, e a segunda maior é de 2004, então estamos usando o ano de 2005 como base. O Brasil teria já reduzido 79% em relação a 2004 e em relação a 2015.

Com essa redução de desmatamento, passando de 57% para algo como 15%, vê-se que a nossa *pizza* de emissão diminuiu, é menor. Com isso, a parcela que cabe à energia e à agropecuária aumentou. Então, hoje a distribuição de emissões no Brasil é centrada praticamente 75% em energia agropecuária, com a particularidade de que, com a pecuária, a grande emissão é de metano de ruminação de gado bovino, o que é difícil, não há uma ação de mitigação muito clara. As ações de mitigação que temos para esse tipo de emissão seriam indiretas, de maneira indireta. Então, esse esforço marginal fica cada vez mais difícil. Em energia, temos uma matriz muito renovável: a matriz do Brasil é cerca de 40% de oferta de energia renovável, ao passo que, na OCDE, é 9% e, nos países desenvolvidos, é 13%. Então, temos uma dificuldade maior de ter reduções adicionais, porque já somos extremamente pouco intensivos em emissão de gases de efeito estufa no setor energético.

O que se pensou na elaboração da INDC – e isso aqui são esclarecimentos ou cenários que dão o contexto da elaboração da INDC – foi atacar os três setores principais, como eu mostrei no eslaide anterior, que são agropecuária, energia e florestas. Em florestas, que era basicamente a preocupação do Ministério do Meio Ambiente, a ideia foi tentar aumentar a coerção para evitar desmatamento ilegal. O desmatamento ilegal é algo que não contribui para o valor agregado brasileiro, então a ideia foi acabar com o desmatamento ilegal até 2030, que seria a segunda data que colocamos de contribuição indicativa. É claro que isso não quer dizer que vamos esperar 2030 para aumentar a coerção, a ideia é você aumentar o nível de coerção imediatamente. É importante frisar que, com relação à implementação da INDC, o próprio nome INDC é Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida, então a contribuição é nacionalmente determinada. Dessa forma, não precisamos esperar o processo de regulamentação pelo Acordo de Paris, nem precisamos esperar a entrada em vigor do Acordo de Paris, porque ela é nacionalmente determinada, e eu posso imediatamente implementar a INDC. Por exemplo, ações como foram feitas aqui na Câmara e no Senado de leis que ampliam o teor de biodiesel no diesel para 10%, depois chegando até 15%, já são implementações imediatas da INDC que não precisamos esperar nada. Então, não estamos atrelados, porque, como é nacionalmente determinada, podemos começar a implementar imediatamente a INDC.

A outra ideia era fortalecer o cumprimento do Código Florestal no âmbito federal, estadual e municipal. O CAR veio ajudar muito nisso, porque passamos a ter uma informação detalhada sobre a situação florestal no Brasil.

A ideia é que se tenha o desmatamento legal sendo zerado até 2030, mas que se tenha uma supressão al que é autorizada pelos Estados.

(Soa a campanha.)



O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Então, nós tentaríamos compensar as emissões dessa supressão legal através de restauração da vegetação nativa e de reflorestamento em cerca de 12 milhões de hectares. Aqui, na verdade, é a soma de restauração e reflorestamento até 2030. Isso seria calculado para compensar a emissão da supressão legal. Além disso, ampliaríamos a escala de sistema de manejo sustentável de florestas nativas.

Na parte de energia, como eu falei, a matriz energética brasileira é muito limpa, basicamente, por causa de energia renovável de hidrelétrica, atualmente mais eólica e com mais uso de lixívia, bagaço de cana. Temos uma matriz das mais limpas no mundo, da ordem de 40%. Houve ano em que nós chegamos a 43%, mas hoje, por causa do problema que houve de escassez hídrica, estamos com um valor de 40%. Mas a ideia é manter esse valor alto. A ideia na INDC é chegar até 2030 com novas adições de hidrelétrica e novas adições de energia renovável, tanto eólica e solar quanto biomassa, bagaço de cana e cavacos de madeira. É chegarmos a voltar essa participação a um patamar de 45%, expandir o uso de fontes renováveis na matriz de energia, além da hidrelétrica, para 28% a 33%, basicamente nas outras formas de energia renovável que não a hidrelétrica.

Não quer dizer que nós estamos diminuindo a participação da hidrelétrica, não. Nós vamos tentar aumentar a complementariedade da hidrelétrica, para ficar menos vulnerável a condições hídricas. Aumentar a participação de biocombustíveis sustentáveis na matriz energética brasileira. Basicamente aumentar a produção e o consumo de etanol e biodiesel, inclusive etanol de segunda geração – nós falamos em aproximadamente 18% da matriz energética –, e expandir o uso doméstico de fonte de energia não fóssil, basicamente, de novo, aumentando a parcela de energias renováveis na geração da energia elétrica para pelo menos 23% – aí é basicamente eólica, solar e biomassa – e aumentar o ganho de eficiência energética no setor elétrico em até 10% até 2030.

Esses seriam basicamente os cenários que foram feitos para o setor de energia.

A parte de agropecuária, como eu falei, é a parte mais difícil em termos de redução de emissão, porque é emissão de metano no rúmen do gado bovino, e o Brasil tem praticamente uma cabeça de gado por habitante, então é uma emissão muito importante relativamente.

A ideia é que tenhamos maneiras indiretas. Nós trabalhamos, por exemplo, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Seria aumentar o tipo de pastagem que se tem – elas hoje são degradadas – para qualidades melhores de pastagem. Com isso, você aumenta a digestibilidade do boi e diminui o metano. Há, na verdade, uma perda de energia através da emissão de metano pela boca e pelo nariz, quando esse carbono poderia estar sendo aproveitado para carne e para leite no gado.

Então, se você aumenta, como eu falei, indiretamente, a qualidade das pastagens, das gramíneas que são usadas nas pastagens, você aumenta a digestibilidade e reduz essa emissão de metano. A ideia na INDC é que tenhamos uma meta de chegar a ter 15 milhões de hectares. E, finalmente, o incremento de 5 milhões de hectares nos sistemas consorciados de lavoura, pecuária e florestas, também, com isso, melhorando a digestibilidade do boi.

Uma terceira linha poderia ser aumentar a produtividade do gado. Hoje, o gado extensivo no Brasil é da ordem de uma cabeça de gado por hectare. Os estudos da Embrapa lembram que o ideal seria algo entre três e quatro cabeças, ou da ordem de três e meio cabeças de gado por hectare. Essa seria uma maneira melhor de produzir.

Obviamente, nós temos outros setores que são importantes. Na verdade, haveria ideias de aumentar a eficiência no setor industrial e no setor de transportes também. Obviamente, parte do setor de transportes está coberto nos biocombustíveis, na área de energia.

Observações finais. Comentários.

Existe um esforço, em conjunto, para a economia, como falei no início. O objetivo foi o interesse nacional de desenvolvimento socioeconômico. A ênfase foi em desenvolvimento, em criação de emprego, em criação de capacidade.

Inserção de questões de mitigação e adaptação no contexto das demais políticas públicas. O contexto da implementação da INDC, deixamos bem claro que é o respeito aos direitos humanos, aos trabalhadores e à questão de gênero, isto está claro no início da INDC. O foco da implementação e financiamento está nesses três grandes setores; devemos concentrar nos setores que dão maior retorno e aprofundar em outras áreas não mencionadas. Se conseguirmos um envolvimento maior de toda a economia brasileira, com isso, conseguiremos aprofundar tanto a execução quanto o eventual não cumprimento ou subatendimento de algumas dessas metas, teríamos a compensação.

Finalmente, o estímulo à implementação imediata. Como eu falei, não precisamos esperar a regulamentação do Acordo de Paris. Não precisamos esperar a sua entrada em vigor, podemos começar a implementar e ano.



Gestão de vulnerabilidade e risco seria a implementação do Plano Nacional de Adaptação, que foi já divulgado. E simplesmente outra possibilidade seria melhorar ainda mais a governança da mudança do clima no Brasil.

Em rápidas passadas, essa é a ideia que nós temos da implementação. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Miguez.

Convido agora, para sua exposição, o Sr. Everton Frask Lucero. Sugiro que ele também possa se apresentar.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Pois não, muito obrigado.

Sr. Deputado Daniel Vilela, Presidente desta Comissão Mista; Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho, Vice-Presidente da Comissão Mista; Srs. Parlamentares membros da Comissão; senhoras e senhores, o Ministro Sarney Filho me pediu que comparecesse a esta reunião, juntamente com o Dr. José Miguez, justamente porque nós nos encontramos hoje em um processo de transição, já que eu fui indicado para assumir a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Estou aguardando as formalidades de nomeação. Por isso, compareço aqui em caráter pessoal, mas, ao mesmo tempo, numa demonstração de que a transição que está acontecendo no Ministério do Meio Ambiente é uma transição fluida, é uma transição fácil, que visa a preservar o que foi elaborado em termos tanto da negociação internacional que levou ao Acordo de Paris quanto dos indicadores, metas, objetivos e programas da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil à Convenção.

Registro, também, para conhecimento de todos, que o Dr. José Miguez, muito gentilmente, aceitou também permanecer na equipe técnica da Secretaria, de modo que nós poderemos continuar contando com a *expertise*, com a experiência dele, que participou tanto e tão ativamente do processo de elaboração da INDC e também acompanha há muitos anos todas as negociações internacionais no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Eu sou originalmente do Itamaraty. Até dezembro eu chefei a Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química, no Itamaraty. Portanto, integrei a equipe negociadora do Brasil até a COP 21, em Paris, justamente no auge e no grosso da negociação do Acordo de Paris, que consideramos, enfim, numa avaliação bastante difundida, que foi uma negociação exitosa, tanto do ponto de vista internacional quanto especialmente para o Brasil. O Brasil soube levar suas propostas e apresentar-se até a COP 21 com um sentido de liderança e com um sentido propositivo em defesa da Convenção, dos seus princípios e do aprimoramento do regime internacional.

A partir da exposição que o Dr. Miguez fez, que não me cabe repetir, eu apresentaria, muito brevemente, algumas linhas gerais ou diretrizes que orientarão o trabalho que temos pela frente.

O processo de elaboração e apresentação internacional da contribuição brasileira está concluído, foi feito. Nós temos agora, diante de nós, um compromisso que foi assumido no plano internacional. Ele ainda é uma intenção no sentido de que o Acordo de Paris ainda não está em vigor. Mas, para isso, nós teremos todo um processo aqui mesmo, neste Parlamento, para facilitar e acelerar a ratificação pelo Brasil, para que, assim, o Brasil contribua e demonstre liderança também para a entrada em vigor internacional do Acordo de Paris.

O que deve agora orientar a nossa ação é a implementação: quais os planos, quais as medidas, quais as políticas que precisam ser implementadas, quais as regulações que estão em vigor e que terão que ser revistas – inclusive, à luz da Lei nº 12.167, que é a Lei de Mudança do Clima, aprovada neste Parlamento –, como a lei deverá ser olhada com esta perspectiva de um novo acordo, o Acordo de Paris, que traz novidades. E, naturalmente, nós precisamos estar preparados para assimilá-las.

A primeira diretriz geral que eu gostaria, na verdade, não de trazer, porque não há nenhuma novidade, mas lembrar a todos é a perspectiva de que o tema de mudança do clima apresenta uma oportunidade única para o desenvolvimento. E para um desenvolvimento em novas bases, não um desenvolvimento qualquer: um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que tenha por objetivo uma economia de baixo carbono e um desenvolvimento sustentável.

O tema é absolutamente transversal. Nós não estamos aqui falando apenas de um tema restrito à área do Ministério do Meio Ambiente. O tema envolve o setor de energia, envolve o setor agropecuário, como ficou demonstrado na apresentação do Dr. Miguez, envolve o setor de transportes, envolve o setor industrial. Enfim, há uma série de setores da economia que têm de fazer parte desta congregação de esforços com vistas a executar medidas que levem à implementação do Acordo de Paris.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar é a questão da articulação federativa. E aqui talvez haja uma deficiência que é preciso corrigir no mais rápido tempo possível, porque nós não podemos supor que um acordo das dimensões do Acordo de Paris será implementado exclusivamente por um esforço em nível federal.

Nós precisamos envolver mais Estados e Municípios. Sabemos que isso é uma necessidade porque as próprias autoridades da Federação, tanto em nível estadual quanto municipal, já têm demonstrado, em diversas oportunidades, o interesse de se engajar e de contribuir para a implementação do acordo.



Então, isso é algo que o Ministério do Meio Ambiente terá que olhar com bastante atenção e prioridade, como envolver mais Estados e Municípios, unidades da Federação, porque, no final das contas, é nas cidades, nos Estados que, de fato, as pessoas que têm sofrido os efeitos – que já acontecem com relação à mudança do clima – vivem e têm as suas transações econômicas. Portanto, a participação dentro das respectivas responsabilidades institucionais de cada esfera da Federação é indispensável para a boa implementação desses compromissos.

Destaco também que uma das novidades que trouxe o Acordo de Paris foi o incentivo a que países pensem uma estratégia de longo prazo para a transição a uma economia de baixo carbono. Isso está no art. 4.19 do Acordo e também no §35 da decisão que foi adotada em Paris, na COP 21.

Por essa estratégia de longo prazo, nós pensamos em algo que não se limita à NDC que temos já para 2025, com uma perspectiva para 2030, mas sim com uma mirada mais distante: como estará o Brasil em 2050; como rumará o processo de desenvolvimento nacional para o final do século. Essa estratégia – como eu disse, mudança do clima não é um tema ambiental – é uma estratégia de desenvolvimento. E é sobre isso que nós precisamos nos dedicar a começar a pensar agora, com uma visão prospectiva e de longo prazo.

Acredito que um *front* novo e importante que está surgindo agora, também, a partir de Paris, vai exigir um esforço nosso de dialogar de uma forma mais próxima com o setor financeiro, com as autoridades financeiras e monetárias, porque esse setor é essencial, é crucial para que qualquer política que envolva todo o País num contexto global seja bem-sucedida. De nada adianta nós ficarmos elaborando as melhores políticas que sejam, mirando apenas no setor, se nós não também pensarmos na reorientação dos fluxos financeiros para atividades e para uma economia de baixo carbono.

Esse diálogo, então, na verdade, corresponde a um dos objetivos que também foram inseridos no Acordo de Paris, um dos objetivos gerais, logo no seu art. 2º (art. 2.1, “c”), que é a reorientação dos fluxos financeiros e investimentos para atividades sustentáveis.

E eu queria destacar, como uma diretriz geral, também, o potencial que nós temos, que o Brasil tem, de liderar processos e testar novos mecanismos que possam ir além do foco em combate ao desmatamento ou reflorestamento e restauração florestal, que precisa continuar. Esse é um esforço que já mostrou resultados...

(Soa a campanha.)

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – ... e que toda a sociedade apoia e que deve continuar. Mas nós precisamos ir além, porque, como ficou muito claro na exposição do Dr. Miguez, a redução das emissões dos setores de desmatamento, do setor florestal, acaba indicando um aumento proporcional nos setores de agropecuária e energia, sobretudo, mas também indústria, mobilidade e outros setores da economia brasileira. Então, nós precisamos ampliar esse debate, testar novos mecanismos.

No plano internacional, eu destaco, por exemplo, a necessidade de nós buscarmos uma convergência com as agendas que hoje não se conversam, de um lado, a Convenção do Clima, de outro lado a Organização Mundial do Comércio, cujo Comitê de Meio Ambiente e Comércio não tem tido a mesma perspectiva no sentido de buscar enfatizar e dar mais prioridade e facilidade de comércio a bens que sejam menos intensivos em carbono, na sua produção, mas precisa fazer isso. Eu acho que o Brasil está numa posição muito importante e de destaque para poder motivar esse debate, que até agora não surgiu no plano internacional.

Então, brevemente, para concluir esta fala, eu gostaria de dizer que nós teremos como prioridade, no Ministério do Meio Ambiente, nesta área de mudança do clima, buscar integrar e harmonizar as ações e políticas da União, dos Estados e dos Municípios. Acompanharemos, com muito interesse, um processo que vai surgir – é inevitável – de rever a Lei de Clima, a Lei nº 12.167, em que, pela nossa perspectiva, ao falarmos de um Plano Nacional de Mudança do Clima, nós deveríamos traduzi-lo em um plano nacional de desenvolvimento.

E ao tratar de uma revisão legislativa, nós deveríamos também iniciar a considerar o modelo de governança. Eu acho que o Dr. Miguez chegou a mencionar rapidamente. Acredito que a nova configuração global, os novos compromissos exigem que nós também atualizemos o modelo de governança que nós temos atualmente.

Devemos ampliar o debate público sobre instrumentos e mecanismos de mercado e de não mercado como instrumentos para implementar a INDC e fomentar a aproximação do setor financeiro, como eu falei. E, sobretudo, preparar as bases para essa estratégia de longo prazo rumo a uma economia de baixo carbono.

Essas seriam, em linhas gerais, as orientações que eu gostaria de lhes trazer inicialmente. Permaneço à disposição para eventuais questionamentos e comentários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB – GO) – Muito obrigado, Everton.

Eu quero convidar aqui novamente o nosso ilustre Relator, Senador Fernando Bezerra, para compor aqui lesa, para tomar assento aqui conosco.



Ao mesmo tempo, já transfiro a palavra ao nosso ex-Deputado e ex-Presidente desta Comissão, Deputado Alfredo Sirkis, que hoje é Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima (CBC).

O SR. ALFREDO SIRKIS – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui de volta a esta Comissão que eu tive a honra de presidir no ano de 2014. Evidentemente, a grande questão é como tirar do papel a nossa INDC.

A gente sabe que o ano passado foi o mais quente da história. Curiosamente, neste ano de 2016, todos os meses têm sido sucessivamente os mais quentes da história também, inclusive o último mês. O último a ser computado deve ter sido abril – foi o abril mais quente da história.

A COP 21 estabelece metas de redução de emissões de gases de efeito estufa do horizonte de 2030 e, tão importante ou mais do que isso, ela estabelece também uma visão de uma drástica descarbonização da economia mundial na segunda parte do século XXI. Então, não se trata apenas de reduzir as emissões de curto e médio prazo. Trata-se de, ainda em meados da segunda parte deste século, criar uma situação em que aquilo que é emitido e aquilo que é absorvido, retirado da atmosfera, se equivalham. É uma situação de uma economia carbono neutra. Essa é uma novidade importante dos acordos de Paris.

Os acordos de Paris estabeleceram um processo quinquenal de revisão, ou seja, a cada cinco anos, os países vão tentar aprofundar as suas metas, ampliá-las, sucessivamente. Isto porque, digamos que todas as INDCs que foram anunciadas pelos cento e noventa e poucos países, no ano passado, sejam religiosamente cumpridas em 2030, ainda assim, nós iríamos ter 15 gigatoneladas, 15 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, naquele ano, acima do limite que os cientistas dizem ser necessário para segurar uma trajetória de não aumento acima de dois graus da temperatura. Ou seja, em 2030, se todo mundo cumprir aquilo com que se comprometeu, ainda assim, teremos uma China e meia de emissões a mais.

Essa é a notícia, evidentemente, preocupante. A notícia um pouco melhor, mais animadora, é a seguinte: pelos últimos dados, as emissões globais por energia, nos últimos dois anos, mantiveram-se estáveis, embora o PIB global do Planeta tenha aumentado em 3% a cada um desses anos. Então, isso indica um início de divórcio entre a trajetória de aumento das emissões e o aumento do PIB.

O maior desafio é o financiamento da transição. Na ONU, discute-se muito, polemiza-se muito, briga-se para saber exatamente como serão compostos os US\$100 bilhões previstos para que os países desenvolvidos aportem.

No entanto, a necessidade anual do Planeta em termos de transição para a economia de baixo carbono é de 3 trilhões. Então, na verdade, isso é uma pequena parte. Está-se brigando por causa de uma pequena parte, enquanto o grande desafio é esse grande volume, de onde virão esses trilhões. Esse é um tema a que voltarei no final.

Então, em termos muito concretos, o que nós temos que fazer? Em primeiro lugar, existe uma pequena retificação da nossa INDC à luz do Terceiro Inventário Brasileiro, que corrigiu as emissões do nosso ano base de 2005.

As emissões de 2005 foram de 2,7 gigatoneladas e não de 2,1, conforme tinha sido inicialmente assinado no inventário anterior. Isso não se deve a nenhum tipo de erro maior, é apenas um refinamento da metodologia científica, mas isso tem que constar de alguma forma na INDC brasileira.

Então, a sugestão é que simplesmente se tragam as duas metas que estão no documento anexo, que são de 1,3 giga em 2025 e 1,2 em 2030, para o corpo do documento e se recalquem eventualmente aqueles percentuais que foram aqui anunciados, de 37% e 43% para mais.

Essa é uma pequeníssima correção que precisa ser feita na nossa INDC.

O segundo ponto é ratificar sem perda de tempo o Acordo de Paris. Nesse momento a ratificação está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, de lá ela seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, e de lá para a Comissão de Constituição e Justiça. Depois, ela virá para o Senado.

O Deputado Gussi já está começando a articular entre as lideranças a ideia de pedir urgência para a tramitação dessa ratificação que, no final das contas, é um decreto legislativo que será feito pelo Congresso Nacional ao final dessas duas votações.

Depois, como foi dito, nós teremos que adaptar a nossa lei de mudança climática à INDC. Como está previsto que a INDC será revista a cada cinco anos, não me parece que valha à pena colocarmos no texto da lei os percentuais. O que me parece que seria, do ponto de vista legislativo, mais apropriado seria colocar dentro dessa lei uma cláusula de recepção. Quer dizer, cada INDC brasileira homologada pela ONU automaticamente teria força de lei, seria recepcionada pela lei de mudança climática.

Essa é também uma mudança muito simples, que pode ser feita rapidamente, desde que haja mobilização para tanto.

Cabe também iniciar as discussões para um primeiro processo de revisão da nossa INDC para 2020.



Um detalhe: a nossa INDC foi feita na pressuposição de que o nosso PIB médio anual até 2030 seria de 3% ao ano. Isso já não se verifica há vários anos. Então caberia inclusive levar isso em consideração em termos de recálculo. É possível que nós possamos, para 2030, ir além daquilo que já foi anunciado.

Em termos de ações de implementação da NDC – ela perde o “I” quando é claramente oficializada, homologada pela ONU –, nós temos que especificar claramente as metas de mitigação e elaborar uma estratégia para conseguir chegar lá que traga os maiores cobenefícios econômicos, sociais, ambientais e estratégicos para o Brasil.

Como foi muito bem colocado pelo Everton, a política climática não é uma política de restrição ambiental, mas de desenvolvimento. Nós não estamos detendo o desenvolvimento do País para cuidar das mudanças climáticas. Nós queremos imprimir outro rumo ao desenvolvimento do País, um rumo gerador de empregos e dinamizador da economia que ao mesmo tempo faça a transição para uma economia de baixo carbono.

Então a ideia seria instituir – alguns desses fóruns podem existir; no caso de florestas e agropecuária, já existe um que deveria ser aproveitado – ou aprimorar seis fóruns de concertação para políticas setoriais com o Governo, setor privado, sociedade e academia, que seriam: florestas e agropecuária, porque acho temos interesse em considerar os dois temas juntos, aí se estabelece, curiosamente, uma convergência boa entre ambientalistas e o setor produtivo rural; há interesses convergentes na agricultura de baixo carbono. Na parte de energia, pelo contrário, é bom separar a energia um, que seria geração de energia basicamente elétrica, e a energia ligada à mobilidade, que tem a ver com os vários tipos de combustíveis e de veículos. O quarto seria a indústria, o quinto seria a gestão urbana junto com resíduos e o sexto seria especificamente a questão do financiamento da transição.

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO SIRKIS – Então imaginem seis fóruns com Governo, sociedade civil e academia em conjunto.

Mencionando rapidamente alguns deles, desafios e oportunidades.

Setor florestal e agropecuário.

Nós temos, na verdade, 60 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser acondicionadas de forma a remover carbono da atmosfera. Como elas fazem isso? Pode ser através do reflorestamento com biodiversidade, do reflorestamento econômico e da agropecuária de baixo carbono.

Trinta e dois milhões já têm uma destinação prevista na INDC. Nós ainda temos 28 milhões que poderiam ser tratados na primeira revisão que seria feita para 2020.

Isso permite avançar com a nossa INDC e receber créditos de carbono de outros países. Só o Brasil tem esse volume de terras em boas condições de aproveitamento. Outro país que tem um volume de terras similar é a China, só que lá é deserto. Quase não há água nessas terras.

Então o Brasil, por excelência, é o país que pode atrair financiamentos, créditos de carbono para fazer uma escala de reflorestamento e de agricultura de baixo carbono que permita a absorção de gases de efeito estufa, de carbono da atmosfera numa escala que possa não só corresponder às nossas necessidades de redução, aos nossos compromissos, mas também ajudar outros países a atender os seus. Isso é uma coisa interessante, trazendo recursos para o Brasil, investimentos.

Na questão da energia, nós temos um imenso potencial de eólica, biomassa – o etanol de segunda geração – e solar. Nós temos que promover uma eliminação gradual e socialmente responsável do carvão, iniciando pelo carvão importado. E, no caso da indústria do carvão nacional, suscitar uma associação com o carvão vegetal para, pouco a pouco, ir gerindo isso.

Temos que ter uma avaliação realista da demanda futura para poder definir claramente a questão de novas hidrelétricas, qual seria o tipo, qual seria a dimensão, em que circunstância, e analisar a questão do nuclear de forma realista, sobretudo considerando custos reais, e não custos artificialmente reduzidos ou imaginários, além de uma análise de risco rigorosa. E há a questão, evidentemente, da eficiência energética, com um potencial muito grande que ainda não está sendo devidamente aproveitado.

Na questão da mobilidade, é evidente que, para se conseguirem aqueles objetivos de meados de século, deve-se eletrificar a matriz energética, ou seja, os carros, os ônibus e os caminhões terão que ser, no futuro elétrico, híbridos. E no Brasil há uma oportunidade fantástica com a associação do etanol à bateria, fazendo carro híbrido a etanol, mas, por uma razão que me escapa até hoje, nós não avançamos nesse sentido.

Finalmente, nós temos que entender o que essa situação toda, que claramente foi assumida pelo Planeta COP 21, representa em relação à questão do petróleo, para nós pararmos de nos iludir, como houve aqui, ante anos, com a ideia de que o pré-sal seria a redenção do Brasil.



Na verdade, isso, Mar do Norte e uma série de outras áreas onde o petróleo tem uma certa dificuldade de ser acessado, tem uma ligação com a questão do preço do petróleo, evidentemente, mas, por outro lado, deve-se considerar que, no futuro, uma parte dessas reservas terá que permanecer debaixo da terra se quisermos de fato descarbonizar e deter o processo de aquecimento global em limites que não sejam catastróficos. Se nós queremos isso, uma parte desse petróleo vai permanecer sem ser utilizada, sem ser queimada.

Isso nos leva à discussão de que, na medida em que se reconhece o valor econômico das emissões evitadas, esse petróleo que não é utilizado tem um valor econômico que terá que ser assumido. Essa é uma negociação que provavelmente se abrirá nos anos seguintes no marco da ONU, mas é uma questão importante a respeito da qual nós precisamos pensar.

(Soa a campanha.)

O SR. ALFREDO SIRKIS – Quanto à questão da indústria, hoje em dia as suas emissões não são tão significativas assim. Há dois segmentos da indústria em que se pode avançar em termos de redução de emissões, que são a siderurgia e o cimento e concreto.

Há a questão do CCS na captura do carbono, que é uma tecnologia ainda em desenvolvimento e, finalmente, nós devemos ter uma discussão sobre os caminhos de uma eventual reindustrialização brasileira. O Brasil precisa se reindustrializar em novas bases, em bases sustentáveis. Isso significa optar por coisas novas.

Há a questão da gestão urbana e de resíduos. Basicamente temos que ter cidades densas, bairros de usos múltiplos, áreas fortemente arborizadas, a nossa mobilidade tem que ser sustentável, nós temos que acabar com o metano dos lixões, temos que desenvolver o transporte hidroviário e avançar na geração distribuída. E tudo isso depende basicamente de novos mecanismos de financiamento. Isso, em termos globais, representa mais ou menos 3 trilhões por ano. Se nós verificarmos a parte que cabe ao Brasil, seriam mais ou menos 3% disso. É o que nós vamos precisar por ano aqui.

Então nós temos uma reforma tributária, e não se trata de criar um novo imposto; a taxa do carbono seria criar a taxa da intensidade do carbono e compensar isso para a redução de tributos que incidam sobre o investimento e os salários.

Temos que eliminar subsídios a combustíveis fósseis, em alguns casos com medidas compensatórias.

Existe a questão, uma proposta do Brasil, que foi o § 108 da Decisão de Paris, que reconhece o valor econômico da redução de carbono, porque as atividades de mitigação têm um valor econômico intrínseco. Então há toda uma discussão extremamente importante, porque atrás dela se perfila a perspectiva de uma moeda do clima. Podemos falar nisso depois.

E, finalmente, há a questão dos mercados de carbono, que, pessoalmente, acredito que são um instrumento limitado, mas é, como vimos na China, um instrumento interessante no plano subnacional e nacional.

Na China há sete regiões que têm os seus mercados de carbono, e eles conseguem dar realmente dinamismo e intensificar o processo de mitigação, tornando-o mais ágil. E existem até mercados subnacionais que são internacionalmente articulados. É o caso, por exemplo, do mercado de carbono da Califórnia com o de Quebec.

Então são questões que precisarão ser discutidas.

É isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bom. Parabéns!

Passo a palavra ao nosso último expositor, Dr. Henrique Lian, Superintendente de Políticas Públicas e Relações Externas do WWF Brasil.

O SR. HENRIQUE LIAN – Muito obrigado, Deputado.

Em nome do WWF, quero agradecer também ao Senador Fernando Bezerra pela oportunidade de estar na Mesa. Tivemos a chance de conversar um pouco sobre esse tema, de ouvir as suas ideias.

Eu não vou me estender novamente na importância, na conveniência, na oportunidade de ratificação do Acordo de Paris, que os meus companheiros de Mesa tão bem defenderam. Eu não tenho nada a acrescentar.

Então, como velho Professor de Direito, eu vou apenas aprofundar alguns pontos do processo de ratificação para que o Parlamento possa cumprir mais essa missão para o País e diferenciá-lo da internalização da INDC com um ponto no qual já tocou o nosso companheiro, Professor Miguez.

Em termos de ratificação, nós caímos primeiramente numa questão filosófica do Direito Internacional, que é o dualismo e o monismo.

Muito ligeiramente, a teoria monista diz que só existe uma ordem jurídica, que é a interna, porque todos os atos externos têm que ser internalizados, enquanto a dualista diz que não, existe uma ordem jurídica interna e uma ordem jurídica externa.



Seja como for, dualista ou monista, um ato jurídico internacional tem de ser recepcionado pelo Direito pátrio, pelo Direito interno.

No nosso silogismo, o Acordo de Paris é um ato jurídico internacional negociado no âmbito das Nações Unidas, de caráter legalmente vinculante e vinculante externamente. Só será internamente depois de ratificado.

A nossa Constituição de 1988, seguindo uma péssima tradição que vem da primeira Constituição Republicana de 1891, gera uma enorme confusão terminológica do que seja tratado e do que seja convenção, basta ler os arts. 49 e 84, e também da natureza do ato de ratificação, dizendo, por exemplo, *ipsis litteris*, que cabe ao Legislativo resolver em definitivo questões internacionais negociadas pelo Chefe do Poder Executivo externamente. Uma profunda incorreção, porque o Parlamento só decide em caráter definitivo se negar a ratificação, se ele não aprovar o acordo assinado. Do contrário, o ato voltará para o Poder Executivo.

Assim, entre outros tropeços do Texto Constitucional, o Professor Dalmo Dallari chegou a escrever que, na questão internacional, a nossa Constituição não detém atributos de clareza, precisão, harmonia e exaustão, daí a necessidade de interpretá-la a cada nova ratificação.

O processo ou *iter* da ratificação começa com a assinatura de um acordo internacional pelo Chefe do Poder Executivo ou o seu delegado, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores, e na sequência ele é enviado para reexame e aprovação do Parlamento. Esse, entretanto, é um ato discricionário do Poder Executivo. O Chefe do Executivo pode assinar um ato internacional e não enviar ao Parlamento ou levar dez anos para enviar esse ato ao Parlamento.

Em termos de demora de ratificação, podemos citar a própria Convenção de Viena sobre direito dos tratados, assinada em 1969, e o Brasil levou simplesmente três décadas para ratificar. Então, falando em tratados e convenções, temos um belo paradigma aí.

Uma vez recebido o ato internacional para reexame, e a Presidente em exercício à época da assinatura do ato já o enviou ao Congresso, ele segue o seu trâmite normal das comissões de mérito e ou ele é negado ou ele é aprovado.

Uma vez aprovado, ele volta para o Chefe do Poder Executivo, que novamente pode dar-lhe sequência ou não. É novo ato discricionário. E aí a pressão do Parlamento para que, uma vez aprovado por esta Casa, o Chefe do Poder Executivo siga para a ratificação é fundamental.

E chegamos então à lição do século XVIII, de Rousseau, nos termos dele: uma vez aprovado, o ato tem que ser ratificado para tornar-se obrigatório, promulgado para tornar-se executável e publicado para tornar-se aplicável.

Feito tudo isso, voltamos para a estaca zero, porque ele ainda não foi internalizado na ordem jurídica interna: o Chefe do Poder Executivo deverá expedir um decreto executivo, internalizando o ato, ou enviar um projeto de lei de volta para o Parlamento, para que novamente discuta ou aprove e aí, de novo, ratifique, promulgue e publique.

Porém, nada disso se aplica à INDC brasileira. O processo de construção desse Acordo de Paris foi especialmente inteligente. A diplomacia brasileira, como sempre, teve um papel fundamental nessa articulação. E, para que o Acordo de Paris fosse possível, ele partiu de um conjunto de vontades voluntárias, individuais dos países, que apresentaram as suas INDCs, as suas contribuições nacionalmente indicadas, de caráter voluntário.

Feito o balanço dessas contribuições, foi possível saber que nível de ambição poderia ter o Acordo de Paris e enfim terminar a sua negociação e assinatura. Mas enquanto o Acordo de Paris é um ato jurídico internacional de caráter legalmente vinculante, a INDC brasileira é um ato jurídico nacional de natureza voluntária que não precisa esperar, como disse o Professor Miguez, pela ratificação do acordo, mas seria extremamente desejável que ele também fosse internalizado no sistema jurídico brasileiro. Se o Brasil, infelizmente, tem uma tradição de não cumprir sequer as leis, que dirá aquilo que não é lei, que ainda está no caráter do *soft*, *soft law*.

Então o caminho para essa recepção da INDC é um pouco diferente, mais sintético, mas não menos capcioso do que da ratificação de um tratado ou convenção internacional. Ele pode ser feito também por um decreto do Executivo. O Presidente Michel Temer pode expedir um decreto internalizando a INDC no sistema jurídico brasileiro, ele pode enviar um projeto de lei do Executivo para a apreciação do Parlamento ou, como o meu colega Sirkis já mencionou, existem projetos de lei que preveem a alteração da Política Nacional de Mudanças Climáticas, Lei nº 12.187, de 2009, um de autoria do então Deputado Sarney Filho, o PL nº 3.308, de 2015, e um de autoria do Senador Jorge Viana, PLS nº 750, de 2015, que preveem isso. Vamos trazer para a Política Nacional de Mudanças Climáticas o *framework*, o guarda-chuva legislativo desse assunto às nossas metas.

Porém esta recepção pela Política Nacional de Mudanças Climáticas ou por outra lei ou por um decreto

Executivo deve ser feita de maneira flexível, pois como o Sirkis também apontou, essa INDC pode ser revista. I.e ser revista por uma questão de linha de base e metodologias, pode ser revista depois de 2018, quando



o *stocktaking* apontar um novo cenário de emissões globais e a necessidade de se aprofundarem ou não as ambições. Então a flexibilidade é inevitável.

Por último, mas não menos importante, tudo isso feito, nós ainda estamos em apenas um terço do sistema jurídico internacional, que é o sistema ONU, em que esses acordos todos, os chamados *multilateral environmental agreements* são negociados, aprovados por consenso e, na sequência, enviados para os Paramentos locais aprovarem e os Presidentes ratificarem. Mas nada disso é recepcionado pela lei do Direito Comercial Internacional, pelo sistema OMC, que só dá validade aos acordos bilaterais ou birregionais de comércio lá registrados.

Enquanto os países já concordaram em discutir no âmbito da OMC questões de natureza técnica, como as barreiras técnicas ao livre comércio, os TBTs, e questões de saúde humana e animal, questões sanitárias e fitossanitárias, as questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável ainda não foram negociadas nesse âmbito multilateral da OMC. Portanto, nenhum acordo assinado no âmbito da ONU, incluindo o Acordo de Paris, tem validade numa disputa, numa controvérsia de natureza comercial internacional dentro da OMC.

Temos um caso muito recente que ilustra isso, quando a Índia, compradora de painéis fotovoltaicos da China...

(Soa a campainha.)

O SR. HENRIQUE LIAN – ... querendo continuar a honrar esse acordo de compra, pediu simplesmente para receber os painéis, essas placas, desmontados, para que pudesse desenvolver internamente mão de obra para a montagem, a *assemblage* de placas fotovoltaicas.

E a China já fez uma pré-denúncia à OMC, dizendo “Nada disso, o nosso acordo é o de que eu venda a vocês placas já montadas.” E a OMC sinalizou que daria ganho de causa à China e, portanto, que a Índia deveria manter o padrão do acordo comercial inicialmente acertado.

A diferença entre o sistema ONU e OMC é exatamente essa coercitividade. A OMC autoriza retaliações de um país a outro, de um bloco a outro e, portanto, tem uma força de impor os compromissos muito maior do que no âmbito da ONU.

Finalmente, existe ainda uma terceira seara internacional dos padrões voluntários, dos *private standards*, dos grandes compradores e investidores *traders* que estabelecem regras para comprar produtos, com critérios ambientais ou não, e acabam “contornando” – entre aspas – o sistema da OMC, uma vez que é muito difícil demonstrar que existe uma política comercial e industrial de país por trás de grandes empresas e por grandes compradores.

Enfim, se tudo o que estamos discutindo é apenas um terço do problema, o terço ONU, que ele ande da melhor maneira possível, porque ainda temos dois terços de problema para enfrentar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bom. Quero, antes de passar a palavra aos Parlamentares inscritos, por uma questão de hierarquia, vou começar aqui pelo nosso Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Presidente, Deputado Daniel Vilela.

Eu queria manifestar a minha alegria, a minha satisfação, com a presença dos nossos convidados, o Dr. José Miguez, o Henrique Lian, o nosso amigo Alfredo Sirkis e o nosso Everton Lucero, que aqui trouxeram ricas contribuições para esta Comissão de Mudanças Climáticas.

Eu não sei se ficamos chocados com o choque de realismo, nós que estamos ainda animados com a celebração do Acordo em Paris, onde esta comissão teve uma presença muito forte, pois diversos Parlamentares aqui tiveram a oportunidade de participar dos mais diversos encontros, seja no evento, seja em Le Bourget, seja na embaixada brasileira. Aproveito – porque nunca é demais – para aqui exaltar o trabalho da Ministra Izabella Teixeira e de todo o corpo do Itamaraty, que, de fato, definiu para o Brasil uma posição de grande protagonismo neste que é um dos maiores acordos internacionais dos nossos tempos.

A nossa alegria, ao ouvir as palavras do Everton e do Miguez, é saber que a transição que se faz no Ministério de Meio Ambiente é fluida, amiga, cordial, com a manutenção dos compromissos. O Ministro Sarney Filho, que foi membro desta Comissão, que presidiu esta Comissão, que foi Relator desta Comissão, certamente dará sequência ao bonito trabalho desenvolvido pela Ministra Izabella Teixeira.

Eu queria rapidamente apenas deixar para reflexão, na oportunidade em que os nossos convidados têm de se pronunciar, atendo-me a dois pontos. Aqui se falou de ratificação do Acordo e se falou da implementação da nossa INDC.



Quanto à ratificação, eu acho que nós saímos daqui até meio frustrados com os obstáculos que temos ainda por vencer. Na realidade, eu espero que não seja como o Acordo de Viena, que levou quase trinta anos para ser ratificado.

Eu queria até provocar o Everton perguntando qual é, de fato, a expectativa do Itamaraty de quanto deverá demandar de tempo para que o Brasil possa ratificar esse Acordo e qual é a expectativa da ratificação, porque se exige um número mínimo de países para que o Acordo possa ter efeito vinculante. São...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – ...que representa 55%. Portanto, qual seria a expectativa de, de fato, termos aí uma data, se é possível ter essa ratificação até 2020, porque, até 2020, nós temos de nos debruçar nessa outra parte, que é a parte digamos da implementação. Já que são contribuições nacionais voluntárias, nós não precisamos, como foi aqui destacado, aguardar a ratificação para que se possam tomar as iniciativas.

Eu fiquei muito feliz com a sugestão feita pelo Sirkis. Eu acho que ele trouxe aqui uma contribuição na qual esta Comissão poderia se pautar no sentido de tentarmos viabilizar. Ele faz a sugestão de que sejam criados seis fóruns, até pegando a experiência de um desses fóruns que, de certa forma, já funciona, que já tem uma trajetória, que já tem um histórico, que é o Fórum da Agropecuária e de Floresta e que já tem resultados concretos que foram obtidos ao longo desses últimos anos, como a redução do desmatamento e a expansão da agropecuária, sobretudo da pecuária de baixo carbono. Então, nós temos avanços reais que foram obtidos nesses últimos anos aqui no nosso País.

Mas penso que nós temos de reproduzir esse êxito obtido pelo Brasil na área de floresta e na área da agropecuária para aquelas cinco outras áreas sugeridas pelo Sirkis. E acho que o papel da Comissão deveria ser mobilizar e sensibilizar o Governo Federal para que esses fóruns possam, de fato, se instalar.

Eu quero aqui só lembrar um que tem me despertado muita atenção, muito carinho e muito compromisso, que é a área de energia. Se de um lado o Brasil pode hoje expor o avanço que se deu, em termos das energias limpas, no caso da presença da energia eólica na nossa matriz, dos primeiros passos que estamos dando em relação à energia solar, do apoio que se dá ao programa de geração através de biomassa, mas, recentemente, nós também cometemos alguns equívocos, que foi a implantação de parques térmicos, de usinas térmicas, com combustíveis altamente poluentes.

Nós temos de reconhecer que, inclusive, quando se abre a matriz energética do Brasil, nós vamos ver que, nos últimos oito anos, houve um crescimento na geração de energia térmica, com a utilização desses combustíveis não recomendáveis ou que não são combustíveis limpos ou próximos de denominarmos de limpos, porque poderíamos ter um parque térmico muito mais baseado no gás do que no óleo diesel, no óleo combustível, nos óleos pesados, que foi uma opção que se mostrou equivocada ao longo do tempo.

Então, acho que nós temos de também procurar corrigir políticas que claramente não contribuíram para a construção daquilo que o Everton falou, pois não se trata mais de uma Polícia Nacional de Mudanças Climáticas, e, sim, de uma política de desenvolvimento. Na realidade, nós temos de ter uma ambição nova, temos de olhar a questão da sustentabilidade não como uma caixinha que está apartada de toda a ambição brasileira para gerar emprego, para gerar renda, para gerar equilíbrio federativo. Mas o compromisso do Brasil, pela potencialidade que tem, pelas oportunidades que tem, de, de fato, de conciliar o desenvolvimento com a questão da economia de baixo carbono ou a descarbonização da economia, como foi utilizado aqui por praticamente todos os nossos convidados.

Então, eu acho que a Comissão, Presidente, e deixo essa provocação para os nossos companheiros, para os membros desta Comissão, deveria focar naquele trabalho em que precisamos definir métricas. Por exemplo, estão muito claras as nossas metas para energias renováveis de, até 2025, chegarmos a 23% da matriz energética brasileira. Mas eu pergunto: como? Quais as ações que precisam ser desenvolvidas? Quanto de energia eólica nós temos de ampliar? Quanto de energia solar? Quanto de biomassa? Quais são os programas? Quais são os financiamentos? Quais são os instrumentos que nós vamos promover para isso?

No caso mesmo do transporte, o que faremos em relação ao transporte de massa? O País está ainda por resolver essa situação. E nós sabemos que esse é um dos gargalos, sobretudo, das regiões metropolitanas brasileiras, que depende ainda de forma demasiada do ônibus, do transporte coletivo, o que é um contrassenso, em relação às outras alternativas que nós temos que dar.

A outra questão é a eficiência energética, que foi aqui destacada. Mas qual é a métrica? O que nós temos fazer para poder, de fato, reduzir o consumo de energia em relação à indústria, em relação a uma série de setores da economia que demandam um alto consumo de energia.



Portanto, eu acho que o trabalho da Comissão, Sr. Presidente, este ano, seria buscar essa interação, evidentemente com o Ministério do Meio Ambiente, mas não exclusivamente, procurando ampliar, na perspectiva de que o Sirkis indicou, a formalização ou a implementação desses seis fóruns, para que nós pudéssemos, quem sabe até o final deste ano, contribuir para que o Poder Executivo brasileiro pudesse estabelecer as ações de forma clara. Por exemplo, como é que vamos recuperar pastagens degradadas? Quais são os instrumentos que vão ser colocados pelo Banco do Brasil, pelo BNDES, para poder animar quem é agricultor e quem é produtor rural para, de fato, poder recuperar as pastagens degradadas?

Então, eu acho que as metas foram muito bem construídas à luz do histórico e da experiência brasileira. Mas agora eu senti, ao longo das falas, que falta uma definição clara, até porque está em tempo.

Não é a hora. Não estou cobrando. Agora é a hora de nos debruçarmos sobre isso. Agora é a hora de provocar o Governo, para que, à luz daquilo que nós nos comprometemos, à luz das nossas metas, à luz das nossas contribuições nacionalmente determinadas, possamos ter clareza na definição das ações que irão nos conduzir para, quem sabe, em 2020, em 2025, mostrarmos que o Brasil é quem, de fato, lidera essa transição para a economia de baixo carbono.

Então, feitas essas considerações, queria encerrar, cumprimentando a todos e agradecendo a presença dos nossos convidados, que trouxeram aqui grandes contribuições para...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Com a palavra, o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, colega Deputado Daniel Vilela, e caro Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, esta é a nossa Comissão há muito tempo, não é, Deputado Sirkis? Aqui estamos já há alguns anos, debatendo as questões das mudanças climáticas.

Entendo, caro Henrique, Miguez, Lucero – estivemos juntos em Paris na Convenção do Clima –, que esta Comissão tem produzido importantes instrumentos para facilitar a implementação de medidas na redução de emissão de gases ou na mitigação.

Por exemplo, traz aqui agora o Superintendente da Ubrabio uma lei, aprovada recentemente pelo Congresso – e eu me lembro de que o Senador Bezerra participou disso –, que trata do aumento da mistura do biodiesel no diesel. E ele traz também uma proposta. Vejam que interessante. Até 2022, é a Lei nº 13.263. Se chegarmos, de 2023 até 2030, a B30 – chegaremos a B14 em 2022 –, isso corresponderá a 80% da meta da INDC.

A minha sugestão é que possamos, numa audiência desta Comissão, trazer aqui o setor de biodiesel e o setor de etanol, porque eles também colocam que, se elevarmos a mistura do etanol à gasolina até 40%, isso corresponderá a 100% da meta da INDC. É inteligente! O Senador Bezerra falou: “O problema do transporte, do ônibus...” Mas não é só isso. É lógico que temos outras alternativas, como o metrô, mas o ônibus pode usar o combustível, o que já é autorizado, inclusive, por essa lei. A lei autoriza o transporte coletivo de frotas a utilizar uma mistura maior do que a normal para os postos de combustível.

No que diz respeito aos trabalhos desta Comissão, sabidamente sabemos – sendo redundante – da participação do Sarney Filho, nosso querido Deputado e agora Ministro, nas atividades desta Comissão. Eu sugiro, inclusive, meu caro Presidente, Deputado Daniel, que esta Comissão possa realizar uma audiência para apresentarmos nossas sugestões e conversarmos com o Ministério, que é o elo do Executivo com o Parlamento, porque é o Ministério que vai vir aqui discutir conosco. É lógico que sabemos da posição e da participação da Casa Civil, mas é o Ministério que vai vir. Precisamos saber do Ministro o que podemos fazer para auxiliar na implementação das nossas contribuições voluntárias brasileiras.

Queria fazer também uma referência e deixar uma pergunta a qualquer um dos nossos expositores. Por exemplo, nós sabemos que o Brasil passa por uma profunda crise econômica. Foram anunciados déficits de centenas de bilhões de reais só no Orçamento deste ano. Sabemos que boa parte dessas ambições brasileiras, dessas contribuições brasileiras que foram oferecidas na COP 21 depende de financiamento.

Vamos pegar aqui o caso do ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Há uma política implementada de juros subsidiados, juros de 3,5%, 4,5% e que já estão indo a 5,5%, como é o caso do ABC. Se nós não obtivermos recursos do Tesouro para financiar – o Tesouro está com dificuldade –, de onde eles virão? Porque o crédito de carbono é uma fantasia. Nós não conseguimos visualizar, de forma palpável, como isso pode, de fato, trazer um resultado àqueles que serão incentivados a produzir mecanismos para reduzir o efeito estufa, mitigar o carbono. Então, o dinheiro deve vir de onde? O dinheiro deve vir do Tesouro. E como nós vamos fazer? Eu gostaria de ouvir a sugestão de V. S^{as}. Quais são as saídas de que dispomos para implementar as ambições que foram apresentadas em Paris? São muitas – entre elas, a questão do ABC.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.



Agradeço, mais uma vez, à Ubrabio, que nos trouxe esse trabalho, mostrando que há várias soluções para atingirmos a meta da INDC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bem.

Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quero cumprimentar o Presidente Daniel Vilela, o nosso Relator, Senador Fernando Bezerra, e também os componentes da Mesa, os palestrantes – Everton, Miguez, Henrique – e o Sirkis, que foi nosso colega como Deputado e sempre membro desta Comissão.

Primeiro, queria dizer que esta Comissão me encanta. A Comissão sobre Mudanças Climáticas, na verdade, é a segunda Comissão do Congresso. Há duas comissões congressuais: a Comissão de Orçamento e esta Comissão, formadas por Senadores e Deputados. Esta Comissão tem uma importância muito grande e é muito atual. Nós trabalhamos para mudar, cada vez mais, a nossa consciência, a nossa cabeça, a nossa prática em relação à questão ambiental e, sobretudo, à seleção das mudanças climáticas.

Eu estava muito entusiasmado, mas, com pesar, não pude participar da COP 21, até porque a relação, naquele momento, era muito difícil com o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Eu precisava conseguir, pessoalmente, que ele autorizasse. Então, era uma questão de muita dificuldade. Eu não consegui minha autorização para viajar e não pude ir à COP 21. Mas percebo que houve momentos importantes que antecederam a conferência, como as discussões que tivemos nesta Comissão e na Comissão do Meio Ambiente, na Câmara, e o próprio anúncio da Presidenta Dilma das metas ambiciosas e corajosas em relação às discussões apresentadas na conferência.

Depois, pudemos acompanhar também a própria liderança da Ministra Izabella na condução das discussões na conferência em Paris.

Acho que agora devemos fazer o que foi mostrado aqui pela Mesa. Nós temos um papel muito importante: conseguir dar encaminhamento a essas questões.

Vejo que já existem algumas questões importantes em discussão. Acho que é importante incentivarmos outras fontes de energia, como a energia solar e a energia eólica, que têm um potencial enorme no nosso País. Há um espaço para ser ocupado com a produção tanto da energia solar como da energia eólica.

Também me motiva muito a questão do Pagamento por Serviços Ambientais – inclusive há uma lei tramitando na Câmara. Tanto a Comissão sobre Mudanças Climáticas como a Comissão do Meio Ambiente, na Câmara dos Deputados, e o próprio Ministério do Meio Ambiente – o Ministro Sarney tem conhecimento pleno – precisam aprovar, qualificar a nossa legislação sobre o Pagamento por Serviços Ambientais e também estimular na prática, até para quebrar esse antagonismo que sempre existiu entre ambientalista e produtor rural. Pelo contrário. Eles podem andar juntos. Nós podemos, inclusive, transformar o proprietário de terra em um produtor de água, trabalhando no reflorestamento no topo de morro, na recuperação de nascentes. Então, acho que a nossa Comissão tem um papel muito importante. Pode ser um catalisador fundamental no Congresso, junto com a própria Comissão do Meio Ambiente.

Quero, portanto, parabenizar os palestrantes pela qualidade do debate e ouvir também as suas impressões sobre o que estou dizendo aqui – posso estar dizendo bobagem. Mas também quero ressaltar que temos que trabalhar firme para uma economia de baixo carbono. Acho que essa é a solução do mundo, e o Brasil pode dar um bom exemplo, por ser um país que já tem uma matriz energética limpa – as hidrelétricas –, além de outras oportunidades de produzir energia. Como disse aqui o nosso Relator Fernando Bezerra, há outras alternativas também de mercado. Por exemplo, em relação à questão do transporte na cidade, como podemos rever a nossa qualidade de vida nas cidades? Podemos ter uma boa qualidade de vida com uma economia de baixo carbono.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Deputado.

Também quero me somar aos Deputados que me antecederam e vou ser bem objetivo na minha colocação.

O Deputado Sirkis colocou aqui a questão do novo inventário apresentado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia sobre as emissões de gás de efeito estufa. O senhor inclusive colocou como algo simples e fácil de ser incluído ou ser alterado dentro da INDC brasileira.

O que eu queria saber – e aí o Miguez e o Everton podem nos auxiliar neste sentido – é de que forma o MMA observou isso e quais são essas medidas que estão sendo tomadas em relação a essa nova métrica, porque aumenta de uma forma significativa e também dificulta a questão das metas apresentadas.

Temos duas situações: a que foi colocada pelo Deputado Sirkis, que é alteração da INDC e também em relação ao alcance das metas que foram estabelecidas. Então, basicamente, a minha colocação é neste ponto que acho que é algo atual, que aconteceu recentemente, e esta Comissão precisa estar informada sobre esse tema.

Também quero dizer ao Deputado Sirkis que vamos procurar, em nome da Comissão, o Deputado Evanildo Gussi, para que possamos somar esforços na celeridade da tramitação do termo de ratificação aqui nesta



Casa. Acho que essa também é uma das obrigações aqui da Comissão de contribuir no sentido de dar maior celeridade possível ao trâmite desse processo aqui.

Eu deixo a palavra aberta para quem quiser responder o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS – Em relação a esse ponto que você levanta, quero dizer que, na verdade, ele não é assim tão significativo, porque em relação às várias INDCs dos vários países foram feitas em cima de comunicações e inventários de datas relativamente variadas.

O Brasil apresentou na época com base no segundo inventário. Todo mundo sabe que foi com base no segundo inventário e isso é considerado. Às vezes – e isso inclusive, em economia, acontece com uma certa frequência com o próprio PIB, você, à luz de dados novos, existe uma revisão e uma retificação. Isso é um processo normal.

O que aconteceu é que o terceiro inventário, na parte das emissões de florestas, há uma diferença em função de um refinamento que houve do ponto de vista científico, e isso fez com que as emissões brasileiras de 2005, quando as florestas brasileiras eram desmatadas em 73%, segundo o que vimos aqui mais do que são hoje, realmente essa diferença foi, de certa forma significativa, porque entre 2,1 e 2,7 temos quase uma Alemanha de emissões em diferença.

Isso não constitui um problema quando assumido de forma clara e transparente, quando não há nenhum tipo de exploração política que seria indevida em relação a essa questão. Nós, ambientalistas, e o pessoal que mexe com questão climática na sociedade civil, e até a própria imprensa especializada que cobre o assunto, desde o início, alertamos que não havia nenhuma questão de má-fé, nenhuma questão de dolo e sequer erro; simplesmente houve um refinamento na metodologia científica, especificamente em cima da questão de florestas.

Agora, dito isso, evidentemente, eu acho que nós devemos, na medida do possível, como a INDC ainda não foi homologada, homologá-la da forma mais precisa possível até porque o Brasil tem dado e deve continuar dando exemplo.

E a mudança é praticamente nenhuma. Nós podemos, por hipótese, primeiro, não fazer nenhuma menção percentual à redução de emissões, apenas dizer, como se diz no documento de clarificação anexo, que a meta do Brasil é não ultrapassar 1,3 giga, em 2025 e 1,2 giga, em 2030. Então pode-se simplesmente, em vez de estabelecer metas no percentual, colocar a mesma meta em termos do chamado agregado, do absoluto. Ou, então, pode fazer as duas coisas: pode corrigir esse percentual de acordo com o que representaria. Na verdade, se estaria provavelmente aumentando para mais ou menos 50% em relação a esses novos dados, essa nova visão de quanto se emitiu em 2005, que foi o nosso ano-base.

Em relação à pergunta do Senador Sérgio, que estava aqui presente, eu acho que ele abordou uma questão que é fundamental, que é a questão do financiamento, que não é só do Brasil, mas é do mundo. Evidentemente, hoje em dia, falarmos de mais recursos orçamentários do Tesouro para um ou outro programa é uma questão complicada, embora devamos sempre lembrar que existem outras formas de financiamento. Muitas vezes, o Tesouro não precisa desembolsar diretamente. Se o Tesouro conseguir oferecer garantias, isso já resolve uma grande parte do problema.

Então, nós temos mecanismos novos. Por exemplo, falamos do mecanismo de precificação positiva, que começa com aprovação do §108 na decisão de Paris, que reconhece que reduzir carbono ou remover carbono da atmosfera constitui um valor econômico intrínseco, ou seja, é uma precificação da redução de carbono. A partir daí, se pode gerar uma série de produtos financeiros, como, por exemplo, certificados de redução de emissões. Então, só para ilustrar de forma sumária, o Lian é uma empresa que realiza um projeto de redução de emissões; na hora de devolver o financiamento para o banco, ele pode cobrir uma parte dessa devolução e pagar até 20%, digamos, em certificados de redução de emissões. Esse banco vai para uma rede de instituições de um grupo de governos, de bancos centrais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais que creditam esses certificados, o banco dá esses certificados para essa rede de instituições e recebe de volta a moeda circulante no País.

Então, esse é um *plus*, uma forma de se agregar no financiamento. Esse é um mecanismo, claro, que depende da constituição de um grupo de países que queiram tocar essa perspectiva.

A questão da taxação do carbono, é uma questão eminentemente país a país. Cada país vai ter que acertar, porque os sistemas tributários são nacionais. Então, cada país vai ter que ajustar o seu. Agora, seria um grande benefício para a economia e para a sociedade brasileira que retirássemos uma série de tributos que incidem sobre as empresas, que incidem sobre a mão de obra, que incidem sobre o trabalhador e substituíssemos esses tributos, proporcionalmente, por uma taxa sobre a intensidade de carbono, que vai taxar produtos e serviços em medida da intensidade de carbono.

Então, por que isso é bom? Isso é bom do ponto de vista macroeconômico, porque absorve as chamadas externalidades, estabelecem-se realmente preços reais, porque hoje em dia, por exemplo, muitos preços



que estão na economia não são preços reais, a começar pelo do automóvel. Não se leva em consideração, por exemplo, todas as externalidades em termos de impacto desses sistemas, por exemplo, sobre a saúde pública, despesa criada pelas internações hospitalares por causa de poluição do ar, e por aí vai.

Ao se incorporar, através da taxação da intensidade do carbono, esses custos à economia, cria-se um custo real e, ao mesmo tempo, através disso, estão-se estimulando as energias limpas, que não têm esse tipo de externalidade. Por outro lado, está-se arrecadando, sem dúvida nenhuma, do lado sujo da economia para poder transferir para o lado limpo. Então, essa é uma outra questão.

A questão dos mercados, que foi mencionado aqui também, nós devemos estabelecer duas situações que depois de Paris ficaram um pouco diferentes. O mercado global, no mecanismo de desenvolvimento limpo, que foi criado a partir de Kyoto, entrou em crise já antes da Conferência de Paris, bem antes, por duas razões basicamente: uma que era a questão da dupla contagem, dupla contabilidade, mesmo as reduções contadas por países diferentes, e a desvalorização muito forte do preço dos créditos de carbono, sobretudo na Europa.

Os acordos de Paris deram uma reformulada, graças ao meritório esforço, sobretudo do Miguez aqui presente, uma negociação difícil entre o Brasil e a União Europeia, mas o Brasil conseguiu, de alguma forma, reformular e criar uma nova forma me parece mais honesta e mais consistente para esse mecanismo. Acho que nós não sabemos qual será a eficácia dele numa nova situação em que todos os países terão as suas metas. Então, não é mais como na situação anterior, agora todos têm. Não é evidente o interesse de um país de comercializar crédito de carbono um com outro, mas eventualmente pode haver – não sabemos –, e vai demorar um certo tempo de regulamentação para que isso seja colocado de novo em funcionamento.

Eu estive em Bonn em um debate sobre crédito de carbono e o mais otimista dizia que é uma questão de cinco anos, das empresas que mexem diretamente com isso.

Agora, tem uma outra realidade de mercado de carbono que é a realidade nacional e subnacional e neste sentido me parece que eles são florescentes. Acho que a experiência da China tem dado certo, a experiência de que em sete regiões da China em que há o mercado de carbono e aí uma empresa comercializa com outra empresa, dentro de um mesmo universo. Agora a China está querendo fazer um mercado nacional.

Então, acho que nesse sentido existe um potencial para isso também, embora não acho que esse seja o grande mecanismo de financiamento.

O SR. DANIEL VILELA (Bloco/PMDB - GO) – Muito bem, Deputado. O Miguez é mais otimista do que os que participaram em Bonn, porque, na última audiência pública aqui, ele falou em três anos esse mercado.

O SR. ALFREDO SIRKIS (*Fora do microfone.*) – Mais otimista.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Everton.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que fico muito feliz em ouvir os comentários, os depoimentos e as perguntas dos membros da Comissão, porque, de uma forma muito pontual e precisa, já está traçada aqui uma pauta de trabalho. Se nós recuperarmos os anais da sessão, veremos que são os desafios que nós teremos que enfrentar, os desafios presentes com relação à preparação para implementação da INDC brasileira quanto das questões legais de incorporação ao direito pátrio dos compromissos no Acordo de Paris. Nós tivemos também a felicidade de ter aqui à mesa o Dr. Henrique Lian, que trouxe toda a sua experiência como especialista em Direito Internacional e nos ajudou a elucidar bastante essas questões.

Eu gostaria só de comentar muito brevemente aqui algumas das questões que foram levantadas. Primeiro, um registro: nós estamos aqui muito centrados no tema de mitigação. Houve uma menção a questões relacionadas à gestão de recursos hídricos, recuperação de nascentes e esse é só um exemplo de uma pauta imensa que nós temos que desenvolver relacionada à adaptação à mudança do clima, porque, por mais que nós tenhamos e temos que enfrentar a mitigação do problema, nós sabemos que o problema já existe, ele já é uma realidade e a adaptação também é uma necessidade.

Aliás, do ponto de vista das comunidades, dos Municípios, de toda a sociedade, os efeitos da mudança do clima precisam ser enfrentados tanto quanto aos riscos, portanto gerenciamento de riscos é algo especialmente importante, quanto às vulnerabilidades para essas alterações que já estamos percebendo e que são diferenciadas, elas são globais, mas diferenciadas, dependendo do contexto local, geográfico, climático, etc.

Até aproveito para registrar a presença aqui, porque vejo na audiência Dr. Pedro Christ, que faz parte da equipe do Ministério do Meio Ambiente, e que muito se empenhou também na elaboração do Plano Nacional de Adaptação, que agora entrará também numa nova fase, uma fase mais voltada à implementação e que vai requerer uma atenção também especial deste Parlamento e, em particular, desta Comissão Mista.

O Senador Fernando Bezerra havia feito uma pergunta com relação à expectativa do Itamaraty para ratificação. A ratificação é um ato, como foi explicado, que depende da concordância de vontade do Poder Executivo e Legislativo e que se encontra no momento à consideração desta Casa. A agenda, portanto, está



aqui e é o Parlamento que deve manifestar. Eu não me arriscaria a dar um palpite com relação a prazos para ratificação. Espero e eu estarei sempre à disposição para colaborar para que esse processo o mais célere possível. Uma coisa diferente é a entrada em vigor, porque, como foi dito também, a entrada em vigor tem certos requisitos e mesmo que o Brasil seja um dos primeiros países a ratificar o acordo, isso não significa que ele já estará obrigado pelo acordo até que o acordo cumpra com as condições para a sua entrada em vigor, que já foram expostas: 55% de partes e 55% das emissões globais.

Achei muito interessante também a menção à questão da descarbonização, porque esse foi um debate que acabou incorporado na própria Comunicação Nacional do Brasil no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento. E essa referência é particularmente importante quando nós consideramos que este processo de descarbonização precisa, de fato, fazer parte de um processo de desenvolvimento nacional.

Houve também uma referência à eficiência energética, e acredito que aqui há um amplo trabalho a ser feito e que pode, de certa forma, complementar as ações que já foram anunciadas e constam da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, até porque nós precisamos fazer um esforço para ir além daquelas ações, de modo a assegurar que elas serão cumpridas, que a meta estipulada, que é uma meta nacional e não setorial, será cumprida na sua integralidade. Portanto, o que foi anunciado na nossa contribuição nacional deve ser visto como um ponto de partida e não como uma linha de chegada. É a partir dessa perspectiva que nós devemos trabalhar.

Com relação à questão financeira, que o Deputado Sérgio Souza mencionou, eu endosso as palavras do Dr. Alfredo Sirkis com relação à necessidade de um maior envolvimento do setor financeiro. Por isso mesmo que eu mencionei, na minha fala inicial, essa necessidade de nos aproximarmos, de aproximar esse debate também do setor financeiro e monetário. Agora nós não podemos imaginar que os recursos para implementação de um plano ousado como o que consta da nossa contribuição nacional serão provenientes do Orçamento Federal ou do Tesouro unicamente. É preciso uma articulação que envolva outras fontes de financiamento e também o setor privado. E ainda que na nossa contribuição nacional nós tenhamos deixado claro que nós não vamos condicionar a implementação a receber recursos de fonte internacional, essa possibilidade também não está excluída, aliás ela adquire especial relevância no contexto de pagamentos por resultados.

O Deputado Leonardo Monteiro mencionou, aliás, o pagamento por serviços ambientais. Desde a perspectiva de mudança do clima, nós traduziríamos essa expressão por pagamentos por resultados e já temos alguma experiência acumulada nesse sentido, com o Fundo Amazônia, temos agora uma nova estratégia nacional para REDD, REDD+, que é um instituto que foi referendado no Acordo de Paris. E estamos trabalhando em outras áreas que vão além do setor florestal, como por exemplo na siderurgia, substituição do carvão mineral por carvão vegetal, que pode ser uma ação que traga, que seja aferida, que seja contabilizada para gerar pagamentos por resultados em benefício do próprio setor e do desenvolvimento do País.

Com relação ao terceiro inventário, também não quero me alongar, mas eu só gostaria de dizer que nós naturalmente estaremos abertos a examinar o assunto.

Acredito que não é uma mera questão aritmética, não é trivial. Nós temos que estudar, com base nos dados que o Terceiro Inventário apresenta, o que foi exatamente que mudou. Por que houve esse aumento que a Terceira Comunicação Nacional apresenta em relação à Segunda Comunicação Nacional?

Porque se for um mero ajuste por causa de um erro, e que acontece, é natural que a medição ao longo do tempo vá sendo aprimorada, os instrumentos vão sendo aprimorados e, ao se tornar mais precisa, acaba evidenciando novos números. Então, se for uma questão simplesmente de revisão, de aprimoramento do número, é uma coisa, a questão de revisão da metodologia nós precisamos saber exatamente qual é o impacto que essa revisão de metodologia pode ter para o cumprimento da meta à luz do que nós listamos como ações prioritárias nos diferentes setores. E isso pode exigir uma avaliação mais detida. Talvez o modo mais simples, mais eficaz, seja considerar que, como a nossa contribuição foi feita à luz da Segunda Comunicação Nacional, do inventário que foi apresentado na Segunda Comunicação Nacional, e a Segunda Comunicação Nacional é um documento em si, que não se extingue, não perde a validade pela apresentação da Terceira, são documentos históricos e documentos oficiais, submetidos à Convenção do Clima, bastaria nós termos clareza e em algum momento declararmos, no plano internacional, que a nossa INDC foi feita com base na Segunda Comunicação Nacional e nos dados que lá estão, o que é fato, porque era o documento que estava disponível oficialmente quando ela foi assim anunciada. E isso nos evitaria toda uma discussão que pode talvez ser improdutiva diante de uma agenda bastante expressiva que nós temos agora mais voltada para implementar e buscar um avanço no que nós nos propusemos fazer na nossa contribuição nacional.

Acredito que aqui eu encerro a minha contribuição. E mais uma vez, Sr. Presidente, eu agradeço muito a oportunidade de ter ouvido essa rica pauta de contribuições que foi apresentada ao longo da sessão. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Everton.

Passo a palavra ao Dr. Miguez.

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Obrigado, Presidente.

Eu vou tentar rapidamente também tocar sobre os assuntos que foram levantados. Primeiro, em relação ao Senador Fernando Bezerra, eu tinha entendido que ele estava perguntando quanto tempo demora a entrada em vigor do Acordo de Paris e não a ratificação. Eu concordo com o que foi dito antes pelo Prof. Henrique Lian que nós temos que ratificar no Brasil, o mais rápido possível, e todos os países devem tentar fazer isso. O exercício que eu fiz, que eu apresentei, é simplesmente baseado na experiência passada do Protocolo de Kyoto, no primeiro período do protocolo de Kyoto, quanto tempo demorou cada Legislativo de cada país. E eu ordenei isso, do mais rápido para o mais lento, para ter uma ideia de quantos países levariam à consecução dos 55% de emissões de acordo com a tabela do Acordo de Paris. É obvio que isso é uma aproximação do problema, porque na verdade, no Protocolo de Kyoto, a gente pode pensar que os países em desenvolvimento não tinham metas de redução de emissão, então era mais fácil para os países em desenvolvimento ratificarem o Protocolo de Kyoto.

Por outro lado, o Acordo de Paris, pelo caráter universal e pelo caráter de ser nacionalmente determinado pode levar a uma ratificação mais rápida. Então é simplesmente uma primeira aproximação para a gente pensar no processo.

A minha experiência é que para esses 55 países é muito rápido atingir por causa das pequenas ilhas, principalmente. São 42 pequenas ilhas e elas são, em grande parte, no Pacífico, são atóis de coral que emitem muito pouco. Então, esses países levam rapidamente aos 55%, mas com um total de emissão muito pequeno. Na minha simulação, chega a 7% das emissões. Sete por cento mais os 37% dos Estados Unidos e China ainda não chegam aos 55%. Fica com 44%. E aí a surpresa para mim é que são necessários 98 países para chegar aos 55%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Mas seria mais, eu acho que doze. Não chega aos 55%, esse é o problema, é menos que 12, porque você não chega aos 55%, mesmo com a União Europeia. E a União Europeia não ratifica em bloco, ela ratifica cada país. Então, tem que seguir o processo de Legislativo de cada País.

Então, nessa simulação que eu fiz, que é uma primeira aproximação, demandaria algo em torno de cinco anos para a entrada em vigor do Acordo de Paris. Foi colocado, inclusive, inicialmente, nos rascunhos do Acordo de Paris, que a entrada em vigor seria depois de 2020, só que é isso foi tirado na última hora e ficou silencioso sobre a entrada em vigor, mas isso está de acordo com a minha simulação baseada no Protocolo de Kyoto, que é diferente.

Em relação ao Senador Sérgio Souza, de onde vinha o dinheiro para a agricultura, para a agropecuária, para a melhoria das pastagens? Eu só gostaria de frisar que o Plano Safra tem muito recurso, da ordem de US\$70 bilhões. Então, o problema eu acho que é como otimizar a aplicação de recursos do Plano Safra para a melhoria de pastagem degradadas, criando um incentivo, associando de alguma maneira com essa liberação do Plano Safra.

O Deputado Leonardo Monteiro fala como que a gente deve rever, o Congresso principalmente, deve rever a qualidade de vida, a economia de baixo carbono. Aqui eu entraria com uma agenda que nós tivemos na última reunião da Comissão, que foi levantada pelo Ipam, pelo Tiago Reis, que é uma olhada no aspecto tributário. Ele levantou, por exemplo, a tributação em relação ao Imposto Territorial Rural, que não é vinculada à quantidade de floresta existente no terreno, ou à quantidade de reserva florestal que existe na propriedade. Então, se a gente fizesse uma revisão do Imposto Territorial Rural de modo a privilegiar aqueles que têm reserva legal em maior percentual ou maior cobertura florestal na propriedade, terem esse imposto territorial mais baixo seria uma maneira de ajudar na implementação da INDC.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – E naquela audiência também, interrompendo, ele deu um exemplo muito interessante da cidade, do imposto do carro, não é? O carro quanto mais velho hoje a tendência é de não ser taxado, que é o inverso, não é?

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Esse era o meu segundo ponto. Primeiro, o carro mais velho que emite mais não é taxado e o carro mais novo, que emite menos é muito taxado. Depois, há incentivo para o carro 1.0, que às vezes é menos eficiente do que o carro 1.6 em termos de eficiência energética, em termos de emissão. Ou seja, a tributação brasileira em relação a INDC está precisando ser revisitada.

Então, respondendo ao Deputado Leonardo Monteiro, seria uma ação que eu acho que é típica de Congresso fazer essa revisão desse sistema.

Outra que tem também, citando rapidamente, é o carro elétrico, não é? A gente está incentivando o carro trico à bateria, em vez de incentivar o carro híbrido a etanol, como o Deputado Sirkis falou, que seria uma



coisa muito melhor em termos de desenvolvimento no Brasil do que o carro elétrico a bateria, porque o carro elétrico a bateria vai ser recarregado na hora de pico, normalmente, o que vai demandar mais termelétrica, porque a gente não vai ter hidrelétrica suficiente.

Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Vamos pôr painel solar em casa para abastecer o carro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ DOMINGOS GONZALEZ MIGUEZ – Com bateria, não é?

Em relação à sua pergunta, Presidente, sobre o Terceiro Inventário, eu concordo plenamente com o que foi dito aqui pelo Ministro Everton Lucero. Na verdade, a então Ministra Izabella e o então Ministro Aldo Rebelo eles tinham concordado em fazer uma análise das diferenças em 2005 dos dois inventários. A meta vinculante na INDC é a meta vinculante em percentual. Como eu falei, é a primeira parte do documento, que é o percentual em relação a 2005. O inventário que foi utilizado na INDC é o inventário que existia oficialmente na UNFCCC. A gente só pode se referir, na UNFCCC, a um documento que é internacionalmente existente e que conhecido. Isso já foi falado pelo Ministro Everton. E o Terceiro Inventário não estava disponível na época, ele só foi submetido agora à UNFCCC nessa reunião agora de maio dos órgãos subsidiários da Convenção.

Então, ele foi submetido apenas à versão em inglês, ainda não existe a versão em português disponível pra gente fazer essa comparação. Mas eu acho que essa proposta de a gente fazer uma análise exaustiva das razões da diferença... Eu, por exemplo, tendo a achar que tem, por exemplo, a inclusão de emissões de madeira morta em áreas de unidade de conservação e de reservas indígenas não está de acordo com a metodologia do IPCC e da convenção, porque nós temos um guia do IPCC para fazer um inventário e um guia da convenção de como apresentar essas emissões dos países.

E eu acho, na minha visão, o que foi feito no Terceiro Inventário não está de acordo com o que todos os guias falam em relação a emissões diárias de unidade de conservação e áreas de reserva indígena, porque, na minha visão, o que foi considerado, quando você considera esse novo *pull* de carbono, que seria matéria morta, estão-se considerando emissões não antrópicas, que são emissões naturais. Quando cai um raio em uma árvore e a árvore morre por doença ou por idade, isso não é uma emissão antrópica que eu preciso mitigar, porque ela não estaria coberta pela convenção. Mas isso é uma discussão que precisa ser feita com calma e comparando o que foi feito, por exemplo os fatores de emissão que foram usados no Segundo Inventário eram fatores de emissão de pesquisadores do Inpa da Amazônia. O que foi usado no Terceiro Inventário são fatores de emissão de pesquisadores americanos feitos na floresta da Costa Rica.

Esse tipo de coisa a gente tem que analisar com cuidado para ver o que que a gente está fazendo em termos de política de mitigação e de implementação da INDC. Então, acho que esse é um trabalho que a gente vai ter que fazer com cuidado, mas em relação ao processo formal da convenção, o número que vale é o percentual, o outro é meramente um cálculo, resultante do percentual que foi adotado e era o único número disponível internacionalmente.

Finalmente, em relação ao que foi falado pelo Deputado Sirkis, eu concordo que o MDL entrou em crise basicamente como uma decisão unilateral da União Europeia que era o único comprador. Então, o problema do MDL é que, no âmbito do Protocolo de Kyoto, só os países desenvolvidos tinham meta de redução de emissão. Os países em desenvolvimento não tinham essa meta.

Eu não considero que haja dupla computabilidade porque o critério de adicionalidade do MDL obriga que aquela redução de emissão não seria feita no âmbito do Protocolo de Kyoto. Então, nesse sentido, ela não é dupla contagem. O que acontece lá, a crítica que havia na União Europeia é que eu estava deixando de fazer redução doméstica na União Europeia e comprando o perdão dessa emissão que eu estou fazendo por redução de emissão em países em desenvolvimento. Mas, na verdade, essa emissão não é uma dupla contagem porque ela é adicional, ela não seria feita e o critério de adicionalidade são muito rigorosos dentro da MDL.

Eu acho que muda, e aí vem o meu otimismo dos três anos do processo de regulamentação do art. 6º do Acordo de Paris, que precisa ser regulamentado, diferente do que nós estamos falando da INDC. O art 6º é seguindo a lógica do MDL só que é uma lógica do MDL ampliada, porque agora não apenas os países desenvolvidos têm metas, todos os países têm meta. Então, nós não estamos falando agora apenas de um comprador. Não é só a União Europeia que vai comprar. Nada impede que as empresas dos Estados Unidos entrem no art. 6º, comprando créditos para redução de emissão, que as empresas de China e Índia entrem comprando. São empresas muito grandes, com muita capacidade econômica e, com isso, elas vão criar um mercado que é maior que o mercado de MDL. Então, seria prematuro a gente achar que porque o MDL entrou em colapso, o colapso basicamente, como foi dito pelo Deputado Sirkis, os preços foram a zero, porque a União Europeia



simplesmente proibiu a compra pelas empresas europeias dos certificados do MDL. Com isso, a demanda despencou. Só comprava com projetos que foram registrados até o final de 2012.

Quer dizer, todos os projetos que vêm depois já não podem mais ser elegíveis MDL. Com isso se mata a oferta de reduções adicionais. Mas eu vejo que o art. 6º vai ser uma mudança de paradigma na medida em que a gente vai ter uma demanda global e vai ter uma oferta global também, por outro lado, de projetos de redução de emissão. E esses projetos não têm dupla contagem porque a lógica de adicionalidade continua presente, ou seja, tem que se provar por que aquela redução de emissão não seria feita na INDC do país. Por exemplo, no nosso caso, a gente não fala de redução de emissão na indústria de bebidas, por exemplo. Se a indústria de bebidas fizer uma redução, obviamente ela vai estar tentando otimizar o uso de recursos dela e tentando minimizar as emissões na indústria. Então, obviamente ele vai provar que isso não estava previsto na INDC e isso não é política pública, isso não é um programa público e vai ser elegível o art. 6º.

Então, eu acho que ainda é prematuro. A única dificuldade que eu vejo em relação à INDC é que a gente vai ter que esperar o processo de finalizar, da regulamentação do art. 6º, que a gente começou agora em maio na Convenção.

Como eu disse, deve ser formalizada em Marrakesh, na COP 22, e deve terminar, no mais tardar, em 2018.

Então, a partir de 2018, a gente espera que o art. 6º dê uma ajuda adicional à INDC na medida em que envolve todo o setor, entidades públicas e privadas que, de alguma maneira, não estão cobertas por essas políticas públicas que a gente descreveu na INDC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Miguez.

Passo a palavra ao Deputado Eros Biondini.

O SR. EROS BIONDINI (PROS - MG) – Sr. Presidente, caros amigos que compõem a Mesa e que nos acompanham pela TV Senado, na verdade, é mais para justificar que, como membro desta Comissão, infelizmente, não pude estar nesta reunião devido à coincidência de agenda com outras comissões, sobretudo a Comissão de Direitos Autorais, da qual sou Vice-Presidente. Lá, estamos fazendo não só a eleição da Mesa, mas também debatendo temas muito importantes que vão entrar no relatório, que, na semana que vem, deve ser votado. Isso é só para justificar, dizendo que não menos importante considere esta reunião. Ao contrário, este tema tem sido para nós prioridade máxima.

Mas, no caso, seria mais para cumprimentá-los, justificando e saudando os nossos convidados e aqueles que expuseram aqui neste dia. E parabênizo V. Exª pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Deputado. Está plenamente justificado.

Não havendo mais quem queira se pronunciar, agradeço a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.)



ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Daniel Vilela, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Cristovam Buarque; e dos Deputados Rômulo Gouveia e Ricardo Tripoli. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater sobre o potencial brasileiro em produção de energias renováveis não hidráulicas. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Bárbara Rubim - Coordenadora da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace Brasil; Rodrigo Sauaia - Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); e Sandro Yamamoto - Diretor Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (ABEEólica). Às quinze horas e quarenta e nove minutos assume a Presidência o Senador Cristovam Buarque. Às quinze horas e cinquenta e seis minutos reassume a Presidência o Deputado Daniel Vilela. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. A Presidência passa a palavra para o Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque, para suas considerações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Daniel Vilela, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DANIEL VILELA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater sobre o potencial brasileiro em produção de energias renováveis não hidráulicas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-los pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para assento à mesa os seguintes convidados: Bárbara Rubim, Coordenadora da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace Brasil; Sr. Rodrigo Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); Gerson Sampaio, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa e Energia Renovável (Abib), e Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (ABEEólica).

Concedo a palavra ao primeiro convidado, Srª Bárbara Rubim, Coordenadora da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace Brasil.

A SRª BÁRBARA RUBIM – Primeiramente, boa tarde a todos. Agradeço à Comissão pelo convite e saúdo o Deputado.

Antes de entrarmos diretamente no assunto tema desta audiência, quero falar um pouco sobre o Greenpeace em si, rapidamente.

O Greenpeace é uma organização não governamental que atua em defesa das mudanças climáticas. Quando falamos em mudanças climáticas, costumo dizer que esse gráfico representa tudo que conecta todas as pessoas que existem no mundo hoje. E não é o Facebook, é exatamente a mudança do clima causada pelo aumento das emissões globais de gases de efeito estufa.

No outro gráfico, podemos ver que, se por um lado as emissões globais de CO2 têm aumentado, no Brasil percebemos que as emissões vindas do setor elétrico – e aqui vale ressaltar que não estou falando do setor de energia como um todo, somente do setor de eletricidade – têm também crescido ao longo dos últimos anos.

Isso aconteceu muito por causa do modelo de desenvolvimento que temos visto no País.

Para tentar mudar um pouco esse modelo, tivemos uma reunião, em dezembro do ano passado, que foi OP 21, em Paris, em que o Brasil assumiu alguns compromissos de redução nas suas emissões. E um com-



promisso muito fraco, para dizer o que precisa ser dito, de subir para 45% a participação de renováveis na matriz energética brasileira até 2030, sendo que hoje essa participação já é de quase 40%, e sabemos que o Brasil tem potencial para muito mais do que isso.

Falando, então, em renováveis, acho que o assunto desta Comissão é extremamente importante, porque o que vivemos hoje no País é um círculo vicioso da nossa matriz energética. Então, temos um cenário de aquecimento global, que acho que já está mais do que comprovado, ao redor do mundo, que gera cada vez mais eventos extremos, e esses eventos extremos têm afetado o Brasil.

O que percebemos, pelos dados do próprio Governo, é que, nos últimos quatro anos, o Brasil concentrou 80% de todos os eventos extremos da sua história. Então, tem havido, sim, uma intensificação desses eventos. E esses eventos, muitas vezes, levam a fenômenos como o que vimos nos anos de 2014 e 2015, que é a estiagem. Isso afeta a nossa geração hidrelétrica.

E em um país que tem mais de 40% da sua eletricidade vindo da energia hidráulica, isso é um problema. Se não temos um *mix* na nossa matriz, se não temos uma diversificação, a solução encontrada, de última hora, pelo Governo, acaba sendo a de utilizar mais termoeletricas, que foi também o cenário que vimos ao longo de 2015. Isso, por sua vez, vai aumentar nossas emissões de gases de efeito estufa, que vai contribuir para o aquecimento global. Então, esse é o imbróglio em que nos encontramos hoje.

E, quando falamos de hidrelétrica, percebemos que o Governo tem, cada vez mais, apesar da insuficiência, apesar da crise que enfrentamos com a estiagem, em 2001 e em 2015, o Governo continua insistindo na construção de mais hidrelétricas.

É exatamente por isso que eu queria ressaltar a importância de termos uma audiência que discuta opções não hidráulicas para o País.

O Greenpeace lançou hoje uma campanha global pedindo para o Governo brasileiro deixar o Rio Tapajós viver. O Governo brasileiro tem um plano de construção de mais de 43 hidrelétricas na Bacia do Rio Tapajós. Somente uma delas, a maior, que é a de São Luiz do Tapajós, vai representar o alagamento de mais de 400 km² de floresta. Para se ter uma ideia do que isso significa, são 55 campos de futebol.

Esse plano se mantém mesmo que, por exemplo, o próprio Governo tenha admitido, em estudos publicados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, no ano passado, que as mudanças climáticas vão comprometer em mais de 50% a geração de eletricidade prevista para as hidrelétricas na Amazônia.

Então, aproveito este momento para pedir a esta Casa que se una a nós no apelo para barrar a construção de tantas barragens na Amazônia, e que possamos ajudar a preservar não apenas a nossa biodiversidade, mas também a população indígena que já vive nessa região há anos, que são os mundurucus, representados nessa foto, que há décadas lutam pela demarcação do seu território. Cansados de não serem ouvidos pelo Governo, hoje eles começaram um procedimento de autodemarcação de suas terras, que é a placa que vocês estão vendo na foto.

Mas se a solução, então, não é construir mais hidrelétricas, a solução para o Brasil vem de onde? A solução vem exatamente da necessidade de diversificar e descentralizar a nossa matriz.

Quando descentralizamos, quando passamos a produzir energia mais perto do centro consumidor, ao invés de produzir no Norte, por exemplo, para trazer eletricidade para o Sudeste, reduzimos em cerca de 17% as perdas de eletricidade ocorrem ao longo do caminho. Promovemos uma mudança de dinâmica no setor, porque sabemos que grandes empreendimentos na Amazônia favorecem somente grandes empreiteiras, que, bem ou mal, pelo que se tem mostrado na Lava Jato, estão fortemente aliadas com esquemas de corrupção, e favorecemos o surgimento de pequenas e médias empresas que também descentralizam a geração de emprego. Então, existe a possibilidade de gerar riqueza e renda em todas as regiões do País.

Como eu sei que na Mesa há colegas que vão falar de diversas fontes, resolvi focar a minha apresentação na fonte solar, que é a fonte em que o Greenpeace tem dado um pouco mais de olhos, digamos, desde 2012, porque é a fonte que entendemos que ainda precisa de mais incentivos do Governo. Por isso, uma de nossas propostas, a não hidráulica, é exatamente que o Governo dê um pouco mais de incentivos para essa fonte.

E quando eu falo de incentivos, é importante entender também o cenário em que vivemos hoje. O Brasil tem uma boa resolução para a geração de energia pelos próprios cidadãos. Hoje, os cidadãos que têm telhado, ou mesmo os que não os têm, já podem instalar sistemas renováveis, gerar a própria eletricidade e descontar isso na conta de luz. É um setor que tem crescido muito rápido. Em um ano, houve um aumento de 900% de sistemas fotovoltaicos conectados à rede. Houve um salto de 310 sistemas em abril do ano passado para mais de 2,8 mil sistemas em maio deste ano. E esta é a grande característica da descentralização: é possível entregar essas obras, esses empreendimentos com muita rapidez, e atender as demandas de crescimento do País.

Por outro lado, porém, ainda há um cenário de alta tributação federal. Hoje, o sistema fotovoltaico tem sobrecusto de cerca de 15% por causa de tributos federais.

(Intervenção fora do microfone.)



A SRª BÁRBARA RUBIM – Mesmo com a última resolução.

E seguimos sem linhas de financiamento com condições adequadas para pessoas físicas que querem comprar o seu próprio sistema.

Neste ponto, eu quero chamar a atenção de vocês: existe um projeto de lei, que teve origem no Senado e hoje está tramitando na Câmara dos Deputados, está na CFT para ser votado, o Projeto de Lei nº 8.322, de 2014, que apelidamos carinhosamente de “PL do Sol”, que visa resolver muitas dessas barreiras.

E para falar um pouco do que resolver essas barreiras representaria para o País, eu queria usar os meus dois últimos minutos para apresentar para vocês o Alvorada, que é um relatório que lançamos há pouco mais de um mês no Greenpeace e que busca estudar exatamente como esses incentivos federais dados para energia solar podem impactar o número de sistemas que existem hoje.

Então, partimos de um cenário de referência, que é esse cenário que chamamos de *business as usual*, que é um cenário em que tudo continua constante. A tarifa continua constante, a bandeira é verde, consideramos um preço de sistema, que é relativamente conservador em razão da variação cambial que temos enfrentado no Brasil, e consideramos o cenário Melhor Brasil, em que haveria a liberação do FGTS para a aquisição de sistemas fotovoltaicos. E essa é uma demanda a que realmente temos dado muita atenção, porque é importante destacar que se hoje o trabalhador brasileiro não tem liberdade para decidir como usar o seu FGTS, a Caixa Econômica Federal, por meio da sua comissão gestora,...

(Soa a campanha.)

A SRª BÁRBARA RUBIM – ... que é quem gere o FGTS, tem utilizado muitos recursos do Fundo de Investimento do FGTS para financiar empreendimentos como Angra 3 e como grandes hidrelétricas da Amazônia. Então, por que não dar ao cidadão a opção de usar esse recurso para investir em algo que vai realmente ter um impacto no seu dia a dia?

Consideramos também a isenção do ICMS incidente sobre a eletricidade, que veio por uma resolução do Confaz no ano passado, e a isenção de impostos federais, que são impostos de importação PIS, Cofins e IPI.

Esse é mais ou menos um comparativo dos cenários. Nesse cenário, o Brasil continua mesmo. É o cenário em que nada muda. Vamos chegar em 2030 com 1,2 milhão de unidades solarizadas. No cenário Melhor Brasil, com as pequenas mudanças que competem a esta Casa promover, conseguimos um aumento de 623% no número de unidades que poderiam gerar sua própria energia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª BÁRBARA RUBIM – Em 2030.

Além disso, conseguimos também chegar, em 2030, a uma potência instalada de energia solar distribuída nos telhados brasileiros que seria capaz de gerar eletricidade mais do que duas vezes a projetada pela geração de Tapajós. Ou seja, mostrando, mais uma vez, que o Brasil não precisa desse empreendimento para suprir a sua eletricidade.

E conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Peço desculpas por interromper,...

A SRª BÁRBARA RUBIM – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – ... mas, somadas todas as usinas que estão projetadas para o Tapajós ou só a principal?

A SRª BÁRBARA RUBIM – Somada a de São Luiz de Tapajós, que é a maior.

E conseguimos gerar mais ou menos 3,9 milhões de vagas de empregos, entre empregos diretos, indiretos e realocações do setor. Isso corresponde a um terço do número de desempregados no País hoje.

E percebemos que existem pequenas mudanças. Estávamos fazendo um exercício...

(Soa a campanha.)

A SRª BÁRBARA RUBIM – ... de cálculo hoje e ontem para entender quanto essa mudança de imposto significaria para o Orçamento da União. Eu não tenho os números aqui comigo, mas a renúncia fiscal que o Governo daria com esse incentivo corresponde a 0,00018% da receita da União em 2015. Ou seja, não é um investimento vultoso. O que está barrando esse avanço não é realmente uma questão tributária significativa, é a vontade política, que esperamos ver cada vez mais forte aqui nestas Casas.

E, se estamos falando de telhados, eu quero apresentar também para vocês um projeto que temos desenvolvido, que é o das Escolas Solares, que é levar energia solar para as escolas brasileiras. Vou apresentar o exemplo de uma escola que fizemos em Uberlândia, no ano passado, a Escola Municipal Professor Milton de



Magalhães Porto. Instalamos um sistema cujo investimento foi de R\$75 mil. A economia gerada por esse sistema é de R\$15 mil por ano, até porque houve um aumento muito grande da tarifa de energia ao longo do último ano. Então, em cinco anos, o Município vai ter o investimento feito de volta e o sistema vai ter uma vida útil estimada de 25 anos. E esse recurso vai ser reinvestido na economia em razão de um acordo que fizemos com a Prefeitura.

Aqui são algumas fotos do projeto.

Essa iniciativa que desenvolvemos em Uberlândia sabemos que o Greenpeace sozinho não vai conseguir replicar para as mais de 5 mil escolas espalhadas pelo Brasil. Com o trabalho muito forte que fizemos nesta Casa, já conseguimos contemplar, no PPA, a possibilidade de alocação de recursos para a realização de mais Escolas Solares. Com isso, já foram destinados não para o Greenpeace, mas para as Secretarias de Educação do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelos Deputados Molon, Trípoli e Jean Wyllys, recursos suficientes para realizar esse projeto em mais nove escolas, ao longo de 2016. E esperamos aumentar ainda mais esse número de recursos para levar para mais escolas em 2017.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª BÁRBARA RUBIM – Isso, através de emendas parlamentares.

Mais fotos da instalação. A instalação foi feita por voluntários que capacitamos e que hoje estão capacitando mais pessoas, até mesmo para essa questão de geração de emprego.

Acho que um pouco da minha apresentação era isso. Eu sei que o Rodrigo também vai falar de sistema solar; então, confio que o que eu deixei de falar ele vai complementar, e eu me coloco à disposição para dúvidas.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Bárbara.

Passo a palavra agora ao Rodrigo, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).

O SR. RODRIGO SAUAIA – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Deputado Daniel Vilela, Ex^{mos} Srs. Parlamentares aqui presentes, equipes dos Parlamentares, prezadas senhoras e senhores e também aqueles que nos assistem pela internet e pela TV Senado, boa tarde a todos.

Eu vou começar pedindo para colocarem em visualizar, tela cheia, pois vai ficar mais fácil para acompanharmos a apresentação.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite da CMMC para a ABSOLAR estar presente aqui hoje. Falo em nome da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, entidade que representa atualmente 135 empresas de todos os elos da cadeia produtiva do setor de energia solar fotovoltaica.

O foco do nosso trabalho se divide em três grandes áreas: primeiro, representar e promover o uso da energia solar fotovoltaica aqui no Brasil, bem como representar o setor solar fotovoltaico brasileiro no cenário internacional; segundo, acompanhar o avanço do mercado de energia solar fotovoltaica no Brasil, a capacidade instalada, os projetos que têm acontecido, e as oportunidades de mercado que também se apresentam; por fim, servir de ponto de encontro e debate para o setor, sendo uma referência para que o setor possa, dentro do espaço da Associação, discutir os seus desafios e propor soluções para superá-los.

A nossa entidade incorpora desde fabricantes de matérias-primas utilizadas em equipamentos fotovoltaicos, como vidro, aço, alumínio, até as empresas que fabricam esses equipamentos e também as empresas que instalam e utilizam esses equipamentos nos seus projetos, sejam eles de pequeno porte, localizados no telhado de uma residência, num edifício comercial, num edifício industrial ou até mesmo num prédio público, ou, então, as usinas de grande porte, usinas solares fotovoltaicas que, sozinhas, conseguem gerar energia elétrica para milhares de consumidores. Como eu mencionei, já somos 135 associados e a entidade está sempre aberta a novos participantes.

Bom, explicando um pouquinho do que se trata a minha apresentação, o tema de hoje é basicamente analisar o potencial de energias renováveis não hídricas para o País, e a energia solar fotovoltaica, que basicamente significa conversão direta da radiação solar em eletricidade através do chamado efeito fotovoltaico, é uma grande oportunidade para o País para ser aplicada nas suas diferentes formas.

São dois grandes segmentos de mercado. Essas três figuras, as duas superiores e a do canto inferior direito, representam o segmento da chamada geração distribuída solar fotovoltaica, que são, de fato, os projetos em edificações. Por fim, nós temos a geração centralizada solar fotovoltaica, que são as grandes usinas.

Pensando um pouco no potencial da matriz elétrica brasileira, que atualmente acabou de ultrapassar 143GW na sua matriz em potência instalada, percebemos que atualmente a matriz elétrica já é bastante renovável, mas com uma grande dependência hídrica, o que significa para o País também uma certa insegurança abastecimento da sua energia elétrica. No passado recente, por conta de escassez de água, tivemos que



lançar mão de usinas termoeletricas, com impactos ambientais mais elevados e, acima de tudo, com um custo mais elevado para a população brasileira e para nossa competitividade produtiva.

Então, percebemos uma participação grande de hidrelétricas. Outras fontes renováveis começam a integrar cada vez mais a matriz, um destaque importante para a fonte eólica, que tem crescido bastante nos últimos anos, e a solar fotovoltaica ainda não integra esse gráfico, por representar atualmente 0,02% da matriz elétrica brasileira, é uma fração ainda muito pequena, mas uma fração crescente e com um potencial muito grande, como vou abordar em seguida.

Percebemos, do outro lado, como a energia é utilizada no nosso País. Um terço da energia elétrica do País é utilizada para a indústria nacional, em especial a indústria eletrointensiva, fabricação de componentes, por exemplo, metálicos, metalurgia, siderurgia e similares. No entanto, o segundo maior consumidor de energia elétrica do Brasil somos todos nós, nas nossas residências, apartamentos e condomínios. Um pouco mais de 20% de toda a demanda de energia elétrica do Brasil atende aos mais de 200 milhões de brasileiros.

Aqui existe um potencial muito grande para a energia solar fotovoltaica, porque é justamente onde a energia elétrica é mais cara no nosso País, Sr. Presidente. Atualmente, o custo da energia elétrica gerada numa grande hidrelétrica, passando pela transmissão e distribuição, ao chegar em nossa casa, junto com impostos e tributos, representa um peso importante para o bolso dos brasileiros e a competitividade das nossas indústrias.

Veremos, a seguir, que em várias regiões do País já é mais barato gerar energia elétrica no seu próprio telhado, usando o sistema fotovoltaico, do que comprar essa energia elétrica de terceiros. Então, faz cada vez mais sentido para as residências brasileiras investirem nesse segmento.

O terceiro maior consumidor de energia elétrica do País é um consumidor invisível, são as perdas da nossa matriz elétrica brasileira técnicas e não técnicas que, somadas, representam 15% do consumo de eletricidade do País. Nós geramos essa energia, essa energia é paga, mas não chega a ser consumida, ela é perdida no processo. Por conta disso, também representa uma perda de competitividade e uma elevação de custo.

Se nós gerarmos a energia, através de geração distribuída, junto ao ponto de consumo, nós podemos reduzir significativamente essas perdas para mais ou menos 1% a 2%. Isso representa um ganho de eficiência importante para a matriz elétrica brasileira.

Em seguida, o setor comercial, com quase 15% da energia elétrica do País, somado ao segmento de serviços também. Aqui nós percebemos uma oportunidade muito grande, que é o setor comercial. Vou dar um exemplo bastante importante na nossa economia, que é o dos supermercados. O segundo maior custo operacional de um supermercado no Brasil, depois da folha de pagamento, é energia elétrica hoje em dia.

Então, os supermercados estão buscando novas formas de reduzir os custos de energia elétrica através, por exemplo, da geração de energia por uma fonte renovável por conta própria. A solar fotovoltaica pode auxiliar bastante também comércios de pequeno, médio e grande porte do Brasil a desenvolverem melhores alternativas e maior autonomia energética.

É claro, temos um papel muito importante do Poder Público, que tem na energia elétrica um gasto fixo recorrente, permanente. Ele é um consumidor de energia elétrica de longo prazo. Os prédios públicos continuarão, durante as próximas décadas, consumindo energia elétrica, e isso se enquadra muito bem no horizonte de planejamento de um sistema de geração fotovoltaica, que tem mais de 25 anos de vida útil de equipamentos dos seus fabricantes, com garantia de fabricante. Existem sistemas fotovoltaicos operando há mais de 30 ou 35 anos, ininterruptamente.

O sistema fotovoltaico mais antigo do Brasil – aprendi recentemente –, da Universidade Federal de Santa Catarina, já possui 19 anos em operação ininterrupta. Então, perceba que o Brasil também já tem exemplos práticos de uso dessa tecnologia há diversos anos.

A perspectiva de uso da energia solar fotovoltaica na matriz elétrica brasileira prevê um crescimento importante para essa fonte nos próximos anos. A solar fotovoltaica vai deixar de representar os atuais 0,02%, que nem aparecem no gráfico de 2014, para, até 2024, representar por volta de 7 mil megawatts em usinas de grande porte, mais aproximadamente 1,5GW, 1,5 mil megawatts em sistemas de geração distribuída, o que representará, somado, por volta de 4% da matriz elétrica brasileira.

Para 2030, a ABSOLAR estima que esse potencial possa atingir 8% de participação na matriz elétrica nacional, um crescimento, nos próximos 10 anos, de mais ou menos 200 vezes para esse segmento nascente. Então, percebemos um grande potencial de desenvolvimento dessa fonte, fruto, em primeiro lugar, do enorme potencial de energia solar que o Brasil possui. O País, na média nacional, possui o dobro do potencial de energia solar fotovoltaica que países, por exemplo, de clima temperado da Europa, como é o caso da Alemanha, que atualmente na sua matriz possui 40 mil megawatts em sistemas fotovoltaicos. Então, imaginem que esse mesmo potencial estivesse aplicado no País, seria o dobro de energia elétrica por ano gerada do que



hoje em dia a Alemanha gera, Alemanha que atualmente gera por volta de 6% a 7% de toda a sua demanda elétrica pela tecnologia fotovoltaica.

Essa tecnologia também tem uma enorme complementariedade com as outras fontes que o País já utiliza.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO SAUAIA – É justamente nos momentos de baixa hidrologia que temos mais sol. Então, podemos complementar a matriz hídrica brasileira com o uso de energia solar fotovoltaica, para termos uma geração mais segura e estável ao longo dos anos.

Isso também acontece, essa complementariedade também se observa entre o potencial eólico e o solar, uma vez que, no interior dos Estados brasileiros, a maioria do potencial eólico acontece no período da noite, no final do dia, ao passo que o potencial solar acontece durante o dia. Então, combinando as duas fontes em sistemas híbridos, é possível ter uma geração mais estável ao longo dos meses, ao longo do ano.

De forma geral, são três os grandes eixos de benefícios que a energia solar fotovoltaica pode trazer ao nosso País. O primeiro deles – é importante ressaltar –, na esfera socioeconômica, são os benefícios de geração de um número expressivo de empregos de qualidade. A Bárbara, do Greenpeace, mencionou alguns desses números, e ABSOLAR estima que, com os investimentos feitos em projetos de grande e pequeno porte, até 2020, é possível que o Brasil gere entre 20 mil e 60 mil novos postos de trabalho com o setor solar fotovoltaico.

É um volume importantíssimo de empregos num momento em que o Brasil precisa achar novos caminhos para o desenvolvimento da sua economia e justamente reaquecer as suas economias locais e regionais. Além disso, existe um potencial muito grande de atrair uma nova cadeia produtiva, de fixar no Brasil fabricantes de equipamentos, como vem acontecendo, e ainda existem algumas questões que precisam ser trabalhadas nessa área para que fabricantes tenham competitividade na cadeia.

Na esfera ambiental, temos benefícios importantes de redução de emissões de gases de efeito estufa. Como estamos falando justamente da Comissão de Mudanças Climáticas, é importante lembrar que, com o sistema fotovoltaico gerando energia elétrica,...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO SAUAIA – ... ele não possui emissões durante a sua operação nem de gases, nem de líquidos, nem de sólidos, não tem partes móveis, não gera ruído, é um sistema que opera de forma inassistida e praticamente sem ser percebido pela população, pelo usuário. Ele basicamente é um telhado que gera energia elétrica, é um sistema fixo que gera energia elétrica, muito simples de se utilizar. Por conta disso, seus benefícios ambientais e para a qualidade de vida da população e também pela redução de emissões de material particulado é muito importante.

Por fim, na esfera estratégica, os benefícios de diversificação da matriz elétrica, que ainda não utiliza o seu potencial solar, ampliação do uso de renováveis e redução das perdas de transmissão e distribuição, as perdas elétricas que já mencionei.

Recentemente, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) publicou um trabalho muito interessante chamado *Energia Renovável*, que analisa as diferentes fontes de energia renovável do País e seus potenciais. Esse trabalho – eu trouxe uma cópia do documento – vai ficar à disposição da Comissão para análise posterior. Mas como um dos temas principais era a comparação desse potencial das diferentes fontes de energia renovável, nós temos alguns dados trazidos pela EPE.

Segundo dados da EPE, a fonte hídrica possui potencial técnico de 172GW, dos quais um terço se encontra na Região Amazônica, uma região que possui, por sua característica geográfica e também ambiental e social, uma certa complexidade de desenvolvimento dos projetos.

Esse número, cabe ressaltar, anteriormente era tido como de 260GW, mas foi atualizado recentemente pela EPE, com base nos dados hídricos da Aneel, em 172GW, ou seja, o potencial hídrico brasileiro foi revisado para baixo. Diferentemente, o potencial eólico brasileiro, que no passado se dizia na casa de 250GW e depois 300GW, está sendo gradualmente revisado para cima e já atinge mais de 400GW em potencial eólico.

Com relação a biomassa, os números que temos são preliminares, esses dados nós obtivemos via única e são da ordem de 14GW médios de potencial de biomassa. Provavelmente esse número pode ser aumentado com o passar da análise do potencial de biomassa do País.

Por fim, eu gostaria de dar uma ideia da dimensão do potencial solar fotovoltaico, porque são números realmente surpreendentes. A energia solar fotovoltaica em projetos de grande porte representa um potencial, analisado pela EPE, desconsiderando – gostaria de frisar – áreas na Amazônia, no Pantanal, na Mata Atlântica, áreas de conservação, terras indígenas ou comunidades quilombolas, ou seja, desconsiderando essas áreas



para que o uso da energia solar fotovoltaica não incorra em impactos adicionais à nossa matriz, esse potencial é da ordem de 28 mil gigawatts, senhoras e senhores.

É maior do que a soma do potencial de todas as demais fontes, incluindo as fontes fósseis e nuclear que o País possui nas suas reservas. Só os telhados residenciais brasileiros têm um potencial de 164GW. Ora, isso é mais do que a matriz elétrica brasileira tem atualmente instalada, que são 143GW. Este potencial dos telhados residenciais poderia gerar 2,3 vezes toda a demanda de energia elétrica das residências do País em 2013, dados da EPE. Ou seja, de fato, é um potencial realmente exuberante, um privilégio que o País tem, do ponto de vista de recurso energético e que precisa ser mais aproveitado na matriz elétrica brasileira.

Mencionei a importância da geração de empregos do setor solar fotovoltaico, e, aqui, também existem diferentes comparações que mostram o potencial de geração de emprego do setor. No caso da energia solar fotovoltaica em específico, apesar dos números variarem bastante entre os estudos, a mediana dos estudos aponta para mais ou menos 30 empregos diretos para cada megawatt instalado por ano, e, por volta de 3 empregos indiretos gerados para cada emprego direto gerado. Esses empregos estão especialmente na instalação dos sistemas. Isso é importante porque significa que são empregos de qualidade, nível técnico normalmente, ou nível superior no dimensionamento dos projetos, e são empregos...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO SAUAIA – ... que ficam na região onde os projetos são desenvolvidos, onde os sistemas são instalados. Então, são empregos não só de qualidade, mas bem distribuídos ao redor do País. Esse é um potencial importante da energia solar fotovoltaica.

Muito rapidamente, mencionei que um dos grandes segmentos de mercado é a geração distribuída. Ela foi estabelecida pela Resolução Aneel 482, de 2012, que estabeleceu o chamado sistema de compensação de energia elétrica e, por ele, qualquer cliente residencial, comercial, industrial ou um prédio público pode instalar um sistema de geração renovável, solar, eólico, biomassa, hídrico, gerar parte da sua demanda energética e, se por acaso ele gera mais energia no momento do que a energia que é consumida, o excedente de energia injetado na rede disponibilizado para o bairro, para a região onde aquele cliente está instalado, ou seja, consumido localmente com baixas perdas energéticas, aquele cliente ganha um crédito de energia que ele pode abater do seu consumo em um momento posterior. Esse é um mecanismo baseado em um mecanismo norte-americano chamado *net-metering*, que já é utilizado há mais de uma década, sem causar nenhum transtorno para a matriz elétrica americana.

É importante frisar isso porque existia, no passado, um certo receio se a geração distribuída poderia causar problemas à matriz elétrica brasileira. Os exemplos internacionais mostram com grande clareza que não. Ela traz, na realidade, uma série de benefícios adicionais para a robustez da matriz elétrica brasileira, é claro, precisa ser analisada com todas as características técnicas necessárias, mas não traz nenhum prejuízo à matriz elétrica.

Essa resolução passou no final do ano passado, e entrou em vigor em março deste ano, por aprimoramentos, que posicionam o Brasil, agora, como uma referência, inclusive internacional, do ponto de vista de regulamentação a favor da geração distribuída. Então, do ponto de vista regulatório, que é um dos pilares para o avanço da energia solar fotovoltaica, a geração distribuída está bem posicionada.

Temos agora uma tarefa importante que é zelar pela manutenção dessa regulamentação e das suas características inovadoras, ampliação do tamanho da minigeração, que é importante para aumentar a participação de grandes telhados na geração solar fotovoltaica distribuída, como é o caso de supermercados que mencionei, *shopping centers*, centros de distribuição, grandes telhados, indústria etc. Ampliação da vida útil dos créditos, redução de custos e também de procedimentos burocráticos processuais que faziam com que as etapas de obtenção de acesso à conexão do sistema fossem muito demoradas. A partir de 2017, submissão *on-line* dos pedidos e, em especial, três novos mecanismos de mercado foram desenvolvidos.

Uma é a geração condominial. Condomínios podem instalar sistemas fotovoltaicos para gerarem energia para os seus diferentes condôminos de forma coletiva. A outra é o autoconsumo remoto. Gerando energia num local, essa energia pode ser, posteriormente, consumida em outro local. E, por fim, a geração compartilhada, em que temos um grupo de consumidores, numa mesma distribuidora, que podem se reunir, formar um consórcio ou uma cooperativa, instalar um sistema de um porte maior do que instalariam se fosse na sua própria residência – o que garante uma redução de custo e, conseqüentemente, maior competitividade para essa geração distribuída – e ter os benefícios dos créditos proporcionais a essa cota de participação nesse empreendimento. Realmente, são novidades importantes que vão ajudar a disseminar a participação da geração distribuída na nossa matriz.

Do ponto de vista de desenvolvimento de mercado – já foi mencionado esse número, inclusive já está sendo ultrapassado –, estamos atingindo a marca de mais ou menos 3 mil sistemas de micro e minigeração



no País, mas vale frisar que, no ano de 2015, um ano em que a economia brasileira recuou mais de 3%, o segmento de energia solar fotovoltaica teve um crescimento acima de 300% na geração distribuída. Isso mostra a pujança e o interesse da população, da sociedade brasileira, por soluções como essa que aqui se apresenta. A previsão da Agência Nacional de Energia Elétrica é que, neste ano, a geração distribuída possa atingir um crescimento de até 800% no ano.

Cabe também frisar que, apesar das diferentes fontes de geração de energia renovável que podem participar da micro e minigeração, por volta de 97%, 98% de todos os sistemas de geração distribuídas – micro e minigeração – são da tecnologia solar fotovoltaica, devido a sua versatilidade, simplicidade de operação e baixa manutenção.

Por fim, apesar de termos atualmente 18MW – não gigawatts –, num volume muito pequeno de geração distribuída solar fotovoltaica na nossa matriz, cabe uma comparação com outros países. A título de exemplo, os Estados Unidos já possuem 11 mil megawatts de geração distribuída solar fotovoltaica, sem sobressaltos, sem prejuízo para a matriz elétrica e, é claro, trazendo mais de 200 mil empregos para o país.

Ou seja, o Brasil está por volta de 10 a 15 anos atrasado no desenvolvimento da geração distribuída solar fotovoltaica, mas podemos, com medidas específicas – dentre elas, políticas públicas de incentivo –, acelerar o uso dessa fonte na matriz e recuperar o tempo perdido.

Atualmente, o nosso *ranking* de regiões e de Estados que têm investimentos em micro e minigeração distribuída é o seguinte: Sudeste, em primeiro lugar, seguida da Região Sul; depois, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Percebam que não é a região com melhor recurso solar que tem o maior número de sistemas de micro e minigeração. Isso porque a influência de políticas e incentivos é fundamental para fazer com que o setor avance. Não adianta apenas ter sol, é preciso ter vontade política para que o desenvolvimento da fonte solar fotovoltaica aconteça.

E o mesmo se vê em Estados. Estados que têm políticas públicas desenvolvidas há mais tempo têm uma participação mais presente da geração distribuída solar fotovoltaica.

O potencial de crescimento de médio e longo prazo é fenomenal. A expectativa da Empresa de Pesquisa Energética é de que a energia solar fotovoltaica possa atingir entre 78GW e 118GW em sistemas de geração distribuída até 2050, carregados, em especial, pela demanda residencial e comercial, mas também com uma participação importante da demanda industrial e do Poder Público.

Uma das barreiras mais importantes para o avanço da geração distribuída diz respeito à tributação. Na área tributária, são vários aspectos. Um deles é a tributação sobre a energia da micro e minigeração. Nessa seara, a principal dificuldade reside na tributação estadual, uma vez que o Governo Federal já isentou de PIS e Cofins a energia da micro e minigeração no ano passado, através da Lei nº 13.169, mas, nos Estados, apesar de termos conseguido um avanço importante, que é o Convênio 16/2015 – que autoriza os Estados a isentarem o ICMS da energia, que é compensada na micro e minigeração –, apenas 16 Estados brasileiros aderiram. Eles, somados, representam a maioria da população brasileira, são por volta de 155 milhões de brasileiros beneficiados, 76% do País. No entanto, faltam 11 Estados, e a ABSOLAR tem continuado um trabalho de peregrinação, Estado a Estado, conversando com governadores e suas equipes.

E aqui gostaríamos de convidar os Parlamentares presentes, tanto do Senado quanto da Câmara, a nos apoiarem nesse processo, porque, de fato, existem inúmeros Estados que ainda não aderiram e que podem fazer parte desse trabalho conosco.

Ainda na tributação, existe outra questão muito importante e que vai trazer enorme competitividade para a fonte solar. A fonte solar fotovoltaica atualmente é refém de uma elevada carga tributária; a carga tributária que incide sobre o setor não está apenas na energia, mas, em especial, nos seus insumos produtivos, maquinários e equipamentos acabados. Ou seja, fabricar equipamentos de energia solar fotovoltaica no Brasil é mais caro do que fabricar fora do País, por conta, em especial, da tributação sobre os insumos e sobre os maquinários. E, ao mesmo tempo, a fonte solar fotovoltaica ainda não atingiu o mesmo patamar de preço que outras fontes renováveis porque ela está sujeita a impostos como IPI, PIS e Cofins – impostos federais – sobre os seus equipamentos e que aumentam, de uma forma muito pesada, o custo da fonte.

Esses impostos para outras fontes renováveis, felizmente, já foram retirados. E isso é um mérito das próprias fontes que, com o passar do tempo, conseguiram negociar e discutir essa questão, mas agora a fonte solar precisa de isonomia.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO SAUAIA – Não é um tratamento diferenciado, não é um benefício exclusivo, é isonomia tributária, quanto a IPI, PIS e Cofins sobre seus equipamentos. Com isso, poderemos reduzir, em mais de 10%, o custo da energia solar fotovoltaica no País. Portanto, é importantíssimo trabalhar o tema tributário para a fonte.



A outra questão muito importante diz respeito a financiamento. Na seara do financiamento, em especial para pessoa física, que, hoje em dia, representa por volta de 78% dos investimentos da micro e minigeração, que são aqueles telhados residenciais que têm a tarifa de energia elétrica mais elevada e, conseqüentemente, o melhor retorno sobre investimento na micro e minigeração. Compensa mais investir, no primeiro momento, nesses sistemas residenciais; as pessoas fazendo investimento. Mas nem todo brasileiro tem recurso disponível para investir do próprio bolso num sistema fotovoltaico e, portanto, é importante que possamos desenvolver linhas de financiamento específicas para a fonte solar.

Nesse sentido, tivemos alguns avanços importantes. Vou mencionar alguns deles no próximo eslaide, mas ainda falta, em especial, o financiamento para a pessoa física. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm um papel estratégico nessa área para ajudar o financiamento para a energia solar fotovoltaica de pequeno porte até as pessoas físicas.

Além disso, na área de pessoas jurídicas, os avanços começam a acontecer. Alguns Estados, por meio de suas agências de fomento ou financiamento, deram início a programas de incentivo para a fonte solar fotovoltaica. Adicionalmente, o próprio Governo Federal, inclusive em uma parceria desenvolvida entre MDA, ABEE-ólica e ABSOLAR, estruturou uma linha de financiamento para a agricultura familiar e cooperativas agrícolas, podendo levar energia solar fotovoltaica e energia eólica ao campo, com condições bastante diferenciadas. Os nossos associados já estão cadastrando produtos e equipamentos e realizando negócios nesse perfil. O interesse do campo é muito grande em gerar sua própria energia.

Por fim, recentemente, tivemos a publicação de portarias do Ministério da Integração Nacional que permitam a alocação de recurso dos fundos constitucionais e fundos de desenvolvimento regional para geração de energia renovável. Então, esse é um potencial importante que pode ser aproveitado também para financiar projetos de energias renováveis nestas regiões do País: Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Finalmente, tivemos o lançamento da nova linha de crédito do Banco do Nordeste – a ABSOLAR participou da cerimônia de lançamento com a presidência do Banco do Nordeste, no dia 30 de maio –, chamado FNE Sol, que se tornou a nossa referência nacional. Esse financiamento de até 12 anos, com um ano de carência, taxas de juros de 6,5% a 11% ao ano e financiamento de até 100% do projeto, viabiliza energia solar fotovoltaica no Nordeste. A restrição é que o FNE Sol, por ser de um fundo constitucional, atende exclusivamente pessoas jurídicas ou produtores rurais, não atinge a pessoa física. Então, existe aí uma limitação que, como mencionei, através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, via linhas de créditos específicos para pessoa física, podem ser superados.

A intenção da ABSOLAR é poder levar esse mesmo modelo à Região Norte do Brasil, por meio do Basa (Banco da Amazônia), e à Região Centro-Oeste do Brasil, por meio do Banco do Brasil, que gerencia os fundos FNO e FCO, respectivamente. Existe um potencial muito grande de aplicar a mesma lógica utilizada pelo Banco do Nordeste a essas outras regiões, de forma isonômica, trazendo competitividade para fonte solar fotovoltaica no restante do País.

Para finalizar, fomento ao mercado. O fomento ao mercado diz respeito ainda a divulgar mais essa nova modalidade, a geração distribuída, para a população brasileira. O brasileiro, no geral, ainda não conhece a geração distribuída, não conhece bem a energia solar fotovoltaica, e é preciso ajudar a educar e conscientizar a população sobre essa nova oportunidade.

Além disso, os Estados, junto com o Governo Federal e também os Municípios, podem fazer muito, podem, através de políticas estaduais e municipais, construir suas metas, incorporar a energia solar fotovoltaica em seus prédios públicos e também inserir energia solar fotovoltaica em projetos de habitação popular. Por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida e programas de habitação estadual já contam, muitos deles, com aquecimento solar. Eles podem incorporar também a solar fotovoltaica complementarmente para apoiar a reduzir ainda mais os custos fixos das pessoas que moram nesses imóveis, uma vez que energia elétrica é um bem do qual elas não podem prescindir.

Existe um outro segmento muito importante, quando se fala em potencial da energia solar fotovoltaica para combater as mudanças climáticas, que são as grandes usinas, a energia solar fotovoltaica centralizada.

Na geração centralizada, o Brasil começou, em 2013, com um processo de inserção de leilões, através do Estado de Pernambuco, que fez o primeiro leilão de energia solar do Brasil; um leilão estadual que contratou cinco projetos com uma capacidade total de 92GW em geração solar fotovoltaica, naquela ocasião, a um preço na ordem de US\$100 por megawatt/hora gerado.

Com o passar dos anos, o Governo Federal começou a incorporar energia solar fotovoltaica também nos seus leilões, com o objetivo de atrair cadeia produtiva e disseminar, incentivar o uso dessa tecnologia no País, e temos resultados bastante positivos nos leilões de 2014 e 2015, sempre com um ganho de competitividade fonte solar fotovoltaica quando olhamos o preço em dólar.



Então, esse preço continua caindo, e isso não é uma característica do Brasil. No mundo inteiro, a energia solar fotovoltaica tem, ano a ano, se tornado mais barata. Nos últimos dez anos, a redução de custo foi de mais de 70%. Imaginem, esse potencial ainda não está encerrado. A expectativa é que, a cada ano que se passe, mais ou menos 5% do custo da energia solar fotovoltaica seja reduzido mais uma vez. Já são cerca de 3,3 mil megawatts contratados, somando R\$12,5 bilhões a serem investidos até 2018.

Neste ano, teremos mais dois leilões que já estão anunciados; um que deverá acontecer no final de julho e outro em outubro. No total, percebemos uma participação importante de Estados das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste no desenvolvimento dessas grandes usinas, e os outros Estados que ainda não possuem projetos nessa área podem, sim, atrair desenvolvimento e volumes importantes de investimento para suas regiões, através de incentivos para essa fonte.

Eu já mencionei a questão da isonomia, eu já mencionei a questão da cadeia produtiva, e gostaria de encerrar fazendo um convite a todos: estamos organizando o evento oficial do setor solar fotovoltaico no final deste mês, 30 de junho a 1º de julho, no Rio de Janeiro, e todos serão muito bem-vindos para discutir um pouco mais sobre os futuros e os rumos da energia solar fotovoltaica no Brasil.

Para finalizar, eu gostaria de fazer só uma reflexão: no passado, a energia solar fotovoltaica era vista, no País, como muito cara, como uma tecnologia de países desenvolvidos. Essa realidade mudou rapidamente, nos últimos anos, com a redução de custo da tecnologia e com o seu ganho de eficiência. Com isso, nós temos o potencial agora de tornar o sol, que antes era visto como causa de miséria no Nordeste brasileiro e em várias regiões do País, uma nova fonte de recurso e de riquezas para a nossa população.

Então, pensando nisso, eu gostaria de encerrar e agradecer, mais uma vez, pela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Rodrigo, pela apresentação.

Passo a palavra agora ao Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica (ABEEólica).

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Ex^{mo} Presidente da Comissão Permanente de Mudanças Climáticas, Deputado Daniel Vilela, obrigado pelo convite.

Boa a tarde a todos, componentes da Mesa, Bárbara, Dr. Rodrigo.

Agradeço pelo convite, em nome da Dr^a Elbia Gannoum – ela não pôde estar presente, está em um evento no Uruguai, em um evento sobre energia eólica –, para falar um pouquinho do desenvolvimento da energia eólica no Brasil, seus benefícios e os desafios que temos pela frente.

Rapidamente, vou falar um pouquinho sobre a Associação. O nosso maior desafio, realmente, é trabalhar em prol do desenvolvimento da energia eólica no Brasil, ressaltar os seus benefícios e batalhar por uma matriz elétrica brasileira cada vez mais renovável, cada vez mais limpa.

Hoje temos cerca de 102 associados, que são os investidores dos parques eólicos, os fabricantes de aerogeradores, fabricantes da cadeia produtiva, consultorias, construtoras e consultorias ambientais também.

Um pouquinho sobre o desenvolvimento da energia eólica, um pouquinho dos dados. A energia eólica tem se desenvolvido cada vez mais no Nordeste. Sabemos que, hoje, temos cerca de 7,6GW em parques eólicos instalados na Região Nordeste. Na Região Sul, são cerca de 1,8GW. O Estado, hoje, que tem mais parques eólicos instalados é o Rio Grande do Norte, seguido pela Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará.

Pensando na participação da matriz elétrica. Hoje a energia eólica ocupa cerca de 6,6% da capacidade instalada. É muito pouco quando se pensa em todo potencial que a gente possui no Brasil: cerca de 400GW, conforme foi mencionado. E temos aí um futuro muito promissor pela frente. Novos Estados surgiram, como, por exemplo, Pernambuco, um Estado que tem muito potencial eólico, Piauí, Paraíba também e Maranhão.

Pensando na matriz elétrica para o futuro. Cerca de 24GW estarão instalados lá em 2024, segundo o PDE do Ministério de Minas e Energia, e a energia eólica terá participação de cerca de 11% da matriz.

Para vocês terem uma ideia, hoje, no consumo da eletricidade no sistema interligado nacional, a energia eólica contribui com cerca de 3,5% a 4% apenas, com alguns picos na Região Nordeste – de 30% a 40% do abastecimento de todo o Nordeste sendo fornecido pela energia eólica. Em alguns momentos, a energia eólica fornece 10% de todo o consumo de eletricidade do sistema interligado nacional. Tirando uma parte da Região Norte, em alguns momentos, 10% do Brasil são abastecidos com energia eólica.

Gostaria de ressaltar a presença do Senador Cristovam. É um prazer estar aqui, obrigado pelo convite também, em nome da Associação Brasileira de Energia Eólica.

No eslaide 7, pessoal, eu falo um pouco sobre o que já foi instalado, mas principalmente sobre o futuro dos parques eólicos que já foram contratados nos leilões até dezembro de 2015, e uma boa parte deles será talada até 2019.



Hoje temos 9,5GW instalados, são cerca de 5 mil aerogeradores, e vamos dobrar essa capacidade até 2019. São 5 mil novos aerogeradores que serão instalados; 15 mil pás eólicas, várias subestações, transformadores, relés, são muitas obras que nós temos pela frente.

Pensando lá em 2019: cerca de 60% a 70% de todo o Nordeste serão abastecidos, na média, com energia eólica.

Na cadeia produtiva, temos muitas empresas no Brasil. Diferente da energia eólica, como o Dr. Rodrigo comentou, as fábricas do setor solar vão se instalar no Brasil... Pensando em energia eólica, já temos muitas fábricas. São cerca de oito fabricantes de aerogeradores e, dos oito, seis já possuem fábricas no Brasil, e há uma série de fabricantes de torres e componentes. Isso porque a maior parte dos parques eólicos é financiada pelo BNDES, que possui uma regra rígida e importante de conteúdo nacional; uma regra que começou em janeiro de 2013, com o marco final em janeiro de 2016, pela qual todos os fabricantes tinham de nacionalizar cerca de 70% da cadeia produtiva, de uma forma qualitativa. Determinados componentes, obrigatoriamente, devem ser fabricados no Brasil, como, por exemplo, a pá eólica – não apenas a pá deve ser fabricada, mas a maior parte dos insumos também devem ser fabricados aqui no Brasil. Então, hoje, nós temos uma grande cadeia produtiva já instalada no Brasil, que depende de novas contratações nos leilões para serem mantidas.

Pensando no histórico de leilões... Eu falo muito em leilão aqui, porque a maior comercialização dos parques eólicos é realizada nos leilões de energia, cerca de 97%. Temos o mercado livre também, que precisa se desenvolver, mas a participação dos parques eólicos no mercado livre é menor, em função dos contratos mais curtos e a dificuldade de financiamento.

Do lado esquerdo desse eslaide, nesse gráfico do lado esquerdo, nós temos a contratação de todas as fontes de geração dos leilões desde 2009 e, do lado direito, o que foi contratado apenas eólico. Então, ali embaixo nós temos 33,76GW, que foram contratados de todas as fontes e, do lado direito, 15GW eólicos. Ou seja, praticamente 50% de tudo o que foi contratado nos leilões desde 2009 foram de energia eólica, uma média de 2,17GW contratados por ano, que é o valor que nós precisamos para manter a cadeia produtiva da energia eólica no Brasil. Temos uma cadeia produtiva instalada, e é importante que a gente consiga comercializar mil aerogeradores por ano.

Pensando em preços: a energia eólica tem se desenvolvido também muito em função do preço, da competitividade dessa energia. Diferentemente do que muitos acham, do que muitos pensam, a energia eólica não é uma energia cara. O preço médio é de R\$160 o megawatt/hora, atualizado em dezembro de 2015, considerando todos os leilões desde 2009.

Para os leilões de 2016, a nossa sugestão é que o Ministério de Minas e Energia coloque como preço inicial de leilão algo na faixa de R\$220 a R\$230, em função de todo o cenário econômico, em função das elevações de taxas de juros, do dólar e dos riscos envolvidos, que aumentaram principalmente em função da ausência do sistema de linhas de transmissão para conexão dos parques eólicos.

Foram investidos, somente em 2015, praticamente US\$5 bilhões, representando 66% de tudo o que foi investido em energias renováveis no Brasil.

Vou passar mais rapidamente por esses eslaides em função do meu tempo, mas a apresentação ficará disponível para a Comissão.

A energia eólica, no Brasil, é o tipo de geração que possui o maior e o melhor desempenho, no mundo, em parques eólicos. A média mundial de fator de capacidade é 30%, 32% – China é 25%, 24% –, enquanto no Brasil, pegando a Região Nordeste, o rendimento é superior a 50% de fator de capacidade.

No ano passado nós tivemos alguns picos – de 52, 49, 47 – somando todos os parques eólicos, inclusive, aqueles mais antigos, com torre de 50 metros, comercializados no Proinfa, lá em 2003. Parques instalados em 2006: esses parques possuem um rendimento um pouco menor mesmo.

Temos, a cada mês, quebrado novos recordes de geração e fator de capacidade no Brasil. Colocamos alguns aqui para os senhores perceberem a importância do desenvolvimento da energia eólica no Brasil. Resalto aquele do meio, em que 10% de toda a carga do Brasil foram abastecidos com energia eólica no dia 2 de novembro do ano passado, com um rendimento, naquele momento, de 83%. Todos os parques eólicos, então, somados no Brasil, naquele momento estavam com rendimento de 83%. Isso não ocorre em nenhum lugar do mundo.

Passo agora a analisar um pouco o aspecto social e econômico do desenvolvimento da energia eólica. Os parques eólicos, na sua grande maioria, são instalados no Semiárido nordestino, onde as áreas são arrendadas...

(Soa a campanha.)

O SR. SANDRO YAMAMOTO – ...e os proprietários dessas áreas recebem cerca de R\$1,5 mil, R\$1,8 mil, 2 mil por cada torre instalada. Eu já conheci dezenas de proprietários de terra que, em certo momento, não



tenham renda nenhuma com aquela terra. Quando compraram a terra, há muitos anos, achavam que conseguiriam plantar e ter uma receita daquela terra, mas isso não foi possível. Depois, com a chegada dos parques eólicos, passaram a ter cinco, oito, dez aerogeradores nas terras deles. Então, eles passam a ter uma receita mensal de R\$10 mil, R\$15 mil, R\$20 mil, dependendo da quantidade de torres. Se ele tiver duas torres, ele já terá uma receita superior a R\$3 mil mensais, com a utilização do vento para conversão em energia elétrica.

Nós temos também um desenvolvimento tecnológico e industrial. Os ventos brasileiros são diferentes. Os equipamentos instalados no Brasil estão cada vez mais modernos e adequados aos ventos brasileiros e ao sistema elétrico brasileiro. Hoje o Operador Nacional do Sistema, ONS, coloca uma exigência para o aerogerador brasileiro que não existe em nenhum lugar no mundo: o comportamento elétrico em relação às faltas, à oscilação de tensão, à frequência e tempo das faltas que são realizadas na matriz elétrica brasileira.

A característica do vento brasileiro tem importância para a segurança do suprimento. Então, diferentemente do que muitos pensam... Em um momento há vento, noutro, não, e aí ocorre uma oscilação muito grande. No Brasil isso não ocorre. Temos, em alguns momentos, certa variação, mas não como na Europa e nos Estados Unidos por exemplo. Isso traz, então, uma boa segurança para a previsão da geração e para a operação do sistema elétrico brasileiro, além da geração de empregos. Hoje, para cada megawatt instalado, são gerados 15 empregos diretos e indiretos. Somente no ano passado, foram praticamente 50 mil novos empregos criados no Brasil.

Aqui uma foto. Do lado esquerdo, uma base sendo instalada; do lado direito, um guindaste elevando as pás – conectadas já ao *hub* para serem conectadas à nacelle.

Um pouco dos resultados de 2015. Desse eslaide, eu vou ressaltar aqueles R\$645 milhões evitados no sistema.

No ano passado, todos lembram, tínhamos a bandeira vermelha sendo cobrada nas tarifas das nossas casas. Se não tivéssemos colocado aqueles 21 terawatt-hora no sistema, essa bandeira vermelha seria mais cara. Nós estávamos utilizando as termelétricas, mas, como tivemos energia eólica, evitamos um pouco de termelétricas.

Pelo pouco de termelétricas que evitamos no ano passado, conseguimos economizar R\$645 milhões nas contas, nas tarifas dos consumidores agora em 2016. Isso porque contribuímos apenas com 4% da geração. Então, o potencial é maior ainda para um futuro próximo.

Pensando no que será instalado até 2019: serão 5 mil torres, 5 mil aerogeradores, 15 mil pás, R\$60 bilhões investidos e mais de 35 milhões de toneladas de CO2 evitados com esses novos parques que entrarão em operação.

Temos muitos desafios: o cenário econômico, a contratação de novos parques eólicos, as linhas de transmissão em função dos leilões que são realizados. Os parques eólicos precisam se conectar nesses sistemas. Ainda existe um atraso no sistema de transmissão, além da necessidade de novos leilões. Há as questões de financiamento para os grandes empreendedores e a necessidade de manter a cadeia produtiva que já foi instalada, além de uma série de outros desafios que nós temos.

E eu vou ressaltar aqui a necessidade de contratação de energia eólica em 2016. Temos o leilão de energia de reserva programado para dia 28 de outubro. Praticamente, é o único leilão, desde janeiro de 2016, que a eólica terá oportunidade de vender energia para uma cadeia produtiva que está montada. Então, a indústria está preocupada, precisamos atender a nossa meta de dois gigawatts por ano, e esse leilão é fundamental. É um leilão que não é para vender energia para as distribuidoras. As distribuidoras estão com sobrecontratação, estão com papel na mão, em função de contratos que fizeram no passado, estão com uma sobra, mas o Brasil precisa de energia e precisará de mais energia ainda.

Nós não podemos ficar dois anos com bandeira vermelha, risco de racionamento e, agora, um ano e meio, dois, com certa sobra de energia elétrica. Em determinado momento, o Brasil começa a crescer, está sendo preparado para crescer, e com um risco de falta de energia daqui a dois ou três anos. Estamos falando de projetos de infraestrutura, projetos de longo prazo. O Brasil começará a crescer e precisará de energia elétrica, e essa energia precisa ser contratada hoje. Então, para a segurança do suprimento e para a manutenção da cadeia produtiva eólica que já está montada.

A ABEEólica, na semana que vem, finalizará um estudo que mostrará a necessidade de contratação de energia de reserva. Voltaremos a esta Casa para mostrar esse estudo e iremos ao Ministério de Minas e Energia também.

Obrigado, Presidente. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Sandro, pela apresentação. Agradeço também à Bárbara e ao Rodrigo.

Cumprimento e agradeço a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque, e transmito a S. Ex^a para que possa se manifestar em relação à nossa audiência.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PPS - DF) – Obrigado, Presidente.

Eu creio que esta é uma das audiências que tínhamos de fazer, estávamos em dívida. Felizmente, nós a estamos fazendo, graças a sua iniciativa, e creio que ela vai ser extremamente positiva. Ao ser divulgada pela televisão, as pessoas poderão perceber não só a necessidade das fontes alternativas, mas também seu potencial e o que estamos fazendo.

Mesmo assim, eu gostaria de levantar algumas questões, pedindo que todos, se possível, tragam informações.

Temos que reconhecer o papel das fontes alternativas no combate às emissões de gases de efeito estufa e lembrar que nós apresentamos e assinamos na COP21, em Paris, no ano passado, nossas metas para a participação de fontes alternativas no conjunto da nossa matriz energética.

Eu creio que precisamos superar dois entraves fundamentais para alcançar as metas a que nos propusemos. O primeiro é minimizar os custos, que ainda são mais caros do que, por exemplo, na hidrelétrica; o segundo é estimular a inovação, porque nós estamos muito atrasados. Mesmo sendo, provavelmente, o País com mais possibilidades na área de energia solar, nós não somos pioneiros em tecnologia para energia solar, temos que buscá-la fora. Mesmo tendo boas alternativas de eólica, quando nós vamos ver o que existe de eólica – em Osório, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte – vemos que, em geral, são empresas estrangeiras que estão fazendo.

Por isso eu pergunto o que vocês acham de um projeto de lei de minha autoria, o PL nº 696, de 2015, que garante em lei a obrigação de um percentual mínimo a ser aplicado em fontes alternativas, ou seja, as empresas terão que aplicar um mínimo. Lembrem-se que o setor elétrico e petrolífero têm previsão de investimento mínimo obrigatório por parte das empresas em pesquisa e desenvolvimento. Nós queremos garantir isso mesmo no caso das empresas de energia solar, eólica e outras alternativas.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, em muitos países, a expansão de fontes alternativas conta com subsídios orçamentários ou com os chamados subsídios cruzados. Com a atual crise financeira que o Brasil atravessa, crise fiscal, eu pergunto se vocês têm ideia de como poderíamos fazer com que a política de financiamento para a expansão das fontes alternativas não exigissem aumento do gasto público e, sim, aumento dos subsídios cruzados. Vocês veem alguma chance de termos o aumento de fontes de financiamento na pesquisa de fontes alternativas sem necessidade de mais gastos públicos? Há condições de trazer esse recurso do setor privado, mesmo sem os subsídios?

Finalmente, eu quero lembrar que, nos últimos anos, a geração de energia elétrica a partir de usinas movidas por derivados de petróleo aumentou substancialmente. As chamadas termoeletricas estão crescendo muito por conta da seca, especialmente, e por outros fatores. Embora possamos reconhecer a existência de razões para isso, como a seca, o regime hidrológico e a dificuldade de contratar hidrelétricas no montante necessário, é inegável a contradição com os objetivos brasileiros de reduzir as nossas metas se continuarmos aumentando a parcela de termoeletrica na nossa matriz.

Então, a pergunta que eu faço é: em que medida uma restrição legal para a contratação de termelétricas movidas por derivados de petróleo contribuiria para que o Brasil cumprisse as metas anunciadas durante a COP21? Fazer isso mandatário é o caminho? Ou é impossível proibir, adotar restrições legais para o aumento de termelétricas?

Essas são as perguntas que não só eu tenho interesse em ouvir, mas, sobretudo, creio que há muito interesse do público em ouvir. E eu fico satisfeito porque essas perguntas não se chocam com as que chegaram pela internet para que sejam feitas a eles também. Eu creio que estas aqui complementam as perguntas que tive a oportunidade de ler durante o curto tempo em que presidi substituindo o senhor, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bem, Senador. V. Exª foi muito feliz quando colocou a importância e a dívida que esta Comissão tinha em relação a uma audiência pública que tratasse especificamente das energias renováveis não hidráulicas aqui.

E o portal e-Cidadania aqui da Comissão está demonstrando isso também. Temos aqui um volume de perguntas que, até então, este ano pelo menos, nas outras audiências públicas não tivemos.

Eu consulto quem gostaria de iniciar respondendo os questionamentos do Senador Cristovam.

O Sandro.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Obrigado, Senador, pelas perguntas.

Começo pela parte da inovação. Em energia eólica, no Brasil, temos muita necessidade de inovação recentemente. Os equipamentos todos foram criados fora do Brasil, foram dimensionados para outros ventos, e, ao longo do tempo, temos conhecido cada vez mais o vento brasileiro e a necessidade de inovação nos aerogeradores. Mas, além do equipamento que será instalado, do parque eólico, temos a necessidade de centros de



pesquisa para instalarmos um aerogerador, um protótipo, um túnel de vento, para analisarmos uma nova pá, um novo comportamento de um *software* em função da variação do vento.

Existem algumas iniciativas, mas um recurso destinado de forma obrigatória para apoiar a pesquisa de desenvolvimento da energia eólica é muito bem-vindo.

Vou aproveitar para pegar um ponto dessa pergunta com a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Eu queria só aproveitar para fazer um questionamento, neste ponto em que se trata de inovação, sobre as pás longas, que vão permitir que outras regiões do País possam também promover esses investimentos em energia eólica. Eu queria que você, rapidamente, comentasse também isso.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Ótimo.

No Brasil já temos torres, aerogeradores, com 120m de altura e pás com 62m de comprimento. Ou seja, aerogerador mais alto, pás maiores, diâmetro de área de captação maior, maior produção de energia. Aumento da pá, maior área, maior energia. É uma tendência mundial.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PPS - DF) – São as de Osório as maiores?

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Osório: cerca de 82m de altura e diâmetro 52m... Ou melhor, 52 de raio e 104 de diâmetro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PPS - DF) – Essas maiores estão onde?

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Rio Grande do Norte, máquinas Acciona; e Atlântica, no Rio Grande do Sul também.

É uma tendência mundial, e uma produção e uma eficiência cada vez maiores. Então, sendo estudadas para o vento brasileiro, é a junção perfeita: o melhor vento do mundo com inovação tecnológica.

Agora, o recurso de 1%, e, também, fazendo um *link* com a segunda pergunta: a diminuição dos gastos públicos na questão do financiamento, a ABEEólica entende que é possível. Agora, o importante é que a contratação que já foi realizada... Todos os cinco mil aerogeradores foram contratados com uma legislação e uma arrecadação e uma tributação protocolada. Qualquer nova alteração precisa ser feita para o futuro, porque aí o empreendedor, a cadeia produtiva, sabe qual é o escopo das contas, e colocar tudo isso nas suas contas é possível.

Mesmo a retirada de um tributo que hoje possuímos... Temos a isenção do PIS/Cofins, e há necessidade de não termos mais a isenção. É possível, desde que se faça para o futuro, e não para os contratos que já foram assinados.

A terceira pergunta, a adoção de uma restrição legal para a construção das termelétricas: a ABEEólica entende que o importante é apoiarmos as fontes renováveis. Há espaço para todas, as termelétricas possuem uma importância na base de geração por conta da segurança, mas entendemos que há a possibilidade de um crescimento muito maior das renováveis, mas com o apoio das renováveis. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O.k., Sandro.

Só para justificar aqui. O Senador Cristovam teve que sair. O Presidente do Congresso e do Senado, Senador Renan Calheiros, convocou os Senadores para um pronunciamento que ele fará agora no plenário. Por isso, ele pediu que eu justificasse sua ausência.

Consulto o Rodrigo para saber se ele quer fazer alguma complementação.

O SR. RODRIGO SAUAIA – Complementando – rapidamente também, por conta das inúmeras perguntas que ainda faltam ser contempladas –, do ponto de vista da energia solar fotovoltaica, essa é uma fonte que está intrinsecamente ligada com tecnologia e com inovação. É uma fonte, de fato, baseada em semicondutores, baseada em equipamentos eletroeletrônicos de alta tecnologia, e, portanto, a tecnologia está no DNA da fonte solar fotovoltaica.

Nesse sentido, já existem algumas medidas que, eu diria, até suplantam, de certa forma, o referido Projeto de Lei nº 696, de 2015. No seguinte aspecto: para que um fabricante nacional consiga ter competitividade, existem alguns programas, algumas políticas industriais existentes que podem ser utilizadas tanto pelo fabricante de inversor fotovoltaico, como é o caso da Lei de Informática, quanto pelo fabricante de módulo fotovoltaico, como é o caso do Padis, e esses programas já exigem, como contrapartida do fabricante, investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Então, para o setor fotovoltaico, isso já, de certa forma, faz parte da rotina do setor. Uma exigência adicional talvez pudesse ser, para esse segmento específico, desnecessária. Para outras fontes renováveis, aí, claro, é uma questão de discutir com as demais fontes e entender as suas características específicas, mas, no caso da fonte solar, já existe uma previsão de uso de recursos e orçamento específico em pesquisa e desenvolvimento, e através da Lei de Informática, seja do Padis.



Adicionalmente, o investimento em inovação está intrinsecamente relacionado com a queda de custo da tecnologia solar fotovoltaica. Mencionei, na minha apresentação, que, nos últimos dez anos, a tecnologia teve uma redução de preço da ordem de 70%. Isso decorreu, em especial, de dois fatores.

O primeiro fator é, justamente, o aumento da eficiência, ou seja, inovações tecnológicas que levam a uma melhoria da conversão da energia do Sol em eletricidade. Quanto aos equipamentos: se, no caso da energia eólica, os equipamentos costumam ficar maiores e atingir uma altura maior, no caso da energia solar a nossa métrica de avanço tecnológico é que os módulos fotovoltaicos para uma mesma área começam a gerar cada vez mais potência, ou seja, necessita-se de um espaço menor para gerar aquela mesma potência porque os equipamentos vão ficando cada vez mais eficientes.

Além disso, existe outro fator de inovação tecnológica muito importante, que é o segundo motivo para a tecnologia ter reduzido custo, que são as melhorias produtivas, ou seja, novos maquinários, novos processos industriais, novos processos de fabricação dos equipamentos, que fazem com que se utilize menos matéria-prima, menos energia.

Há um custo menor para se fabricar, e, conseqüentemente, aquele mesmo equipamento vai ter um preço menor. Então, esses dois fatores combinados é que levam os equipamentos da tecnologia solar fotovoltaica a se tornarem, ano a ano, mais ou menos 5% mais baratos. Essa é uma média mundial.

Por fim, o tema de subsídios cruzados, incentivos à fonte. Ao redor do mundo, em vários países, a energia solar fotovoltaica se desenvolveu, historicamente, com o apoio de governos. No entanto, o Brasil está, como mencionei, cerca de 15 anos atrás nesse processo. E, por conta disso, no momento, agora, em que a energia solar fotovoltaica está atingindo o mercado brasileiro, ela já está em outro momento de maturidade econômica. Nós não precisamos de subsídio para a energia solar fotovoltaica se tornar competitiva no País.

Há duas questões estratégicas em que se precisa avançar. A questão de tributação excessiva sobre uma fonte que não tem acesso a um tratamento isonômico tributário – isso eu não diria que é subsídio; eu diria que isso é isonomia. Então, felizmente, nesse sentido, é uma busca de isonomia. E o segundo ponto é financiamento, que já existe – mencionei alguns fundos e até o próprio exemplo do Banco do Nordeste –, são recursos que já estão disponíveis, não vão sobreonerar o orçamento nacional, e que podem ser adaptados, nas condições do financiamento, para que haja um financiamento adequado para essa fonte.

As nossas recomendações são: prazo de financiamento similar ao que está sendo usado pelo Banco do Nordeste, por volta de 12 anos; taxas de juros que sejam compatíveis com um baixo risco sobre investimento; e poder utilizar o equipamento como garantia para o empréstimo, a exemplo do que é feito pelo BNB e também por bancos privados, que começam a entrar no financiamento da fonte solar fotovoltaica.

Então, nesse sentido, felizmente, o Brasil, pelo bem ou pelo mal, por ter demorado a entrar no uso dessa tecnologia, acabou sendo beneficiado por esse investimento, por esse subsídio que outros países fizeram, e não precisa seguir a mesma rota que a Alemanha, que a Espanha, que o Japão ou que a China seguiram. Eles tiveram que subsidiar com tarifas, pagando um prêmio, um preço mais elevado para a energia elétrica fotovoltaica. No Brasil, há o sistema de medição líquida – que não é um subsídio, porque se injeta energia na rede e, depois, ela é compensada pelo mesmo valor pelo qual se consumiria essa energia, então, é um para um, não há subsídio aí. Esse pode, sim, ser um caminho importante para que o Brasil avance no uso da energia solar fotovoltaica sem onerar a sua população ou os cofres públicos.

Acredito que isso cobre os pontos que haviam sido mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado, Rodrigo.

Quero passar a vocês também as perguntas que vieram através do portal da Comissão, o Portal e-Cidadania, e nós observamos aqui o que já foi perguntado, o que já foi esclarecido.

Posteriormente, também tenho alguns questionamentos rápidos a fazer.

Pergunta do Renato Pimentel de Souza:

Hoje temos 14 Estados do Brasil que aderiram ao convenio Confaz que isenta da cobrança do ICMS na geração de energia pelos mini e micro geradores. No Espírito Santo, esta cobrança ainda é feita, penalizando o consumidor. Esta cobrança não seria ilegal?

Acredito que não; isso é uma adesão dos Estados. Mas, posteriormente, você pode dizer melhor.

Lilian Salazar:

Gostaria de saber se é possível redefinir uma matriz energética que leve em conta as potencialidades locais, como eólica no Nordeste, biomassa no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, hidráulica no Norte e solar em todo o Território. Não seria mais barato?

Pergunta de Ana Clara Neres Teixeira:



Boa tarde! Gostaria de saber como está o andamento dos projetos das eólicas aqui no Ceará. Há parques prontos, mas que ainda não estão produzindo, e outros ainda em fase de implementação. O Governo interino pretende dar continuidade a esses projetos?

Há duas perguntas aqui do Danilo Dutra de Resende: “Muitas concessionárias atuam no mercado fotovoltaico e ao mesmo tempo regulam a entrada dos Sistemas FV na rede elétrica da concessionária. Isto não caracteriza um conflito de interesses?”

O próprio Danilo fala também que:

Em geral, a concessionária não cumpre os prazos regulamentados pela RN 687 para aprovação e conexão do Sistema FV. Não existe uma punição, e os constantes atrasos desmotivam os clientes e geram prejuízos.

O comentário de Carlos Sander:

Mais do que uma oportunidade, a busca é por alternativa, real e necessária, atuando diretamente nos modelos de produção e consumo. A geração pela matriz solar é um modelo de fácil acesso e também está disponível como uma energia gratuita para uma matriz limpa e renovável.

Roger Ribeiro: “Qual o posicionamento dos presentes nesta audiência sobre a participação do Governo para fomentar o desenvolvimento das fontes de energia renováveis não hidráulicas em nosso País?”

Acho que isso também já foi colocado, não é?

Tiago Venturini:

Boa tarde, senhores! Estamos há meses tentando tirar o ICMS cobrado sobre a produção de energia, mini e micro no Espírito Santo. Porém, nem o Governo nem a concessionária querem obedecer a resolução da Aneel ou incentivar energia limpa no Estado. Que atitude devemos tomar?

Comentário de Claudia Sotto-Maior: “Precisamos de incentivos à pesquisa e produção de placas solares no Brasil. Hoje todo o material é importado.”

Alex Back: “Qual a opinião desta Mesa sobre o papel da geração distribuída como vetor de expansão das fontes renováveis não hidráulicas?”

Isso também já foi comentado, mas vale a pena aqui repetir.

O comentário de Daniel Paniago:

É necessário investir na propulsão eólica para geração de energia, uma fonte de energia limpa e eficiente se valendo de lugares aqui no Brasil que têm um grande potencial para instalação destas usinas que se valem apenas do vento para a geração de energia.

Homailson Lopes:

Leandro L., existe restrição, mas há possibilidade. A burocracia é enorme, assim como o tempo para aprovação do projeto, variando conforme concessionária de energia. O incentivo para implementar sistemas de geração energia própria no Brasil é baixo, pois ameaça o lucro de alguns.

Está mencionando aqui o Leandro, mas não há nenhum Leandro aqui, não?

Aliás, a pergunta é de outro Leandro, que vem depois.

O Leandro Lima falou que: “Caso um produtor rural possua condições de implementar um sistema de geração e armazenamento de energia solar para uso próprio, existe algum tipo de restrição legal que o impeça de realizar tal ato?”

E depois o Homailson responde ao Leandro, dizendo que existe a restrição, mas há possibilidade. É que eu estou lendo aqui o inverso do que chegou.

Anna Flavia Schmitt: “Residências que consomem abaixo da tarifa mínima de energia deveriam ser usadas para testar a energia solar ou eólica.”

Agnaldo Antonio: “Com certeza, Eduardo Weiss...”

Vou começar pela pergunta do Eduardo; também houve uma confusão na ordem.

O comentário de Eduardo Weiss:

A energia eólica é uma das únicas fontes que não afeta negativamente comunidades tradicionais e não causa poluição de minérios tóxicos. Se o Brasil se especializar nesta área e se tornar potência, poderá exportar seus conhecimentos e tecnologias para outros países.



Aí o Agnaldo comenta: “Com certeza, Eduardo Weiss. No entanto, há regiões no Nordeste que já contam com as instalações das hélices, e não foi feita a ligação do sistema, resultando em nada.”

Também é uma pergunta repetida, não é?

Eu queria passar a palavra a vocês para que vocês pudessem comentar essas perguntas que nos chegaram pela interatividade da Comissão.

Sandro.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – O.k. Obrigado.

Boa tarde ao pessoal que nos acompanha pela internet e pela TV.

Vou começar pela questão do Ceará, porque aí eu já falo um pouco da questão da inovação, da propulsão.

O Ceará tem um excelente potencial eólico, possui um dos melhores ventos do Brasil e hoje ocupa a terceira posição em capacidade instalada e muitos parques que serão instalados. Porém, o Ceará, assim como outros Estados no Brasil, sofre com a ausência das linhas de transmissão: algumas linhas que já deveriam estar operando não saíram, e algumas não sairão do papel.

Então temos, sim, parques eólicos prontos no Ceará sem a possibilidade de escoar a energia que seria produzida. Há uma discussão entre as empresas, a ABEEólica e representantes do Governo, principalmente a Agência Nacional de Energia Elétrica, para a resolução desse problema. A gente acredita que, num futuro próximo, ele esteja equacionado.

Em função de um leilão de transmissão que foi realizado, já em 2016, teremos novas linhas no Ceará. E a gente acredita que, num período de dois a três anos, comece a melhorar um pouquinho mais. Então, Ceará, Rio Grande do Norte e outras regiões, também Rio Grande do Sul, mas é um grande desafio.

Na ABEEólica nós contratamos um grande estudo, dividido em cinco cadernos, só para tratar a questão da expansão do sistema de transmissão. Não é o *core business* da associação, não é só eólica, mas nós passamos a estudar também os desafios da expansão da transmissão, porque, sem transmissão, a eólica também não vai crescer.

Foi mencionada a questão das potencialidades locais. No nosso entendimento, elas já estão sendo utilizadas. Há muito benefício regional sendo proporcionado, por conta dos empregos que são criados, o arrendamento e das ações sociais, parte delas obrigatórias e parte delas voluntárias também.

Em relação ao papel da geração distribuída. É claro que a energia solar tem a vocação natural. A eólica distribuída tem uma dificuldade muito maior, que estamos começando a discutir na ABEEólica, mas não é, realmente, em todo lugar com uma baixa altitude que a gente tem bons ventos que justifiquem a instalação de um sistema eólico distribuído. Os custos são muito maiores e o tempo de retorno de investimento é muito maior. Mas a geração distribuída é uma linha, sim, de crescimento da geração de energia elétrica fundamental para a diminuição das perdas, para a maior segurança, participação e conscientização do consumidor. A gente percebe que, quando o consumidor instala a sua própria geração de energia elétrica, inclusive no uso, ele passa a ter mais consciência, ele passa a pensar mais no uso da energia elétrica também.

Para finalizar – acho que vou cobrir todas as perguntas –, quanto à questão da expansão eólica e nós poderemos exportar componentes, equipamentos e conhecimento. No Brasil nós temos já grandes especialistas, que vão para fora do Brasil para falar sobre a energia eólica no Brasil.

Novos equipamentos também: temos um grande fabricante na Região Sul que importou a tecnologia, mas já implementa novidades no aerogerador que ele fabrica também. Então, não temos dúvida de que, num futuro próximo, alguns anos, o Brasil será um grande polo, sim, de fornecimento de conhecimento em energia eólica.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Rodrigo.

O SR. RODRIGO SAUAIA – Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer as perguntas e os comentários que nós recebemos. Realmente, é muito positivo ver o interesse da população brasileira nesse tema, dos empresários que nos acompanham também.

Especificamente sobre isenção de ICMS. A ABSOLAR tem feito um trabalho Estado a Estado. E, realmente, ainda não tivemos a oportunidade de ir ao Espírito Santo discutir esse tema com o Governador e sua equipe, mas está na nossa agenda, e nós gostaríamos de somar forças com os empresários da região que lá estão trabalhando e buscando essa isenção. Então, ficamos aqui à disposição para somar esforços nesse sentido.

Tivemos já sucesso bastante expressivo em outras regiões do Brasil, e o Espírito Santo não pode ficar de fora. De fato, a adesão ao Convênio ICMS 16/2015 é o primeiro passo para que o Estado comece a atrair mais investimentos, a desenvolver novos empregos nessa área e também incentivar a população a instalar esses sistemas, porque, sem essa isenção, você tem uma perda muito importante da competitividade dos sistemas.

Então, é uma ação estratégica, e não é a única ação estratégica. É importante que o Governo do Estado tenha também um plano mais amplo de inserção da geração distribuída solar fotovoltaica em prédios públicos, em construções de habitação popular, incentivando o desenvolvimento, por exemplo, de projetos fotovol-



taicos de um porte maior na região de maior potencial do Estado também. Então, existe aí uma série de oportunidades, e a ABSOLAR está à disposição para trabalhar esse tema em conjunto com os empresários da região.

Existem distribuidoras, de fato, atuando em geração distribuída, mas não diretamente. É importante entender que, apesar de diretamente a distribuidora até poder fazer, investir num sistema de geração distribuída, no caso de qualquer ganho econômico que a distribuidora tenha com isso, ela é obrigada, por regulamentação da Aneel, a repassar para modicidade tarifária. Então, as distribuidoras criam outras empresas, elas têm empresas controladas por elas que atuam no segmento, por exemplo, de prestação de serviço ou no segmento específico de geração distribuída para efetuar esse tipo de trabalho. E essa outra empresa é uma entidade jurídica separada da distribuidora. Ela não pode ter acesso a nenhum tipo de privilégio. Caso contrário, existiria, de fato, um conflito de interesses. Então, nesse sentido, ela deve operar de forma isolada da sua controladora, como qualquer outro *player* de mercado.

No passado, algumas distribuidoras foram punidas – por exemplo, na área de prestação de serviços de engenharia, por terem acesso a diferenciais de mercado a que outras empresas do setor não tinham. Em Estados da Região Nordeste, isso chegou a ser um problema delicado.

É função da Agência Nacional de Energia Elétrica monitorar e fiscalizar essa atividade. E, por acaso, se qualquer empresário tiver acesso a informações que comprovem algum tipo de irregularidade, elas precisam ser encaminhadas à Agência Nacional de Energia Elétrica.

Quanto aos atrasos, da mesma forma. Tanto os empresários quanto os clientes do sistema de geração distribuída que estiverem sendo prejudicados por atrasos de entrega dos seus projetos frente aos prazos regulamentares que as distribuidoras precisam cumprir devem entrar em contato com a ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, porque existe um regulamento que precisa ser cumprido. Assim como a distribuidora tem um prazo para fazer uma nova ligação de um cliente ou uma religação de um cliente à sua rede – e esse cliente não pode ficar sem energia elétrica, isso é um bem essencial para a nossa sociedade moderna –, ela também tem um prazo regulamentar para a conexão no sistema de geração distribuída, e é uma questão de ela adaptar-se e cumprir esse prazo.

Existem distribuidoras que estão trabalhando para se adaptar a esse prazo, mas, se existir alguma situação irregular, é preciso que os empresários ou os clientes entrem em contato com a Agência Nacional de Energia Elétrica e registrem esse problema, porque, sem os dados, sem a Agência Nacional de Energia Elétrica receber esses questionamentos, ela não consegue cobrar providências, fiscalizar. Então, é fundamental que a população se engaje nesse processo, que os empresários se engajem nesse processo. Isso vai ajudar o sistema a entrar em um equilíbrio mais adequado.

Quanto à participação do Governo. Além deste trabalho específico de fiscalização, que cabe ao Governo, via Aneel, executar, o Governo pode ajudar muito – e eu diria aqui no plural: os governos podem ajudar muito. O Governo Federal, através de medidas como isonomia tributária, que foi mencionada aqui, ou estruturação de um financiamento via Caixa Econômica Federal para pessoa física, pode fazer muito para ajudar o avanço da geração distribuída solar fotovoltaica. Pode também, a exemplo da energia eólica e que é fundamental para a energia solar, trazer um horizonte de contratação da fonte de médio e longo prazo. Ou seja, ajudar o setor a prever a sua capacidade produtiva necessária para atender as demandas de contratação de usinas de grande porte para o País também é uma ação do Governo Federal fundamental para a geração de grande porte.

Por outro lado, os governos dos Estados podem engajar-se pela redução tributária do ICMS na micro e minigeração e pela estruturação de programas e projetos para incentivar o avanço de energia solar fotovoltaica na sua região.

A ABSOLAR está começando um trabalho junto a uma série de Estados. Já temos um contato avançado, positivo, com vários deles para a estruturação de programas estaduais. Inclusive, o Distrito Federal tem feito um trabalho que conta com participação popular, que é a estruturação de um programa chamado Programa Brasília Solar, do qual a ABSOLAR também participa.

E, é claro, os próprios Municípios podem fazer muito. Apesar de, na maioria das vezes, o tema de energia não ser um tema de responsabilidade direta do Município, no caso da energia solar fotovoltaica, por ser uma geração urbana distribuída e na qual a população pode ter um papel ativo, os Municípios podem ser grandes fomentadores.

São três ações principais que o Município pode desenvolver no seu programa de governo. A primeira delas é incluir a energia solar fotovoltaica nos prédios públicos municipais. A segunda delas é reduzir a carga tributária de ISS (Imposto sobre Serviços) para que as empresas de geração distribuída na sua região tenham mais competitividade. Por fim, a terceira porta de ação é ajustar o IPTU, por um prazo, para que as pessoas tenham acesso a um incentivo para investirem – dos seus próprios recursos, porque o investimento é privado – sistema de geração renovável para se beneficiar e beneficiar o seu Município.



Esses são alguns exemplos de ações que podem ser desenvolvidas nas diferentes esferas de governo para contribuir com avanço da energia solar fotovoltaica no País.

O papel da geração distribuída, portanto, pensando nisso tudo, é um papel estratégico. A geração distribuída representa para o Brasil uma oportunidade de política transversal. Não é exclusivamente energia: estamos falando também de geração de empregos, de geração de uma nova cadeia produtiva, atração de investimentos, estamos falando de redução de impactos ambientais, autonomia energética, redução de custo para a população, acima de tudo na energia, e também redução de perda, maior diversidade da nossa matriz elétrica e segurança energética para o nosso País. Então, é fácil perceber como a geração distribuída também tem um impacto distribuído muito positivo para o País.

Por fim, quanto à restrição legal para o uso da energia solar fotovoltaica no campo. A princípio, não existe uma restrição ou uma vedação legal. Então, tanto a energia solar, quanto eólica, biomassa e hídrica podem e devem ser aproveitadas no campo para trazer mais eficiência e mais competitividade ao produtor rural.

Nesse sentido, eu reforço que existe já uma linha de financiamento específica para eólica e solar, que é a linha do programa Pronaf – Mais Alimentos para agricultores familiares e cooperativas agrícolas, cooperativas do meio rural. Então, a nossa expectativa é de que, através de medidas como essa, o campo possa, cada vez mais, contribuir também com o potencial energético e elétrico do País gerando energia renovável e, com isso, ganhando mais competitividade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Obrigado a vocês, Rodrigo e Sandro.

Agradeço por todas as manifestações, agradeço a todos que participaram do Portal e-Cidadania.

Eu tinha três perguntas a fazer, mas elas já foram respondidas aqui. Uma não, porque trata de biomassa. Nós não tivemos aqui a presença do vice-presidente da Associação, que foi convidado, mas, por algum motivo, não pôde estar presente. Era sobre a resolução e, ainda, para saber no que a gente poderia avançar após a resolução da Aneel do ano passado, que também já foi colocado. Informalmente, também fiz alguns questionamentos à Bárbara sobre a destinação de emendas parlamentares para programas de energia solar. Como ela apresentou aqui, foi feito em alguns equipamentos públicos e em algumas unidades de ensino no Rio de Janeiro.

Assim, eu me sinto bastante contemplado e agradeço, mais uma vez, a participação de todos aqui. Entendo que esta foi uma das principais audiências públicas desta Comissão neste ano. Teremos outras oportunidades para que vocês possam, mais uma vez, contribuir com esta Comissão e com todos os Parlamentares do Congresso Nacional no sentido de avançar nesse tema.

Agradeço a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)



ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Daniel Vilela, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho e Regina Sousa; e dos Deputados Leônidas Cristino e Leonardo Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para debater a política californiana para aumento da participação da energia solar na geração até 2030, em que constariam um histórico da sua elaboração e os desafios na sua implementação, especialmente quanto aos custos, aos subsídios e às tecnologias empregadas. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição o Dr. Arthur Haubenstock, Conselheiro-Geral e Vice-Presidente para Assuntos Governamentais e Regulatórios da *8minutenergy Renewables*. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e trélicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Fernando Bezerra Coelho, Deputado Leônidas Cristino e Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Daniel Vilela, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DANIEL VILELA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a política californiana para aumento da participação da energia solar na geração até 2030, em que constaria o histórico da sua elaboração e os desafios na sua implementação, especialmente quanto aos custos, aos subsídios e às tecnologias empregadas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Convido para tomar assento à mesa o nosso convidado de hoje, Dr. Arthur Haubenstock, Conselheiro Geral e Vice-Presidente para Assuntos Governamentais e Regulatórios da *8minutenergy*.

Concedo a palavra ao nosso convidado, Dr. Arthur.

O SR. ARTHUR HAUBENSTOCK (*Tradução simultânea.*) – Meu nome é Arthur Haubenstock, sou Vice-Presidente para Assuntos Governamentais e Regulatórios da *8minutenergy*. Também sou do Conselho de Diretores.

Quero contar o histórico da nossa empresa e também o seu papel no crescimento das energias renováveis na Califórnia, Estados Unidos. Mas, antes de fazer isso, eu gostaria de agradecê-los por esta oportunidade de estar aqui. É um privilégio estar aqui com vocês no Brasil, em Brasília e no Senado, conversando tanto com o público como com os Congressistas.

Estamos muito entusiasmados com as oportunidades que o Brasil oferece, pois possui uma característica muito forte, em geral para a sua economia, mas também especificamente para energias renováveis e energia solar.

Acreditamos que a energia solar pode levar o Brasil adiante e gostaríamos de fazer parte dessa história.

Muito obrigado por esta oportunidade novamente e por dedicarem o seu tempo desta tarde para esta reunião.

A nossa missão é promover a energia solar e reduzir os custos dessa energia. Começamos em 2009 – parece que não está funcionando muito bem –, temos aproximadamente 5.500MW em desenvolvimento, temos 330MW de energia que estão sendo produzidos agora na Califórnia, temos mais 400MW sob construção e 500MW que estão sujeitos aos PPAs, aos acordos de compra de energia.

Agora estamos trabalhando – parece que a apresentação não está ficando no mesmo eslaide – na maior na de energia solar do mundo, que é uma usina de 800MW chamada Mount Signal, e também temos mais US\$1,2 bilhões em financiamento para esses projetos.



Nós estamos tentando reduzir os custos de energia solar. Somos líderes na Califórnia e nos Estados Unidos nessa área e estamos ganhando vários leilões para energia solar. E fazemos isso utilizando muitos dados. Somos uma das poucas empresas que têm experiência em todos os aspectos do desenvolvimento de energia renovável, desde a transmissão até o desenvolvimento de fotovoltaicos.

O nosso fundador veio do Vale do Silício. É um engenheiro que desenvolveu empresas para fornecer *chips* para telefones móveis e computadores. Ele é da Alemanha. E reconheceu que a tecnologia fotovoltaica é muito parecida com a tecnologia que é utilizada atualmente em seus computadores e *smartphones*. E, como vimos com os computadores e com os celulares, o preço da energia solar vai reduzir. A energia solar vai aumentar, a eficiência da energia solar para produzir mais energia com menos recursos vai melhorar.

Ele viu essa oportunidade, fundou essa empresa, conseguiu concorrer no mercado da Califórnia e transformou a empresa na terceira maior empresa de energia solar nos Estados Unidos. Estamos expandindo para Índia, México e Brasil também.

Algumas semanas atrás, a Casa Branca anunciou que somos uma das empresas que vão contribuir para o crescimento na Índia. A Índia anunciou uma meta muito ambiciosa para energia solar. Eles viram que esse tipo de energia pode promover a sua economia e também a adoção de energia renovável. Eles têm uma meta para 2022, e estamos comprometidos em ajudar a Índia a alcançar essa meta.

Esses são os tipos de compromissos que também queremos fazer aqui no Brasil, com as oportunidades econômicas adequadas e com ambiente regulatório adequado.

Vou falar um pouquinho sobre qual era a história na Califórnia, nos Estados Unidos, nos últimos anos. Muitas pessoas presumem que a Califórnia baseou o seu interesse nas energias renováveis por questões ambientais, mas esse não é o caso. O objetivo da lei de energia renovável da Califórnia, de 2002, foi uma resposta à crise energética que ocorreu em 2001. Em 2001, por causa das restrições no fornecimento de energia e no fornecimento de gás natural, houve uma manipulação do mercado, com blecautes e apagões. Isso porque a Califórnia dependia muito do gás natural, e a redução no fornecimento de gás natural fez os preços de energia subirem muito. As concessionárias não conseguiam mais comprar essa energia. Uma das concessionárias, na qual eu trabalhava, a maior do Estado, a Pacific Gas and Electric Company, foi à falência, assim como outras quase foram à falência, e o Estado teve que entrar e comprar energia para a Califórnia.

A Califórnia não queria que isso ocorresse novamente e decidiu que a melhor maneira de fazer isso seria diversificando o fornecimento de energia e utilizando a energia eólica e solar que a Califórnia possuía para não colocar todos os ovos em uma única cesta, para aumentar a sua matriz energética e o seu *mix* energético, para que ninguém conseguisse elevar os preços de energia.

A economia do Estado sofreu por algum tempo, bastante tempo, na verdade. Depois de a lei ser aprovada, só muito tempo depois que conseguimos ver progresso.

A legislação foi aprovada em 2002. De 2002 a 2008, houve menos energia renovável implementada... Antes da implementação dessa lei. E o que aconteceu? O que aconteceu, em 2008, que permitiu esse *boom* que vemos nesta tabela? Vocês veem que começou em 2008. Começamos a ver cada vez mais energia solar. Até 2016, temos um número grande de usinas solares e eólicas que estão contribuindo para a economia da Califórnia. Mas o que aconteceu foi a crise econômica.

Em 2007, os Estados Unidos passaram por uma recessão terrível. A Califórnia ficou bastante vulnerável a essa situação. Vários incentivos foram criados, de curto prazo, o que forneceu benefícios econômicos para a construção da energia renovável nos Estados Unidos e para que conseguíssemos cumprir o cronograma para gerar mais empregos, para gerar renda, e também fornecendo um custo fixo para a energia, por bastante tempo.

Então, uma vez que você compra uma usina de energia renovável, o preço permanece o mesmo durante o contrato. Você não tem variabilidade nos preços, você não tem variabilidade nos preços de combustível. Isso permitiria que a economia fizesse um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento de energia renovável.

Havia vários aspectos. Havia um subsídio fiscal, tínhamos um crédito fiscal, por algum tempo, que permitia que aqueles que investissem em energias renováveis teriam um crédito tributário durante a recessão. Muitas empresas não estavam tendo lucro suficiente para pagar impostos. Então, por um curto período de tempo, o governo federal emitiu um subsídio, a fundo perdido, para os investidores que investissem em energias renováveis, se os projetos fossem cumpridos a tempo.

Também houve uma depreciação acelerada para que as empresas pudessem reduzir o valor das usinas mais rapidamente. Isso também gerava créditos fiscais.

Uma das questões mais importantes é que o governo federal e o governo estadual possuíam muitas leis que regulavam o desenvolvimento de energias renováveis. Isso podia envolver o licenciamento de



energia, a transmissão ou o uso de terra. Cada agência tinha suas próprias responsabilidades. Mas, até aquele momento, nenhuma daquelas agências priorizava os projetos de energia renovável.

Durante a recessão, o governo federal e o governo estadual queriam maximizar um impacto do estímulo econômico. Então, eles insistiram em que todas as agências se reunissem e trabalhassem juntas, semanalmente, analisando todos os projetos apresentados e se assegurando de que cada projeto estava cumprindo o cronograma. Se ocorresse qualquer atraso, haveria uma ação corretiva para assegurar que o governo estava agindo o mais rápido possível, tão rápido quanto o mercado.

Dessa forma, esses projetos seriam cumpridos a tempo para fornecer empregos e benefícios econômicos para a Califórnia e para o governo federal. E esse projeto foi bastante bem-sucedido.

Como resultado, nós vemos que houve um crescimento exponencial. Essa banda intermediária que vocês veem bem no meio, que começa bem pequenininha, em 2011, é o crescimento solar, o crescimento de energia fotovoltaica. Essa é uma parte bem grande do fornecimento de energia da Califórnia. E essa fatia vai aumentar cada vez mais, até 2030.

Vocês podem ver que a experiência nacional reflete a experiência da Califórnia.

Em 2010, por exemplo, a quantidade de capacidade instalada para energia solar era bem pequena. Em 2015 e 2016, esse investimento em energia solar expandiu bastante, em resposta a algumas vantagens fiscais que foram implementadas pelo governo.

Vocês podem ver que há um pico, em 2015 e 2016, e nós previmos que o crédito fiscal iria expirar em 2016. Então, houve um movimento mais acelerado nessa época. E uma lição que nós aprendemos, nos Estados Unidos, é que é importante que esses incentivos não tenham um prazo muito específico, porque isso atrapalha a indústria. Você tem um *boom* e depois você tem uma parada brusca.

O que vocês veem na legislação que acabou de ser aprovada, em 2015, é que nós estamos escalonando esse processo. Se você chega em um ponto em que o crédito vai expirar, ao invés do crédito desaparecer por completo, nós teremos um processo mais gradual para interromper esses créditos fiscais. Dessa forma, você consegue um projeto mais sustentável, sem perder muitas especialidades, muitos especialistas e muitos empregos que são gerados. Então, os investidores estão confiantes de que o crescimento não vai parar abruptamente, mas, sim, vai continuar por um certo período de tempo.

Vocês podem ver que esse investimento foi muito bem-sucedido nos Estados Unidos. Nós temos uma fatia, uma participação bem grande, nos Estados Unidos, e isso está vindo da energia renovável. No primeiro trimestre de 2016, 64% de toda energia produzida que entrou na rede veio da energia solar, como vocês podem ver aqui na tabela.

Em geral, a participação aumentou bastante. A energia solar representa 6,1% da capacidade total de energia nos Estados Unidos. Em 2010, era de 0,3%. É bem parecido com o que vemos ocorrer aqui no Brasil. Agora, o percentual de energia solar no fornecimento total de energia é bem pequeno, mas em um curto período de tempo, se os incentivos adequados forem criados e se houver um mercado adequado para energia solar, isso poderá gerar uma grande quantidade de energia para o Brasil.

Nós temos grandes usinas nos Estados Unidos. A minha empresa cria essas usinas maiores. Nós vemos que essas usinas são mais eficientes quando são maiores do que 50MW. E o que estamos vendo, nos Estados Unidos, mesmo em mercados que têm poucas políticas... Porque a Califórnia tem muitas políticas, uma delas é que as concessionárias têm que derivar 50% de sua energia de fontes limpas. Então, 50% da energia têm que vir de energia solar, energia eólica, energia geotérmica ou hidro, o que é bastante.

Nós estamos lidando bem com isso, não há qualquer tipo de problema de confiabilidade. Os investidores estão bem entusiasmados e o público também, porque à medida que os custos caem, as tarifas são iguais e a energia está se tornando mais verde.

Mesmo em outros locais dos Estados Unidos em que não existem essas políticas, a energia solar está ganhando os leilões.

No Texas, estamos vendo que a energia solar está se tornando uma *commodity*, está competindo com o gás natural e está ganhando em termos de preço também. Isso é porque os preços reduziram. Eram cerca de quatorze centavos por quilowatt-hora. Agora, no Texas, o preço é de menos de cinco centavos por quilowatt-hora. Há alguns subsídios, como os créditos, que já mencionei, mas mesmo que haja um ajuste para comportar esse subsídio, a energia solar está se tornando cada vez mais competitiva. Da mesma forma que com os computadores e os celulares, eu acho que os preços vão cair ainda mais. Essa não é apenas a nossa expectativa, também é a expectativa do governo americano.

Este aqui é um relatório preparado pelo Departamento de Energia americano, pelo laboratório de energias renováveis, e mostra as taxas para energia solar residencial, comercial e de grande escala.



Vocês podem ver que a de grande escala, em qualquer uma das estimativas, é pelo menos 25% mais barata do que a energia distribuída. Há algumas aplicações em que a energia distribuída faz sentido. Você não pode construir uma usina muito grande no meio de Brasília, mas pode criar geração distribuída em Brasília, que pode custar menos do que construir um sistema de transmissão ou fazer outros tipos de investimentos. Então, pode ser a solução mais econômica. Mas no que se refere a grandes quantidades de energia verde, a energia solar de grande escala já está competindo com os outros recursos energéticos e tem o maior potencial para redução de custos.

Eu gostaria de agradecer-lhes novamente por esta oportunidade de estar aqui e de conversar com vocês. Eu fico feliz em responder quaisquer perguntas que vocês possam ter sobre a nossa experiência e estou à disposição para ajudar o Brasil a alcançar o seu potencial para energia solar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Agradeço ao Dr. Arthur pela breve explanação.

Passo a palavra ao nosso Senador Fernando Bezerra, Relator desta Comissão.

Posteriormente, atenderei à solicitação do Deputado Leônidas. E agradeço a presença e a participação também do Deputado Leonardo Monteiro e da querida Senadora Regina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Meu caro Presidente, queria cumprimentar e saudar os membros desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Queria registrar também, Sr. Presidente, os nossos agradecimentos à embaixada americana pelo apoio à presença do Dr. Arthur Haubenstein, que nos brinda hoje com a sua palestra, trazendo um pouco a visão do desenvolvimento da energia solar em um dos Estados mais importantes dos Estados Unidos, que é a Califórnia, que tem sido sempre referência quando se trata de energia renovável. Portanto, os nossos agradecimentos à presença do Dr. Arthur.

Eu queria endereçar algumas perguntas ao nosso palestrante.

O Brasil inicia um grande esforço para ampliar a produção de energias renováveis, notadamente agora, depois da COP21, em Paris, em que o Governo brasileiro assumiu o compromisso de que, até 2030, pelo menos 23% da nossa energia produzida será de fontes renováveis, não incluindo aí a energia hidrelétrica. Estamos falando de energia solar, de energia eólica, de biomassa. Portanto, é um grande esforço que o Governo brasileiro estabeleceu como meta, durante as reuniões da COP21.

A energia solar desperta algum interesse porque pode ser também um grande instrumento de geração de emprego. O nosso País precisa promover milhões e milhões de empregos, sobretudo para a nossa jovem população.

O que eu gostaria, inicialmente, de saber – na energia solar existe uma tecnologia definida, específica, muito em cima dos painéis fotovoltaicos – é se, na experiência dos Estados Unidos e particularmente da Califórnia, existiram, na política de incentivos, instrumentos para a produção desses painéis fotovoltaicos, de conversores, dos insumos que vão na indústria de energia solar, para que esses componentes pudessem ser fabricados em solo americano e evitassem a importação de outros países. Refiro-me notadamente à China, que parece que tem dominado a construção de painéis fotovoltaicos.

Qual foi a preocupação do legislador americano, qual foi a preocupação do governo americano, do governo da Califórnia no que diz respeito a criar instrumentos a fim de animar a produção interna dos insumos necessários para o desenvolvimento da energia solar?

Queria também que o nosso palestrante falasse um pouco sobre a tecnologia conhecida como Energia Solar Concentrada (CSP). Que ele traga aqui alguma informação de como se dá, digamos, o desenvolvimento dessa tecnologia, *vis-à-vis* o desenvolvimento da tecnologia em cima de painéis solares.

E, finalmente, Sr. Presidente, uma das grandes indagações em relação a energias renováveis, seja energia solar, seja energia eólica, é a questão da intermitência. Não se produz energia 24 horas por dia. Só se produz energia solar durante o período de irradiação solar. O que, nos Estados Unidos, tem ocorrido, do ponto de vista do desenvolvimento de baterias para permitir a integração da geração de energia solar na rede elétrica, no sentido de ampliar os espaços de percentual do *output* da energia produzida?

Dizem que as energias renováveis sempre terão um limite. Por serem intermitentes, estarão condenadas a serem um percentual da matriz energética. Como você vê essa afirmação? É possível, através do desenvolvimento de baterias, de células, ter um espaço maior para a energia solar ou para a energia eólica, dentro da matriz energética?

São as três perguntas.

O SR. ARTHUR HAUBENSTOCK (*Tradução simultânea.*) – São perguntas muito interessantes. Eu não sei tanto tempo vocês têm, porque podemos ficar aqui o resto do dia. Eu vou tentar ser o mais breve possível. Iaro, se houver quaisquer outras perguntas, por favor, que as façam.



A primeira pergunta em relação aos Estados Unidos, se tentamos incentivar a fabricação, como também a produção das usinas em si, na verdade, houve uma pergunta que foi debatida arduamente, nos Estados Unidos, e ainda há três questões que estão sendo desenvolvidas com relação às tarifas, para tentar fazer com que países não subsidiem demais a sua fabricação.

Nos Estados Unidos, o que terminamos por decidir foi permitir a concorrência, que, na verdade, vai reduzir os custos da energia solar, mas também fortalecer a fabricação que já tínhamos.

Uma das empresas líderes em energia solar no mundo é uma empresa chamada First Solar, sediada no Arizona, nos Estados Unidos, que realmente lida com esse tipo de tecnologia. É uma empresa muito forte, pois enfrenta uma concorrência árdua e duríssima da China, por exemplo, que utiliza a habilidade que tem, que são empresas diferentes, para concorrer.

Então, temos duas coisas. Uma das primeiras coisas é reduzir esse custo. Outra é criar incentivos para inovação, ou seja, trabalhar com os fabricantes para, assim, promover, produzir mais energia usando menos terra e custos mais baixos. E se não for por essa concorrência, acho que não veremos tanto progresso como vocês viram nos eslaides, em relação ao volume e ao custo da energia solar.

Então, de vez em quando, é difícil, realmente, ter toda essa visão dentro dos Estados Unidos, mas o que nós encontramos é que há muito potencial de crescimento de energia solar não só na distribuição, mas também na parte da concessionária, em que geramos muitos empregos. Já conseguimos empregar milhares de pessoas.

Por exemplo, tínhamos uma mão de obra não muito qualificada. As pessoas foram treinadas para fazer a manutenção dos painéis, aprenderam a subir nos telhados e instalar esse tipo de painéis, e, com isso, hoje, elas têm emprego. Também trouxemos pessoas de várias partes do país para a construção da nossa usina. Realmente, elas ficaram muito entusiasmadas não só com o trabalho que estavam fazendo, pois algumas não tinham emprego há anos, mas por poderem ajudar na construção dessa usina, que foi a primeira desse tipo, e por fazerem algo que não era bom apenas para o bolso deles, mas que era bom para seus filhos e seus netos.

O ex-Presidente Clinton, inclusive, visitou o nosso projeto. Ele ficou muito entusiasmado, assim como muitas pessoas que visitavam o nosso projeto, com a tecnologia, porque utilizávamos muita robótica para montar peças diferentes. Parecia até filme de ficção científica. E, de fato, foi até utilizado como *set* para um filme de ficção científica.

Se vocês forem a Las Vegas, conseguirão ver a nossa usina, é bem interessante. Mas não foi isso que tornou o projeto gerador de tanto entusiasmo. O que deixou o Presidente Clinton realmente muito entusiasmado foi ver essas pessoas felizes e satisfeitas com o trabalho que estavam fazendo. Então, ele decidiu colocar todo mundo em um ônibus e levar para Washington, para que houvesse uma mudança na política energética para sempre, quando o pessoal visse o entusiasmo com que essas pessoas estavam trabalhando.

Na verdade, reduzir os custos e permitir a concorrência, acredito, é o que realmente abre a possibilidade de criarmos mais empregos para mais pessoas. Com isso, criamos mais energia barata, por exemplo, para a indústria e o comércio, que, por sua vez, conseguem criar empregos.

Aí chegamos naquele ponto da fabricação. Quando falamos da fabricação, mais uma vez, o Presidente Clinton, em outra ocasião, explicou que tem uma fundação que tenta ajudar vários países no mundo inteiro. Uma das prioridades é o Haiti. Ele descobriu que quando a China decidiu construir fábricas para células solares, devido à rápida e constante mudança na tecnologia, havia várias células solares desatualizadas. E todo esse dinheiro investido na fabricação, bom, eles tiveram que investir mais, porque o processo de fabricação estava desatualizado. O Presidente Clinton queria comprar essas células solares desatualizadas para instalar no Haiti. Claro, a China não concordou com isso, mas, de qualquer modo, as mudanças estão ocorrendo de forma muito rápida.

Vamos chegar a um momento em que será como com os computadores, em que teremos uma padronização maior. Mas eu não sei se agora é a hora correta de fazer um grande investimento nessa fabricação, devido à constante mudança da tecnologia.

O senhor perguntou sobre a energia solar concentrada. Bom, eu trabalhava para uma empresa que é uma das líderes do mundo nesse tipo de energia concentrada. Nós construímos a usina Ivanpah, que é a maior do mundo hoje. É uma usina solar comercial, o que nós chamamos de uma *power tower*, que é uma torre de energia. São milhares de espelhos que se concentram em cima de uma torre, perto de uma caldeira. A luz vira calor, que esquentar a água, que vira vapor, que obviamente movimenta uma turbina e gera energia. Então, há muitos pontos de variabilidade.

Os operadores da rede ficam muito entusiasmados com isso, pois funciona como se fosse uma usina a ; ou até uma hidrelétrica. E é muito fácil fazer o armazenamento térmico, porque o calor pode ser armazenado e convertido, por exemplo, em energia.



Temos, inclusive, uma usina construída por... Na verdade... Então, por exemplo, temos uma usina, no Arizona, que hoje produz mais energia no meio da noite do que no meio do dia, porque é quando eles de fato têm essa necessidade. Ou seja, pegam aquele calor solar, colocam em uma bateria solar e convertem em energia no meio da noite, o que para mim é simplesmente fascinante.

Com o CSP (Energia Solar Concentrada), o PV é muito mais caro, pois leva mais tempo e consome mais dinheiro para construir. Conseguimos construir uma usina fotovoltaica em um ano ou dezoito meses. Em dezoito meses é melhor, porque você consegue otimizá-la, mas, se você quiser, consegue montá-la, construir tudo em um ano. Você não precisa daquela mão de obra altamente qualificada.

Uma usina CSP é como se fosse uma hidrelétrica padrão, ou seja, você precisa de mão de obra altamente qualificada para construí-la. Então, é mais fácil construir usinas fotovoltaicas, que não são tão boas para rede, a não ser que você faça uma combinação com baterias ou então utilize em conjunto com outras tecnologias, como a eólica, por exemplo.

Muitas vezes, a eólica e a solar funcionam muito bem juntas. Uma das melhores combinações é a da hidro, por exemplo, com a energia solar, porque a hidro é muito flexível. As fotovoltaicas não são tão flexíveis, e a combinação entre as duas permite uma utilização eficiente da rede, ou seja, você pode economizar e guardar a hidroelétrica para quando precisar, especialmente em momentos de seca, quando temos que tomar cuidado com o uso da água. E, claro, queremos gerar aquela energia quando for mais economicamente efetiva. E, obviamente, temos todas essas combinações diferentes.

V. Exª fez uma terceira pergunta. Como lidar com o abastecimento da energia, com a integração das renováveis.

Bom, quando eu trabalhei com aquela empresa de gás, por exemplo, esse era, realmente, o grande ponto de preocupação, pois a Califórnia estava querendo sair de 20% para 33%, e levou vários anos para que essa legislação fosse aprovada, porque havia muitas preocupações de como lidaríamos com as renováveis.

Quando chegamos perto dos 33%, parecia que era tão fácil fazer isso que, no outono passado, a legislatura da Califórnia passou de um parâmetro de 50% e ninguém nem argumentou, pois todo mundo supôs que isso não era um problema. E quando isso foi aprovado, as pessoas responsáveis por aprovar essa lei ficaram muito frustradas porque não saiu muito no noticiário, pois a maior parte do público já achava que estávamos lá, ou seja, isso se tornou cada vez menos um problema. E há, sim, problemas quando chegamos a níveis mais altos, com relação à solar e à eólica, pois, de vez em quando, há mais energia do que precisamos e, de vez em quando, menos do que precisamos. Então, o armazenamento é realmente muito útil.

Um dos líderes na Califórnia aprovou uma lei que faz com que as concessionárias tenham de comprar armazenamento. Neste momento, há várias experiências sendo feitas com tipos diferentes de armazenamento. Então, temos armazenamento, mais PV e mais eólica, ou seja, uma combinação entre essas três para termos, obviamente, a energia de que precisamos.

Na Califórnia, os estudos mostraram que, por exemplo, esses 50% realmente não são um problema. Neste momento, estamos analisando a possibilidade de 80% ou mais. E isso, na verdade, é pegar além dos três diferentes que ainda não utilizaram a eletricidade e converter para eletricidade.

Bom, para que nós possamos realmente atingir essas metas, teremos que eletrificar o setor de transporte, como também o industrial. E isso significa mais geração elétrica, ou seja, mais renováveis, o que torna a nossa empresa bem mais feliz. Mas é realmente uma grande oportunidade para gerar empregos na nossa economia também.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Com a palavra o Deputado Leônidas.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Sr. Presidente, Daniel Vilela; Sr. Senador Fernando Bezerra, nosso Relator; Dr. Arthur, queria parabenizá-lo pela explanação muito proveitosa para nós.

Eu sou um entusiasta das energias alternativas, tanto eólica como fotovoltaica. Esse entusiasmo começou ainda no início dos anos 90, em 1992 ou 1993, não lembro bem, quando eu era Secretário de Energia lá no Ceará, um Estado aqui do norte do País, onde nós queríamos ter um conhecimento mais apurado com relação à energia fotovoltaica, e fomos à Califórnia. Fomos conhecer a experiência da Califórnia. Naquele momento, eu fiquei maravilhado pela ação e pela tecnologia desenvolvida naquele Estado americano. Imaginava que a velocidade desse setor tivesse tido um avanço muito maior, porque há 23 anos fizemos essa visita à Califórnia, no início dos anos 90.

O Dr. Arthur falou que, em 2010, se não me engano, essa energia representava, no contexto da Califórnia, em torno de 0,1%, não é isso? Quer dizer, tudo que se consome de energia na Califórnia, em 2010, representava 0,1%.

Ora, naquele momento, nós trouxemos para o Ceará algumas placas, alguns projetos, para que pequenas comunidades pudessem ser abastecidas com painéis fotovoltaicos, baterias, etc. Na realidade, foi uma



experiência, uma experiência muito proveitosa, tanto que hoje o Ceará, no Brasil, é o maior gerador de energia fotovoltaica, ainda que essa geração seja muito pequena em relação àquilo de que nós necessitamos, ou demandamos. Mas foi um avanço. E a Califórnia passou esse tempo todo para chegar a 0,1% e, em menos de seis anos, conseguiu chegar a 6,1%.

A pergunta é a seguinte: o que aconteceu? Quando nós visitamos e pudemos conversar com os técnicos americanos, eles disseram que era o problema de custo das placas, das células fotovoltaicas, que, se não me engano, eram baseadas na Alemanha. O que aconteceu para que essa energia passasse a ser competitiva apenas seis anos atrás? Foram as tecnologias que melhoraram? Foi a competitividade? O que foi?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – A necessidade...

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Acho que a necessidade também. O homem vive da necessidade, não é? Se você tem necessidade de alguma coisa, o homem desenvolve com a sua mente, a sua inteligência, algo para resolver aquele problema.

Mas esse problema, essa dificuldade, nós já a tínhamos no início dos anos 90, e os americanos desenvolviam já uma tecnologia acompanhada naquele momento pela Alemanha. Agora entrou a China nesse circuito. Ou seja, o que foi que aconteceu? Foi a necessidade, a competitividade ou novas tecnologias que os americanos conquistaram?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Só para complementar aqui, Deputado: acho que 6% são relativos a todos os Estados Unidos, não é?

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Não, ele falou da Califórnia, não?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O percentual da Califórnia é um pouco maior, que foi o que ele disse aqui na pergunta do Senador Fernando Bezerra – de 33% e, agora, com a meta de 50%. Não sei se é isso mesmo.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Bem, se é assim, estou errado.

O SR. DANIEL VILELA (Bloco/PMDB - GO) – A Califórnia.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) – Não, porque a relação que eu entendi, do ano de 2010... É relativo aos Estados Unidos ou só à Califórnia? Se for, a relação é a mesma.

O SR. DR. ARTHUR HAUBENSTOCK (*Tradução simultânea.*) – É uma pergunta muito importante.

O senhor tem razão: em 2008, o percentual de energia solar na Califórnia era muito baixo – e eu posso mostrar os eslaides novamente. Várias coisas mudaram, e todas ocorreram simultaneamente.

As células fotovoltaicas são uma tecnologia de silício, e o que sabemos dos *chips* de silício é que, quanto mais você produz, menor o preço; quanto mais você produz, maior a capacidade. Mas você precisa de um mercado para alcançar esse nível de eficiência e também essas reduções de custos. Precisamos de alguém que invista na produção desses *chips*, e isso vai permitir que os custos sejam reduzidos. Portanto, é um problema como o do ovo e da galinha: o que vem antes?

O que ocorreu é que várias coisas aconteceram simultaneamente. Uma delas: em geral, na Europa, houve um desenvolvimento da energia solar para reduzir a dependência do gás natural, porque o gás natural vinha da União Soviética para a Europa e havia uma preocupação com relação à estabilidade geopolítica e o desejo de não depender da Rússia excessivamente para receber essas fontes energéticas, ou seja, o gás natural. Então, eles queriam desenvolver novas energias na Europa.

Então, houve a produção de células fotovoltaicas na Alemanha e em outros locais, como o senhor mesmo disse, e eles tinham tarifas de *feed-in* que foram projetadas para promover a produção de energias renováveis na Europa. Essas tarifas *feed-in* não foram bem projetadas porque pagavam mais dinheiro do que a sociedade conseguia pagar, e eles não ajustaram muito bem.

Há outros mecanismos que são mais favoráveis para induzir a competição e também reduzir os custos em um mercado. O que vimos foi o colapso dessas tarifas *feed-in*. Então, o mercado, que era bem grande na Europa, de repente entrou em colapso, como resultado da crise econômica global, mas também porque as tarifas *feed-in* criam esse problema de incentivos e depois interrupções. Eles pagam demais, não induzem a competição, é bom demais para ser verdade. Então, várias empresas perderam bilhões de dólares. Esse foi um dos fatores.

Ao mesmo tempo, a China estava aumentando a sua produção de células solares. Estava produzindo grandes quantidades de células fotovoltaicas e, ao mesmo tempo, a economia estava reduzindo. Eles tinham que encontrar um mercado para essas células. E por último, nos Estados Unidos, nós tínhamos a oportunidade de aproveitar esses baixos custos das células PV se conseguíssemos licenciar esses projetos e financiá-los a tempo. Então, a combinação de incentivos econômicos e do fato de as agências trabalharem em articulação para licenciar esses projetos criou um ímpeto de consumo para que essas células PV saíssem do mercado, o que permitiu mais investimentos nas células PV e reduziu ainda mais os custos.



Esse é o ciclo que se quer incentivar: quando há confiança suficiente no mercado a longo prazo, há investimentos em fabricação e, dessa forma, os custos de fabricação caem. O que estamos vendo agora é que os preços reduziram, mas vão reduzir ainda mais, desde que a demanda continue. Isto que aconteceu: nós tínhamos uma combinação muito boa de oferta e demanda e isso se retroalimentou, criou um ciclo virtuoso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Senadora Regina, quer se manifestar?

Com a palavra, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Sem perguntas, mas sou uma curiosa desse assunto porque me incomoda. Ando muito pela zona rural do meu Estado e vejo uma escola moderníssima construída e ela passa um ano para funcionar porque lá não passa alta tensão – e precisa ser alta tensão para segurar os equipamentos. Vejo computadores nas caixas, desligados, por um ano, porque não há energia para sustentar. E o País tem a matéria-prima: sol e vento. É só o que existe no Brasil.

Eu vim porque tenho curiosidade de saber e acho que é necessária vontade dos nossos governos. Sei que o investimento inicial pode até ser alto, mas a compensação, o benefício também é muito alto e, logo logo, se tira.

Há muitas iniciativas no meu Estado de organizações não governamentais. Há uma chamada Obra Kolping, que atua no Piauí. Eles fazem instalação, por exemplo, para puxar água de um poço. Numa comunidade que não tem água e o poço está perfurado, mas não há energia. Aí eles instalam o equipamento e conseguem puxar a água do poço. Acho isso fantástico. Eu não entendo por que os nossos governos não investem nisso para ser maior.

O que acontece lá ainda é muito pequeno, porque a entidade não tem recurso para fazer. Então, os governos podiam fazer as creches, as escolas funcionarem mais rápido, porque nós temos deficiência de energia, mal há um pontinho de luz. Mas uma escola precisa de energia de alta tensão para colocar os equipamentos para funcionar. E existe muito isso, pelo menos no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Senadora, até para contribuir com a fala da senhora, nós tivemos aqui, na reunião passada desta Comissão, uma apresentação do Greenpeace. Foi citado por eles que, a partir do ano passado, já há uma rubrica no Orçamento em que nós Parlamentares podemos destinar as nossas emendas para a aquisição de painéis solares para equipamentos públicos, como escolas e unidades de saúde. Então, estou aqui até fazendo uma sugestão, para que a senhora possa, no momento de apresentação de emendas, quem sabe...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Inclusive podia ser no Minha Casa, Minha Vida, naquelas casinhas pequenas. Podia já utilizar também.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Sim. Isso foi colocado aqui também, para que o Governo adote um programa nesse sentido para as habitações populares.

Agora, o Greenpeace faz a instalação, Senadora. A senhora pode destinar a emenda, porque o Greenpeace já tem um núcleo de pessoas preparadas para promover a instalação em equipamentos públicos. É algo interessante que foi colocado na última reunião aqui.

Eu quero também aqui, rapidamente, fazer alguns questionamentos, aproveitando a oportunidade da presença do Sr. Arthur aqui.

Inicialmente, V. Sª falou sobre a empresa em que trabalhava anteriormente, a Bright Shows, que tem um projeto bem diferente da grande maioria, como também foi colocado aqui, pelo armazenamento em torres e pelo aquecimento da água. Mas ela também teve alguns problemas, como incêndios. Enfim, é uma tecnologia que ainda demanda um aperfeiçoamento.

Eu queria saber o seguinte: mesmo V. Sª não estando na empresa, como anda essa tecnologia, porque é uma grande usina geradora de energia também, na Califórnia?

Além desse questionamento, eu queria também saber – um pouco já foi respondido – se essa meta de 50% da matriz energética da Califórnia já é para agora ou se é para 2030, se há uma previsão em relação à energia solar, à participação na matriz até 2030.

E faço uma pergunta para o senhor e também para os demais integrantes aqui da Embaixada dos Estados Unidos, a quem eu agradeço pela permanente interlocução com esta Comissão, sugerindo audiências públicas e a participação de especialistas que nos visitam constantemente, como o Dr. Arthur. Como vem acontecendo essa cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil? E de que forma podemos potencializá-la também, no sentido de que o Brasil possa se beneficiar desse rápido avanço que ocorreu, demonstrado aqui através dos eslaides, nos Estados Unidos, particularmente na Califórnia?

O Brasil vive situações muito parecidas com a que viveu a Califórnia, com a questão de crise hídrica. E somente isso, pois há um potencial muito grande de energias renováveis, especialmente energia solar e eólica, mas não temos conseguido avançar na mesma proporção e na mesma velocidade que os Estados Unidos. Então, uma cooperação maior entre os Estados Unidos e o Brasil – e acho que uma das finalidades desta



Comissão seria a de fomentar ou potencializar essa cooperação – é, sem dúvida alguma, para todos nós aqui, algo bastante interessante.

Faço mais uma pergunta, abusando do tempo, aproveitando a oportunidade.

Quando o Senador Fernando Bezerra questionou sobre a intermitência da energia solar, o senhor falou sobre o compartilhamento da hidro e da solar. Temos visto alguns projetos em que se utiliza o espaço da usina hidrelétrica para também usar em cima da água os equipamentos fotovoltaicos. Eu vi, recentemente, a inauguração de uma usina no Estado do Amazonas. Isso é utilizado também nos Estados Unidos? Há uma perspectiva de se avançar nesse sentido também por parte dos Estados Unidos?

São essas as minhas considerações.

O SR. ARTHUR HAUBENSTOCK (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado pelas perguntas. São ótimas perguntas e eu gostaria de respondê-las.

Uma das coisas que nos entusiasmou bastante nos Estados Unidos é que vários dos projetos de grande escala foram criados e estão localizados em áreas rurais, onde é muito difícil gerar empregos, onde há escassez de água. As áreas agrícolas estão sendo deslocadas, porque não há muito espaço. Então, as usinas solares e eólicas são uma grande vantagem para muitos desses centros rurais.

Muito obrigado por suas perguntas, que são muito pertinentes e muito interessantes.

A concentração e também a utilização de armazenagem preenchem um nicho no fornecimento de energia. À medida em que você constrói mais usinas solares e eólicas, há características que fazem parte do fornecimento convencional de energia que não estão presentes. Portanto, você precisa ter flexibilidade e também a capacidade de despachar e de criar esses projetos para fornecer ou não energia. É muito mais fácil fazer isso por meio do CSP, especialmente quando isso inclui a armazenagem.

Há uma usina que está sendo criada por uma empresa chamada SolarReserve nos Estados Unidos. Eles e a BrightSource estão fazendo projetos na China. A BrightSource está construindo um projeto em Israel agora. E há bastante interesse na América do Sul, no Chile, pelo CSP, porque, em muitas áreas, o CSP fornece uma boa solução. À medida que os preços das baterias ficam mais baratos, é provável que, com a combinação de células fotovoltaicas e baterias, téveis e outras tecnologias se tornem mais baratas que o CSP. Mas isso pode demorar cinco ou dez anos. Portanto, agora é um momento bom de analisar o CSP e também de criar esse tipo de marco importante para o fornecimento de energia.

O senhor perguntou sobre a combinação de energia solar, eólica e hidro com outras tecnologias também. A energia solar e a hidrelétrica são boas combinações, porque a energia solar é produzida durante o dia, quando o sol brilha, mas a hidro é um recurso muito flexível, que pode ser ligado e desligado rapidamente.

E a energia solar pode ser utilizada como uma maneira de permitir que a hidro poupe água quando ela é mais necessária. O que vimos nos Estados Unidos é que há empresas que estão combinando as células fotovoltaicas e também a tecnologia geotérmica, CSP, PV e energia eólica, mas você não precisa ter as duas fontes na mesma localização. Desde que estejam trabalhando juntos na mesma área, e possam utilizar a mesma linha de transmissão, elas podem se equilibrar sem ter que estar equilibradas no ponto onde a energia é injetada na rede, faz parte do planejamento geral.

É como ter uma refeição balanceada. Você quer ter as proteínas, as gorduras, os carboidratos. Você não tem que comer tudo ao mesmo tempo, mas você tem que ter certeza de que a sua dieta está balanceada. E todas essas tecnologias podem trabalhar juntas, mas, especialmente, a hidro. A hidro oferece um grande valor ao Brasil, e, em combinação com os fotovoltaicos e a eólica, isso pode ser uma forte combinação.

A coisa boa sobre a energia solar e eólica é que elas produzem energia em momentos diferentes. Quando a energia solar para de ser produzida durante a tarde, é aí que a energia eólica aumenta. Então, você pode utilizar a mesma transmissão, e você pode utilizar isso de maneira mais eficiente com custos menores quando elas trabalham juntas. Vemos isso ser implementado com bastante frequência no Texas. Eles têm bastante eólica, mas eles estão tentando inserir solar também.

As questões de intermitência são bastante interessantes. Quando as energias renováveis estavam sendo desenvolvidas em grande escala pela primeira vez, havia muita preocupação com a intermitência, e curtos períodos de tempo, cinco minutos, dez minutos em uma hora, porque, com as nuvens e outras flutuações climáticas, a energia é menos certa do que quando a recebemos de fontes tradicionais. Mas experiências e estudos mostraram que, desde que haja a diversidade geográfica e essas usinas não estejam todas localizadas em um mesmo local, elas compensam uma à outra. Então, mesmo que estejam distantes, as pequenas flutuações desaparecem, o consumidor não vê essas flutuações e isso não causa um problema para a rede, o que está se tornando mais problemático na Califórnia, porque na Califórnia nós temos 10% de energia solar em alguns momentos. Então, temos um excedente de energia em certos momentos durante o dia – geralmente, a demanda pico era no meio do dia. Todo mundo achava que a energia solar era ótima. Você vai ter um pico de demanda



e um pico de oferta, mas, agora, tanta energia solar está sendo desenvolvida naquele momento do dia que o sistema tem excesso de energia na metade do dia, e essa energia tem que ser redirecionada para algum lugar.

Há grandes unidades de armazenagem que foram criadas para a energia nuclear que estão sendo utilizadas para armazenar energias renováveis, mas as questões de confiabilidade se referem a como trabalhar com esses diferentes momentos durante o dia. Por exemplo, há mais vento à noite, como você pode pegar essa energia, armazená-la e utilizá-la em um outro momento, quando você tem essa exigência? E aí é que as coisas estão se tornando cada vez mais interessantes.

Há muitas conversas sobre a utilização de veículos elétricos e também sobre como fazer com que esses veículos se conectem à rede e peguem esse excedente de energia da rede. Vamos ver isso cada vez mais, e também os *Big Data*, os grandes dados, sobre quando as pessoas utilizam a energia e dispositivos inteligentes.

A empresa para a qual eu trabalhava fala sobre a rede das coisas, em que o seu refrigerador e o seu ar condicionado estão conversando com a rede. Quando a energia é muito cara, eles utilizam menos, e quando a energia está mais barata, eles utilizam mais. Todas essas inovações se reunirão para criar uma rede mais sustentável, menos cara e mais verde.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – O.k., nossos agradecimentos ao Dr. Arthur mais uma vez, a todos os integrantes da embaixada, que estão presentes aqui conosco mais uma vez.

Pergunto aos nossos Parlamentares aqui, à Senadora e ao Deputado Leônidas, se há mais algum questionamento a ser feito e agradeço a presença do nosso convidado mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)



ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE REUNIÃO DE TRABALHO, À DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS DA COMISSÃO AO PLN Nº 2/2016 (PLDO), E À APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Daniel Vilela, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Hélio José, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Pedro Chaves; e dos Deputados Eros Biondini, Sergio Souza, Angelim, Leonardo Monteiro, João Paulo Papa e Rômulo Gouveia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Reunião de Trabalho; à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017); e à apreciação do Requerimento nº 3 de 2016, de autoria do Deputado Sergio Souza. A Presidência dá início à Reunião e informa que a Reunião de Trabalho será adiada para data a ser definida posteriormente. O Presidente passa à apreciação das propostas de Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017), apresentadas no âmbito desta Comissão. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relator das Emendas na Comissão: Deputado Sergio Souza. A Presidência informa que foi aberto prazo para apresentação das propostas de Emendas entre os dias 22 de junho e 1º de julho de 2016. O Presidente comunica que foram apresentadas 5 (cinco) Emendas ao Projeto perante a Comissão, e passa a palavra ao Relator das Emendas, Deputado Sergio Souza. O Deputado Sergio Souza procede à leitura de seu Relatório. O Relatório conclui pela apresentação de 3 (três) Emendas. Em discussão e votação o Relatório. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, (PLDO) a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CMMC – EMENTA: CMMC 1 – Apoio a estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados à Mudança do Clima; PROGRAMA: 2050 – Mudança do Clima; AÇÃO: 20VA – Apoio a estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados à Mudança do Clima; ACRÉSCIMO DA META: 100; INICIATIVA: Senador Cristovam Buarque; Emenda nº 3-CMMC – EMENTA: Anexo VII – CMMC – Recursos Hídricos; PROGRAMA: 2084 – Recursos Hídricos; AÇÃO: 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; ACRÉSCIMO DA META: 12; INICIATIVA: Senador Fernando Bezerra Coelho; Emenda nº 5-CMMC – EMENTA: Apoio a Implantação e Fomento às Políticas de Instalação de matrizes energéticas de resíduos sólidos; PROGRAMA: 2033 – Energia Elétrica; AÇÃO: 2E75 – Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável; ACRÉSCIMO DA META: 10; INICIATIVA: Deputado Sergio Souza. A Presidência informa que há sobre a Mesa o Requerimento nº 3 de 2016, de autoria do Deputado Sergio Souza, que requer a realização de Audiência Pública para debater “a contribuição dos Biocombustíveis no cumprimento das metas brasileiras estabelecidas no INDC”. O Presidente passa a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Sergio Souza. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, é aberta a votação do Requerimento. Aprovado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Daniel Vilela, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DANIEL VILELA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião será dividida em três partes.

A primeira parte, uma reunião de trabalho com a finalidade de tratar da ratificação do Acordo de Paris e sua incorporação com a INDC na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A segunda parte, deliberação sobre as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN nº 2/2016).

E a terceira parte, apreciação de requerimento de autoria do Deputado Sergio Souza.

Informo que esta primeira parte anunciada – que trata sobre a ratificação do Acordo de Paris –, programada para esta reunião, será adiada para uma data futura.

Iniciamos a segunda parte da reunião, destinada à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN nº 2/2016), apresentadas no âmbito desta Comissão.



A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de emenda foi do dia 22 de junho até 1º de julho de 2016. Esgotado o prazo, foram apresentadas cinco sugestões, que se encontram disponíveis na página da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no Portal das Comissões.

O Deputado Sergio Souza foi designado por esta Presidência para elaborar o relatório sobre as emendas apresentadas.

Passo a palavra ao Deputado Sergio Souza para a leitura do relatório.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Olá.

Boa tarde a todos, boa tarde, Sr. Presidente, caro Deputado Daniel Vilela. Obrigado por nos conceder a honra de ser o Relator das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017.

Sr. Presidente, como já relatado por V. Exª, foram cinco as emendas apresentadas a esta Comissão, sendo que cabe à Comissão tão somente a aprovação e o encaminhamento, para a Comissão de Orçamento, de três emendas. Nós, aqui, tentamos juntar as cinco emendas em três.

Duas eram de minha autoria, nós fizemos em uma única emenda, e vamos acatar a Emenda nº 5, que é de Apoio à Implementação e Fomento das Políticas de Instalação de Matrizes Energéticas de Resíduos Sólidos.

O Senador Fernando Bezerra apresenta duas emendas, sendo uma delas para Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – esta, nós acatamos. A outra é para Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. O Senador Cristovam Buarque apresenta uma outra emenda com teor parecido, mas um projeto um pouco diferente. Como nós só podemos acatar três emendas, nós fizemos a opção pela emenda do Senador Cristovam Buarque, que é para Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima também.

O relatório, Sr. Presidente, o voto desta Comissão sobre Mudanças Climáticas é no sentido de que as sugestões propostas, todas elas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão Mista.

Das cinco sugestões, nós acatamos estas três: as Emendas nºs 1, 3 e 5, conforme objeto já mencionado.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, Sr. Presidente. E que nós, ao final, seria até uma sugestão, já aprovássemos a ata desta reunião, ainda hoje.

Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias para a formalização e a apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente: sugerimos a aprovação das Emendas nºs 1, 3 e 5.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bem, Deputado.

Em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Há, Deputado Sergio Souza, também um acordo nesta Comissão para a deliberação dessas emendas. Portanto, o parecer de V. Exª está aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Meus parabéns!

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Passamos agora à terceira parte da reunião. Há sobre a mesa o Requerimento nº 3, de 2016, de autoria do Deputado Sergio Souza.

Requerimento nº 3, de 2016:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para apresentarmos a “contribuição dos Biocombustíveis no cumprimento das metas brasileiras estabelecidas no InDC”, com a participação dos seguintes convidados: Deputado Evandro Gussi, Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel; Juan Diego Ferrés, Presidente do Conselho da Ubrabio; Samya de Lara Pinheiro, pesquisadora da Rede Clima; Donato Aranda, Professor doutor da UFRJ; Elizabeth Farina, Diretora-Presidente da UNICA; Rodrigo C. A. Lima, Diretor Geral da Agroicone, e Manoel Teixeira Souza Júnior, Chefe de Agroenergia da Embrapa.

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 3, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para apresentar a “contribuição dos Biocombustíveis no cumprimento das metas brasileiras estabelecidas no InDC”.

Autoria: Deputado Sergio Souza



Em discussão.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, o requerimento é de minha autoria. Nesta Comissão, nós tratamos do clima, no intuito de discutirmos a sustentabilidade do Planeta. A sustentabilidade tem os seus três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

Esse é um setor, o setor de biocombustíveis, tanto o biodiesel, o bioquerosene como o etanol, que tem, no Brasil, uma cadeia muito bem difundida, inclusive no seu Estado, Goiás, e no meu Estado, o Paraná. Eu tenho, inclusive, o privilégio de ser o Presidente da Frente Parlamentar do Setor Sucroenergético, e tenho participação ativa também dentro da Frente Parlamentar do Biodiesel, em que temos nosso colega Deputado Evandro Gussi como Presidente.

A sugestão é de que nós venhamos a apresentar ao Parlamento ou que essas entidades apresentem ao Parlamento brasileiro quais são as contribuições que elas têm dado, porque, numa reunião recente aqui, eu me lembro de que um dos participantes declarou que, se aumentarmos a mistura do biodiesel até 2030 ou 2040, 2050, o Brasil terá cumprido, só com biodiesel, as suas contribuições do INDC, e com o etanol não é diferente.

Então, acho que é muito válido esta Comissão – que é a comissão do Congresso Nacional que milita em defesa da sustentabilidade, de um clima que atinja de maneira confiável a todos da população mundial – trazer aqui o setor sucroenergético e o setor dos biocombustíveis para debatermos as suas contribuições para a mitigação das mudanças climáticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Vilela. Bloco/PMDB - GO) – Muito bem. Parabéns pelo requerimento, Deputado. Encerrada a discussão.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho, como sugerido, inclusive, por V. Ex^a, a aprovação das atas das reuniões anteriores e a da presente reunião, para que seja encaminhada, juntamente com o relatório de V. Ex^a, à Comissão de Orçamento.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.)



Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



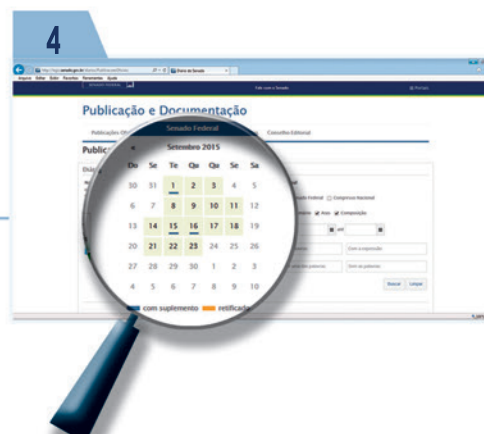
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.




Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal

adofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 11 QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0CE7F2340012BF64.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacombo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)

4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rocha

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 720/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 4

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 723/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 10

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 33

1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 41

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 42

1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 732/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 43

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 45

1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 733/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 46

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2016..... 47

1.6 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 734/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 48

Ata da 2ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2016 49

1.7 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 735/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2016..... 50

Ata da 2ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2016 51

1.8 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 737/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2016 55

1.9 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 739/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2016 56



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 720, DE 2016, PUBLICADA EM 30 DE MARÇO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2015, COM O OBJETIVO DE FOMENTAR AS EXPORTAÇÕES DO PAÍS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL NO DIA 6 DE JULHO DE 2016.

Às doze horas e doze minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 720, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Ronaldo Caiado, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Humberto Costa e Eduardo Amorim; e dos Deputados Angelim, Ságuas Moraes, Rogério Marinho, Josué Bengtson, Josi Nunes, Celso Jacob, Bohn Gass e Paulo Folleto. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência passa a palavra ao Deputado Rogério Marinho, Relator da matéria, que procede à leitura de seu relatório. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Angelim, Deputado Ságuas Moraes e Senador Wellington Fagundes. A reunião é suspensa às doze horas e trinta e nove minutos e reaberta às doze horas e quarenta e quatro minutos. Colocado em votação, o Relatório é aprovado, passando a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 720, de 2016, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, por sua aprovação nos estritos termos em que foi editada, com a rejeição de todas as emendas apresentadas. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LÚCIA VÂNIA
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 720, de 2016.

Convido o Sr. Relator para tomar assento à mesa.

Passo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, Relator, para que proceda à leitura de seu relatório.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos e a todas.

Parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 720, de 2016.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão Mista, para emissão de parecer prévio à apreciação plenária pelas Casas do Congresso Nacional, a Medida Provisória (MPV) nº 720, de 2016, em obediência ao §9º do art. 62 da Constituição Federal (CF).

A Medida Provisória nº 720, de 29 de março de 2016, trata da entrega, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de R\$1,95 bilhão, cujo objetivo é fomentar as exportações do País, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos. Isso se dá em cumprimento ao disposto no §3º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A entrega está prevista em três parcelas iguais de R\$650 milhões, até o último dia útil de abril, maio e junho de 2016, podendo haver antecipação, desde que preservada a isonomia entre os beneficiários.

A distribuição é efetuada com base em coeficientes individuais de participação, constantes do Anexo, consoante definição do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a partir de entendimentos com os governos estaduais.

Os Municípios têm direito a 25% do que for entregue aos respectivos Estados, e a distribuição entre os Municípios segue o critério adotado em 2015 para o ICMS.

Serão deduzidas do valor destinado a cada ente federativo suas dívidas vencidas e não pagas:

- primeiro, as contraídas junto à União, depois as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa, depois as contraídas junto a entidades da Administração federal indireta; e

- primeiro, as da Administração direta, depois as da Administração indireta do ente federativo.

Nessa mesma ordem, o Poder Executivo federal poderá autorizar:

- a quitação de parcelas vincendas, mediante acordo com o ente federativo; e



- quanto às dívidas junto a entidades da Administração federal indireta, a suspensão temporária da dedução, quando as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.

O Ministério da Fazenda poderá definir regras sobre a prestação de informações pelos entes federativos, no que diz respeito à efetiva manutenção e o aproveitamento de créditos pelos exportadores, cujo descumprimento poderá acarretar suspensão do recebimento do auxílio.

Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas dez emendas, de autoria do Deputado Pedro Uczai, Emenda 001; Deputado Nelson Marquenezelli, Emenda 002; Deputada Raquel Muniz, Emenda 003; Deputado Osmar Serraglio, Emendas 004, 005, 006, 007, 008; Deputado Andre Moura, Emenda 009; e Deputado Otávio Leite, Emenda 010.

Em 06 de abril de 2016, em atendimento ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN, foi anexada aos autos, a Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 19/2016, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a análise da medida.

Em 21 de junho de 2016 foi instalada esta Comissão Mista e, em 28 de junho de 2016, fui designado Relator da matéria.

Análise.

Nos termos da Resolução nº 1/2002-CN, compete a esta Comissão emitir parecer sobre os aspectos constitucionais da Medida Provisória, incluindo os pressupostos de relevância e urgência, antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No que concerne à limitação material, os temas tratados na Medida Provisória em análise não se encontram entre aqueles vedados pelo art. 62, §1º, da Constituição Federal.

Quanto à relevância e à urgência, de acordo com a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 28, de 28 de março de 2016, assinada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão à época, a urgência e a relevância da medida se justificam pela necessidade de garantir a entrega tempestiva dos recursos previstos no orçamento da União às unidades federadas, ao longo deste exercício de 2016, possibilitando a adequada execução das programações orçamentárias dos entes federados.

No tocante ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, de acordo com a Nota Técnica nº 19/2016, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, apontou que a Lei Orçamentária de 2015 previu dotação específica e suficiente para o atendimento da prestação de auxílio financeiro aos entes subnacionais na forma pretendida pela presente Medida Provisória. Como o pagamento não foi efetuado no próprio exercício (2015), procedeu-se à inscrição dessa despesa em restos a pagar. Por meio dessa providência, foram cumpridas as condições legais para que a Administração Pública promova a execução financeira dessa rubrica no presente exercício de 2016.

Contudo, paralelamente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 721/2016, que abre crédito extraordinário no valor de R\$1,95 bilhão em favor de “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para o Fomento das Exportações”. Por meio dessa iniciativa, buscou o Poder Executivo viabilizar a consignação de recursos para o atendimento de repasses às entidades subnacionais, desconsiderando, assim, os restos a pagar inscritos anteriormente.

De todas as maneiras, seja pela via da sua inscrição em restos a pagar, seja pela via da eventual aprovação do crédito extraordinário, é imperativo concluir que existe autorização orçamentária para o atendimento da despesa prevista na Medida Provisória nº 720/2016.

Quanto às emendas apresentadas, entendemos que todas devem ser rejeitadas, por modificarem a forma de distribuição dos recursos sobre os quais versa a Medida (Emendas 002, 003 e 009); e por incluir matéria alheia ao tema principal da medida (Emendas 001, 004, 005, 006, 007, 008, 010).

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 720, de 2016, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, votamos por sua aprovação nos estritos termos em que foi editada, com a rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2016.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Agradeço ao Relator Rogério Marinho.

Em discussão a matéria.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Srª Presidente, Srs. Deputados, concordo plenamente com o voto e o parecer nobre Relator, mas podemos perceber que, há 20 anos, desde a Lei Kandir, de 1996, que vimos utilizando a excepcionalidade das medidas provisórias para, a cada ano, suprir a queda, compensar a arrecadação de ICMS.



Usa-se essa medida, mas já era tempo de chegarmos a uma normalidade nesses procedimentos de compensação dessa queda da receita.

Em relação aos coeficientes: ninguém pode aqui tratar disso, porque é uma competência do Confaz, que faz isso usando métodos destinados a outros tipos de receita.

Aqui, neste caso específico, no caso deste semestre agora... Aqui se fala que tem que deduzir algum débito que os Municípios ou os Estados tenham no período da vigência dos três meses de repasse. Como já foi executado, não há problema algum. Se estivesse na vigência desses seis meses que o Governo Federal deu, de suspensão de débito dos Estados, poderia até ser ainda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Não é isso? Mas já foi pago, então não há...
De toda forma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Exato.

De toda forma, acho que compete a todos nós aqui trabalharmos para que posteriormente haja uma normalidade nessa compensação orçamentária.

Estou de acordo com o seu voto.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Com a palavra o Deputado Ságuas Moraes.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Eu também quero dizer que temos que aprovar a matéria o mais rápido possível, até porque ela está próxima de perder a vigência e já foram pagos... É a questão de regularidade.

A Senadora Lúcia Vânia é do Estado de Goiás, que, assim como Mato Grosso, que é o Estado que mais recebe essa compensação, recebe uma compensação parcial. Mato Grosso perde, com a desoneração da Lei Kandir, mais de R\$1 bilhão – está aqui o Senador Wellington Fagundes, do meu Estado, para confirmar isso.

Hoje se discute, com essa crise dos governos dos Estados, e acho que temos que começar a fazer esse debate aqui na Casa, no Congresso, na Câmara e no Senado – já está começando nos Estados –, sobre as desonerações, se neste momento está sendo conveniente para os Estados, até porque eu acho que foi importante, em determinado momento, a Lei Kandir para viabilizar as exportações. Só que nós acabamos não verticalizando a cadeia produtiva, ficamos apenas nas exportações, contentes com isso. Enquanto a China exportava tudo o que nós produzíamos, estava tudo bem, mas agora a China reduziu as exportações, assim como a Rússia, em razão da crise, como sabemos. E como não agregamos valores a esses produtos nós vamos ficar na condição de produtores de produtos primários a vida inteira. Nós não podemos ficar nessa situação.

Minas Gerais, enquanto produzia café e leite, passava por muitas crises, por muitas dificuldades, até que resolveu tratar da questão da industrialização. Goiás, que é o meu Estado de nascimento – sou mato-grossense de coração e goiano de nascimento –, também passou por um processo de industrialização, principalmente na região de Anápolis, com a indústria farmacêutica e outras indústrias. E nós em Mato Grosso avançamos quase nada nisso, e hoje somos um dos Estados que mais recebem essa compensação.

Alguém pode pensar: “Pôxa, que legal! É o que mais recebe”. Só que, diante do que se perde, é muito pouco, não é suficiente para atender as nossas necessidades.

Então, eu acho que é importante começarmos esse debate aqui na Casa, já que nos Estados está começando neste momento, a fim de garantir a sustentabilidade dos nossos Estados. Mato Grosso é o maior produtor e exportador de grãos do País, mas passa por dificuldades ao longo do tempo, uma vez que a compensação é fixa, não há correção dessa compensação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR - MT) – Srª Presidente, companheiros Parlamentares, em especial o Deputado Ságuas, que é do meu Estado, e Relator também, o Deputado Rogério Marinho, eu quero, em primeiro lugar, registrar aqui também a luta de todos nós, principalmente de V. Exª, que está à frente dessa luta já há muito tempo, porque sabe da importância desses recursos principalmente para a nossa Região Centro-Oeste. Com a sua experiência, V. Exª não apenas defendeu em plenário, mas também buscou, como relatora – também o Senador Blairo Maggi e todos nós –, pressionar o Governo para que atualizasse os recursos do FEX.

Lá no Mato Grosso alguns já estão dizendo que eu sou o “Homem FEX”, porque sou um municipalista convicto. Sou um municipalista convicto. Entendo que, principalmente para os Municípios, esses recursos são extremamente relevantes. O Governo começou a honrar esse compromisso e agora estamos, vamos dizer, praticamente em dia, porque estamos aqui votando aquilo que já foi pago do ano de 2015, e ainda estamos esperando para que o Governo pague o deste ano, de 2016...



Eu tive, como Líder, uma reunião com o Presidente Michel Temer. Estavam presentes o Ministro Meirelles, o Ministro Dyogo e outras lideranças. Falei da importância que isso representava para os nossos Estados. E muitos nem conheciam, Presidente. Isso é impressionante. Talvez para Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, em que o volume é bem expressivo, seja comum, mas muitos outros líderes não sabiam o que era o FEX.

Eu falei da importância que isso representa para as nossas regiões, que exportam *commodities*, como disse aqui o Deputado Ságuas, com baixo valor agregado, praticamente. Mas exportar imposto também não é o ideal. Por isso é que nós temos que encontrar uma forma definitiva, porque, com a Lei Kandir, inicialmente, era uma obrigação do Governo fazer essa compensação. Agora não. O Governo devolve se quiser e se puder. Então, se não fosse aqui a nossa pressão – por isso quero destacar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia –, talvez estivéssemos com dois ou três anos atrasados. Eu quero aqui louvar o fato de hoje estarmos pelo menos em dia.

O Presidente Michel, principalmente o Ministro Dyogo e o Meirelles prometeram, pois sabem que esse é um importante instrumento para fomentar as nossas exportações e aumentar a nossa produção.

Como Relator da LDO, hoje inclusive terei uma reunião com o Presidente Michel Temer. Estará lá também toda a equipe econômica, o Ministro Meirelles e o Ministro Dyogo, que agora está na CAE, acabei de conversar com ele. E hoje à noite, às 20h, teremos outra reunião. Eles devem apresentar hoje a meta fiscal. Essa é a nossa luta. E quero aqui registrar que devemos votar a nossa LDO no prazo constitucional previsto para que haja o recesso. A princípio, eu tenho que publicar o relatório até sábado, para que na semana que vem possamos votá-lo.

Srª Presidente, eu quero me somar ao seu esforço e tentar inclusive ver o que podemos fazer também na LDO, até criando alguma situação de obrigação, para que o Governo cumpra com o FEX, quem sabe até de forma integral. Temos que buscar isso, porque, hoje, os Municípios, de forma geral, é quem padece mais. Eu tenho conversado muito com o Presidente da AMM, o Prefeito Neurilan, que vai estar comigo hoje à noite nessa reunião, e amanhã haverá uma reunião de todas as associações dos Municípios do Brasil, aqui, em que o principal objetivo é exatamente discutir a atualização do FEX. Porque agora houve a renegociação dos Estados, mas não dos Municípios. Talvez a alternativa fosse atualizar o FEX. Não só pagar em dia, pagar este ano o que é devido de 2016, e garantir para os próximos anos.

Ontem, inclusive, conversávamos também sobre a questão da Cide. Creio que o Governo está querendo aumentar a arrecadação da Cide. Eu sou autor da PEC nº 1, que trata exatamente da redistribuição da Cide. Hoje, de tudo que se arrecada, apenas 7,2% vai para os Municípios. Eu até sou favorável à melhoria, a uma ampliação da Cide, porque o Governo precisa, realmente, melhorar a sua arrecadação, que está cada dia abaixando mais, e isso prejudica as contas do Governo Federal e dos Governos dos Estados.

Aliás, quero mais uma vez parabenizá-la porque sua filha, como Secretária de Fazenda de Goiás, está demonstrando capacidade na gestão dos recursos públicos, e está sendo destaque nacional.

Então, eu penso que a Cide deveria vir com a repartição. A minha proposta é que 33% fique com o Governo Federal, 33% com os Governos estaduais e 33% com os Municípios. A partilha seria no critério técnico do FPM mesmo, que eu acho que talvez seja um dos mais justos que hoje existem. Se puder aperfeiçoar, bem, mas creio que esse é o melhor caminho.

Então, eu quero aqui parabenizar o Relator. O bom seria se estivéssemos votando no tempo e na hora correta, mas estamos cumprindo o nosso papel, não é, Presidente?

Por isso sou favorável, e fiz questão de estar aqui para votarmos esta matéria muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Em primeiro lugar, quero agradecer a Presidente e me congratular com o Senador Wellington em relação à performance da Secretária de Fazenda de Goiás. É importante saber que criamos bem os filhos, que nos dão orgulho.

Quero dizer, Senadora, que aqui estão dois Deputados da Comissão de Educação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR - MT) – Filho de peixe peixinho é, não é? Com certeza, isso foi a competência da mãe.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Perfeito.

Senadora, estão aqui dois Deputados que foram prefeitos: um no Acre e outro no Mato Grosso, o Angelim e o Ságuas.

O Senador Wellington defende com veemência, com tempestividade e com argumentos o seu Estado. Permita-me fazer apenas uma reflexão a respeito do tema. Os países competitivos em relação à exportação de produtos, via de regra, desoneram as exportações, não exportam impostos. Nós estamos vivendo um momento de muita dificuldade econômica, não se trata de um problema pontual. Então, é claro que esse é um tema a ser enfrentado até para sabermos que destino queremos dar à Nação. Se o País pretende ser exportador, se quer aumentar o seu peso no comércio mundial, ele precisa deixar de fazer o que chamamos de puxadinho – acho que esse é o termo.



A Lei Kandir, de 1995, ao longo do tempo, vem sendo reeditada. O ajuste financeiro que é feito, via de regra, é igual ao imposto de renda, não é, Senadora? Demora três, quatro, cinco anos para que haja um reajuste. As empresas exportadoras ou que têm maior competitividade e que por isso mesmo competem – perdoem-me a cacofonia – com outros países do mundo em condições de igualdade terminam sendo prejudicadas porque o nível de tributação em relação a elas, primeiro, é muito grande; e, depois, as eventuais compensações não são feitas instantaneamente. Como quando se fala em justiça, permitam-me a analogia, que justiça tardia não é justiça, reparação tardia não é reparação. Então, o custo do dinheiro hoje é uma realidade. Se o Governo estipula no seu orçamento uma quantia, por menor que seja, se essa quantia não chega a tempo e a hora, se chega no ano subsequente, através de restos a pagar ou através de edição de uma medida provisória, já há um duplo prejuízo: pelo menor valor e pelo tempo da demora, pelo atraso que isso constitui.

Senadora, reporto-me ao fato de que a senhora que esteve conosco, coordenando, em diversas ocasiões, o nosso Partido na época, na Comissão de Orçamento, com a sua sapiência, a sua experiência, a sua força para convencer pares no Senado, a fim de termos um orçamento que, ao invés de ser como é hoje, um processo em que não há resolutividade, ele seja realmente um documento efetivo, que haja aplicabilidade na vida real do que se votou. Isso fortalece inclusive a democracia, como ocorre em países mais adiantados do que o nosso na questão econômica.

Então, eu acho que o cerne do problema é a execução orçamentária e a questão econômica como pano de fundo. Agora, precisamos enfrentar, na hora em que respirarmos um pouco, essa situação porque, se queremos ser um país exportador e competitivo, não podemos exportar impostos.

Agradeço a manifestação dos colegas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Eu agradeço o Deputado Rogério Marinho por esse trabalho. Quero dizer da minha satisfação em poder presidir esta Comissão e dizer que, realmente, nós temos de repensar, primeiro, a questão da Lei Kandir, que eu acho que precisa ser repensada no sentido de não atrapalhar também o processo de industrialização dos Estados emergentes.

No caso de Goiás, por exemplo, nós estamos exportando toda a soja, e a indústria se ressentiu disso. Então, é preciso que haja um equilíbrio nessa situação. Em relação ao FEX, nós temos feito um trabalho, mas desde 2013 começaram os atrasos, e o Governo não contemplou essa ação no Orçamento. Como colocou aqui o Rogério Marinho, o nosso Orçamento ainda é deficitário, um Orçamento que vem sendo analisado de forma quase que fictícia. Nós temos uma forma de analisar esse Orçamento que acaba resultando no que estamos vivendo hoje, aqui no Senado, e vocês viveram na Câmara dos Deputados, que é a questão dos decretos, das pedaladas, enfim, da forma artificial de se analisar e acompanhar a execução orçamentária.

Acho que o *impeachment* vai marcar um novo momento na análise do Orçamento e também na sua execução. Eu acredito que nós tenhamos de fazer que a Comissão do Orçamento passe por uma remodelação; acredito que o Senado da República é sub-representado na Comissão do Orçamento; o Senado representa os Estados e precisava de uma ação e uma presença mais efetivas dos Senadores naquela Comissão, e acredito que essa reflexão virá, inevitavelmente, após o que estamos vivendo aqui, com a questão do *impeachment*. Estamos analisando a execução orçamentária na sua deficiência, na omissão tanto do Senado quanto do Poder Executivo.

Portanto, quero...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Concluindo as minhas palavras, acredito que este momento que estamos vivendo é importante para essa reflexão; acredito que o FEX tomou um ritmo. Nós estamos hoje consolidando o que já foi executado em 2015; 2016, não havia nenhuma dotação orçamentária para que pudessemos dar prosseguimento, mas, por iniciativa nossa, do Senado – minha e dos Senadores Wellington, Blairo Maggi –, estivemos com o Relator da matéria e conseguimos colocar abrir uma janela na programação, e, com isso, o Governo pôde suplementar, este ano, devolvendo novamente o valor específico para 2016.

Nós temos de estar atentos à LDO e à própria LOA, no sentido de vermos se o Governo contemplou, este ano, a Lei Kandir e a dotação de fomento à exportação, que é o FEX. É preciso estarmos atentos para que não deixemos passar. No ano passado, nós tivemos uma dificuldade enorme, porque só atinamos para o problema no final da elaboração do Orçamento e não conseguimos colocar o recurso na sua integralidade, mas, pelo menos, salvamos no sentido de abrir a possibilidade de o Governo suplementar.

Portanto, eu deixo aqui esse alerta aos Deputados, e principalmente aos Deputados da Região Centro-Oeste. O Norte é contemplado com um percentual pequeno, mas, de qualquer forma, o Sudeste e o Centro-Oeste têm uma compensação no FEX que supre, em parte, a deficiência da cobertura da Lei Kandir.

Eu declaro suspensa a reunião por dez minutos, até que tenhamos o quórum para deliberarmos sobre a matéria.



(Suspensa às 12 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 44 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Sras e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Obrigada pela presença.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será encaminhada para publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 12 minutos e suspensa às 12 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 44 minutos e encerrada às 12 horas e 45 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 723, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE MAIO DE 2016, QUE “PRORROGA O PRAZO DE DISPENSA DE QUE TRATA O CAPUT DO ART. 16 DA LEI Nº 12.871, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 723, de 2016, com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues; e dos Deputados Jones Martins, Jorge Solla, Ságuas Moraes, Aelton Freitas, Mandetta e Alan Rick. Registra presença o Senador José Pimentel e a Deputada Conceição Sampaio, parlamentares não-membros. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a Reunião que destina-se à realização de Audiência Pública para instruir a matéria. A Presidência convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Ricardo José Magalhães Barros, Ministro de Estado da Saúde; Humberto Fonseca, Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal; Fernando Pereira Gomes Neto, Prefeito de Lagoa Santa/MG; Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e Wellington Mendes Carvalho, Diretor Substituto do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde – MS. O Deputado Jorge Solla apresenta questão de ordem sobre a retirada de manifestantes do Plenário da Comissão. A Presidência responde que o procedimento foi tomado com base no art. 184 do Regimento do Senado Federal combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 18 de 2014. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Humberto Costa, Deputado Alan Rick, Deputado Mandetta, Deputado Jones Martins, Deputado Jorge Solla e Senador Randolfe Rodrigues. Às dezesseis horas e vinte e três minutos assume a Presidência o Deputado Jones Martins. A Presidência concede a Palavra ao Senhor Macos Antônio Ferreira, Prefeito de Patrocínio Paulista – SP e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Municípios. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Leonardo Quintão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado LEONARDO QUINTÃO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 723, de 2016. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Ministro Ricardo Barros, que já está aqui conosco – seja bem-vindo, Ricardo! –; Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Fernando Pereira Gomes Neto, Prefeito de Lagoa Santa, representando a Frente Nacional de Prefeitos.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar podem enviar comentários pelo www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800-612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida em ordem inscrita.

Vou conceder a palavra ao Ex^{mo} Ministro Ricardo Barros, para que S. Ex^a possa usar da palavra e já informe que o Ministro será substituído por um representante do Ministério da Saúde, que já está presente aqui, devido a outra agenda previamente marcada.

Seja bem-vindo, Ricardo.

O SR. RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS – Primeiro, quero saudar a todos e dizer que o Programa Mais Médicos, Presidente Leonardo Quintão, é um programa importante para a saúde do Brasil.

Já houve a renovação desse programa, e a medida provisória está em análise nesta Comissão. Há um orço muito grande para que haja a ocupação dos postos de trabalho em todos os lugares do Brasil onde os Médicos estão presentes.



Nas duas últimas chamadas do programa, só médicos brasileiros foram inscritos no Mais Médicos. Já existe uma preferência para os médicos brasileiros, e nós gostaríamos de dizer que essa preferência será mantida. Portanto, o Mais Médicos poderá, em um determinado tempo, ser um programa de médicos brasileiros, desde que eles se apresentem para essas seleções. Enquanto houver algum ponto no Brasil a que médicos brasileiros não queiram comparecer ou em que não queiram prestar seu serviço, nós manteremos o convênio com os médicos estrangeiros através da Organização Pan-Americana de Saúde.

Recebi aqui das pessoas do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz que estavam no plenário um pedido de audiência. Quero dizer, de imediato, ao Paulo Garrido, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, que vou atender. Obrigado, Paulo, pela sua solicitação, que será atendida.

Quanto às pessoas que estão se manifestando – eu acho correto –, só discordamos do “golpista”. Em tudo mais, nós estamos do mesmo lado, concordando com as mesmas teses. Então, não vejo razão para que haja qualquer clima de discórdia aqui, porque todos nós queremos a melhor saúde para os brasileiros. Queremos o SUS forte. Queremos a solução dos problemas que se apresentam para a saúde. Para isso, contamos com a cooperação de todos aqui, em especial o Conselho Nacional de Saúde, que está aqui conosco; o Mauro, do Conasems, nosso companheiro; o Secretário Humberto, aqui do Distrito Federal; e o Fernando Gomes Neto, Prefeito que representa aqui os nossos colegas prefeitos da Frente Nacional dos Prefeitos. Foram os prefeitos, na verdade, que pressionaram o Governo a editar essa medida provisória, prorrogando o Programa Mais Médicos devido à sua grande aceitação.

De fato, hoje, em 2.340 Municípios só há médicos do Mais Médicos – metade dos Municípios do Brasil. Então, é evidente a relevância do programa e a necessidade da sua continuidade, até que haja, nesses novos cursos de Medicina que foram criados, a formação de novos profissionais e a ocupação desses postos, ao longo do tempo, por médicos brasileiros.

Eu queria, Sr. Presidente, Deputado Leonardo Quintão; nossa Presidente da Comissão de Seguridade, Deputada Conceição; Mandetta, que também está aqui representando os Parlamentares; e Deputado Adail Carneiro, que chegou também, nosso companheiro, que todos vocês participassem desse debate. É importante a aprovação dessa medida provisória.

Tudo bem, Senador Humberto? Nosso ex-Ministro também está chegando para o debate.

Então, eu gostaria muito que houvesse, por parte desta Comissão, a aprovação da medida, nos termos em que foi editada, sem prejuízo do debate que estamos fazendo com os senhores médicos também – fizemos várias reuniões com a categoria e continuaremos fazendo.

Não vejo por que não possamos manter o texto da medida provisória até que tenhamos outra solução para a questão.

Então, fica aqui a minha solicitação de celeridade na Comissão, que nós possamos aprovar a medida dentro dos prazos legais, e dizer que, para o Ministério da Saúde, esse atendimento é, realmente, um atendimento importante, um atendimento que tem dado um resultado de alta aprovação e que representa R\$3 bilhões de investimento diretamente nos Municípios brasileiros. Na medida em que esses médicos estão lá remunerados pela União e, portanto, promovendo uma economia a esses Prefeitos atendidos de recursos diretos que eles teriam que dispor na contratação de médicos.

É uma parceria importante do Governo Federal com os Municípios brasileiros através do programa Mais Médicos. Fica aqui a nossa solicitação, a nossa manifestação de apoio e a nossa solicitação da aprovação dessa matéria nos termos em que a medida foi editada.

Muito obrigado, Presidente. Temos um seminário hoje sobre lei geral de primeira infância, o Marco Legal da Primeira Infância, e a minha esposa, Vice-Governadora do Paraná, Cida Borghetti, quando Deputada, foi o Presidente dessa Comissão, e é uma ação importante. Como vocês sabem, é na primeira infância que a gente forma o caráter e a capacidade cognitiva das crianças. E se nós pudermos tê-las sempre bem formadas, crianças ativas, crianças com capacidade de aprendizagem, nós teremos brasileiros melhores.

Então, fica aqui a minha manifestação, o meu agradecimento pela recepção dos nossos colegas e o meu pedido de desculpas por não poder ficar até o final desta audiência. Vim como uma manifestação do Ministério da Saúde e da importância do programa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Ministro Ricardo Barros. Eu quero agradecer aqui a sua presença e, como eu já informei, V. Ex^a tem outro compromisso de audiência pública. Então, eu quero convidar o representante do Ministério da Saúde para sentar à mesa. *(Pausa.)*

Questão de ordem.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – Eu queria registrar o acontecido aqui, Presidente, para que a gente possa evitar que aconteça em outras situações. Eu estava aqui aguardando o início, quando houve um tumulto,



em que policiais daqui do Legislativo, do Senado, empurraram, agrediram duas pessoas, e tentaram fazer, à força, que saíssem.

Eu, como Relator, inclusive preocupado com o andamento, o senhor sabe o quanto eu prezo que esta audiência tenha bom termo e a gente consiga celeridade nos trabalhos, me dirigi e me propus a ajudar. O responsável pela operação policial me disse que o problema é que eles estavam portando cartazes e gritando.

Eu disse: vou lá conversar e combinar. Combinei com os participantes que estavam aqui e foram retirados da reunião, que poderiam voltar, conforme negociado com a direção da Polícia Legislativa, desde que não portassem cartazes e não fizessem interrupção dos trabalhos.

Acordado, retornei aqui para dar acompanhamento, o senhor viu que eu acompanhei aqui boa parte da apresentação inicial. Como eu vi que não puderam ter acesso, retornei e fui comunicado, de forma autoritária, que não iriam cumprir o que foi acordado e que não deixariam entrar por ato da Mesa. Eu desconheço que ato da Mesa é esse que excluiu completamente uma série de pessoas de poderem ter acesso aqui. Quando anteriormente, o problema era que estariam portando cartazes e estariam interrompendo os trabalhos.

Então, queria deixar registrado aqui o nosso repúdio a essa atitude. Tentei, por várias vezes, negociar com esse senhor da Polícia Legislativa que está aqui e o que se apresentou como coordenador dos trabalhos. Mas, de forma autoritária, disseram que não iriam permitir e não iriam cumprir o que foi acordado. E as pessoas tiveram que se retirar do recinto.

Acho que isso não é coerente com a prática democrática, não é coerente com o Senado e a Câmara de Deputados, não é coerente com sua condução. Tenho certeza de que o senhor gostaria que a gente tivesse a participação dessas pessoas aqui. Então, registrar o nosso repúdio à forma autoritária como foi conduzido esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Deputado Solla, veja bem, quando os presentes estavam aqui, eles portavam com cartazes manifestando politicamente e verbalmente aqui de uma maneira bastante alta. Vou ler novamente para V. Ex^a o art. 184, que define o que é permitido fazer no plenário da Casa:

É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio [Devido a isso, a manifestação verbal, que eles foram retirados pela Polícia Legislativa] sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar.

Devido a isso, Deputado Solla, que as pessoas foram retiradas. Eu vou pedir à assessoria que passe para V. Ex^a o ato da Mesa. Quando há essas manifestações, as pessoas são retiradas para que a gente possa ter ordem na Casa em respeito ao Regimento.

Eu acredito que a gente pode continuar, eu acho que o plenário está já respeitando o art. 184. As pessoas presentes aqui...

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Fui informado, Deputado Jorge, e vou passar para V. Ex^a o ato da Mesa para que V. Ex^a possa ler e, caso haja alguma dúvida, nós poderemos novamente, através de uma questão de ordem, ouvir V. Ex^a.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – Eu gostaria de dizer, Presidente, só para deixar bem claro o nosso posicionamento, que nós não estamos contrários ao ato que o senhor acabou de ler.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – O.k.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – A questão é, primeiro, que considero exacerbada a força exercida, a violência exercida, para a solução do problema. Primeira questão. Houve uma agressão despropositada, pessoas foram feridas, uma agressão despropositada, e poderíamos ter negociado isso sem essa violência.

Segundo, eu, como Relator desta Comissão, e como Deputado, me propus a sair para ajudar a solucionar o problema. Eu poderia ficar aqui passivo, deixando a situação lá, mas saí para ajudar a solucionar isso de forma pacífica. Dirigi-me aos representantes da Polícia Legislativa, que me disseram: “Deputado, pelo ato da Mesa, não podem portar cartazes, nem podem manifestar-se, interrompendo”. Eu disse que me propunha a combinar com essas pessoas que estavam aqui que elas poderiam continuar desde que não portassem cartazes e não interrompessem, não se manifestassem. No grupo, todos eles acordaram, e eu fui levando um acordo de que eles retornariam com essas condições. Eles acordaram. Eu fui o mensageiro de uma posição de cumprimento do ato desta Mesa. E, infelizmente, fui enganado!

Eu não só repudio a agressão que foi feita pela Polícia Legislativa, como repudio terem feito um Deputado – desculpem o termo – de trouxa. Colocaram-me como emissário para negociar a reentrada das pessoas e, depois, barraram a entrada das pessoas e me disseram, autoritariamente, que não tinham nada mais a negociar comigo. E que não iriam permitir.

Aí, eu quero saber quem é que manda aqui: se é o ato da Mesa, se é o Regimento, se é a condução da não ou se quem conduz é a Polícia Legislativa aqui no Senado.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Deputado Solla, fica registrada, então, a moção de V. Ex^a. Deputado, trago meu testemunho, pois eu estava aqui olhando o ato. Eu vi as manifestações e, de acordo com o Regimento, eu pedi que os manifestantes pudessem silenciar. Não pararam, e, devido a isso, foram retirados de uma maneira respeitosa. Eu não vi lá fora.

Então, fica registrada a dúvida de V. Ex^a, e nós todos, Parlamentares e servidores da Casa, temos um Regimento a seguir. E vejo aqui que os servidores da Casa são preparados, qualificados, para cumprir o Regimento. Mas, na dúvida de V. Ex^a, vou deixar isso registrado na Comissão. Peço que possamos continuar os trabalhos. Agora, a plateia está cumprindo o Regimento que todos temos de cumprir, de maneira respeitosa.

Então, vou dar andamento aos nossos trabalhos.

O Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca é Secretário de Saúde do Distrito Federal e Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. O Sr. Humberto também já me informou que vai usar da palavra e também terá de se retirar devido a outro compromisso já agendado.

Sr. Humberto, com a palavra, então, por cinco ou dez minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA – Obrigado, Deputado. Boa tarde a todos!

Falo aqui em nome do Conass, que é o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, e falo com muita tranquilidade. Sinto-me à vontade para falar, porque o Programa Mais Médicos é um programa que atinge principalmente as administrações municipais na saúde, porque é um programa que enfoca a atenção primária.

No entanto, nós, aqui no Distrito Federal, somos Estado e somos Município. Temos ambas as competências. Então, posso, de cadeira, dar o nosso testemunho em relação ao Programa Mais Médicos, que foi instituído pela Lei nº 12.871 e se propõe que haja uma prorrogação em um dos seus artigos pela medida provisória que aqui é analisada.

Estamos, neste momento, no Distrito Federal, com um programa de ampliação da cobertura da atenção primária e de aumento da resolutividade da atenção primária. Temos plena convicção de que esse é o caminho para alocar melhor os recursos da saúde, que, sim, são escassos, mas que precisam ser distribuídos com justiça e com equidade. E o melhor investimento que se pode fazer em saúde pública é, sem dúvida, um investimento em atenção primária.

Então, temos o programa Brasília Saudável, de ampliação da nossa cobertura, que hoje é muito baixa. Nossa cobertura de saúde da família no Distrito Federal está em torno de 30,7% hoje. Tenho 234 equipes de saúde da família, e considera-se que há uma equipe quando há um médico e um enfermeiro. Então, nessas 234, há 234 médicos. O ideal é que esses médicos fossem especialistas em Medicina de Família e Comunidade, como eu sou especialista em Medicina de Família e Comunidade, mas hoje, no Distrito Federal, temos apenas 30 especialistas. Então, não é possível exigir-se essa especialidade, embora fosse de todo recomendável, porque a atenção primária não se faz em qualquer lugar nem por qualquer um. Mas, diante dessa impossibilidade, não podemos ter a nossa população descoberta, sem a cobertura da atenção primária, embora a nossa cobertura seja baixa.

Então, das 234 equipes hoje com médicos, 104 são médicos do Programa Mais Médicos ou do Provab. Dos 104, 94 são do Programa Mais Médicos, e, desses, 44 são médicos estrangeiros. Mais uma vez, idealmente, teríamos especialistas. Na sequência, teríamos médicos formados no Brasil, por faculdades brasileiras, e, em seguida, temos a necessidade hoje, sem nenhuma dúvida, de ter também médicos estrangeiros.

Se o programa hoje fosse desativado pura e simplesmente, nós perderíamos, a população do Distrito Federal, como exemplo, reduziria sua cobertura de 30,7% para 17,5% – com 30,7%, já é bastante complicado; com 17,5%, é calamitosa situação.

Então, é preciso que se diga que esses médicos estão num programa específico, que visa a dar, para as áreas de maior vulnerabilidade, de maior dificuldade, de contratação de profissionais, um mínimo de estrutura para atender àquela população.

Hoje, por incrível que pareça, no Distrito Federal, temos dificuldade de contratar médicos nas regiões um pouco mais distantes. A nossa região mais distante hoje é Brazlândia, que está a pouco mais de 50km do centro de Brasília, e, mesmo assim, é extremamente difícil conseguir um profissional médico para trabalhar ali. Na última nomeação, mandamos oito médicos para Brazlândia, e os oito pediram exoneração, por entenderem que 50km é uma distância longa demais para percorrermos e por falta de interesse de se estabelecerem ali. Temos outras regiões com dificuldades, como a região de Planaltina, a região de Santa Maria.

Então, se no Distrito Federal, que tem essas pequenas distâncias a percorrer, isso gera uma dificuldade, os senhores podem imaginar como é no Norte, no Nordeste, em regiões remotas, de acesso muito mais difícil, com centenas de quilômetros, muitas vezes milhares, precisam ser percorridos para se chegar aos locais em que isso é feito. Podemos falar de saúde indígena, por exemplo, que, hoje, é feita primordialmente com esse programa.



É preciso que se diga também que não é um programa exclusivamente de atração de profissionais estrangeiros; ao contrário, há uma preferência para os médicos brasileiros. É um programa que contém um estímulo à formação em Medicina de Família e Comunidade, que contém uma participação de outras especialidades médicas na atenção primária, o que é muito importante, porque é essencial que os especialistas focais compreendam as necessidades da atenção primária, compreendam a importância da atenção primária para a saúde da população.

Como Secretário de Saúde, como representante do Conass, damos apoio a essa prorrogação. Entendemos que é importante que, neste momento, nos foquemos na realidade. Sim, devemos sempre buscar o ideal, mas muitas vezes o ótimo é inimigo do bom e a realidade hoje é que precisamos de boa cobertura de atenção primária, precisamos de reforço na atenção primária, e a não prorrogação desse programa seria deletéria para a nossa população, que necessita dessa cobertura com um mínimo de resolutividade, tanto quanto possível; com o máximo possível de resolutividade e de cobertura.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Humberto. V. Ex^a é convidado a permanecer aqui, mas, como você disse que vai ter de sair, fica dispensada a sua presença.

Vou passar a palavra ao Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. V. Ex^a terá dez minutos para sua apresentação.

O SR. MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA – Boa tarde a todos e a todas! Eu queria cumprimentar o Deputado Leonardo Quintão e cumprimentar a todos.

O Conasems também, desde o princípio do programa, apoia integralmente o Programa Mais Médicos. Nós temos que observar toda a transição demográfica, epidemiológica e econômica que vive o País. O SUS, nos últimos 26 anos, possibilitou um importante aumento do acesso à saúde dos brasileiros, mas algumas comunidades remotas e vulneráveis ainda enfrentavam dificuldade de acesso ao serviço de saúde, principalmente ao médico. Essa dificuldade fez com que a Frente Nacional de Prefeitos encabeçasse uma campanha municipalista – Cadê o Médico? –, que se deu em janeiro de 2013.

O programa, criado pelo Ministério da Saúde em julho de 2013 como parte de uma série de medidas para combater as desigualdades de acesso à atenção básica resolutiva, criou três eixos. O programa não é só de provimento médico, mas teve como primeiro eixo o investimento na melhoria da estrutura da rede do SUS, particularmente nas Unidades Básicas de Saúde. Isso aconteceu e vem acontecendo; ainda há muitas unidades sendo ampliadas e tendo sua estrutura melhorada. O segundo eixo, a ampliação e reforma educacionais nos cursos de graduação em Medicina e na residência médica, também.

E o terceiro eixo, que nós estamos debatendo aqui, é o programa Mais Médicos para o Brasil, de provimento emergencial de médicos, principalmente nas áreas vulneráveis.

Outras iniciativas, Deputado, o Governo Federal já havia tentado em outras ocasiões. Queria lembrar aqui: em 1976, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento; em 1993, o Programa de Interiorização do SUS; em 2001, o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde; e o Provac em 2011, que é o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica. Todos esses programas contribuíram para atrair profissionais para áreas remotas, mas nenhum deles o conseguiu na magnitude necessária para suprir a demanda de Municípios.

Foi por meio do Programa Mais Médicos que o recrutamento e a alocação de médicos tiveram a dimensão necessária para atender a demanda do conjunto de Municípios. Já no primeiro ano o Programa Mais Médicos para o Brasil recrutou e alocou 14.462 médicos em 3.785 Municípios, mais da metade dos Municípios brasileiros. Desde a periferia de São Paulo, por exemplo – uma grande metrópole que não conseguia fixar médicos nessas periferias – até o interior de regiões isoladas do País, que tinham o mesmo problema de dificuldade de fixação do médico.

São muitos desafios para que as ações de médio e longo prazo possam substituir medidas de curto prazo, como o provimento emergencial dos médicos realizado pelo Programa Mais Médicos. O efeito dessas iniciativas vai depender de continuidade da articulação interfederativa, de políticas regulatórias, e do constante monitoramento e aprimoramento do programa.

Trago aqui um panorama do Mais Médicos para o Brasil. Em 2014, médicos brasileiros no programa, 1.846; em 2016, 5.274 médicos brasileiros. Então, saltou de 1,8 mil para 5 mil o número de médicos brasileiros, formados no Brasil, que tiveram interesse em participar do programa Mais Médicos. Médicos intercambistas – 1.187 para 1.537, de 2014 para 2016; e da Cooperação Opas, os médicos cubanos – 11.429 em 2014, 11.429 em 2016. Ou seja, o que cresceu de 2014 para 2016 foi o interesse de médicos brasileiros, que é o que todos nós queremos: que os médicos brasileiros vão para o interior, vão para a periferia das grandes cidades e fiquem, para que a gente possa dar acesso a todos cidadãos brasileiros. Então, o aumento de 2014 para 2016 foi de



médicos brasileiros nas últimas chamadas. Embora isso tenha ocorrido, 71% dos médicos do Programa Mais Médicos, 12.966, ainda são intercambistas individuais e da Cooperação Opas. Situação dos médicos da cooperação hoje: são 3.450 Municípios, 85% dos Municípios do programa; 90% dos médicos da cooperação em saúde indígena, trabalhando nas aldeias.

Sobre a substituição de profissionais, desde outubro do ano passado, o Conasems vem levando essa discussão da tripartite, chamando a atenção para o fato de que agora, dia 24 de agosto de 2016, 297 profissionais encerram o primeiro ciclo de três anos. E é preciso uma decisão, é preciso a prorrogação para que eles possam ficar e continuar, porque esses médicos estão onde o médico brasileiro não fica e às vezes mostra intenção de ir, mas não vai.

Em 30 de setembro, mais 1.614 médicos encerram os seus três anos – também teriam de retornar às suas origens ou, com a prorrogação, poderiam ficar mais três anos. E isso às vésperas de uma eleição municipal, o que impacta a vida dos 5.570 prefeitos do nosso País.

Essa tabela proposta, o Ministério da Saúde fez um estudo entre os profissionais brasileiros e o acompanhamento demonstrou que o médico brasileiro não fica em alguns Municípios – ele até escolhe, mas não assume; por isso o indicativo de substituição pelos cooperados nos editais e outros que percebem o interesse de médicos brasileiros.

Se a Medida Provisória nº 723 não for aprovada, os profissionais estrangeiros intercambistas individuais, cooperados cubanos e brasileiros formados no exterior que ainda não se submeteram ao exame de revalidação do diploma (Revalida) deverão deixar o programa. Eles totalizam 12.966 médicos, ou 71% dos médicos do programa. Seria o fim do programa, o colapso do Programa Mais Médicos. Se essa hipótese se confirmar e acarretar a descontinuidade desse importantíssimo programa, mais de 60 milhões de brasileiros ficarão desassistidos imediatamente, com incalculáveis prejuízos à atenção básica e a todos que dela dependem.

O Conasems já se manifestou, com notas técnicas, a favor da permanência dos médicos pela cooperação e os intercambistas por mais três anos, da continuidade desse importante programa para o conjunto de Municípios brasileiros. Eu queria reforçar aqui que nós temos a Frente Nacional de Prefeitos presente à Mesa, a Associação Brasileira de Municípios aqui presente, todos os prefeitos muitíssimo interessados nesse programa que levou o médico para a unidade de saúde, levou o médico para atender o cidadão brasileiro.

Nosso interesse é que avancemos com as escolas de Medicina; que se abram novas oportunidades no interior para a fixação dos médicos brasileiros para que estes – assim que derem conta de atender às unidades, de aceitar trabalhar nos Municípios, nas aldeias indígenas, em locais em que hoje há postos abertos que estão ocupados pelos médicos da Cooperação, pelos médicos do Mais Médicos – possam ser substituídos integralmente e tenhamos só brasileiros atendendo. Só que, neste momento, é necessário, sim, que os médicos de fora, da Cooperação e do Mais Médicos façam o trabalho brilhante que têm feito nos nossos Municípios. Este é o posicionamento do Conasems.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Mauro, pela sua exposição, dentro do tempo. Parabéns pela disciplina.

Passo a palavra para o Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Ronaldo, você vai ter dez minutos também.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Deputado.

Eu queria cumprimentar o Deputado Leonardo Quintão, o Mauro, os demais membros da Mesa, os Deputados, aqueles que acompanham esta audiência pública, e dizer que o Conselho Nacional de Saúde tem a responsabilidade delegada pela Constituição e um conjunto importante de normas de ser o órgão formulador e que compõe uma parte importante do controle social, que é a parte da participação popular, espaço em que pode haver a expressão dos profissionais de saúde, dos gestores, dos usuários e dos trabalhadores em saúde.

Portanto, com a responsabilidade de se posicionar sobre qualquer assunto, quando convocado, o Conselho Nacional de Saúde tem de ter como referência esse espaço colegiado que o povo brasileiro generosamente constituiu, que dá voz à participação popular. Nesse sentido, a respeito desse tema da audiência pública, o Conselho Nacional de Saúde tem bastante clara a sua posição desde agosto de 2013, quando aprovou, com seus instrumentos de deliberação, o apoio à Lei nº 12.871 que, – como foi dito aqui pelo Mauro e pelos demais painelistas que aqui – apresentou essa importante demanda, que, na verdade, as ruas, em 2013, reivindicaram. Esse foi um dos conjuntos das respostas que a participação popular, que queria saúde padrão Fifa, que queria maior atenção à saúde, garantiu ao povo brasileiro. E o Conselho Nacional de Saúde se manifestou em apoio a essa iniciativa que deu, mais uma vez, a demonstração concreta da capacidade e eficiência desse sistema que o Brasil construiu, que é o Sistema Único de Saúde. Uma iniciativa que, com a força e a capilaridade do nosso sistema, consegue levar assistência, em pouco mais de três anos – ou em pouco menos de três anos, porque



vai completar três anos agora em agosto –, a mais de 63 milhões de brasileiros. Ou seja, é trazer para a cidadania, no que diz respeito à saúde, uma população de uma Argentina inteira; é trazer para a assistência à saúde, para a cidadania, um continente.

Não haveria como o Conselho Nacional de Saúde se posicionar diferentemente dessa iniciativa que, como o Mauro, Presidente do Conasems, demonstrou aqui, não trata apenas do provimento de profissionais médicos, mas também da mudança no processo de formação e também da organização da atenção. Há algumas questões que, de tão repetidas, muitas vezes não se consegue ter muito a dimensão de sua capacidade de intervir na realidade. Entre as questões que são muito repetidas, uma é o potencial que existe no investimento na atenção básica. Nesses três anos há uma demonstração concreta, já com inúmeros indicadores, do impacto que teve na saúde da população brasileira a iniciativa desse programa. Algo que desde o nascedouro do Sistema Único de Saúde se apresenta em todos os estudos, em publicações internacionais, que é a resolutividade de que o investimento na atenção básica, na atenção primária é, de fato, efetivo. Nada mais do que o exercício prático do Mais Médicos trouxe para nos demonstrar como isso se estabelece.

Eu não poderia perder a oportunidade, neste momento, de também trazer, para além da discussão do Mais Médicos, da atenção básica, outras afirmações que são consenso.

A Câmara dos Deputados, há poucos meses, deu uma demonstração concreta de que é um grande consenso, também repetido e que precisa, num debate como este, ser pensado, que é o problema do financiamento do Sistema Único de Saúde. Recentemente, a Câmara dos Deputados, por 401 votos a 1, aprovou, em primeiro turno, a PEC nº 01, que resgata o financiamento suficiente e perene da saúde, que precisa, num momento como este, em que percebemos que há constatações, há debates que já estão mais do que consensuados, quando se tem vontade política, a materialização, a execução, a consequência prática e a definição política significam incluir, significam salvar vidas, significam amenizar o sofrimento do povo brasileiro.

Portanto, o Conselho Nacional de Saúde – sinto-me, com segurança, respaldado pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde –, dadas as condições e as consequências da não prorrogação que se propõem à medida provisória, entende que dizer “não” a essa prorrogação é dizer “não” ao Mais Médicos. E o Conselho Nacional de Saúde já disse “sim” a essa iniciativa. Portanto, o Conselho está aqui presente para referendar a necessidade de se desenvolver esse programa. E continuar a desenvolvê-lo é fundamental.

Mas, para além disso, o Conselho Nacional também, em um momento apropriado – acho que é importante fazer também essa discussão mais ampliada –, através do seu processo decisório, acabou de discutir a necessidade de se envolver o conjunto das outras profissões de saúde. O Conselho Nacional de Saúde acabou, no mês de abril, de aprovar uma resolução quanto à necessidade de discutir também as diretrizes curriculares nacionais, no conjunto das profissões da área de saúde, que também são fundamentais no processo de consolidar a atenção básica, de consolidar o trabalho, em equipe, de outra verdade e constatação que é consenso, mas que precisa ter ação prática, que precisa ter definição prática.

No Sistema Único de Saúde, desde a sua consagração na Constituição, há um conjunto importante de princípios, de grande consenso, que vêm permanentemente sendo repetidos. Entre eles, está o de retirar da doença e trazer para a saúde; retirar do hospital e levar para o território; retirar exclusivamente do médico e colocar na equipe. Ou seja, há um conjunto já de grandes consensos construídos que precisam ter desdobramento e consequência prática.

Nesse sentido, além de o Conselho Nacional de Saúde trazer aqui o apoio à prorrogação do Mais Médicos, ele também tem se colocado à disposição e colocado, à frente do debate, a necessidade de esses grandes consensos ganharem materialidade, ganharem ação prática, não saírem apenas do discurso, e ganhar a materialidade na ação e no serviço, na ação em equipe, na estruturação da atenção básica, na estruturação do financiamento da saúde. Por isso a experiência, a evidência que traz os resultados concretos para a vida do povo brasileiro que o Mais Médicos nos proporcionou não têm consequências apenas na questão do Mais Médicos; trazem acúmulo político para nós defendermos, com mais convicção, o Sistema Único de Saúde e, principalmente, o conjunto dos seus princípios, o conjunto daquilo que nós escrevemos na Constituição de 1988, que infelizmente, mais recentemente, está sob sérias ameaças.

Há algumas autoridades dizendo que a Constituição não cabe no Orçamento da União e faz com que nós precisemos fazer alguns debates, a respeito de princípios, a respeito de grandes consensos já contratados na sociedade brasileira.

Que esses consensos, de fato, consigam ganhar materialidade. E não temos a menor sombra de dúvida quanto a isso. Por isso o Conselho Nacional de Saúde está aqui, reafirmando o apoio à prorrogação do art.

160, da Lei nº 12.871, que é o conteúdo dessa medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Ronald.



Eu falei Ronaldo aqui, porque a minha lente está seca e não estou enxergando direito, não, está bem, Ronald? Agora está certinho aqui.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

Eu vou ter que pingar um colírio, porque a lente está seca.

Vamos passar a palavra, agora, para o nosso querido Prefeito de Lagoa Santa, Dr. Fernando, que aqui representa a Frente Nacional de Prefeitos.

Dr. Fernando, V. Exª tem dez minutos. Seja bem-vindo aqui!

Antes disso, eu quero aqui anunciar a presença do Deputado Jones, do Rio Grande do Sul, e reconhecer os trabalhos de S. Exª, quando no Ministério da Saúde. Sempre nos atendeu lá com muita simplicidade, e resolvendo os problemas de todos os Parlamentares do Brasil e dos Senadores aqui também.

E anuncio o Deputado Alan Rick, membro da Comissão e que se faz presente também. Bem-vindo à Comissão!

O SR. FERNANDO PEREIRA GOMES NETO – Meu cordial boa-tarde, senhoras e senhores aqui presentes.

É um prazer ser presidido pelo Sr., colega mineiro, Deputado Leonardo Quintão.

Sr. Senador, ex-Ministro e colega, eu queria merecer dos senhores e dos demais Deputados aqui presentes o beneplácito de entenderem que é a minha primeira audiência pública. Então, se a minha sintaxe ou o meu comportamento não forem adequados, perdoem-me, porque se trata de um debutante. Então, está sob alguma emoção.

A Frente Nacional de Prefeitos é uma entidade municipalista nacional, suprapartidária, que reúne grandes e médias cidades brasileiras. A Frente é dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas em exercício de seus mandatos.

A Frente prioriza a sua atuação em 400 Municípios, que representam 60% da população, 75% do PIB e 100% das capitais. Instituída em 1989, é a única representante dos Municípios brasileiros dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas em exercício de mandatos.

O seu Presidente atual é o Prefeito de Belo Horizonte, meu correligionário Márcio Lacerda, que me deu esta missão ontem à tarde.

Em junho de 2012, a Frente realizou um seminário, com a presença do então Ministro da Saúde à época, Alexandre Padilha, cujo objetivo foi elaborar medidas para melhorar a gestão da saúde pública nos Municípios. E, desse seminário, surgiu a campanha Cadê o Médico? – aliás, essa é uma demanda que o cidadão, na rua, cobra muito da gente. Principalmente no meu caso, que sou um cirurgião geral.

O movimento alcançou 4.600 assinaturas e conseguiu a adesão de dezenas de entidades municipalistas, de todo o País. Mais de 2.500 prefeitos assinaram o documento. Em 31 de janeiro, o abaixo-assinado é entregue ao Ministro da Saúde. No dia 23 de abril, durante o II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, o Governo manifesta-se favorável à reivindicação dos prefeitos pelo então Programa Mais Médicos.

Lançado, portanto, no dia 8 de julho de 2013, atualmente o Programa soma 134 milhões de brasileiros beneficiados, 4.058 Municípios atendidos e 18.240 médicos a mais, para atender à população do SUS.

A Frente Nacional reivindicou a contratação imediata de mais médicos para a saúde pública brasileira. No dia 29 de abril deste ano, o Governo assina medida provisória que prorroga a permanência de mais médicos no programa. Na ocasião o nosso Presidente, Márcio Lacerda, destacou a medida provisória como uma grande conquista para os prefeitos.

Algumas outras considerações eu deixo para o momento do debate. Por enquanto é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Vou passar a palavra, agora, ao Senador Humberto Costa, que é o Relator dessa medida provisória.

Quero saudar V. Exª, porque esta audiência pública foi fruto de um debate de V. Exª – o Deputado Solla também requereu a audiência. Então, V. Exª tem o tempo que quiser, para trazer a experiência, como Ministro da Saúde, como Senador, para que nós possamos trazer a este plenário – quem sabe até amanhã – o relatório de V. Exª, porque esse programa é importante para todos os brasileiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Bem, boa tarde a todos, a todas!

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Deputados e Deputadas, primeiramente eu gostaria de registrar, com satisfação, que eu tive a oportunidade de participar da Comissão Mista que discutiu a lei – à época ainda medida provisória – que criou o Mais Médicos, a diferença entre o clima que nós vivemos naquela época e o que nós estamos vivendo hoje.

Àquela época houve uma disputa política extremamente dura, extremamente forte, e eu acredito que e – a não ser aqueles que, por razões de ordem ideológica ou qualquer outra, se coloquem frontalmente contra o programa, mas –, na verdade, esse é um programa vitorioso, um programa que eu diria quase con-



sensual, à exceção dessas pessoas cujas posição nós respeitamos, mas que representam um universo bastante pequeno em relação aos usuários, aos gestores, aos profissionais da área de saúde pública que acompanham esse programa.

E ainda estão por vir os grandes resultados desse processo de universalização da cobertura, na área da atenção básica, sobre a qual nós sempre dissemos que teria condição de resolutividade de um percentual extremamente expressivo dos problemas de saúde da população brasileira.

Naquela época, um grande debate que houve aqui foi o de que esse programa ia interferir pesadamente no mercado de trabalho dos médicos, ia provocar um aviltamento das condições de trabalho e da remuneração porque ia, de uma hora para outra, despejar uma quantidade de médicos muito grande, especialmente médicos estrangeiros, e criar uma competição, digamos, predatória em relação ao mercado de trabalho médico.

Hoje nós podemos dizer, com absoluta tranquilidade, que esse efeito não ocorreu. Ao contrário, o programa conseguiu atrair para si e para o atendimento a muitas comunidades onde provavelmente jamais um médico pisou, inclusive médicos brasileiros. Então, esse ponto daquela polêmica eu acho que ele foi devidamente demonstrado que não tinha nenhuma fundamentação, a não ser a disputa política, como eu falei.

Levantou-se a má qualificação dos profissionais estrangeiros. Eu vou falar primeiro da questão da cobertura, depois a gente entra no outro debate. A má qualificação dos profissionais estrangeiros, que estávamos colocando para a população profissionais que, além de não conhecerem a realidade sanitária do Brasil, tinham uma formação questionável. Por mais que nós disséssemos que a formação dos profissionais cubanos é uma das melhores que nós temos no universo do atendimento à saúde, da formação profissional em saúde no mundo, o que se dizia é que nós iríamos acumular situações de erros médicos, de acidentes, de prática equivocada do ponto de vista profissional.

Chegamos ao ponto da exigência de que todos teriam que ter se submetido ao Revalida. E chegamos ao ponto de que terminou sendo o Ministério da Saúde o responsável por garantir o licenciamento legal para que esses profissionais pudessem exercer a sua profissão.

Dissemos, inclusive, que não haveria qualquer risco aos profissionais brasileiros porque esses profissionais seriam alocados e lá permaneceriam, nesses lugares. E o nível de abandono, especialmente pelos médicos estrangeiros, é bastante pequeno nesse programa do Mais Médicos. Inclusive, muita gente que achava, e não só achava, como estimulou que os médicos que vieram de Cuba pudessem se rebelar e criaram até instrumentos para que eles pudessem solicitar asilo político nos Estados Unidos, enfim. E a quantidade de profissionais que ingressou nesse caminho foi muito pequena, mostrando inclusive a solidez não apenas da formação técnica, mas da formação político-ideológica e ética que esses profissionais tinham, e têm, na verdade.

Então, eu acho que a prática demonstrou que muitos desses questionamentos, muitos desses temores não tinham absolutamente fundamentação.

E um outro componente importante que havia era o do questionamento da ampliação do número de cursos médicos no Brasil.

Era quase que a colocação de um sinal de igual: mais faculdades, mais cursos, é igual a má qualidade. Quando isso também não aconteceu.

Os critérios, inclusive, que foram adotados pelo Ministério da Educação, depois de muitos anos atuando em conjunto com o Ministério da Saúde, procuraram levar em consideração a concentração na formação dos profissionais, a realidade sanitária das diversas regiões e um processo de licitação para escolha das futuras faculdades a passarem a funcionar. Naturalmente que esse processo tem imperfeições que, ao longo do tempo, merecem e mereceriam aperfeiçoamento.

E hoje eu vejo com uma certa preocupação os rumores de que esse processo de abertura de novos cursos voltaria àquele modelo passado do balcão. Eu monto o meu projeto, monto a minha faculdade, vou lá no Ministério da Educação e, aí, vou brigar para que ela seja aprovada, inclusive com a utilização da minha influência política, enfim. Espero que não seja isso que venha a acontecer. Que se aperfeiçoe o processo, que se melhore o processo de licitação. Se há alguma dúvida, levantada inclusive por órgãos de fiscalização, que se faça o aperfeiçoamento, mas eu creio que tem que caminhar um pouco por aí.

E, por último, a lembrança de que uma das coisas em que nós mais batíamos é que o processo era composto por três frentes, não é? Uma era essa do Mais Médicos, dos médicos na atenção básica, lá na ponta, na cobertura. Isso nós já conversamos aqui que foi obtido. E eu tenho uma expectativa muito positiva de que mais cedo do que a gente imaginava, não agora, mas mais cedo do que a gente imaginava, a gente talvez possa ter o contingente total com médicos brasileiros.

Eu acho que o Ministério da Saúde, quando lançou esse programa, foi muito criativo quando procurou vincular o programa a um estímulo à prática da residência médica. Existem outros componentes que foram adotados também. Então, esse é um aspecto que eu acho importante.



E também, ainda no aspecto da formação, o estímulo à pós-graduação, que me parece que é uma outra coisa muito importante, especialmente no que diz respeito à residência médica. A residência médica deixando de ser algo, digamos, engolfado pela autonomia das universidades ou das instituições da área da saúde. Mas passando a ser financiada a partir da necessidade das diversas regiões e das necessidades do País.

Quer dizer, hoje nós sabemos que na área da especialização, área de Pediatria, área de Psiquiatria, diminuiu um pouco na área de Anestesiologia, mas ainda há praticamente um número muito pequeno de médicos formados nessa condição. E direcionar e estimular mais determinadas especialidades é algo legítimo e correto do ponto de vista de adequação da nossa rede às demandas da população.

E, por último, que era a questão da recuperação da rede.

Logicamente que eu hoje não tenho uma dimensão clara do quanto avançou o processo de reforma, substituição, criação de novas Unidades Básicas de Saúde, mas foi um crescimento expressivo. As condições de trabalho que são dadas hoje a esses profissionais, pelo menos do ponto de vista da instalação, são bastante interessantes, bastante adequadas e a rede sofreu, sem dúvida, um processo de recuperação.

Bom, por último, atendendo não somente aos reclamos das prefeituras, dos governos estaduais, do próprio Ministério da Saúde e da população de um modo geral, acho que nós temos que ser realmente rápidos na aprovação desta Medida Provisória para que nós possamos dar segurança a todos os atores envolvidos no Programa Mais Médicos. E pretendo, como ficou acertado aqui, apresentar o meu relatório no dia de amanhã.

Eu queria somente dirigir uma pergunta a cada um dos integrantes da Mesa apenas para reforçar ou conhecer uma opinião. Acho que a gente falhou, deveríamos ter convocado aqui uma representação da categoria médica. Deveríamos ter convocado aqui o Conselho Federal de Medicina, ou a AMB ou Federação, porque eu acho que muitas sugestões podem ser dadas inclusive de aprimoramento do programa, outras ideias têm que surgir. Não sei se ainda é mais viável, porque há uma demanda de que se faça isso até amanhã, mas nada impede que novas sugestões possam ser recebidas sem nenhum problema.

Mas eu queria perguntar, primeiro, ao representante do Conselho Nacional, o Ronald, a opinião do Conselho sobre o Programa especialmente em relação ao que se pretende ser estruturante em termos da formação de profissionais, ampliando o número de vagas em Medicina e o número de faculdades, inclusive porque o Conselho Nacional de Saúde tem também a prerrogativa de opinar sobre a criação de novos cursos de Medicina.

Para o pessoal do Conasems, eu perguntaria, já que um dos questionamentos que havia e houve até algumas publicidades meio jocosas que falavam que o idioma dos médicos cubanos seria um impedimento para o estabelecimento de uma boa relação entre esses profissionais e os pacientes, se o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde construiu alguma visão sobre isso, se tem alguma constatação em relação a essa questão.

E, para a Frente Nacional de Prefeitos, eu pergunto se os Municípios, na eventualidade de nós não mantermos esse Programa, se eles teriam condição de bancar esse programa com seus recursos próprios.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Antes de passar a palavra aos convidados, eu quero passar a palavra para o nobre Deputado Alan Rick, que quer usar da palavra.

Nobre Deputado.

O SR. ALAN RICK (PRB - AC) – Sr. Presidente, Deputado Leonardo Quintão, senhores componentes da Mesa, ilustre Senador e ex-Ministro Humberto Costa, Relator desta matéria, que eu considero de suma importância para o atendimento de saúde nos rincões mais distantes deste Brasil tão grande, sou Deputado de primeiro mandato do Estado do Acre, o Ministro conhece e sabe das dificuldades que nós enfrentamos, principalmente para propiciar a saúde básica nos Municípios isolados, aonde só chegamos de barco, numa viagem que dura até quatro dias, ou de avião monomotor, pousando em pistas esburacadas, perigosas.

Enfim, são populações hoje desassistidas.

O Programa Mais Médicos vem ao encontro dessa demanda, dessa necessidade, que não é só do Acre, é do Brasil inteiro. Falo, portanto, como exemplo da minha realidade.

Ora, fui procurado, no final do ano passado e início deste ano, por uma comitiva de médicos brasileiros formados no exterior, relatando as dificuldades para ingressarem no Programa Mais Médicos.

A Lei nº 12.871, no seu art. 13, § 1º, estabelece a regra de prioridades para contratação dos médicos. Diz o seguinte: a primeira prioridade são os médicos brasileiros formados no Brasil, com CRM; a segunda prioridade são os médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras, com habilitação para o exercício da medicina no exterior; em terceiro lugar, médicos estrangeiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior. Entre os dois últimos casos, sem necessidade, da revalidação do diploma.

Ocorre que a Portaria Interministerial nº 1.369, de 2013, estabeleceu um critério que é distorcido e que culta a entrada dos médicos brasileiros formados na Bolívia, no Peru, no Paraguai, no Equador, que vão



para esses países em busca da formação em nível superior em Medicina por conta da dificuldade no Brasil. Fazer Medicina no Brasil é caríssimo, senhoras e senhores. É um curso elitizado, o que precisamos repensar, mas sem retirar a qualidade do curso, tendo como prioridade qualificar ainda mais as escolas de Medicina no Brasil.

Mas a necessidade desses estudantes de buscar o amparo no país estrangeiro leva, então, a um grande número, no Brasil, hoje, que está em torno de 22 mil profissionais formados no exterior. E, no meu Estado, o Acre, Senador Humberto Costa, ilustre Relator revisor, Deputado Jorge Solla, são cerca de quatro mil médicos. São esses médicos que se dignam trabalhar lá em Santa Rosa do Purus, em Marechal Thaumaturgo, em Porto Walter, Municípios absolutamente distantes, que chamamos até de isolados, devido à falta de comunicação por estrada com a capital, Rio Branco.

Dito isso, nós apresentamos uma emenda aditiva, Senador Humberto Costa, que estabelece a correção dessa distorção da Portaria Interministerial nº 1.369. Estabelece que a relação estatística médico/habitante existente no país de exercício profissional não poderá ser adotada como critério classificatório ou eliminatório em prejuízo dos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para o exercício da Medicina no exterior.

Estou aqui com milhares, centenas – são milhares de médicos formados no exterior –, mas aqui tenho centenas de médicos, que tiveram que entrar na Justiça, com liminar favorável, formados na Bolívia, no Paraguai, no Peru, para ingressar no Mais Médicos.

Ilustre Relator, o senhor tem hoje a possibilidade de resolver uma distorção, e o seu conhecimento, a sua capacidade, por ter experiência na Pasta e, obviamente, conhecimento em campo dessa dificuldade, que vai permitir que milhares de médicos brasileiros possam exercer a profissão.

E outra coisa: todos eles são favoráveis ao Revalida. Todos eles querem fazer o Revalida, porque querem não só trabalhar no Mais Médicos, mas também exercer a medicina no Brasil, com seu CRM, com seu diploma revalidado.

Portanto, venho pedir ao ilustre Relator a sensibilidade de acatar as nossas sugestões nessa emenda aditiva, para que possamos solucionar essa distorção, que hoje prejudica milhares de médicos. São eles que vão atender lá nos rincões do Acre, do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de todo o Brasil.

Ah, sim, me foi lembrado aqui, a nossa emenda aditiva é a Emenda nº 11, Sr. Ministro e Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Leonardo Quintão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Nobre Deputado Alan Rick, acho que é pertinente a emenda. Eu, como Presidente, também vou ler e discutir com o Relator.

Acho que o Relator poderia também usar da palavra, porque é de extrema importância a sugestão de V. Ex^a. Parabéns pela emenda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Na verdade, quando se adotou essa definição, o objetivo era que o Mais Médicos também não funcionasse com um sentido de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Exatamente. O objetivo era ter uma relação solidária. Quer dizer, a ideia de levar em consideração o número de habitante/paciente era para que não transferíssemos para outros países o problema que tínhamos.

Talvez, analisando o que representa esse quantitativo, pudéssemos pensar. Poderíamos conversar, quando terminássemos aqui, não é Solla?

O SR. ALAN RICK (PRB - AC) – A nossa sugestão, Senador, é a de que essa regra, que é pertinente, que é importantíssima, para não desfalcarmos os países vizinhos de seus médicos formados e patrícios... É para que não apliquemos essa regra aos médicos brasileiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Aos médicos brasileiros.

O SR. ALAN RICK (PRB - AC) – Somente isso.

E aí teremos a resolução desse problema e a contemplação dos médicos brasileiros formados no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Parabéns, Deputado Alan Rick.

Acho que o Relator Humberto Costa terá toda a sensibilidade para discutir isso.

Em meu gabinete, também tenho recebido essas demandas, e está nas mãos dessa medida provisória solucionar isso e também dar a oportunidade de os médicos brasileiros trabalharem perto de casa. Acho que a intenção da proposição do Deputado Alan Rick é essa.

Em Minas Gerais, também somos um país. Em vários Municípios, infelizmente, as mães mandam os meninos estudarem em outros países. Há casos de Municípios em que sou votado, em que existem estudantes em outros países – Bolívia, Paraguai, Argentina –, que também gostariam de ter a mesma oportunidade.

Então, parabéns.



Deputado Mandetta.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Boa tarde a todos!

Muito obrigado a todos os partícipes desta reunião, que, infelizmente, não têm nenhum olhar diferente. É uma reunião de gestores: o gestor estadual, o gestor municipal, o gestor federal, gestores políticos. Mas não há aquele ao qual se aplica a regra, que é o trabalhador.

Esse trabalhador carrega esse sistema, o mesmo trabalhador que sofre os comentários todos que percebi aqui, na Mesa, hoje: de que são sectários, de que temos que retirar do médico a atuação do médico.

Interessante isso! Para quê? Se querem tanto mais médicos, por que vamos retirar do médico o que é do médico?

Aí nós escutamos sentenças das mais interessantes. Uma que disse o Ministro foi de que, nas últimas chamadas, só brasileiros, mas não é o que milhares de brasileiros reclamam. Nós saímos de uma formação de 148 faculdades de Medicina, estamos com 298. A continuar o mesmo critério, Senador, iremos a 360 – isso tudo em um ano e meio. Sem discutirmos quem são os mestres, quem são os professores, botamos uma usina: vamos formar 35 mil por ano, vamos formar 350 mil por década, vamos estabilizar, como eles trabalham 40 anos, em 1,4 milhão médicos – mais médicos do que hoje há técnicos de enfermagem. Critérios de abertura, como diz o Senador, acabou o balcão de negócios, a ponto de o TCU ter mandado parar exatamente pelo balcão de negócios.

Para o Conasems, neste momento é fundamental... Quando foi feito, três anos atrás, falaram a mesma coisa, ou seja, neste momento é fundamental. Em três anos nós iremos analisar uma proposta para os médicos brasileiros. E a proposta para os médicos brasileiros é uma só: chama-se carreira de Estado. Isso porque os médicos brasileiros ao irem para os Municípios – presente aqui a Frente Nacional de Prefeitos – foram vítimas, nesses 26, 27 anos de SUS, de todo tipo de calote e de precariedade de vínculo que se possa imaginar. Quando ele era um bom profissional, o prefeito pedia para ele ir embora porque tinha medo que de o cara concorrer à prefeitura contra ele. E vários concorreram e viraram políticos partindo de Municípios. E quando ele era um profissional de que a população não gostava, também era mandado embora. Então, se não fosse bom, era mandado embora, mas, se fosse bom, era mandado embora também. E aí ficou uma espiral, principalmente em ano eleitoral. Em ano eleitoral, todo mundo contratava. Acabou a eleição, todo mundo demitia. Era assim que funcionava.

Eu continuo com as mesmas objeções que tinha no começo. Isso é um estado de exceção. Não se constrói um sistema com improvisação. É muita incompetência de parte deste País não ter uma proposta de uma medicina brasileira para brasileiros. É assumir definitivamente a incompetência do Estado. Essa incompetência vem traduzida de inúmeras, inúmeras, inúmeras, inúmeras situações que a gente percebe nas falas. Estamos atendendo 63 milhões de brasileiros, e são 17 mil médicos. Os outros 400 mil atenderiam quantos brasileiros? Se nós somos 200 milhões, eu acho que essa conta é uma conta extremamente criativa.

O Conass me diz que o programa nasceu da participação popular que pedia saúde padrão Fifa, e que isso foi dado e alcançado.

O Senador diz que os médicos cubanos são os melhores do universo. Todas as frases eu anotei e pus aspas.

Eu vejo um total desprezo da Mesa aos médicos brasileiros, total desprezo. Vejo uma total virada de costas para aqueles que estão carregando o sistema há mais de 20 anos sem um reajuste de tabela do SUS, aqueles que não têm um vínculo qualificado dentro desse sistema de saúde que vocês enaltecem e viram as costas para os mesmos, como se eles fossem os culpados pela incompetência política de fazer um sistema que tenha profissionais remunerados a contento na ponta.

Essa medida provisória vai além somente do Revalida e do visto. Ele jogou para 2019 a renovação, 2018/2019. Nós temos eleições presidenciais em 2018. Provavelmente vamos ter de novo a discussão de quem é a favor que se renove e quem é a favor que encerre em 2018. Provavelmente vocês voltarão aqui com as mesmas falas: “Nós somos favoráveis a que se continue porque, no momento, é fundamental que continuemos”. Por quanto tempo? Por cinco, por dez, por 20, por 30, por cem anos? Por quanto tempo a classe médica vai ter que tolerar a incompetência dos governos?

Só nos digam porque nós entendemos quase como um quadro de doença, é mais uma doença que nós teremos que conviver e tratar. Não pense, Senador, que a falta, o “registro” – entre aspas – no Ministério da Saúde, não teve falhas grosseiras, que não teve má prática médica. Eu gostaria de saber quantas sindicâncias médicas foram abertas lá dentro ou se não houve nenhuma queixa, não houve nada, não teve nenhuma intercorrência com essas pessoas é porque, provavelmente, o nível de exigência era muito baixo.

Onde elas estão? Falaram aqui de fronteira, eu vi numa audiência pública outro dia a localização desses dicos em relação à fronteira. Essa abertura, vamos abrir para todos os médicos formados na Bolívia, no Paraguai. Lá em Ponta Porã, no meu Estado, do lado de lá chama-se Pedro Juan Caballero, está famosa. Outro dia



mataram um traficante lá com uma ponta 50 – saiu no Fantástico –, lá abriram sete faculdades de Medicina. Muito bom, visitem lá, ótimo, manda vir, vá à Bolívia, há 26 mil brasileiros entre formandos e formados. Mandem vir. É mais uma parte da doença.

Nós vamos criar uma situação de duas medicinas. Já temos e vamos aprofundá-la: uma para a elite política que vai para o Sírrio Libanês, que vai para a Rede D’Or, que vai para os consultórios, que vai para os planos de saúde. A outra, aceite esse, porque como disse o Ministro da Saúde: “É melhor um desses do que uma benzedeira ou um farmacêutico”. Os farmacêuticos ficaram bravos, viu, Senador? Os farmacêuticos ficaram extremamente irritados. E as benzedeiros também porque elas têm o seu papel dentro da nossa cultura e dentro da proteção espiritual do povo brasileiro.

Acho deprimente fazer esse rito que eu vi aqui. Um Presidente chegou e falou: “Então há consenso, nós vamos fazer...”, está aqui o grande acordo que foi feito na Comissão. Não, eu quero convocar uma audiência pública para terça-feira, às 14h para debatermos esse programa e, no dia seguinte, quarta-feira vou apresentar o relatório e vamos votar às 14h.

Esta aqui que vocês estão é a audiência pública. Amanhã, vota.

A lei pegou, Senador, a residência médica e colocou como pré-requisito de um a dois anos para todas as especialidades. Você vai levar seis anos para fazer um médico; dois anos de pré-requisito de Saúde da Família, para poder ir lá e prestar um serviço civil obrigatório, por vias tortas. Aí o cidadão vai querer fazer, sei lá, neurocirurgia; são mais cinco. Então, seis com dois, oito; com cinco, treze. Se ele começar a faculdade dele com trinta e poucos anos ou com vinte e poucos anos, lá pelos trinta e cinco, ele está começando a trabalhar. E ainda tem mais um de serviço militar obrigatório.

Aí vocês olham e falam assim: “Eu tenho muito idoso, preciso de especialista. O que está acontecendo?” Estou com tudo mundo parado na residência. Nós fizemos essa discussão durante oito meses na Comissão de Seguridade Social e Família, no ano passado. Todas essas emendas que eu coloquei aqui, nenhuma é feita isoladamente. São todos os projetos recomendados, de autoria da Comissão de Seguridade Social e Família, que abriu uma subcomissão e ficou por oito meses estudando o programa.

É um improviso o programa; é um improviso a medida provisória, feita no apagar das luzes do Governo só para marcar uma posição política; é um improviso a condução deste Governo no capítulo da saúde; é um improviso esta Comissão de medida provisória fazer esse tipo de reunião e marcar uma votação, de improviso, para amanhã, assim como vai ser um improviso levar para o Plenário e falar novamente a mesma coisa. “Afim de contas, quem é a favor ou quem é contra levar mais médico?” Aí se reduz a discussão. Está aprovado. Ele é contra levar mais médico para você, e nós somos a favor. Nós somos bons, e ele é mau.

Isso aqui é parte da patologia. Ou vocês entendam que vocês poderiam tratar alguma coisa desse sistema ou vocês continuarão repetindo, igual a papagaios de pirata, de três em três anos todas as máximas que eu escutei aqui: “Atendemos 60 milhões de habitantes; somos fundamentais, somos os melhores médicos do universo, precisamos ser mantidos; afim de contas, precisamos demais desse dinheiro, precisamos demais desses profissionais.”

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Obrigado, Deputado Mandetta. Eu, por deferência do Deputado Quintão, acabo assumindo a Presidência da Reunião, mas estava inscrito antes para falar.

Então, eu gostaria, Deputado Mandetta, em breves palavras, só de registrar que eu tenho a experiência, singular talvez, de ter sido Secretário de Saúde, Senador Humberto Costa, quando estava sendo implantado o programa e estou tendo a oportunidade de ser Deputado neste momento por um Estado, o Rio Grande do Sul, absolutamente polarizado politicamente, principalmente entre PT e PMDB. Eu convivi com esse processo de implantação do programa, sendo implantado em Porto Alegre, na Região Metropolitana, e pelo interior do Estado. Vivi as resistências das pessoas com dúvida sobre o programa.

E acho que talvez, na minha opinião, foi o que aconteceu de mais impactante no SUS, nos últimos anos. No meu Município, eu estava na Secretaria, nós saltamos de 24%, 25%, para 55% a cobertura da atenção básica, graças ao incremento do Programa Mais Médicos que proporcionou isso. Então, não tenho dúvida de que foi o que houve de mais impactante no SUS, nos últimos anos.

Acho, como os senhores todos desta Mesa devem achar, e como os Srs. Deputados devem achar, que há muito o que ser aperfeiçoado, muito o que ser trabalhado. Todas as questões, Deputado Mandetta, se me permite, que V. Exª traz, absolutamente todas elas são pertinentes, como são pertinentes também as de quem está nesta mesa, defendendo que o programa se mantenha.

E acho que não existe a dicotomia entre bem e mal. Estamos todos num grande debate – o Conass, o Conasems, o Conselho Nacional de Saúde, os Deputados e os Senadores – para buscar soluções.

É pauta de todos nós – se não de todos nós, mas da maioria – o Plano de Carreira do SUS. É pauta de todos; sinalizar para a classe médica, para os futuros profissionais da saúde um plano de carreira, algo que estabele-



leça início, meio e fim quando ele entra no serviço público. Lá no Rio Grande do Sul, há bons exemplos disso. O Deputado Osmar Terra, que eu substituo no mandato, quando foi Prefeito no Município de Santa Rosa, foi um dos pioneiros, no Brasil, a implantar o Plano de Carreira do SUS. Então, já existem bons exemplos funcionando.

Acho que nós temos que fugir da dicotomia do bem e do mal. Todos nós concordamos que os médicos precisam de legislação, de aperfeiçoamento. Agora, é fato também que interromper o programa neste momento causaria, sim, um grande problema para os gestores municipais; causaria uma situação de muita dificuldade substituir, de alguma forma, esse programa.

Na minha opinião, as coisas não são excludentes. O que nós não podemos fazer é ficar esperando três anos para o debate voltar. Se for assim, nós estaremos nesta Mesa, de novo, dizendo que precisamos renovar, e o senhor e outros, dizendo que, nesse tempo todo, também não foi feito nada para sinalizar aos médicos todas as reivindicações justas, legítimas e fundamentais que devem ser atendidas.

O mais importante, talvez... Não sei de que maneira nós poderíamos amarrar isso na medida provisória, Relator, Senador Humberto, para que este debate – Nardi, obrigado pela presença – não se encerre; para que, daqui a três anos, tenhamos um cronograma de debates, um cronograma de discussão e possamos avançar também nas justas e legítimas reivindicações de todos os profissionais do SUS, especialmente da categoria médica.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Sr. Presidente, eu fui citado.

Quero só deixar claro que esta discussão, hoje, para se votar amanhã é completamente precipitada e amadora pela gravidade do caso, pelo que está em jogo. Ponto!

Daqui a três anos, se continuar no mesmo ritmo, todos os setores que estão aqui vão vir e falar assim: “É fundamental prorrogar.” Ponto!

Eu não falei do vínculo trabalhista desses médicos que estão aqui, principalmente os de Cuba. Eles estão sozinhos, sem família. Estão lá nas cidades que foram citadas aqui, ganhando R\$1,2 mil, e Cuba, ganhando R\$9 mil.

Há uma emenda minha, Senador, que propõe o pagamento direto ao médico. Pelo seu profissionalismo ideológico, sugiro, conforme está na emenda que eu apresentei, que vá até a embaixada para abrir uma conta no Banco do Brasil, a fim de que seja feito o pagamento. Paguemos a eles. Se gosta tanto de uma pessoa, dê liberdade. Liberdade é um ato de extrema generosidade dos países, principalmente quando negociam pessoas como se *commodities* fossem. Tragam suas famílias e exerçam onde quiserem. Assim eu acho que fica um pouco mais claro este debate.

Peço licença, porque tenho que cumprir uma agenda agora no Ministério da Saúde – estou indo para lá.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Está ótimo. Muito obrigado.

Muito bem. O Deputado Jorge Solla está inscrito.

Deputado, permita-me, em 30 segundos, ilustrar o debate e talvez até subsidiar a sua argumentação.

Nós temos recebido aqui, via internet, algumas manifestações de pessoas que estão nos assistindo nas suas casas. Vou ler pelo menos umas duas ou três para que tenhamos uma ideia do que as pessoas estão percebendo.

Diz aqui a Manoela Meireles: “Por que vocês não fazem um programa de melhoria de salários para os médicos terem interesse em ir ao interior e locais distantes, como já existe no judiciário!!”

É o plano de carreira, que nós estávamos discutindo aqui antes.

Rafael Pinheiro: “Sou contra a medida! Todo país sério tem suas regras, conselhos e regimentos de classe. Em todo o mundo, tornar-se médico estrangeiro, revalidar o diploma, é de extrema dificuldade e grandes exigências. País democrático e sério não sobrepuja as regras dos conselhos de classe!”

Depois, o Josino – encerro com esses três: “Aqui na cidade, os piores médicos são brasileiros, sem zelo pelo paciente, errando bastante diagnóstico, carregando consigo, no exercício de sua profissão, péssimos valores. Não devemos acreditar em propagandas sindicais e o governo não deve ceder a esses caprichos de classes.”

E, aí, segue.

Deputado Jorge Solla com a palavra.

O SR. JORGE Solla (PT - BA) – Obrigado.

Eu queria, primeiro, registrar, até para quem está nos assistindo, que foram importantes, Deputado Jones, essas declarações que V. Exª registrou aqui de quem está acompanhando.

Queria pontuar exatamente qual é o assunto de que essa medida provisória trata. Nós não estamos discutindo aqui uma medida provisória que foi criada com o objetivo de alterar diversos aspectos da lei do Mais Médicos. Não! Nessa medida provisória, a Presidenta Dilma, de forma coerente, atendeu a uma demanda dos gestores do sistema de saúde. Foi dos gestores mesmo! Dos prefeitos, dos secretários estaduais, secretários municipais, governadores, preocupados com a possibilidade de não poderem continuar contando com um conjunto importante de profissionais médicos estrangeiros, que estão atuando no seio do Programa Mais Médicos, porque a lei estabelecia um limite de três anos, findos os quais, se o profissional estrangeiro não tivesse



conseguido a revalidação, não poderia renovar o seu contrato. Este é o problema: o risco de perder esses profissionais, como foi aqui citado pelo representante dos prefeitos, dos secretários, inclusive com os números – que não vou repetir aqui – de quantos vão vencer em agosto, de quantos vão vencer em setembro, em outubro, e tal.

Eu acompanhei e, inclusive, tive a oportunidade de discutir o assunto com a Presidenta Dilma, em uma visita que ela fez a Salvador, quando da inauguração de um conjunto de habitações do Minha Casa, Minha Vida, junto com outros Parlamentares. Levamos a preocupação dos prefeitos da Bahia, dos secretários municipais, e a Presidenta se mostrou simpática e encaminhou a medida provisória permitindo a renovação por mais três anos.

Então, o primeiro ponto que eu gostaria de deixar bem claro é o que nós estamos discutindo aqui. Esse é um ponto importante.

Por isso, acho que a audiência com os gestores é mais do que coerente; porque foram os gestores que demandaram à Presidenta Dilma a criação dessa medida provisória. Então, acho que os senhores aqui estão trazendo os elementos, e temos também aqui o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que, digamos assim, complementa a visão, já que o Conselho representa usuários, trabalhadores de saúde, além também da representação dos gestores.

Segundo aspecto: o pano de fundo desse debate – a que, inclusive, o Deputado que me antecedeu tem se colocado sempre contrário – é a discussão sobre se cabe ao Estado, não só no Brasil, mas em qualquer país do mundo, regular o mercado de trabalho ou se deveríamos deixar que os conselhos profissionais regulassem, que outras instituições fizessem a regulação.

E, aí, quando se coloca – até a intervenção que veio pela internet – que qualquer país do mundo permite que os conselhos de classe regulem o mercado, isso não é verdade. Nos países mais desenvolvidos, todos eles, o Estado exerce papel importante na regulação do mercado. Vou dar exemplo do Canadá e Inglaterra, que têm sistema de saúde semelhante ao nosso e importam, sim, profissionais de saúde quando precisam. Temos, inclusive, muitos enfermeiros e enfermeiras brasileiros trabalhando no Canadá, porque, quando tiveram déficit de profissionais, tiveram que buscar fora. A Inglaterra não sobrevive sem os médicos indianos no sistema de saúde inglês. Eu estive lá, fazendo um período do meu doutorado e pude constatar pessoalmente o quanto dependem de enfermeiros e enfermeiras da África do Sul. Claro que regulação de mercado tem que ser um efeito sanfona, onde o Estado possa intervir trazendo profissionais de fora e abrindo vagas para formar novos profissionais, mas também faça o efeito contrário, restringindo a abertura para profissionais de outros países e também restringindo a oferta de vagas, quando houver excedente.

E, aí, quero lembrar que não vejo a mesma preocupação dos opositores ao Programa Mais Médicos com o mercado de trabalho da enfermagem no Brasil hoje. Estamos vivendo uma situação que é oposta: enquanto faltam médicos, estão sobrando enfermeiros, sobrando de forma absurda. Não é exagero dizer que, hoje, o primeiro emprego de uma enfermeira é ser professor de enfermagem – é o primeiro emprego. É mais fácil um enfermeiro recém-formado conseguir uma vaga para trabalhar como docente de enfermagem do que atuar em qualquer outro posto de trabalho da profissão da enfermagem.

Então, acho que temos que mudar essa concepção. O Estado brasileiro tem, sim, Presidente, que exercer a regulação e tem que aproveitar a experiência do Programa Mais Médico e estender para outras categorias profissionais na direção que for necessária, inclusive fechando vagas, fechando cursos onde não houver necessidade de formar esse quantitativo, como é o caso da enfermagem.

Aí, é bom lembrar, os opositores do Programa Mais Médicos disseram e propagandearam amplamente que os médicos que estavam vindo de fora do Brasil não eram médicos, eram técnicos com a formação de segunda categoria, que iria prejudicar a assistência e criar efeitos colaterais graves, seria uma iatrogenia que o Estado brasileiro estaria fazendo. Esse argumento foi logo desmontado, não só pela avaliação dos usuários, dos próprios gestores, como é bom ressaltar que os Conselhos de Medicina não conseguiram identificar situações negativas da assistência prestada, por mais que procurassem. Por mais que investigassem, Senador Humberto Costa, botaram uma lupa na atuação desses profissionais, coisa que nunca fizeram, é bom lembrar com o conjunto da categoria, e não conseguiram identificar, não veio a público situações que mostrassem que esses profissionais não teriam qualidade técnica equivalente.

Depois, vieram dizer que tinha a barreira da língua. E, aí, tem cada depoimento brilhante de pacientes, Mauro, que disseram que, além de não haver dificuldade, a relação é avaliada positivamente. Tive oportunidade, porque fui Secretário de Saúde do Estado quando o Programa começou, e viajei muito, de chegar a vários locais e constatar, inclusive, a completa interação desses profissionais estrangeiros com a equipe de saúde e com a comunidade onde estava atuando.

Aí não sobrou mais argumento, e agora os opositores do Mais Médicos viraram defensores dos direitos trabalhistas dos médicos estrangeiros. E eu não vejo essa ênfase tão grande deles com relação aos outros profissionais de saúde e aos trabalhadores em geral. É muita incoerência: o mesmo Deputado que quer reduzir



direitos previstos na CLT, que defende restringir direitos trabalhistas, defende os direitos dos profissionais estrangeiros, que estariam sendo vilipendiados pelo Estado brasileiro.

Voltando à questão dos gestores – pena que o Deputado teve que sair –, eu queria lembrar, inclusive – ele foi tão enfático em sua posição contrária ao Programa Mais Médicos –, que eu não conheço nenhum gestor do Partido dele que tenha sido contrário a esse programa, muito pelo contrário. Eu sou de Salvador, a nossa capital tem um prefeito do DEM, e o prefeito do DEM, da terceira maior cidade do País, eu fui testemunha, veio ao Ministério da Saúde solicitar para ampliar o número de profissionais do Programa Mais Médicos na nossa capital.

Esse programa conseguiu colocar, pela primeira vez, médicos em todos os distritos sanitários indígenas, que é um feito que tem que ser lembrado. A nossa população indígena sempre foi completamente marginalizada pelo Sistema Único de Saúde – não foi por intenção dos gestores, mas pelas dificuldades de se conseguir chegar lá.

Nós não estamos somente colocando médicos em Municípios pequenos, em Municípios mais distantes, nós solucionamos problemas, em muitas situações, quando colocamos médicos na periferia das grandes cidades.

Quando a atual gestão municipal, que vai se encerrar ao final deste ano, começou, com a vitória do DEM em Salvador, vitória eleitoral depois de muitos anos fora da gestão municipal, com três, quatro meses, o primeiro diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde – correto, adequado – mostrava mais de cem equipes de saúde da família sem médicos. Isso acontecia na terceira maior cidade do Brasil, que concentra mais de 50% dos médicos atuantes no Estado da Bahia!

E hoje, com pouco tempo – vamos completar ainda três anos do início do programa –, isso não é mais problema. Graças ao Programa Mais Médicos, conseguimos colocar médicos nas equipes. E o Município pôde, inclusive, ampliar, não só suprir as equipes que não tinham médicos, pôde fazer uma ampliação. E hoje, se é pouco ainda – e eu concordo com o Secretário do Distrito Federal; Salvador está mais ou menos no mesmo patamar do Distrito Federal, trinta e poucos por cento de cobertura –, já melhorou muito, pois Salvador tinha menos de 10% de cobertura há pouco tempo – os representantes do Conass e do Conasems sabem muito bem desses dados.

Então, é bom lembrar que os gestores de todos os partidos – e a Frente Nacional de Prefeitos também pode dar esse testemunho – têm manifestado a posição favorável.

E aí é o seguinte. Não dá para defender posições. Eu sou médico, defendo a atuação das entidades médicas, mas não podemos defender, de forma cega, posições corporativas que visam única e exclusivamente fazer reserva de mercado. E me permita o termo: reserva de mercado burra, porque não sustenta os fatos e a realidade. Nós dissemos o tempo todo, nós afirmamos o tempo todo, como Secretário, na época eu participava do Conass, que a vinda desses profissionais não alteraria o mercado de trabalho médico, nem arranharia. Pela forma como o mercado médico está estabelecido, pelo conjunto amplo de especialidades, de postos de trabalhos, com a ampliação gigantesca que o SUS teve nos últimos anos, criou-se uma margem tão grande que, com todo esse quantitativo de médicos que vieram, nem foi abalada a reserva de mercado existente.

Sobre as faculdades, eu acho que é bom lembrar, o problema não é termos 140 ou 290 faculdades, é que nós temos um modelo de ensino médico com baixo custo-benefício. Em nosso Estado, por exemplo, nós temos faculdades estaduais muito boas, de excelente qualidade, só que formam 20, 30 profissionais por ano. São cursos caros para dar um benefício pequeno à população. São excelentes profissionais, sou testemunha disso, Presidente, mas faça as contas de quanto custa cada profissional desse. O modelo dos países mais desenvolvidos não é formar 30, 20, 40 profissionais por ano por faculdade. Muito pelo contrário: as boas faculdades nos Estados Unidos, Canadá e na Europa formam um quantitativo muito superior, com um custo-benefício mais adequado.

Quanto à questão do projeto... É bom lembrar que o Mais Médicos tem a face emergencial e tem a face estrutural da formação, da ampliação de vagas. E concordo plenamente com o Senador Humberto Costa: acabar com a abertura de curso no balcão, e eu concordo, sair de 148 faculdades para 298 sem critério de regionalização, sem estabelecimento de padrão de ensino, sem configurar a necessidade efetiva de vagas, foi um balcão mesmo. Felizmente nós conseguimos... Felizmente, inclusive para quem defende a ideia da qualidade da formação médica, saímos do modelo de balcão.

Para quem não sabe e está nos assistindo, é bom lembrar que o modelo atual vigente, pelo Mais Médicos, prevê, primeiro, um diagnóstico de necessidades regionais; segundo, a capacidade instalada da rede em absorver os alunos no seu processo de formação; terceiro, uma seleção pública de quais os Municípios e os mantenedores, as instituições de ensino que vão ter a possibilidade de fazer a gestão dessas novas vagas na formação dos novos profissionais. Nunca no Brasil nós tivemos parâmetros tão adequados para restringir os estrangeiros, que, como o Senador lembrou, chegavam aqui no MEC, apresentavam o projeto e iam fazer o by, iam fazer pressão para conseguir aprovar uma faculdade.



Então, infelizmente o Tribunal de Contas da União suspendeu esse edital. É bom lembrar que o Tribunal de Contas da União não questionou os parâmetros de regionalização, não questionou os parâmetros de abertura de novos cursos, apenas questionou os parâmetros do edital de seleção de mantenedoras com base em um questionamento de que haveria, digamos assim, parâmetros de seleção da mantenedora que precisariam ser alterados. Então, não está *sub judice* no TCU o formato de seleção de Municípios com base na regionalização, muito menos a abertura ou não de novos cursos. O que está *sub judice* no TCU é a discussão do edital de seleção das mantenedoras, que eu soube, inclusive, Senador Humberto Costa, que deve estar em pauta amanhã – está previsto e, se a gente puder fazer esse diálogo, seria importante.

Quanto à carreira nacional, eu sou defensor dela há muito tempo. Sempre fui, em toda a minha trajetória como gestor sempre a defendi. Como Secretário Estadual, fiz concurso para médicos, criamos planos de carreiras para médicos no Estado da Bahia, com critérios de progressão, de promoção, coisa que não existia anteriormente. Eu fui o Secretário que aprovou o primeiro plano de carreira médico em nosso Estado, fizemos um concurso para mais de 2,5 mil profissionais, e defendo a carreira nacional para a atenção básica.

Mas lembro: carreira nacional não é carreira federal, tem que ficar bem claro isso. Não defendo que o Ministério da Saúde seja o contratante de todos os médicos na atenção básica, mas defendo que construamos, de forma inovadora e criativa, uma carreira nacional que possa absolver profissionais que são contratados dos Municípios, que são contratados dos Estados, são contratados de outras instituições, que criemos condições para sedimentar esse processo.

Acho, inclusive, prefeito, que não dá para chamar prefeito de caloteiro. Vou até me eximir dos comentários, porque fiquei sentido aqui, porque senti como uma agressão dizer que os prefeitos são caloteiros. Dizer que os prefeitos são caloteiros foi pesado, e muito mais pesado foi dizer que os gestores desprezam os médicos brasileiros, até porque alguns dos gestores são médicos, como é o caso do senhor, que é prefeito e é médico e tenho certeza de que não despreza os médicos. Dizer que o problema é que não abriu sindicância... Quero ver sindicância nos conselhos profissionais, que são responsáveis pela atuação... Cadê os problemas, que não aparecem, que não foram colocados?

O confronto não é entre a elite da população brasileira, que vai ter médicos de qualidade, e o resto da população, que vai ter médico de segunda qualidade. O que nós estamos discutindo é: nós temos que manter como era antes, quando era privilégio de uma parcela da população ter acesso a médico e uma grande maioria não tinha acesso a nenhum médico? É bom lembrar isso, o que está em discussão é isso.

Da mesma forma – já me estendi demais, perdoem-me –, para concluir, gostaria também, Senador Humberto Costa, que pudéssemos, junto com a Comissão, ter um olhar mais apurado sobre essa emenda do Deputado Alan Rick, porque é uma questão realmente preocupante, porque não dá para tratar essa questão de brasileiros formados na Bolívia, no Paraguai e no Peru como caso de polícia. Hoje, se não tivermos uma forma de o Estado brasileiro se debruçar sobre isso, vamos continuar tratando disso como caso de polícia. O que estamos vendo é se ampliar a cada dia o número de profissionais formados nesses países vizinhos. Eles voltam, ficam muito tempo no Brasil, terminam, por alguma situação, tendo espaço de atuação profissional ilegal, e isso termina gerando um caso de polícia, porque atuam na ilegalidade. Isso é extremamente prejudicial, tanto para eles quanto para quem está na esfera da gestão e para a população. Não sei se é o caso de tratarmos disso neste momento ou não, mas precisamos ter um olhar especial, particular, sobre essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Obrigado Deputado Solla. V. Ex^a se estendeu, mas, na mesma proporção, brilhou esta reunião com conteúdo, com informação, com experiência. Todos nós nos enriquecemos com suas informações.

Quero apenas reforçar, para todos nós nesta audiência – o Ronald vai falar em seguida –, a iminência do tempo, não é Senador Humberto? Nós precisamos oferecer segurança para os gestores que estão na ponta. Todos os secretários de saúde, todos os prefeitos – e este é um ano eleitoral, isso tem um peso ainda maior – estão apreensivos com a segurança jurídica do programa, se vai continuar, se não vai continuar.

Então, nós não esgotaremos de hoje para amanhã, nem esta semana, quicá este ano, todos os problemas que temos relacionados à categoria médica e aos profissionais da saúde. O importante é que este debate não se esgote e que nós possamos dar segurança jurídica para os gestores continuarem com o programa e mostrarem para a população que não há risco de ficarem sem o atendimento.

Eu tenho na lista de inscitos o Ronald, que pediu para voltar a falar e tem um compromisso, precisa sair em seguida. Depois, o Dr. Marcos Ferreira, da Associação dos Municípios; depois, o Wellington, do Ministério Saúde, que está por aqui, e o Prefeito Fernando Pereira.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Teremos oportunidade de responder as perguntas que o Senador Humberto fez.

Então, pela ordem, o Presidente Ronald. Só pediria rapidez para a darmos conta...

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Telegraficamente, começo pela questão que o Senador Humberto Costa nos trouxe a respeito da abertura de novos cursos, sobre o posicionamento do Conselho Nacional de Saúde.

Há muito tempo, o controle social vem chamando para a necessidade do cumprimento da Constituição, particularmente no que diz respeito ao art. 200 da Constituição. Um debate bastante presente aqui: quem, de fato, vai ordenar o processo de formação dos recursos humanos da saúde no Brasil? O art. 200 da Constituição é bastante claro quando diz que é uma responsabilidade do Estado brasileiro e não do mercado de regular o processo e o ordenamento da formação.

Nesse sentido, a estrutura que o Estado brasileiro disponibilizou para discutir, além da estrutura da educação, o processo da participação popular, foi o Conselho Nacional de Saúde, com algumas prerrogativas para debater estratégias de formulação política. É isso que o Conselho Nacional de Saúde tem feito.

A análise da abertura dos cursos da área de Medicina: o Conselho Nacional de Saúde tem se debruçado sobre o assunto, incluindo a questão da necessidade social. O debate a respeito do quantitativo de profissionais foi um debate bastante agudo, mas a centralidade do debate é a respeito da necessidade. Então, o Conselho Nacional de Saúde tem estruturado condições de operar para dar a sua contribuição ao ordenamento jurídico e legal que o Brasil coloca...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ...sob responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde.

Agora, mais recentemente, o Deputado Solla trouxe a questão da enfermagem também para análise do Conselho Nacional de Saúde. Até então a análise era sobre as condições de abertura de cursos na área de Psicologia, de Medicina, de Odontologia. Agora, acrescendo, vão passar pela análise do Conselho Nacional de Saúde também os cursos de Enfermagem. E a perspectiva é de que possa o Conselho Nacional de Saúde se manifestar também sobre os outros cursos da área da saúde.

Já para ir encerrando, quero dizer que não tenho dúvida de que, daqui a três anos, se o Conselho Nacional de Saúde tiver a necessidade de voltar aqui e reafirmar a importância – se as condições não forem superadas – da prorrogação, não vão ser interesses corporativos que vão fazer com o Conselho Nacional de Saúde não analise o impacto da realidade do programa A ou do programa B. Não há problema nenhum vir aqui reafirmar...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ...o posicionamento.

Por último, quero dizer que represento, no Conselho Nacional de Saúde – e tenho muito orgulho disso – a Federação Nacional dos Farmacêuticos. Muito de longe, mas bastante distante, os profissionais de saúde querem tirar poder da corporação A ou da corporação B. Única e exclusivamente, todos os profissionais de saúde, inclusive os profissionais farmacêuticos, querem, com a sua ciência e com a sua arte, garantir a integridade da atenção ao povo brasileiro. Quando vêm algumas insinuações, algumas afirmações que diminuem o conjunto das demais profissões de saúde, os agentes que atuam, acho que é motivo de reflexão e repúdio.

Para finalizar mesmo – eu não poderia deixar de registrar isso –, diversos Conselheiros Nacionais de Saúde me pediram para fazer o registro de sua contrariedade em relação ao episódio do afastamento desta Casa, que é uma casa do povo, de diversos conselheiros nacionais, eles foram retirados deste estabelecimento.

Hoje pela manhã já participamos deste espaço do Senado Federal trazendo contribuição. Havia um acordo de permanecer em silêncio, de poder participar. Então, não poderia deixar de fazer o registro, já que represento aqui a participação social, o controle social, a respeito da forma truculenta e violenta com que foram retiradas daqui importantes lideranças do controle social brasileiro.

No mais, agradeço a oportunidade de estar aqui.

O Conselho Nacional de Saúde está sempre à disposição do Congresso Nacional para trazer as suas contribuições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Obrigado, Ronald.

O próximo inscrito é o Dr. Marcos Ferreira, da Associação Brasileira dos Municípios.

Vamos tentar fixar o tempo em três minutos, sujeito a uma prorrogação.

O SR. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA – (Marcos Ferreira) – Tranquilo, está ótimo.



Cumprimento V. Ex^a e, na sua pessoa, cumprimento todas as pessoas que compõem a Mesa e participam desta audiência.

O meu nome é Marcos Ferreira, estou aqui representando a Associação Brasileira dos Municípios, representando o nosso querido Presidente, Eduardo Pereira, que não pôde vir e que me pediu que estivesse aqui para trazer uma pequena contribuição da ABM.

No ano de 2015, a ABM providenciou o Diálogos Mais Médicos, que foram diálogos nas cinco regiões do Território nacional, estivemos nas cinco regiões fazendo estes Diálogos Mais Médicos.

O resultado que colhemos desses diálogos foi a percepção da grande importância, para todos os Municípios, do Programa Mais Médicos, de levar atendimento médico àquelas comunidades que não tinham esse atendimento. A atenção básica passa, inclusive, pelo atendimento médico, e não havia atendimento médico em algumas regiões. A partir do Mais Médicos, alcançou-se este desiderato, que é o médico estar lá.

A partir desses diálogos, a ABM fez instância junto ao Ministério da Saúde para que houvesse, já preocupada com o encerramento do contrato de alguns profissionais, um encaminhamento para solução desse problema e, se não houvesse uma solução definitiva, uma prorrogação. Na ocasião, o Ministro da época, que não é que o estava aqui, firmou o compromisso de dar continuidade ao programa.

A ABM vem aqui dizer que é favorável a que seja aprovado, na forma como apresentado, o projeto de lei. Nós entendemos que não tenha que entrar qualquer outra questão na discussão, senão vai ampliá-la muito. Então, a ABM entende que esta Comissão deve pautar-se exclusivamente nos termos da medida provisória, sem qualquer alteração.

Entendemos que não devem ser incluídas as emendas que foram apresentadas; que sejam apresentadas no rito ordinário das Casas legislativas, e não nessa medida provisória. Entendemos, a ABM, que deve ser apreciada exclusivamente do que jeito que foi trazida.

Para finalizar, queria dizer, e mais na condição de cidadão, que concordo que, de fato, o Estado é incompetente.

Só que o Estado é representado por vereadores, ele é representado por prefeitos, ele é representado por secretários municipais, ele é representado por deputados estaduais, ele é representado por governadores, ele é representado por secretários estaduais, ele é representado por Deputados Federais, ele é representado por Senadores, ele é representado pelo Presidente da República e ele é representado por Ministros de Estado. E incompetência maior é não tomar posição e resolver um problema que se coloca. Essa é a incompetência maior. E penso que, se não resolver essa questão do Mais Médicos para os Municípios, e agora falo como representante da ABM... Os Municípios vivem um momento delicadíssimo, e V. Ex^{as}, todos os senhores, sabem do momento que os Municípios passam. Se forem tirados os médicos cujos contratos estão vencendo sem dar oportunidade para que os Municípios consigam colocar o médico lá, vai ser um caos nesses Municípios.

Volto a repetir: maior incompetência do homem público é não decidir quando se tem que decidir. E será incompetência desta Casa Legislativa se não trouxer essa solução a partir desta medida provisória apresentada para deliberação e decisão deste Plenário que representa toda a população brasileira. Penso que será incompetência se não se decidir no sentido de que, de fato, mantenha-se a continuidade do programa. É óbvio que quem governa precisa trazer uma solução definitiva. Todos nós esperamos, todos nós brasileiros, que haja uma decisão definitiva para isso, mas, enquanto não há decisão definitiva, que se aprove os termos da medida provisória conforme encaminhada pelo Governo antanho, da nossa querida Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Muito bem. Registrada, então, a manifestação do Marcos Ferreira, que representa a ABM. Posso lhe assegurar, Marcos, a partir da sua posição, que esta Casa vai tomar, sim, uma posição, com emenda ou sem emenda – eu vi que V. S^a defende que não haja emenda –, mas não se furtará a decidir pelo bem do País. Que isso, porém, não iniba nem encerre o grande debate que há sobre isso e que deve continuar. Uma coisa é a decisão que precisamos tomar para dar segurança aos gestores e outra questão é o debate, que tem que ser contínuo.

Com a palavra agora o próximo inscrito, representando o Ministério da Saúde, o Dr. Wellington Mendes Carvalho.

O SR. WELLINGTON MENDES CARVALHO – Boa tarde.

Eu vou ser breve, eu só vou fazer algumas colocações em relação às falas que ocorreram aqui ao longo da tarde.

Sobre os brasileiros formados no exterior, eu queria registrar que o programa conta hoje com a participação de 806 brasileiros formados no exterior. E, realmente, ele tem poucos brasileiros formados na Bolívia, que o programa segue uma regra do Código de Prática de Recrutamento Internacional de Profissionais Saúde. O Brasil é signatário desse código, que foi estabelecido em 2010, que basicamente diz que nós não



podemos recrutar profissionais de países que têm relação médico-habitante menor do que a nossa. Mas, em relação, especificamente, a brasileiros formados nesses países, o Ministério da Saúde não tem nada a opor se for aberta uma exceção a esses profissionais.

Em relação ao que foi colocado sobre o acompanhamento dos profissionais que estão no Programa Mais Médicos: desde que o Ministério da Saúde assumiu a competência de fazer a certificação desses profissionais, ou seja, de dar o registro para o trabalho deles no programa, também estabeleceu mecanismos de acompanhamento e monitoramento da atividade desses profissionais.

Todos os profissionais do programa recebem visitas de supervisão mensais de um médico ligado a uma instituição, a uma faculdade de Medicina. Essas visitas de supervisão, como eu disse, são mensais e ocorrem em todo o Território. Inclusive, a gente precisou fazer uma espécie de convênio com a defesa, com o Ministério da Defesa, para poder levar os supervisores a algumas áreas remotas em que estão os médicos do Programa Mais Médicos. Nós temos apoio da Marinha e da Força Aérea para levar os supervisores para fazerem as suas visitas a algumas localidades que são de difícil acesso.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON MENDES CARVALHO – Sobre eventuais problemas de conduta: só no ano de 2015, tivemos mais de 200 processos administrativos gerados por denúncia de alguma ordem em relação à atuação do médico do programa. Vale lembrar que a maioria dessas denúncias foi em relação a descumprimento de carga horária de médicos brasileiros, de médicos com CRM, mas nós também tivemos algumas denúncias de conduta clínica inadequada de todos os perfis de médicos, sejam brasileiros, sejam estrangeiros. Investigamos e, em casos comprovados, promovemos vários desligamentos de médicos do programa que tiveram comprovada alguma conduta clínica inadequada. Então, o Ministério da Saúde faz, sim, acompanhamento e monitoramento do programa e das atividades dos médicos no programa.

Só reforçando o que foi falado sobre os médicos que atuam no programa com a cooperação, os médicos cubanos: nós não temos dúvidas da qualidade desses profissionais. Diferentemente dos outros profissionais, que entram no programa e têm a oportunidade de fazer uma especialização em saúde da família, ou seja, uma especialização em atenção básica, que é a atuação deles no programa, todos os médicos cubanos, além da formação básica em Medicina, eles já vêm para o Brasil com a especialização de Medicina de Família lá do governo cubano. Então, nós não temos dúvida em relação à qualidade dos profissionais.

E também destaco que todos esses profissionais são funcionários do governo cubano. Eles estão aqui mediante cooperação internacional, mas eles são funcionários do governo cubano, têm toda a sua relação de trabalho e previdência com o governo cubano. O governo cubano tem esse modelo de cooperação internacional em mais de 63 países.

Por último, coloco que o Ministério da Saúde dá total prioridade ao provimento emergencial, é óbvio, propôs a medida provisória, quer que o provimento emergencial continue. Mas, ao contrário do que foi exposto aqui, nós não pretendemos fazer provimento emergencial para sempre. Os outros eixos do programa preveem mudança na formação, principalmente interiorização da formação, levar a faculdade de Medicina para outras localidades que os grandes centros das regiões Sul e Sudeste. Isso é muito importante para que a gente consiga, a longo prazo, estabelecer uma relação melhor de médicos dentro do nosso Território e poder contar com médicos brasileiros atuando em todas as localidades. Mas a gente entende que isso vai levar algum tempo. Enquanto isso não ocorre, a gente precisa, sim, do provimento emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Muito bem, Wellington.

Caminhando para o encerramento, não havendo mais inscritos, eu passo a palavra para o Presidente do Conselho Nacional de Secretarias, o nosso Mauro Guimarães, para responder as questões levantadas pelo Relator, o Senador Humberto Costa.

O SR. MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA – Serei breve, Senador.

Eu acho que o Deputado Jorge Solla já respondeu: nós não temos problema com o idioma. Obviamente houve no começo, nos primeiros dias, naquela fase de apresentação, de acolhimento, mas, logo em seguida, houve uma adaptação, e os relatos são, na sua grande maioria, positivos. Aquele que não se adaptou obviamente foi substituído. Então, problemas com idioma não ocorrem.

Nós temos aí muita satisfação dos usuários e dos secretários municipais e prefeitos com relação ao programa. Infelizmente o Deputado Mandetta saiu... Não há desprezo nosso algum por qualquer profissional de saúde, muito menos quanto aos médicos que muito tempo dedicam à saúde pública deste País. Mas também preciso dizer que a saúde pública não é atribuição exclusiva do profissional médico, há várias outras categorias que são tão importantes quanto o profissional médico.



Outra questão que ele levanta é com relação aos valores que os Municípios praticam de salários para os profissionais de saúde, especificamente os médicos: com R\$3,90 *per capita* para a saúde pública, que é o que nós temos, nós fazemos milagre nos Municípios para pagar os salários que pagamos, e pagar em dia, sendo que muitas vezes há atrasos para receber os nossos compromissos.

Nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, nós temos compromissos que o gestor municipal, o prefeito municipal tem que assumir. E, se esta Casa quer ajudar, que dê andamento à PEC 1, que aprove mais... Que a vote em segundo turno, que a encaminhe para o Senado, e que votem duas vezes, para colocar mais recursos de forma escalonada, como estão fazendo os Municípios. Hoje, sendo o mínimo de 15%, aplicam 23%. Aplicaram juntos no ano passado, só os Municípios brasileiros, R\$24 bilhões além do mínimo constitucional, ou seja, Deputado, os Municípios pegaram todo o IPTU arrecadado no ano passado e colocaram além do mínimo constitucional para a saúde.

Se esta Casa quer ajudar a saúde, quer contribuir para a despreciação do serviço médico e de todas as categorias da saúde, que coloque recursos definitivos para que os Municípios, os prefeitos, os gestores não fiquem passando com o pires na mão todo ano, lutando pelo seu orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Obrigado, Mauro.

Prefeito, V. Ex^a ficou por último, justamente para encerrar com chave de ouro esta nossa audiência.

Tem a palavra o Prefeito Fernando Pereira Gomes Neto.

O SR. FERNANDO PEREIRA GOMES NETO – Bem, respondo rapidamente a pergunta do Relator: é impossível os Municípios darem sequência a esse programa sem os recursos federais.

Eu gosto muito de simplificar as coisas. Eu sou um cirurgião de urgência e, nos traumas complexos, as soluções têm que ser simples. Então, vou dar minha visão aqui, inclusive como gestor.

A obrigação de gestor público... Em minha cidade ainda há gestão plena, então, o recurso chega no fundo, e eu tenho que geri-lo, mas a maioria nem tem isso, não consegue nem gerir, é mera repassadora de recursos.

A minha obrigação no Município é a atenção básica e o pronto atendimento, não é nem urgência e emergência, é atenção básica e pronto atendimento, e é da cultura do brasileiro que, sem médico, não se faz isso, é da cultura do cidadão.

Eu acho que, lá no final, o que legitima toda a ação desse programa é o cidadão estar satisfeito com o atendimento que nós temos que oferecer-lhe por obrigação, não só por obrigação legal, mas até por uma questão humanitária, pois isso tem custo. Se não for o dinheiro público a custear esse serviço, muita gente não vai ter assistência nenhuma.

No nosso Município... Eu achei interessante, porque eu vejo o Mais Médicos como um PSF, e ninguém critica o PSF. É um programa que veio, ficou para a cidade de maior porte, mas, nas pequenas, a equipe é só o médico – no caso, é o Mais Médicos. Então, eu entendo que o cidadão já legitimou esse programa, que veio para ficar mesmo.

Quanto às adequações, eu também acho que temos que fazer uma diferença entre dois caminhos paralelos que podem perfeitamente conviver. O ensino das escolas de Medicina do País é para tratar doenças, e isso é caro. A evolução da medicina, com os medicamentos, os equipamentos, tudo isso é caro. Usa bem o recurso público quem pensa na prevenção e na promoção. Então, há espaço para a medicina que faz girar esse mercado da doença, mas também há muito espaço para o trabalho de prevenção e promoção de saúde.

Se, de um lado, muitos médicos são formados para vender tratamentos de saúde e ganhar dinheiro dessa forma, há um outro lado também que quer ajudar o cidadão a manter a sua saúde, a promover a sua saúde, que é, inclusive, a proposta da escola cubana e de várias outras escolas. Como há poucas escolas no Brasil com essa visão, eu acho que há muito espaço para que profissionais tenham essa formação, com um olhar de promoção e prevenção da saúde, que caminham paralelamente.

Outra coisa que o Deputado mencionou – e achei que ele foi um pouco rude conosco – foi o trabalhador de saúde. Eu tenho formação médica, mas eu me considero mais servidor público do que trabalhador da saúde, porque alguém tem que fazer isso. Como o senhor, eu tenho uma carreira. Sou concursado na urgência e na emergência, e não vejo nenhuma instituição privada trabalhando com urgência e emergência – eu trabalho num grande pronto-socorro público. Tenho uma carreira sólida, que eu acho que até... Não vamos discutir aqui o conceito de riqueza, mas acho que rico é quem vive bem com o dinheiro que tem. Então, eu me sinto muito bem remunerado pelo meu trabalho e por minha dedicação. E médico não pode trabalhar só pelo dinheiro; o dinheiro é consequência do trabalho, não pode ser causa, senão a coisa complica.

Outra coisa que eu percebi também aqui nos debates diz respeito ao seguinte. Em momento algum, nenhum desses médicos está obrigado a exercer essa função. Todos os cursos superiores, mas principalmente o superior de Medicina, permite ao cidadão e à cidadã ter qualidades que são fundamentais em qualquer



ambiente, seja ambiente socialista, de esquerda, que quer que todo mundo seja igual, seja o ambiente liberal, que o Deputado defende, em que quem tem a sua competência se estabelece e evolui.

O curso médico permite à pessoa duas coisas: independência e autonomia. E eu entendo que esses profissionais tenham isso, não vejo ninguém obrigado a estar lá.

Eu parabenizo o trabalho do Ministério na fiscalização do trabalho, porque bons e maus profissionais há em todas as carreiras, e não seria diferente na carreira de medicina, na saúde pública.

Era isso o que eu tinha a falar. É um grande programa...

Ah, sim. No final, como eu coloquei ainda há pouco, quem legitima tudo isso é o cidadão. Eu não tenho dúvida de que, neste ambiente democrático em que estamos – o cidadão liga para o nosso WhatsApp toda hora, ele fala do profissional, ele fala da demanda dele do buraco na rua; hoje a gestão pública está assim –, se fizermos uma tomada de opinião do cidadão sobre o que ele acha, veremos que o programa é exitoso e deve continuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Obrigado, Prefeito, pelo brilhantismo de sua exposição.

Nós caminhávamos para o encerramento, mas temos a presença prestigiosa entre nós do Senador Randolfe Rodrigues. Eu não sei se ele gostaria ainda de se manifestar... Se há alguém que possa consultá-lo, eu acho que a participação dele enriqueceria o nosso debate. *(Pausa.)*

Senador Randolfe, nós nos encaminhamos para os finalmentes, mas não o faremos sem ouvi-lo. Logo após a sua manifestação, nós devemos nos encaminhar para o encerramento desta audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Eu agradeço, Deputado Jones.

Eu queria cumprimentar o meu caríssimo amigo Senador Humberto Costa. Eu fico tranquilo com a relatoria do Senador Humberto nesta matéria.

Lamentavelmente, devido à enorme agenda que temos aqui de comissões, eu não acompanhei deste o início esta audiência pública, mas eu tive o prazer de acompanhar agora o fim da exposição do Prefeito Fernando Pereira, de Lagoa Santa, representando aqui a Frente Nacional de Prefeitos.

O que o Prefeito Fernando aqui deve ter relatado é o que eu tenho sentido no meu Estado, é a percepção das pequenas cidades do País hoje. Nós temos 18 mil médicos no Programa Mais Médicos. Desses 18 mil, salvo engano, 13 mil médicos são cubanos. E não importa a nacionalidade desses médicos, eu duvido encontrar no Brasil um cidadão que não tenha sido atendido satisfatoriamente não só pelos médicos cubanos, mas por qualquer um dos médicos do programa.

Há algum tempo, nós todos temos ficado aterrorizados e temos sido pressionados pelos prefeitos, pelos secretários municipais de saúde e pelas comunidades, principalmente dos Municípios que correspondem a mais de 60 milhões de brasileiros, que são os Municípios mais carentes do interior do País.

Eu quero dar aqui um testemunho, Deputado Jones. No meu Estado do Amapá, há uma região chamada Arquipélago do Bailique, que se distancia da capital 12 horas de barco. O endereço do Arquipélago do Bailique é *sui generis*: foz do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico. Precisa muita coragem para chegar até lá enfrentando maresia. São 12 a 14 horas de barco da capital, Macapá, até o Arquipélago do Bailique. Nunca houve médico no Arquipélago do Bailique, nunca!

Hoje há cinco médicos para 5 mil moradores, uma média de um médico para cada mil moradores. Nunca se teve isso. Imagine o que pode acontecer nos próximos dias, meses: essa comunidade ficar sem médico, não ter médico.

Eu tenho ficado muito preocupado com a condução que o Ministério da Saúde do atual governo interino tem dado a esse tema, a começar pela própria declaração do Sr. Ministro da Saúde em relação ao Sistema Único de Saúde. Para mim, é dramática, é inadequada – não sei qual outro adjetivo posso apresentar – uma declaração que diz que a Constituição não cabe no Orçamento. Isso é um desrespeito a 50 anos de luta, anteriores à Constituição de 1988, para nós termos consolidado o Sistema Único de Saúde como um sistema de saúde que fosse exemplo para o mundo.

Diante disso, há algumas preocupações, obviamente, imediatas. Eu repito: ao mesmo tempo em que vejo com preocupação esta Comissão não estar lotada por Parlamentares participando desta audiência pública, por outro lado fico feliz com quem vai relatar a matéria que ela aprecia, que é um dos principais defensores da causa do Mais Médicos aqui no Congresso. Espero que o Congresso caminhe no sentido e na mão contrária àquela em que o Governo interino está caminhando e àquela em que o Ministério da Saúde está caminhando. O Governo interino, o Ministério da Saúde, até agora – que eu saiba – não deu nenhuma resposta a um conjunto de perguntas.



Um: sobre a renovação dos contratos dos médicos do programa. Aliás, tem deixado prefeituras e secretarias municipais de saúde em uma condição de total temeridade por não ter dado resposta e não ter baixado uma orientação em relação a isso.

Dois: sobre os contratos, em especial dos 13 mil médicos cubanos. Aqui eu quero reiterar, Prefeito Fernando, o que o senhor disse: não importa qual é a ideologia do médico, se é de direita, se é de esquerda, se é cubano, se é alemão, se é português, se é espanhol. Pergunte para esses 60 milhões de brasileiros o que eles têm a dizer sobre como foram atendidos por esses médicos.

Então, há algumas respostas que necessitam ser dadas com urgência por parte do Ministério da Saúde. Uma delas é sobre a renovação do contrato com a Organização Pan-Americana de Saúde, que é indispensável para a renovação do contrato. Eu espero que o Congresso caminhe na direção contrária àquela em que, lamentavelmente, até hoje, o Ministério da Saúde está caminhando.

O SR. PRESIDENTE (Jones Martins. Bloco/PMDB - RS) – Muito obrigado, Senador.

Por imperativo regimental, nós temos que encerrar esta audiência pública, porque foi dado início à Ordem do Dia. Nós, Deputados, temos que estar no plenário.

Encerramos, portanto, estes trabalhos.

Eu quero só, Senador Randolfe, dizer que eu sou um Deputado da Base do Governo, e muitos outros de nós, Deputados da Base do Governo, conversando com os técnicos do Ministério da Saúde e conversando com os agentes políticos que estão no Ministério da Saúde, vemos que a posição é uníssona em defesa do Programa Mais Médicos. É evidente que o debate continua, mas a posição me parece ser uníssona, o que facilitará em muito a relatoria do Senador Humberto Costa.

Era isso.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.)



ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 723, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE MAIO DE 2016, QUE “PRORROGA O PRAZO DE DISPENSA DE QUE TRATA O CAPUT DO ART. 16 DA LEI Nº 12.871, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 6 DE JULHO DE 2016.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 723, de 2016, com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Simone Tebet, Aloysio Nunes Ferreira, Humberto Costa, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Benedito de Lira e Elmano Férrer; e dos Deputados Aguinaldo Ribeiro, Arnaldo Faria de Sá, Wilson Filho, Jones Martins, Leonardo Quintão, Jorge Solla, Sâguas Moraes, Raimundo Gomes de Matos, Geraldo Resende, Aelton Freitas, Alan Rick e Silas Câmara. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator da matéria, que procede à leitura de seu relatório. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Mandetta, Deputado Pauderney Avelino, Deputado Alan Rick, Deputado Jorge Solla, Deputado Silas Câmara e Deputado Jones Martins. O Requerimento nº 6, de autoria do Deputado Mandetta, é prejudicado, nos termos do artigo 242, do Regimento Interno do Senado Federal. Colocado em votação, o Relatório é aprovado, passando a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº. 723, de 2016, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da MPV nº. 723, de 2016, da Emenda nº 11 e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Leonardo Quintão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador BENEDITO DE LIRA
Vice-Presidente da Comissão Mista

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 723, de 2016. Cumprimento os colegas presentes.

Passo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras...

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Sr. Presidente, nobre Relator, se me permitem, até para economia processual, eu vou ler no meu gabinete, só gostaria de deixar registrado o meu pedido de vista do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, bem antes de proceder à leitura, eu queria deixar firmada aqui a minha posição de que não fui nem sou contra uma ampliação do processo de discussão e realização de outras audiências públicas, enfim. Porém, o pedido que me foi feito pela Liderança do Governo, em nome do Governo, era que pudesse, o mais rapidamente possível, apresentar este relatório.

Mas, diante dessa solicitação, eu preparei aqui e vou para a leitura.

A Medida Provisória (MPV) nº 723, de 29 de abril de 2016, conta com dois artigos.

Em seu art. 1º, é prorrogado por três anos o prazo de dispensa previsto no art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, o qual diz respeito ao período de dispensa de revalidação de diploma do médico intercambista para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Em decorrência dessa prorrogação do prazo de dispensa de revalidação do diploma, a MPV, no parágrafo único do art. 1º, prorroga, pelo mesmo período, o prazo do visto temporário do médico intercambista estrangeiro, previsto no art. 18 da Lei nº 12.871, de 2013.

No art. 2º da MPV, é veiculada a cláusula de vigência, que determina a entrada em vigor da MPV na data de sua publicação.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 18, de 28 de abril de 2016, a MPV nº 723, de 2016, editada com a finalidade de assegurar a continuidade do Projeto Mais Médicos para o Brasil, mediante garantia de permanência dos profissionais nos Municípios. Destaca-se, ainda, que:



O Programa Mais Médicos foi criado em julho de 2013 e desde então vem proporcionando importantes melhorias na oferta de cuidado em saúde e no atendimento da população brasileira. Através de chamadas públicas para participação no Programa a médicos com registro no Brasil e no exterior, hoje ele chega a 4.058 Municípios com 18.240 profissionais, atingindo uma cobertura de 63 milhões de brasileiros, o que corresponde a 30,7% da população.

No que se refere à urgência da Medida Provisória, é possível verificar que a eficácia das medidas propostas somente será alcançada pela agilidade de sua implementação, de forma coordenada e conjunta, uma vez que o ciclo necessário para que um chamamento contemple a ordem prevista na Lei por meio de editais sucessivos, inicialmente para médicos com registro no Brasil, seguido de médicos brasileiros com registro profissional habilitado no exterior, seguido de médicos estrangeiros com registro habilitado no exterior e, por fim, uso da cooperação com a OPAS, exige pelo menos três meses.

Foram apresentadas vinte e oito emendas à MPV, no prazo regimental.

As Emendas nºs 1 e 28, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Hauly e Alfredo Kaefer, respectivamente, suprimem o artigo 1º da MPV, e seu parágrafo único, sob a justificativa de que a medida foi adotada apenas para prorrogar a permanência dos médicos cubanos no Brasil e que essa prorrogação não é cabível, pois o prazo original de três anos previsto no art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, só terá acabado em outubro de 2016, razão porque a adoção da medida em abril de 2016 fere os critérios de relevância e urgência, sobretudo porque a Presidente que assinou o ato se encontra em processo de *impeachment*, que poderá resultar no seu afastamento.

As Emendas nºs 4 e 8 alteram o tempo de prorrogação, prevista na MPV, do prazo original de três anos estabelecido no art. 16 da Lei nº 12.871, de 2013, durante os quais os médicos intercambistas podem atuar no Projeto Mais Médicos para o Brasil sem a revalidação de seu diploma e com o visto temporário de aperfeiçoamento médico que autoriza a permanência desses profissionais no Brasil. A Emenda nº 4, dos Deputados Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, reduz essa prorrogação de três anos para um ano. A Emenda nº 8, do Deputado Sérgio Vidigal, prorroga o prazo até a finalização do processo de revalidação de diplomas realizado no ano de 2017.

A Emenda nº 2, dos Deputados Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, veda o exercício de atividade remunerada pelos dependentes legais do médico intercambista estrangeiro, com o fim de evitar que criem vínculos permanentes no Brasil.

As Emendas de nºs 3, de Bolsonaro, de Eduardo; Weverton Rocha; 9, do Deputado Tampinha; 13, Senador Caiado, e 27, do Deputado Mandetta; foram oferecidas com o objetivo de impedir que o Governo brasileiro utilize intermediários para pagamento aos médicos participantes e/ou médicos intercambistas do Programa.

A Emenda nº 6, de Weverton Rocha, busca priorizar, quando possível, os alunos cotistas provenientes de universidades públicas.

A Emenda nº 7, Hildo Rocha, confere prioridade, na revalidação dos diplomas, aos médicos brasileiros formados no exterior.

A Emenda nº 10, do Deputado Tampinha, obriga os médicos intercambistas a se submeterem a um teste simplificado de avaliação de conhecimentos em atenção básica de saúde.

A Emenda nº 11, do Deputado Alan Rick, altera o art. 13 da Lei do Programa Mais Médicos para garantir obediência à ordem de prioridade estabelecida no § 1º, inclusive para o preenchimento das vagas remanescentes dos processos de seleção, vedar a publicação de editais para a seleção de apenas uma ou duas dessas três categorias e proibir a adoção da relação estatística médico-habitante existente no país de origem como critério classificatório. A justificativa é a de que brasileiros formados no exterior estariam sendo preteridos em relação aos médicos cubanos.

A Emenda nº 12, do Deputado Pestana, obriga o Executivo a enviar ao Congresso Nacional, até 22 de outubro de 2017, projeto de lei sobre a criação e implantação da Carreira Médica Nacional do Sistema Único de Saúde.

A Emenda nº 14, do Senador Ronaldo Caiado, condiciona a prorrogação do prazo à comprovação, atestada pelo CRM, de que o médico participante foi aprovado nas avaliações periódicas previstas no Programa Mais Médicos.

A Emenda nº 15, também do Senador Ronaldo Caiado, altera a redação do § 2º do art. 14 da Lei para condicionar a aprovação do médico participante no curso de especialização ao cumprimento de todos os requisitos do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O mesmo Senador apresentou a Emenda nº 16, que altera os §§ 4º e 5º do art. 16 da Lei, para acrescentar a obrigação de a coordenação do Projeto informar o tutor e o supervisor designado para cada intercambista.



A Emenda nº 17, do Deputado Andre Moura, altera a redação do § 1º do art. 14 e do *caput* dos arts. 16 e 18 para estabelecer que o prazo previsto para a atuação dos médicos intercambistas no Projeto é de cinco anos, sem direito a prorrogação.

A Emenda nº 18, do Deputado Mandetta, dispõe sobre os processos de autorização, reconhecimento e avaliação de cursos de graduação em medicina.

A Emenda nº 19, do Deputado Mandetta, determina que os Programas de Residência Médica ofertarão vagas equivalentes ao número de egressos dos cursos de graduação em Medicina do ano anterior.

A Emenda nº 20, do mesmo Deputado, institui avaliação específica pela Comissão Nacional de Residência Médica para todos os Programas de Residência Médica, com peso mínimo de 30% nos resultados dos processos de seleção desses Programas, a ser implementada Inep.

As Emendas nºs 21 e 22, ambas do Deputado Mandetta, dispõem sobre o art. 1º da medida provisória: a primeira altera a redação do artigo, tornando improrrogável o prazo de dispensa previsto no art. 16 da lei e obrigatória a revalidação do diploma para o ingresso do médico no Programa Mais Médicos; a segunda suprime o art. 1º.

Também do Deputado Mandetta, a Emenda nº 23 complementa a determinação contida no art. 7º da Lei, estabelecendo que o Programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade deverá corresponder a 30% das vagas ofertadas entre as especialidades de acesso direto, a partir do ano de 2019, enquanto a Emenda nº 24 lista as especialidades que serão consideradas para fins de cálculo da oferta de vagas para Programas de Residência Médica.

Finalmente, o Deputado Mandetta, por meio da Emenda nº 25, também propõe incluir na Lei um art. 5º-A, que define a composição da CNMR; além disso, por meio da Emenda nº 26, ele sugere alterar o art. 35 da Lei e acrescentar-lhe os arts. 35-A a 35-N, para dispor sobre o Cadastro Nacional de Especialistas e para criar e estruturar a Comissão Mista de Especialidades.

Em 22 de junho de 2016, foi publicado o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 31, de 2016, prorrogando por 60 dias o prazo de vigência da MPV, nos termos do §7º do art. 62 da Constituição Federal (CF) e do §1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional (CN).

Análise.

No que se refere à admissibilidade da MPV nº 723, de 2016, os pressupostos de relevância e urgência foram atendidos, considerando as razões contidas na Exposição de Motivos Interministerial nº 18, de 2016, cujos trechos foram acima transcritos.

A MPV preenche requisitos de boa técnica legislativa, observa os devidos trâmites legislativos, está em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e respeita os ditames constitucionais afetos a essa espécie legislativa, previstos no art. 62 da CF. Assim, a MPV não versa sobre as matérias relacionadas no inciso I do §1º do referido art. 62.

Fica clara, portanto, a constitucionalidade da MPV nº 723, de 2016.

Verifica-se também adequação orçamentária e financeira, conforme a Nota Técnica nº 22, de 2016, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, elaborada em atendimento ao disposto no artigo 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN. Segundo a nota, a leitura da Exposição de Motivos Interministerial deixa evidente que a matéria tratada na MPV não acarreta reflexos em receitas e despesas, uma vez que ela dispõe meramente da dilação dos prazos de revalidação de diploma e de visto temporário para o Brasil de médico intercambista estrangeiro inscrito no Programa Mais Médicos.

Com relação ao mérito, a proposição também deve ser acolhida, porque a relevância do Projeto Mais Médicos para o Brasil demanda que seja concedido um prazo maior para a permanência dos intercambistas hoje em exercício. Busca-se, dessa forma, garantir estabilidade e promover a consolidação do projeto nos Municípios onde ele está em atividade, proporcionando suavidade nos processos de transição e substituição dos profissionais atuantes, de forma a evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, a desassistência da população e a quebra da confiança dos brasileiros que acreditam no projeto e dependem de sua existência.

No que diz respeito às emendas, cumpre registrar que, por razões constitucionais, regimentais e de mérito, não merecem ser acolhidas. À exceção de uma delas.

O objeto da MPV, como dito acima, se restringe à prorrogação do prazo de dispensa para que o médico intercambista continue a atuar no âmbito do Projeto Mais Médicos no Brasil sem a revalidação de seu diploma. E, para que seja viabilizada a estada do médico intercambista estrangeiro no País, a MPV, adicionalmente, prorroga o prazo de seu visto temporário.

Assim, algumas das emendas apresentadas – especificamente as de nºs 1, 21, 22 e 28 – opõem-se frontalmente a essa prorrogação do prazo de dispensa previsto na MPV, razão suficiente para que não sejam acatadas.



Duas delas, as de nºs 4 e 8, sugerem prazos de prorrogação diferentes – por um ano ou até o fim do processo de revalidação de diplomas do ano de 2017, respectivamente –, e a Emenda nº 17 garante um prazo total de cinco anos não prorrogáveis para permanência do intercambista no projeto sem a revalidação do seu diploma. Não há, contudo, justificativa suficientemente forte para que se escolha um desses outros prazos em detrimento da prorrogação prevista na medida provisória.

Ademais, as Emendas nºs 4, 8, 21 e 22, ao abordarem a questão da dispensa de revalidação do diploma de graduação em medicina em termos distintos da MPV, em nossa avaliação, se aprovadas, prejudicariam a continuidade da execução do programa. E a Emenda nº 17, por sua vez, ao estender o prazo de participação no programa para cinco anos, não atende ao propósito da MPV de prorrogar a dispensa de revalidação de diplomas, inclusive para atingir médicos já inscritos no programa.

A Emenda nº 2 pretende vedar o exercício de atividade remunerada por parte dos dependentes legais do médico intercambista estrangeiro, sob o argumento de se evitar que criem vínculos permanentes no Brasil. Ocorre, porém, que o visto concedido ao médico intercambista estrangeiro e também aos seus dependentes é temporário, sendo vedada a sua transformação em permanente, por força do já disposto no §3º do art. 18 da Lei nº 12.871. Desse modo, inexistente possibilidade jurídica para que tais vínculos permanentes se estabeleçam. A sugestão contida na emenda encontra-se, portanto, plenamente atendida na legislação vigente.

A proposta da Emenda nº 6 de beneficiar cotistas provenientes de universidades públicas nos cursos de aperfeiçoamento do programa é desnecessária, uma vez que o programa cria oportunidades significativamente amplas de participação.

A Emenda nº 7 dispõe sobre revalidação de diplomas, mas para conferir prioridade aos processos de médicos brasileiros formados no exterior em relação aos estrangeiros formados fora do País. Essa questão, todavia, extrapola a matéria abordada pela MPV.

Do mesmo modo, as Emendas nºs 14, 15 e 16 não devem ser acolhidas, porque fogem ao escopo da MPV, e também a Emenda nº 18, a respeito dos processos de autorização, reconhecimento e avaliação de cursos de medicina cuida de tema estranho ao objeto da MPV.

Em relação às outras, afora a falta de pertinência, seu não acolhimento é justificado por razões adicionais às quais passaremos a expor. As Emendas nºs 10, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 apresentam vícios de inconstitucionalidade, seja por atentar contra a iniciativa privativa do Presidente da República de dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento dos órgãos da Administração Federal, seja por invadir as atribuições pertinentes às competências técnicas infralegais dos Ministérios da Saúde e da Educação.

A Emenda nº 11, do Deputado Alan Rick, merece destaque na discussão. Atualmente, há muitos brasileiros que se formam em universidades de medicina no exterior. E sabemos que muitas regiões do País, mesmo com as melhorias trazidas pelo Programa Mais Médicos, ainda carecem de profissionais. Apesar de nosso País ser signatário do Código de Prática de Recrutamento Internacional de Profissionais de Saúde da OMS, se comprometeu a garantir o não recrutamento de profissionais formados em regiões que proporcionalmente possuam menos médicos que o Brasil. Existem acordos e diálogos políticos bilaterais para não prejudicar países vizinhos que têm dificuldades na formação e retenção de médicos, como Paraguai, Bolívia etc.

Não obstante ao Código aderido pelo Brasil e sem sugerir o descumprimento de quaisquer acordos ou tratados internacionais, entendemos que nossa Nação ainda possui carência médica, mesmo que melhorias significativas tenham sido trazidas pelo programa. A vinda desses médicos para o nosso País ajudaria a reduzir esse déficit, fato que torna meritória a proposta do nobre Deputado. De outro modo, consideramos que esse tema deve ser tratado por essa medida provisória e, portanto, acatamos a Emenda nº 11, com as alterações necessárias.

Por fim, as Emendas de nºs 3, 5, 9, 13 e 27 foram apresentadas com intuito de vedar que o pagamento pelo Governo brasileiro, a exemplo de ajuda de custo ou de bolsa, seja efetuado mediante intermediários. Assim, esses valores deverão ser entregues imediatamente e diretamente aos médicos participantes e/ou médicos intercambistas do Programa Mais Médicos.

Caso essas emendas sejam acolhidas, sua aplicação interferiria diretamente na regular execução de convênios e termos de cooperação firmados entre o Estado brasileiro e organizações internacionais, os quais viabilizaram a participação dos médicos cubanos e possibilitaram o atendimento aos Municípios mais remotos e desassistidos, garantindo assim os resultados observados no Programa Mais Médicos.

O descumprimento dos compromissos assumidos nesses instrumentos poderá, ainda, dar ensejo à responsabilização do Estado brasileiro.

Noutro aspecto, há de se destacar que o seguinte excerto extraído da Carta das Entidades Médicas aos brasileiros, de que



[...] É inaceitável que nosso país, cujo Governo anuncia sucessivos êxitos no campo econômico, ainda seja obrigado a conviver com a falta de investimentos e com a gestão ineficiente no âmbito da rede pública. Trata-se de quadro que precisa ser combatido para acabar com a desassistência.

Não mais se sustenta diante dos bons resultados obtidos pelo Programa Mais Médicos que levou ao fortalecimento da prestação de serviços de atenção básica à saúde, com a redução considerável das desigualdades regionais no que se refere a ações de saúde.

Aliás, o bem-sucedido Programa Mais Médicos assegurou a presença de mais de 18 mil médicos em mais de 70% dos Municípios brasileiros, além de 34 distritos de saúde indígenas, o que revela de maneira irrefutável a melhora significativa do atendimento a milhões de brasileiros que vivem em localidades mais remotas e que encontravam grande dificuldade de acesso às ações e serviços públicos de saúde.

Desta forma, resta evidente que o Programa Mais Médicos representou um enorme avanço no atendimento médico, nas mais diversas especialidades, em Municípios do vasto Território nacional, impactando de forma absolutamente positiva na assistência à saúde, que, conforme dispõe a nossa Carta Magna, é direito de todos e dever do Estado.

Por fim, ressalte-se que mais da metade dos profissionais brasileiros que completaram o primeiro ano de atuação no Mais Médicos nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano decidiram por permanecer no programa, conforme se constata das informações disponíveis no próprio *site* do Ministério da Saúde, o que demonstra o elevado grau de aprovação pelos profissionais brasileiros, que, inclusive, vislumbram uma boa oportunidade de atuação na área e – por que não dizer? – de efetivo aprendizado na atenção básica à saúde.

Por último, o voto.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade e pela adequação econômica e financeira da Medida Provisória nº 723, de 2016. No mérito, votamos pela sua aprovação. Conforme acordo, rejeitamos várias emendas e acatamos a Emenda nº 11, do Deputado Alan Rick.

Portanto, somos pela aprovação da MP, nos termos do projeto de lei de conversão, acrescentando-se a Emenda nº 11, que já tivemos a oportunidade de ler.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Há sobre a mesa requerimento do nobre Deputado Mandetta, que solicita a realização de audiência pública, a fim de debater a Medida Provisória nº 723, de 2016, com a participação de entidades médicas.

Nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, estando ausente o autor, fica prejudicado o requerimento.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Com a palavra o nobre Deputado Pauderney.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Cumprimentando V. Ex^a, o Senador Humberto Costa, Relator, e a Líder do Governo, Senadora Rose, o Deputado Mandetta tem compromisso com a classe médica e com o setor médico brasileiro.

Falei com o Deputado Mandetta ainda há pouco, que me autorizou a fazer um acordo com a Líder do Governo e, obviamente, também com o compromisso de V. Ex^a, para que houvesse três destaques para as suas emendas e uma audiência para serem ouvidos os médicos.

Com base nesse acordo, que já foi feito com a Líder do Governo, o Deputado Mandetta suspende o pedido de vista, e nós damos sequência à apreciação e à deliberação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Em discussão.

Passo a palavra ao nobre Deputado Alan Rick.

Quero agradecer ao Deputado Pauderney pelo acordo, agradecer à nossa Líder do Congresso, Senadora Rose de Freitas, que conduziu o acordo que está nos possibilitando continuar a nossa reunião. Agradeço também ao Senador Humberto Costa.

Vamos passar à fase de discussão. Estamos dependendo de uma questão regimental para colocar em votação. Então, acho que podemos continuar com a discussão da matéria.

Quero aqui agradecer muito ao Senador Humberto Costa. Ontem debatemos aqui uma questão dos...

O SR. ALAN RICK (PRB - AC) – Sr. Presidente, Deputado Leonardo Quintão...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Então, eu quero agradecer, Alan Rick, já passando a palavra a V. Ex^a, ao Senador Humberto Costa, que foi muito sensível ao pleito do nobre Deputado Alan Rick, que vem atender os médicos brasileiros que tiveram oportunidade de estudar fora do País e querem retornar ao País para trabalhar.

Deputado Alan Rick, eu reconheço aqui o seu empenho, e o Senador Humberto Costa prestou um serviço ao País. Parabéns a V. Ex^{as}.



Passo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (PRB - AC) – Deputado Leonardo Quintão, digno Presidente desta Comissão Mista, Senador Humberto Costa, Relator da matéria, Deputados Silas, Pauderney e demais Deputados que compõem esta Comissão, é extremamente importante o reconhecimento do trabalho dos médicos brasileiros formados no exterior para atender aos Municípios mais distantes e mais carentes do Brasil.

Quero parabenizar o Relator da matéria, Senador Humberto Costa, pela sensibilidade em atender à nossa emenda e acatá-la na matéria, e ao Deputado Leonardo Quintão, como Presidente, por ter atuado decisivamente nesta questão.

Quando apresentamos esta emenda, viemos com um arcabouço de situações apresentadas durante vários debates nas Comissões de Educação, de Seguridade Social e Família, conversamos com o Ministro Ricardo Barros, apresentamos a ele, Sr. Presidente, essa dificuldade. São milhares de médicos brasileiros formados na Bolívia, na Venezuela, no Paraguai, na Rússia, por exemplo. Na nossa reunião há duas semanas lá na Comissão da Educação, em parceria com a Seguridade Social e Família, ouvimos o clamor desses médicos que tinham grande dificuldade de se inscrever nos editais do Programa Mais Médicos.

Ora, o art. 13 da lei que criou o Mais Médicos, a Lei nº 12.871, de 2013, estabelece a regra de prioridades. A primeira prioridade é a inclusão ou a inserção dos médicos brasileiros com o CRM, formados no Brasil; a segunda prioridade, os médicos brasileiros formados no exterior, sem a necessidade do CRM, do Revalida; e a terceira prioridade, os médicos intercambistas estrangeiros. A relação médico/habitante de 1,8 médico por mil habitantes que consta da Portaria Interministerial nº 1.369, de 2013, estava sendo adotada como um critério excludente dos médicos brasileiros formados no exterior. Colocamos de forma muito clara, Sr. Presidente, na nossa emenda, que essa exigência não poderia ser dirigida aos médicos brasileiros formados no exterior, porém, tão somente, aos médicos estrangeiros, uma vez que não estaríamos desfalcando a Bolívia, a Venezuela, o Paraguai, o Equador, enfim, dos seus médicos. Estaríamos apenas aplicando a lei em relação aos estrangeiros e não aos brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, fico muito feliz, porque é justiça que estamos fazendo com os médicos brasileiros, que vão atender os povos das regiões mais carentes, a população mais carente do Acre, do Amapá, de Roraima, do Amazonas, que sofre com a falta de médicos na atenção básica de saúde, e eu estou realmente muito feliz com a nossa emenda sendo acatada pelo ilustre Relator da matéria, Senador Humberto Costa.

Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos nesta Comissão, V. Exª demonstrou a sua capacidade democrática e republicana de fazer o grande debate de que este País precisa.

Parabéns a V. Exª, parabéns ao Brasil por esta vitória!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Deputado Alan Rick, nosso amigo, parabéns pela luta pelos médicos brasileiros também, e quero pedir a V. Exª que possa ir logo para a audiência com o Presidente Michel Temer, porque seu Partido está esperando e o Presidente está esperando V. Exª.

Sucesso! Deus o abençoe!

Encerrada a discussão, em votação o relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto ao Deputado Solla se gostaria de fazer uma declaração de voto neste momento, depois o Deputado Silas Câmara, que também já sinalizou que gostaria de fazer uma declaração de voto. O Deputado Jones também gostaria de fazer uma declaração de voto.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) – Eu aguardei, Presidente. Obrigado.

Eu aguardei passar a votação para não atrasar os procedimentos, mas eu gostaria de registrar, Presidente, que eu considero que todos os Parlamentares que fazem parte desta Comissão têm compromisso com a saúde da população brasileira.

Então, não cabe a argumentação de que quem tem compromisso com a saúde não concordaria com o Programa Mais Médicos ou não concordaria com a medida provisória que acabou de ser aprovada nesta Comissão.

Muito pelo contrário, graças a esse programa, milhões de brasileiros passaram a ter condições regulares de assistência. Desde o Estado do nobre Deputado Jones Martins, o Rio Grande do Sul, até o Amapá, do Senador Randolfe, nós temos tido vários depoimentos aqui, todos os Parlamentares apontando o sucesso desse programa.

Ontem, já tivemos a oportunidade de registrar aqui a avaliação positiva dos usuários dos profissionais brasileiros que atuam em parceria com os profissionais que vêm de outros países, no Programa Mais Médicos, dos gestores. Toda a população brasileira já reconhece e todos os argumentos caíram por terra.

Eu queria registrar também, e ontem chamei atenção para isto, a nossa preocupação com a situação dos médicos formados em Medicina em países vizinhos, que, por força da portaria ministerial que regulamentou



o programa, não poderiam participar. Vários deles têm tido sucesso em ações judiciais que têm obrigado o Ministério da Saúde a receber profissionais formados nesses países. Porque é muito claro, e foi comentado aqui, ontem, pelo Ministério da Saúde: a lei buscou preservar os quadros de profissionais desses países de acordo com o tratado existente – e o Senador Humberto Costa colocou muito bem em seu relatório –, para evitar que se desfalcassem países que têm um número de médicos por população inferior ao nosso. Mas isso, quando foi escrito na lei do Mais Médicos, não se referia a médicos brasileiros formados em outros países.

Então, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Alan Rick e parabenizar a sua condução nos trabalhos desta Comissão, que permitiu, a contento, que tivéssemos sucesso, com um relatório muito bem elaborado pelo Senador Humberto Costa, e atendendo à necessidade de urgência dos procedimentos cabíveis.

Muito obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Deputado Solla.

O Deputado Silas Câmara gostaria de fazer uma declaração de voto.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB - AM) – Sr. Presidente, antes mesmo de entrar no mérito da matéria, quero saudar aqui a presença do nosso companheiro Francisco Escórcio, ex-Senador da República, ex-Deputado Federal, atualmente assessor da Presidência da República, pela presença.

Eu quero dizer a V. Exª e aos companheiros que aqui estão que esta, sem dúvida, é uma matéria estratégica, inclusive economicamente, para os Municípios brasileiros neste momento que estão vivendo.

Existe Município que, se perdesse o programa, neste momento, perderia, só este ano, a mais do que está perdendo de repasses de FPM, de ICMS, por conta da crise na economia, cerca de R\$200 mil, R\$300 mil, até R\$500 mil, dependendo da quantidade de médicos que esse Município tenha.

Portanto, é uma questão de saúde pública, sim, mas é, acima de tudo, neste momento também, Sr. Presidente, pensar no Brasil como um todo, na questão da sobrevivência econômica dos pequenos Municípios, e, obviamente, também, é dar à população a possibilidade de continuar tendo acesso a esse excepcional programa.

Para mim, um dos programas mais importantes de todos estes últimos anos que estou aqui – estou há 20 anos no Congresso Nacional – chama-se Programa Mais Médicos. E lamento a forma como é tratado esse assunto, porque poderíamos hoje dar um ponto final a esta questão e avançar. Até porque é setembro o nosso último prazo, por conta da data do final do programa, e muitos Municípios estão extremamente preocupados com essa questão do prazo limite.

Mas eu tenho certeza absoluta de que V. Exª, que é um Deputado experiente, como também o nosso Senador Humberto Costa vai achar, juntamente com todos os companheiros que compõem esta Comissão, uma forma definitiva de... Há o acordo da audiência pública. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILAS CÂMARA (PRB - AM) – Há disponibilidade. Então, pronto. É definitivo, não é?

Parabéns a V. Exª pelo excepcional acordo e também ao Relator. Deus abençoe o Brasil!

Graças a Deus chegamos ao final desta luta nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Passo a palavra, para declaração de voto, ao Deputado Jones.

Mais uma vez, Jones, parabeno V. Exª, que assume o mandato pelo Rio Grande do Sul, e reconheço aqui o trabalho que V. Exª, quando, há tempo, no Ministério da Saúde, ajudou o Brasil, ajudou na atenção especial, na atenção básica. E Minas Gerais reconhece o seu empenho.

Muito obrigado, especialmente, à cidade de Governador Valadares.

O SR. JONES MARTINS (Bloco/PMDB - RS) – Eu que agradeço, Deputado Quintão, pelas palavras generosas.

Mas eu já disse ontem para os Deputados desta seção e quero apenas repetir hoje que o Programa Mais Médicos, Deputado Jorge Solla, na minha opinião, foi o que mais houve de impactante no SUS nos últimos anos. Acho que é um caminho sem volta. No que nós temos que avançar, dentro deste programa, é exatamente quanto ao que prevê o programa: o maior número de universidades, o maior acesso à faculdade de Medicina, o maior acesso a alunos, para que se formem, e nós tenhamos, sim, mais médicos; no que temos que avançar é quanto ao aperfeiçoamento do programa. E, quiçá um dia, poderemos chegar a um estágio em que não precisaremos mais estar, entre aspas, “importando médicos”.

Quem sabe, poderemos ter tanto o incentivo a novas universidades e tanto incentivo a novos alunos de Medicina, que teremos uma nova geração de médicos vocacionados para atender a atenção básica. Lamentavelmente, hoje a grande maioria são vocacionados, para atender na atenção especializada, para atender em clínicas privadas. Nós precisamos ter uma nova geração – não é, Solla? –, para que a gente possa atender essa atenção básica.



O debate que o Deputado Mandetta traz acho que é pertinente. A categoria médica talvez esteja entre as mais organizadas, e não estou discutindo a legitimidade nem a justiça de suas demandas, mas ela é muito organizada. E vai fazer evidentemente o enfrentamento ideológico, programático, que tiver que fazer, neste ambiente democrático que é a Casa do Povo.

Eu acho que o resultado, Deputado Quintão, foi excelente. O principal resultado que nós temos que comemorar é a sinalização que nós estamos dando para os prefeitos, para os gestores de saúde, para os gestores do SUS de que nesse programa não vai haver interrupção; ele vai continuar. E precisa-se estudar a segurança, para que todos possam trabalhar com tranquilidade, e principalmente a população brasileira ficar certa de que vai continuar tendo o seu atendimento.

Para encerrar, Deputado Quintão, quero cumprimentá-lo pela forma educada, elegante, inteligente, com que o senhor conduziu o trabalho; pela forma generosa, com que me permitiu ontem que eu conduzisse o trabalho nesta seção, o que para mim foi uma honra. E eu quero, de público, agradecer pela generosidade de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Deputado Jones.

O Brasil é que agradece a V. Ex^a e ao Ministério da Saúde, ao nosso Secretário Beltrame também, quando, há tempo, na Secretaria, sempre atendeu todos os colegas aqui, atendeu o Brasil, e fez o impossível para fazer justiça nas questões do Ministério. Então, muito obrigado.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação das Atas da presente reunião e a da reunião anterior. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As Atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a se tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 2016, PUBLICADA EM 10 DE JUNHO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E A CRIAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DENOMINADAS FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e onze minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 731, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Humberto Costa, Cristovam Buarque, José Medeiros, Ana Amélia, Hélio José, Dário Berger, Roberto Muniz e Eduardo Lopes; e dos Deputados Luiz Carlos Busato, Hildo Rocha, Aelton Freitas, Márcio Marinho, Wilson Filho, Leonardo Quintão e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e instala a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 731, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Conforme o Regimento e os entendimentos, declaro suspensa a presente reunião, marcando sua reabertura para o dia 6 de julho às 11 horas e 10 minutos.

Está suspensa a reunião da Medida Provisória nº 731.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 12 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 731, DE 2016, PUBLICADA EM 10 DE JUNHO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E A CRIAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DENOMINADAS FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 6 DE JULHO DE 2016.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Elmano Férrer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 731, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Humberto Costa, Ana Amélia, Hélio José, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, e Eduardo Lopes; e dos Deputados Hildo Rocha, Bohn Gass, Aelton Freitas, Márcio Marinho, Aguinaldo Ribeiro, Wilson Filho, Leonardo Quintão, Ságuas Moraes, Daniel Coelho, Efraim Filho, e Eros Biondini. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador Humberto Costa para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Humberto Costa, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Hildo Rocha como Relator e o Senador Telmário Mota como Relator Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Rodrigo Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Elmano Férrer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ELMANO FÉRRER
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco/PTB - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 731, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e que a Relatoria ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico ainda que, de acordo com as Lideranças para a eleição da Mesa, foi indicado pelas Lideranças como Presidente o Senador Humberto Costa.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro, então, eleito, por aclamação, o Sr. Presidente da Comissão, o Senador Humberto Costa, a quem passo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, em respeito ao acordo estabelecido previamente, designo como Relator e como Relator revisor da medida provisória o Sr. Deputado Federal Hildo Rocha, como Relator, e o Senador Telmário Mota, como Relator revisor.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas da 1ª Reunião e da 2ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, aguardando o plano de trabalho do ilustre Relator.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 732, DE 2016, PUBLICADA EM 10 DE JUNHO DE 2016, QUE “LIMITA O REAJUSTE DAS RECEITAS PATRIMONIAIS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA DE VALORES, PARA EFEITO DO CÁLCULO DO VALOR DO DOMÍNIO PLENO DO TERRENO A QUE SE REFERE O ART. 1º, § 1º, DO DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado José Carlos Aleluia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 732, de 2016, com a presença dos Senadores Dário Berber, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, Roberto Muniz, Hélio José, Humberto Costa, José Medeiros e Otto Alencar; e dos Deputados Esperidião Amin, Lelo Coimbra, João Paulo Papa, Aelton Freitas, José Carlos Aleluia, Márcio Marinho, Evair Vieira de Melo, Julio Lopes, Wilson Filho, Leonardo Quintão e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e instala a Comissão. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Rose de Freitas e Deputado Bohn Gass. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a Reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado José Carlos Aleluia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 732, de 2016.

Silêncio por favor.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado da República.

Pergunto se existe acordo para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Srª Líder do Governo no Congresso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – V. Exª, Deputado José Carlos Aleluia...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Eu peço silêncio na sala por favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ...havia solicitado, se tivesse acordo...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Silêncio por favor. O Deputado Bohn Gass vai falar, e nós precisamos ouvi-lo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Deputado Aleluia, o questionamento que V. Exª fez foi no seguinte sentido: se houvesse acordo para a composição da Presidência e da Vice-Presidência, da Relatoria e da Relatoria adjunta...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Correto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Na verdade, nós não temos acordo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Não havendo acordo, declaro...

Srª Líder, o Deputado Bohn Gass informa que não há acordo para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente, e está instalada a Comissão.

V. Exª tem votos?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu posso pedir desculpas. O Aleluia sempre foi esse Deputado ativo, e a gente nem discute...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Mas eu não coloquei o carro adiante dos bois!

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...a velocidade. Como eu não tive tempo ainda de falar com ele, nós vamos apenas instalar e, depois, fazer a reunião para fazer os acordos e os procedimentos com todas as Párcadas. É só a instalação. É porque V. Exª é o mais velho.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Instalada a Comissão da Medida Provisória nº 732, 2016.



Declaro encerrada a reunião, antes convocando reunião para...

Um momento por favor. *(Pausa.)*

Voltando, com relação à Medida Provisória nº 732, de 2016, vou declarar suspensa a reunião para a retomarmos amanhã, neste mesmo local, às 11 horas.

A Comissão está instalada, e a reunião, suspensa, para que a Líder do Governo possa dialogar com os Líderes da Base e com os Líderes da Oposição para encontrar uma solução.

Está suspensa a reunião da Comissão da Medida Provisória nº 732, de 2016.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Um momento.

Hoje a reunião é às 14 horas.

Nós temos ainda três MPs em relação às quais já há quórum. Vamos instalá-las.

Precisamos conhecer os mais idosos. Isto é um problema, todo mundo esconde a idade aqui!

Um minutinho por favor. *(Pausa.)*

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Amanhã às 10 horas.

A 732, que acabou de ser instalada, terá uma reunião às 14 horas na Liderança do Governo e, amanhã, haverá Comissão aqui instalada, com Presidente e Relator, às 11 horas da manhã. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 732, DE 2016, PUBLICADA EM 10 DE JUNHO DE 2016, QUE “LIMITA O REAJUSTE DAS RECEITAS PATRIMONIAIS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA DE VALORES, PARA EFEITO DO CÁLCULO DO VALOR DO DOMÍNIO PLENO DO TERRENO A QUE SE REFERE O ART. 1º, § 1º, DO DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 6 DE JULHO DE 2016.

Às quinze horas e quarenta e um minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Bohn Gass, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 732, de 2016, com a presença dos Senadores Dário Berger, Hélio José, Marta Suplicy, Ricardo Ferraço, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Roberto Muniz, e Eduardo Lopes; e dos Deputados Benito Gama, Esperidião Amin, Julio Lopes, Wilson Filho, Lelo Coimbra, Leonardo Quintão, Ságua Moraes, João Paulo Papa, Daniel Coelho, Aelton Freitas, Márcio Marinho, e Evair Vieira de Melo. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Lelo Coimbra e Senador Paulo Rocha para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Ato contínuo, designa o Senador Ricardo Ferraço como Relator e o Deputado Esperidião Amin como Relator Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Thiago Castro, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado Bohn Gass, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Bohn Gass
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 732, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria, sob responsabilidade do Senado Federal.

Pelo acordo feito, comunico que a Presidência ficará sob a responsabilidade do Deputado Lelo Coimbra e que o Vice-Presidente será o Senador Paulo Rocha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Não, não, não! Ricardo Ferraço. Ah, não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) – A 732. A 732.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Aprovado. Então nós vamos fazer por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleitos, por aclamação, o Sr. Presidente, Deputado Lelo Coimbra, e o Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Rocha.

São designados como Relator e Relator revisor da Medida Provisória 732... – vocês estão me ouvindo, não é? Está bem. – o Senador Ricardo Ferraço como Relator e o Deputado Esperidião Amin como Relator revisor.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas da 1ª e 2ª reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Medida Provisória nº 732.

(*Iniciada às 15 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.*)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 733, DE 2016, PUBLICADA EM 15 DE JUNHO DE 2016, QUE “AUTORIZA A LIQUIDAÇÃO E A RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL E ALTERA A LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e doze minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 733, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Lasier Martins, Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque, Otto Alencar, Hélio José, Ricardo Ferraço, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e José Medeiros; e dos Deputados Nelson Marquezelli, Luis Carlos Heinze, Marx Beltrão, Aelton Freitas, Danilo Forte, Márcio Marinho, Valdir Colatto, Guilherme Coelho e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e instala a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 733, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Declaro suspensa a presente reunião marcando sua reabertura para o dia 6 de julho, às 14 horas.

Está suspensa a reunião relativa à Medida Provisória nº 733.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 733, DE 2016, PUBLICADA EM 15 DE JUNHO DE 2016, QUE “AUTORIZA A LIQUIDAÇÃO E A RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL E ALTERA A LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 6 DE JULHO DE 2016.

Às dezesseis horas do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 733, de 2016, com a presença dos Senadores Hélio José, Flexa Ribeiro, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Humberto Costa, Fernando Bezerra Coelho, Ana Amélia, Cidinho Santos, e Eduardo Lopes; e dos Deputados Luis Carlos Heinze, Marx Beltrão, Sergio Souza, Simone Morgado, Raimundo Gomes de Matos, Guilherme Coelho, Luiz Nishimori, Danilo Forte, Heitor Shuch, Efraim Filho, e Márcio Marinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Fernando Bezerra Coelho e do Deputado Luis Carlos Heinze para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e três minutos, lavrando eu, Rodrigo Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 733, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Por indicação da Líder do Governo no Congresso Nacional, Senadora Rose de Freitas, com o apoio das Lideranças partidárias, foi designado o nome do Senador Fernando Bezerra para a Presidência desta Comissão.

Com muita honra, assumo, portanto, neste exato momento, a Presidência da Comissão Mista que vai analisar a Medida Provisória nº 733.

Os que apoiam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para a Vice-Presidência foi indicado o Deputado Luis Carlos Heinze.

Os que aprovam permaneçam, por favor, como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para os cargos de Relator e Relator revisor, ainda pendentes de acordo entre as Lideranças, faremos essas indicações e a aprovação pelo Plenário da Comissão, na próxima terça-feira, em horário que será oportunamente informado.

A Senadora Rose de Freitas comunica que haverá reunião da Liderança do Governo, às 10h, na terça-feira, sobre esse tema.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas das 1ª e 2ª reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 734, DE 2016, PUBLICADA EM 21 DE JUNHO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AUXILIAR NAS DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTES DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS - RIO 2016”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e treze minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 734, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá, Hélio José, Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado, Cristovam Buarque, Roberto Muniz, José Pimentel e Ana Amélia; e dos Deputados Deley, Otavio Leite, Aelton Freitas, Hugo Leal, Roberto Sales, Wilson Filho, Leonardo Quintão e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e instala a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente Eventual

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 734, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando sua reabertura para o dia 6 de julho às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 734, DE 2016, PUBLICADA EM 21 DE JUNHO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AUXILIAR NAS DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECORRENTES DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS - RIO 2016”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Hugo Leal, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 734, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Cássio Cunha Lima, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Roberto Muniz, Ana Amélia, Elmano Férrer, Eduardo Lopes e Wellington Fagundes; e dos Deputados Leonardo Quintão, Bohn Gass, Pedro Uczai, Ságuas Moraes, Otavio Leite, José Rocha e Rosângela Gomes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Deputada Rosângela Gomes e Senador Acir Gurgacz para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Deputada Rosângela Gomes, Presidente eleita da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Eduardo Lopes como Relator e o Deputado Hugo Leal como Relator Revisor. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado Hugo Leal, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado HUGO LEAL
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 734, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados, pelas lideranças, para Presidente a Deputada Rosângela Gomes, e para Vice-Presidente o Senador Acir Gurgacz.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Então, os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos por aclamação a Deputada Rosângela Gomes para Presidente e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente.

Convido para tomar assento à Mesa como Presidente a Deputada Rosângela Gomes. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Rosângela Gomes. PRB - RJ) – Bom dia a todos e a todas!

Agradeço a todos pelo voto de confiança, ao nosso querido Deputado Hugo Leal e ao Plenário, que nos designou para presidir, de forma regimental, esta Comissão Especial.

Designo como Relator e o Relator revisor da medida provisória, respectivamente o Senador Eduardo Lopes e o Deputado Hugo Leal.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As Atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 735, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE JUNHO DE 2016, QUE “ALTERA AS LEIS Nº 5.655, DE 20 DE MAIO DE 1971, Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013, Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, E Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Às onze horas e quatorze minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado José Carlos Aleluia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 735, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Hélio José, Dalirio Beber, José Pimentel e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Daniel Vilela, Aelton Freitas, José Carlos Aleluia, Márcio Marinho, Wilson Filho, Leonardo Quintão e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e instala a Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado José Carlos Aleluia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 735, de 2016.

A Medida Provisória nº 735, de 2016, altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.

São medidas relativas ao setor elétrico brasileiro.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara.

Pergunto à Srª Líder do Governo e aos Líderes da Oposição se existe acordo para a eleição da Mesa.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Existem vários entendimentos que foram colocados e outros que não haviam sido concretizados. Em função disso, há um impedimento ainda para ajeitar os entendimentos de maneira que todos os Partidos e todos os Blocos sejam contemplados.

Então, segue-se a mesma regra.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Declaro, então, suspensão – essa é a opinião da Oposição também, que está aqui presente, muito bem representada – a presente reunião, marcando sua reabertura para o dia 6 de julho às 16 horas.

Declaro suspensão a presente reunião. (*Pausa.*)

Há uma reclamação, neste caso, com relação à suspensão. Então, nós vamos encerrar a reunião e convocar uma nova reunião para o dia 6 de julho às 16 horas. Portanto, os Deputados e Senadores terão que voltar para dar quórum para a sua reabertura.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Já foi decidido, Leonardo Quintão, e nós temos reunião hoje às 14 horas, para fazermos um calendário de trabalho. Aí, o senhor propõe lá como Coordenador do PMDB, porque, na verdade, o que acontece é que, quando se suspende aqui... Amanhã nós faremos reunião com um na Mesa e um no plenário. Isso não é possível. Vão ter que comparecer, assinar e participar da eleição do Presidente, do Vice, do Relator e tudo mais. Senão, não teremos quórum nunca para debater matéria nenhuma, vamos fazer de conta que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Aleluia. DEM - BA) – Não há dúvida de que essa proposta da Líder é muito mais participativa e democrática. Portanto, o Presidente a acolhe e mais uma vez informa que está encerrada a presente reunião e convoca nova reunião para o dia 6 de julho, às 16 horas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E hoje, às 14 horas...

As pessoas sabem onde funciona a Liderança do Governo?

As pessoas sabem onde funciona a Liderança do Governo?

Sabem? É debaixo do plenário, ao lado da TV Câmara. É um espaço, é uma bat-caverna, é onde nós trabalhamos. Não é no Senado, é debaixo do plenário da Câmara, perto dos dois plenários, ao lado da TV Câmara. É importante hoje a presença dos Líderes e das pessoas que, por acaso, não se sentiram contempladas em seus pleitos juntos aos seus Blocos.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 735, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE JUNHO DE 2016, QUE “ALTERA AS LEIS Nº 5.655, DE 20 DE MAIO DE 1971, Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013, Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, E Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE JULHO DE 2016.

Às doze horas e sete minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Elmano Férrer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 735, de 2016, com a presença dos Senadores Hélio José, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Ivo Cassol, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Bohn Gass, José Carlos Aleluia, Márcio Marinho, Altineu Côrtes, Leonardo Quintão, Pedro Uczai, Ságuas Moraes, José Rocha, Heitor Schuch e Efraim Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Hélio José e Deputado Pedro Uczai para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Hélio José, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado José Carlos Aleluia como Relator e o Senador Antônio Carlos Valadares como Relator Revisor. O Deputado José Carlos Aleluia usou da palavra. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Elmano Férrer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ELMANO FÉRRER

Presidente Eventual **O SR. PRESIDENTE** (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, bom dia! Tudo bem? Como é que vão todos? Meu querido Deputado Hugo Leão, nosso candidato a Presidente da Câmara. Há mais algum candidata a Presidente da Câmara aqui? Você retirou, Hugo? Há mais algum candidato? Não.

Bom dia a todos! Hoje a Câmara vai viver um grande dia, que vai ser essa eleição. Acabamos de ter um grande dia aqui, no Senado, aprovamos há pouco, o reajuste para os Defensores Públicos da União, então, consequentemente, faz-se justiça aos defensores dos pobres.

Então, hoje, no plenário, devemos aprovar e, consequentemente, devemos ter a sanção desse projeto até o início de agosto, se Deus quiser.

Nilo, quem é o Líder da Oposição dos Deputados aqui? Há alguém? Não. Eu queria fazer um acordo para ver se instalamos a Comissão, porque hoje é o último dia de trabalho nesta Casa, está uma correria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já está instalada, eu sei. Eu queria a eleição, em que fui eu o indicado à Presidência e o Deputado José Carlos Aleluia, como Relator. Cadê o Aleluia, está por aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Todo mundo fazendo campanha para a Câmara. Eu queria ver com você, Hugo, qual o nome da nossa Deputada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só tem o Deputado Hugo?

Pois é, eu queria ver se a gente conseguia fazer um consenso, para a gente considerar instalada. Há alguma divergência com relação ao Deputado Aleluia para relatoria? Não.

Quem foi o indicado para Relator revisor?

Essa medida provisória é muito importante. Eu queria até falar algumas palavras, não daqui. Vou ver que se chega o segundo Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou passar para o senhor neste instantinho, Deputado. m instantinho, eu passo a palavra para o senhor, está bom?



O nosso Deputado.... Qual o nome dele mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, o Heitor. Acabei de encontrar com ele lá na Frente Parlamentar da Polícia Federal nesse instantinho. Heitor José. Quase meu xará.

Deputado Heitor, o senhor quer falar primeiro? Vou falar umas palavras aqui sobre a medida. Posso falar?

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, nesta Comissão começaremos a analisar e discutir a Medida Provisória 735, de 2016, que altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e dá outras providências.

Gostaria de enfatizar, resumidamente, os seguintes pontos relevantes desta medida provisória. Ela propõe encerrar a judicialização em decorrência da quotização do CDE pela equalização regional e realocação dos custos entre os níveis de tensão do sistema elétrico.

Isso é muito importante para todo o sistema elétrico nacional. E consequentemente é relevante demais esta medida provisória. Ela propõe reduzir despesas com a CDE e, por consequência, diminuir impactos tarifários para o consumidor final, como também passa a gestão do CDE para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a partir de 2017, em substituição à Eletrobras.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a Eletrobras é uma empresa do setor elétrico e que, portanto, essa mudança na gestão para CCEE corrige um descompasso da regra atual. Afinal, as principais atividades operacionais da CCEE são a contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica e a realização de leilões de compra e venda de energia elétrica.

Esta medida provisória propõe alteração legal, que permite a assinatura de novo contrato de concessão a partir da transferência do controle acionário de concessionárias de distribuição de energia elétrica sob o controle do Estado brasileiro e alternativamente possibilita a assinatura de termo aditivo, com a finalidade de deslocar temporalmente as obrigações do contrato de concessão de modo a compatibilizá-las com a data de assunção da pessoa jurídica pelo novo controlador.

Nesse aspecto, é importante destacar que os processos de caducidade de concessão poderão ser interrompidos com a troca do controle societário. Esse novo procedimento é benéfico para o País, porque, sem dúvida, evita custos e permite continuidade do serviço público concedido sem sobressaltos.

Então, pessoal, é tão importante esta medida provisória, para os clientes, para os consumidores, para as empresas distribuidoras, e, como a Comissão já está instalada, não tem muito sentido nós não aprovarmos hoje o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator e o Relator revisor, porque nós temos que sair hoje, aqui, para começar a trabalhar.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Senador Elmano, que vai ser o nosso Presidente inicial, para dar posse aqui para os indicados, eu só quero concluir a seguinte fala:

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, propõe esta medida que os custos sob responsabilidade da União decorrentes do Tratado de Itaipu sejam repassados para a tarifa de repasse de energia de Itaipu. Esta é uma medida amarga, contudo necessária, para ajudar o Governo Federal em sua luta para melhor controlar os dispêndios federais.

Nesse mesmo diapasão, e para evitar riscos à gestão fiscal, é proposta limitação em R\$3,5 bilhões até o exercício de 2017, para o pagamento de que trata o Inciso IX, do art. 13, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que criou a CDE.

Permite que sejam realizadas inversão de fases de leilões no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND). O objetivo dessa medida é tornar os procedimentos licitatórios mais eficientes, de modo a se analisar apenas os documentos do proponente vencedor.

Por outro lado, a Medida Provisória nº 735, de 2016, revoga o art. 4º, da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para que os processos referentes aos prazos de concessão pelo atraso de início de operação de empreendimentos sejam apenas de responsabilidade da Aneel. Esse dispositivo é importante para que a matéria seja tratada somente do ponto de vista técnico.

Ao fim e ao cabo, analisaremos todos os dispositivos constantes desta medida provisória e destacamos que pretendemos ouvir todas as partes interessadas no tema para que, se for o caso, façamos eventuais aperfeiçoamentos nesse novo dispositivo legal.

Pessoal, fiz questão de ganhar esse pequeno tempo fazendo essa leitura aqui, porque o trabalho que eu, meu querido Aleluia, meus queridos Relator revisor e Vice-Presidente teremos aqui é de uma relevância muito grande para o País, nesse momento em que a gente passa por sérias crises e em que uma modicidade tarifária, questão energética é fundamental para o desenvolvimento social.



Então, já ganhamos esse tempo. Agora, já temos o quórum para eleição dos dirigentes desta medida provisória.

Vamos passar ao nosso querido Senador Elmano Férrer, para os procedimentos legais dos indicados para dirigirem essa Comissão.

Senador Elmano Férrer, por favor, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco/PTB - PI) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 735, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na Direção das Comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência dessa Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa.

Informo que foram indicados pelas Lideranças, para a Presidência o Senador Hélio José e, para a Vice-Presidência, Deputado Pedro Uczai.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos, por aclamação, o Presidente, Senador Hélio José, e Vice-Presidente, o Deputado Pedro Uczai. Passo a Presidência ao nosso companheiro, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É com muita satisfação, nobre Senador Elmano Férrer, nobres Senadores aqui presentes, Senador Garibaldi Alves, Deputado Heitor José, Deputado Hugo Leal e meu nobre Deputado José Carlos Aleluia, que assumo a Presidência desta importante Comissão, com o dever de, junto com o meu querido engenheiro que foi indicado para Relator desta medida provisória – consensualmente, também –, nosso querido José Carlos Aleluia, Deputado pelo DEM da Bahia, e com o Relator revisor, meu querido Senador Antonio Carlos Valadares, todos políticos muito experientes, para juntos discutirmos esse importante tema.

Eu quero dizer é com muita alegria que registramos a eleição para Relator e Relator revisor dos Deputado José Carlos Aleluia e Senador Antonio Carlos Valadares, respectivamente, porque eu sei que estamos entregando a pessoas competentes e capacitadas, e com quem, juntos, vamos nos debruçar para ajudar o Brasil a ter melhor condição energética.

Foi uma pena que eu e Aleluia não conseguimos fazer essa dobradinha na MP 727, porque nós faríamos e acabamos não conseguindo nos entender – só que era ao contrário –, e terminou não ficando conosco. Mas nós faremos em outras depois, como acabamos fazendo aqui, juntos.

Eu quero passar a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia e, depois, abrir a palavra ao Plenário.

José Carlos Aleluia, com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a indicação e aos Líderes que chegaram a essa conclusão.

Eu queria, se V. Exª concordar, começar por sugerir a aprovação de uma audiência pública para que nós possamos ouvir os agentes do setor elétrico.

Se todos estiverem de acordo, teríamos que ouvir a Abrace, a Abinee, teríamos que ouvir a Abradee. Esses três agentes são importantíssimos para que.... Queria ouvir, também, se V. Exªs concordassem, um ex-Presidente da Eletrobras, Dr. Firmino Sampaio, que é um profundo conhecedor do setor e hoje está no setor privado. E, evidentemente, ouvir um representante....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – ...a aprovação de uma audiência pública para que nós possamos ouvir os agentes do setor elétrico. Se todos estiverem de acordo, teríamos que ouvir a Abrace, teríamos que ouvir a Apine, teríamos que ouvir a Abradee, três agentes são importantíssimos. Queria ouvir, também, se V. Exªs concordassem, um ex-Presidente da Eletrobras, Dr. Firmino Sampaio, que é um profundo conhecedor do setor e hoje está no setor privado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Posteriormente, aprovaríamos outros requerimentos, mas esses eu gostaria de aprovar logo para que nós pudéssemos marcar. Se todos estiverem de acordo, Sr. Presidente, seria interessante aprovar isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Srs. Parlamentares aqui presentes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nobre Relator, José Carlos Aleluia, é muito procedente o seu requerimento. Não tenho absolutamente



nada contra, aprovo, sem dúvida. Só queria ter a liberdade, depois, de juntos sentarmos, para de repente trazer mais alguns convidados.

Acho que todos os convidados que V. Exª apresentou são supernecessários. Até para termos celeridade em nosso trabalho, talvez pudéssemos tentar organizar uma audiência com o setor público, outra com o setor privado e, talvez, outra com os consumidores. Se acharmos procedente, talvez essa seja uma forma mais produtiva de ouvir todos os setores envolvidos.

Mas todos os nomes relacionados por V. Exª já estão devidamente aprovados, sem dúvida. E, se V. Exª achar que deve misturar tudo, também, para mim isso não é problema. Mas vamos ter que fazer umas três audiências públicas, na minha visão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Como o tempo é curto, se todos concordarem, eu evoluiria para que delegassem ao Presidente, em comum acordo com o Relator, organizar duas e, se possível, três.

Nós temos um problema, porque o prazo conta em dias, e temos duas semanas sem atividades nas duas Casas. Então, se fizermos duas audiências públicas, estaríamos fazendo um bom trabalho.

Então, V. Exª encarrega a sua assessoria – V. Exª é muito ocupado – para conversar comigo, se aprovar essas minhas escolhas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O encaminhamento do Relator, eminente Deputado José Carlos Aleluia, está acatado.

Quero só consultar nossos pares aqui, do plenário, nossos Senadores e Deputados, se há concordância. E então, encaminharíamos duas audiências públicas e, se necessário, faríamos uma terceira.

A minha assessoria e a do Deputado José Carlos Aleluia vão procurar verificar uma forma de melhor fazermos o aproveitamento dessas audiências públicas, para ficarem os similares mais próximos e para termos melhor condição de aproveitar o debate. E, com certeza, vamos procurar proferir o melhor relatório possível.

Já gostaria de deixar encaminhado porque, no mês de agosto, vamos ter uma intensa bateria de debates aqui.

A minha assessoria e a assessoria do Deputado José Carlos Aleluia vamos sentar juntos e apresentar um calendário.

Acho, nobre Deputado, que poderíamos sempre pensar nos dias de quarta-feira ou quinta-feira, às 14h30, para fazer as nossas reuniões.

Em que dia dá a primeira quarta-feira de agosto? *(Pausa.)*

Dia 3 de agosto. Então, vamos propor, especificamente, essa primeira para o dia 4 de agosto, que é a quinta-feira, porque, no dia 3, todo mundo está chegando de viagem, não é, José Aleluia?

Na quinta-feira, às 14h30. Até lá eu e Aleluia já fizemos toda a questão das duas audiências públicas. Nós as aprovamos aqui, na quinta-feira, 4 de agosto, e, se possível, na quarta-feira seguinte, já realizamos a primeira – não é, Aleluia? –, com tempo de já fazermos os estudos. Nossas assessorias também já vão ter recebido todas as emendas.

O senhor concorda, nobre Relator?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – Não gostaria de fazer logo a primeira audiência na primeira quinta-feira de agosto?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Você acha que é possível?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM - BA) – É. Nós organizamos, o plenário delega e nós fazemos a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, como sugerido pelo nosso Deputado José Carlos Aleluia, Relator, nossa primeira audiência pública se daria no dia 4 de agosto, quinta-feira, às 14h30, neste plenário.

Assim, eu quero agradecer a todos os presentes.

Antes do encerramento, proponho a aprovação das Atas da presente reunião e da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 737, DE 2016, PUBLICADA EM 7 DE JULHO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI NO 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A COOPERAÇÃO FEDERATIVA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE JULHO DE 2016.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Deputada Cristiane Brasil, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 737, de 2016, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Cássio Cunha Lima, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Ana Amélia, José Medeiros, Elmano Férrer, Wellington Fagundes e Roberto Muniz; e dos Deputados Ságuas Moraes, Hugo Leal, Márcio Marinho, Altineu Côrtes, José Rocha, Paulo Magalhães e Efraim Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado seu nome para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Cristiane Brasil, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada CRISTIANE BRASIL

Presidente

A SRª PRESIDENTE (Cristiane Brasil. Bloco/PTB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 737, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002 -CN, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas lideranças para Presidente Deputada Cristiane Brasil, eu.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleita por aclamação, como Presidente, Deputada Cristiane Brasil, eu.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será encaminhada à publicação.

Antes de encerrar, agradeço a presença de todos e a indicação das Lideranças para mais uma missão importante, que é a questão da segurança para os Jogos Olímpicos no Brasil – sendo eu Deputada pelo Rio de Janeiro, sinto-me muito honrada de estar presidindo esta Comissão e farei o melhor possível para que ela transcorra dentro dos prazos e da melhor maneira possível.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

(Iniciada às 12 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 739, DE 2016, PUBLICADA EM 8 DE JULHO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, E INSTITUI O BÔNUS ESPECIAL DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL POR PERÍCIA MÉDICA EM BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE JULHO DE 2016.

Às doze horas e cinquenta e seis minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 739, de 2016, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Otto Alencar, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, e Ana Amélia; e dos Deputados Ságuas Moraes, Eduardo Barbosa, Márcio Marinho, Altineu Côrtes, José Rocha, Paulo Magalhães e Efraim Filho. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o seu nome para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome ao Plenário, é aprovado por aclamação. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Garibaldi Alves Filho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 739, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de lideranças para eleição da Mesa Diretora da Comissão. Informo que foi indicado para Presidente o meu nome, e, desde já, quero agradecer a confiança dos meus pares no Senado e dos Deputados Federais que realmente confiaram em mim.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Declaro eleito, por aclamação, Presidente Garibaldi Alves Filho, que sou eu.

Em uma próxima reunião teremos que designar o Relator e Relator revisor da medida provisória.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

Os Srs. e as Sras Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)



Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



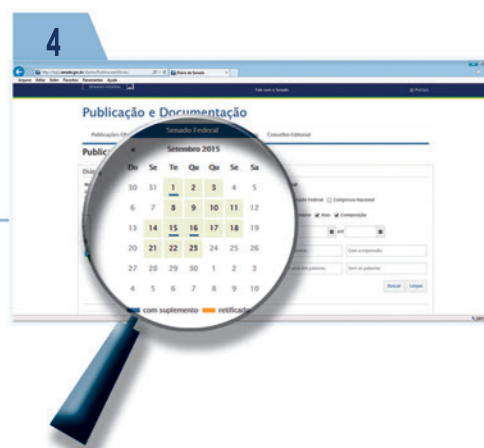
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.




Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal

adofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

